

REVISTA BRASILEIRA DE

ESTUDOS *publicação da associação nacional de pós-graduação* URBANOS E *e pesquisa em planejamento urbano e regional* REGIONAIS

ISSN 1517-4115

ISSN eletrônico 2317-1529

Disponível Online em:

<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur>

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

Publicação quadrimestral da Anpur

Volume 18, número 3, setembro-dezembro de 2016

EDITORA RESPONSÁVEL

Ana Cristina Fernandes (PPGEO-UFPE)

EDITORA ASSISTENTE

Norma Lacerda (MDU-UFPE)

COMISSÃO EDITORIAL

Bernardo Campolina (CEDEPLAR-UFMG), Fania Fridman (IPPUR-UFRJ), Fernanda Sánchez (PPGAU-UFF), Helena Lucia Zagury Tourinho (PPDMU-UNAMA), Maria Laura Silveira (CONICET/IG-UBA, Argentina), Maria Lucia Refinetti Martins (FAU-USP),

CONSELHO EDITORIAL

Alain Lipietz (Centre National de la Recherche Scientifique, França), Ana Fani Alessandri Carlos (PPGH-USP), Andreas Novy (Vienna University of Economics and Business, Áustria), Anne-Marie Broudehoux (Université du Québec à Montréal, Canadá), Benny Schvarsberg (PPG-FAU-UnB), Bernardo Mançano Fernandes (Geografia-UNESP/PP), Carlos Antônio Brandão (IPPUR-UFRJ), Denise Elias (ProPGEO-UECE), Edesio Fernandes (DPU-Associates, England), Edna Castro (NAEA-UFPA), Ester Limonad (POSGEO-UFF), Ivo Marcos Theis (PPGDR-FURB), José Aldemir de Oliveira (PPGSCA-UFAM), Jose Tavares Correia de Lira (FAU-USP), Mariana Fix (IE-UNICAMP), Ramón Gutiérrez (Centro de Documentación de Arquitectura Latinoamericana, Argentina), Roberto Luiz do Carmo (NEPO-UNICAMP), Sarah Feldman (IAU-USP), Sergio González López (Universidad Autónoma del Estado de México, México)

COLABORADORAS/ES

Adalberto da Silva Retto Junior (UNESP), Alexander Cambraia Nascimento Vaz (ENAP), Amadja Henrique Borges (UFRN), Ana Cláudia Duarte Cardoso (UFPA), Ana Marcela Ardila Pinto (UFMG), Análida Rincón Patiño (Universidad Nacional de Colombia, Colômbia), Angela Fagna Gomes de Souza (UFAL), Angelo Bertoni (Aix-Marseille Université, França), Antonio Pasqualetto (PUC-GO), Benny Schvarsberg (UnB), Camila Moreno de Camargo (USP), Carlos Alberto Cioce Sampaio (FURB), Carlos Henrique Magalhães de Lima (UFRJ), Cecília Ribeiro (UFPE), César Ricardo Simoni Santos (USP), Cibele Saliba Rizek (USP), Circe Maria Gama Monteiro (UFPE), Cláudio Luiz Zanotelli (UFES), Daniele Veratti (Università degli Studi della Repubblica di San Marino, São Marino), Eduardo Marandola Junior (UNICAMP), Elson Manoel Pereira (UFSC), Eneida Maria Souza Mendonça (UFES), Fabricio Leal Oliveira (UFRJ), Felipe Nunes Coelho Magalhães (UFMG), Fernanda Delgado Cravidão (Universidade de Coimbra, Portugal), Frederico Rosa Borges de Holanda (UnB), Gabriel David Noel (Universidad Nacional de San Martín, Argentina), Geraldo Magela Costa (UFMG), Gláucia Maria Araujo Ribeiro (UEA), Glória da Anunciação Alves (USP), Hélène Rivière d'Arc (Universidade Sorbonne Nouvelle - Paris III, França), Heloisa Soares de Moura Costa (UFMG), Isabel Aparecida Pinto Alvarez (USP), Jandir Ferrera de Lima (UNIOESTE), João Farias Rovati (UFRGS), Julieta Maria de Vasconcelos Leite (UFPE), Julio César Cabrera Medina (UEPB), Junia Cambraia Mortimer (UFBA), Klaus Frey (UFABC), Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN), Luiz Augusto Maia Costa (PUC-Campinas), Manoel Lemes da Silva Neto (PUC-Campinas), Márcio Moraes Valença (UFRN), Marcos Virgílio da Silva (FIAM-FAAM), Maria Alice Lahorgue (UFRGS), Maria Angela de Almeida Souza (UFPE), Maria Camila Loffredo D'Ottaviano (USP), Maria do Livramento Miranda Clementino (UFRN), Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha (UFRN), Maria Elina Gudiño de Muñoz (Universidad Nacional de Cuyo, Argentina), Maria Encarnação Beltrão Sposito (UNESP), Michele Polline Veríssimo (UFU), Miriam Hermi Zaar (Universitat de Barcelona, Espanha), Oscar Sobarzo (UFS), Paulo Roberto Rodrigues Soares (UFRGS), Rainer Randolph (UFRJ), Regina Dulce Barbosa Lins (UFAL), Ricardo Lobato Torres (UTFPR), Ricardo Ojima (UFRN), Rita de Cássia da Conceição Gomes (UFRN), Rita de Cássia Lucena Velloso (UFMG), Roberto Luís de Melo Monte-Mór (UFMG), Rosana Denaldi (UFABC), Rose Compans (PCRJ), Sílvia Regina Pereira (UNIOESTE), Suelly Maria Leal (UFPE), Suzana Pasternak (USP), Tadeu Pereira Alencar Arrais (UFG), Werther Holzer (UFF), Wilson Ribeiro Santos Junior (PUC-Campinas)

SECRETÁRIO EXECUTIVO Tiago Cargnin Gonçalves (DCG-UFPE)

REVISÃO PORTUGUÊS Carlos Gomes de Castro

REVISÃO ESPANHOL José Miguel Ledesma

TRADUÇÃO INGLÊS Brian Honeyball

EDITORIAÇÃO Rian Narcizo Mariano

FOTO DE CAPA Foto de Ester Limonad, tirada durante o amanhecer de 10 de fevereiro de 2016 no trajeto Leiden-Rotterdam (Holanda).

IMPRESSÃO E DISTRIBUIÇÃO Letra Capital Editora (www.letracapital.com.br)

Indexada na Asociación de Revistas Latinoamericanas de Arquitectura (ARLA); no Centro de Referência e Informação em Habitação (InfoHAB); no Portal de Periódicos da CAPES; na Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico (REDIB); e no Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal (Latidnex).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais – v.18, n.3,
2016. – Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional; editor
responsável Ana Cristina Fernandes: A Associação, 2016.
v.

Quadrimestral.
ISSN 1517-4115
O nº 1 foi publicado em maio de 1999.

1. Estudos Urbanos e Regionais. I. ANPUR (Associação
Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento
Urbano e Regional). II. Ana Cristina Fernandes.

711.4(05) CDU (2.Ed.)
711.405 CDD (21.Ed.)

UFPE
BC-2001-098

REVISTA BRASILEIRA DE

ESTUDOS

publicação da associação nacional de pós-graduação

URBANOS E

e pesquisa em planejamento urbano e regional

REGIONAIS

S U M Á R I O

CONFERÊNCIA | CONFERENCE

- INSURGÊNCIA, PLANEJAMENTO E A PERSPECTIVA **363** INSURGENCY, PLANNING AND THE PROSPECT
DE UM URBANISMO HUMANO – OF A HUMANE URBANISM
Faranak Miraftab

**ALÉM DO PLANEJAMENTO E DO URBANISMO: EM BUSCA
DE UM ESPAÇO DIFERENCIAL** | **BEYOND PLANNING AND URBANISM:
IN SEARCH OF A DIFFERENTIAL
SPACE**

- O CAMPO E A PRÁXIS TRANSFORMADORA DO **381** THE FIELD AND THE TRANSFORMATIVE PRAXIS
PLANEJAMENTO: REFLEXÕES PARA UMA AGENDA OF PLANNING: REFLECTIONS FOR A BRAZILIAN
BRASILEIRA – Jeroen Johaness Klink, Sandra AGENDA
Momm, Silvana Zioni, Arilson Favareto e
Mariana Mencion

- PLANIFICACIÓN URBANA CAPITALISTA: **393** CAPITALIST URBAN PLANNING: NOTES FOR
APUNTES PARA UNA REFLEXIÓN CRÍTICA A LA A CRITICAL REFLECTION ON THE SOCIAL
PRODUCCIÓN SOCIAL DEL ESPACIO – PRODUCTION OF SPACE
Jorge Mario Carmona Vanegas

- VILA AUTÓDROMO IN DISPUTE: SUBJECTS, **408** VILA AUTÓDROMO EM DISPUTA: SUJEITOS,
INSTRUMENTS AND STRATEGIES TO REINVENT INSTRUMENTOS E ESTRATÉGIAS PARA A
THE SPACE – Fernanda Sánchez, Fabrício Leal de REINVENÇÃO DO ESPAÇO
Oliveira e Poliana Gonçalves Monteiro

- OCUPAÇÕES URBANAS: A POÉTICA TERRITORIAL **428** URBAN OCCUPATIONS: THE TERRITORIAL POETICS
DA POLÍTICA – Natália Lelis OF POLITICS

PROYECCIÓN DE UN ESPACIO DIFERENCIAL A PARTIR DE LA REHABILITACIÓN URBANA Y LA PARTICIPACIÓN SOCIAL: EL CASO DEL CENTRO CULTURAL LA REDONDA Y PARQUE FEDERAL, SANTA FE, ARGENTINA – María Mercedes Cardoso	445 DIFFERENTIAL SPACE PROJECTION BASED ON URBAN REHABILITATION AND SOCIAL PARTICIPATION: THE CASE OF A CULTURAL CENTER AND A GREEN AREA (LA REDONDA AND PARQUE FEDERAL), IN SANTA FE, ARGENTINA
DAS INSTALAÇÕES DE BALANÇOS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS: O QUE ELAS PODEM REVELAR SOBRE A PRODUÇÃO DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS? – Jana Miranda Mendes Lopes	466 ON THE SWING SET INSTALLATIONS IN PUBLIC SPACES: WHAT CAN THEY TELL US ABOUT THE DEVELOPMENT OF CONTEMPORARY CITIES?
DA CARNAVALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO PARA BELO HORIZONTE-PARA-A-GUERRA: DA POLÍTICA AO POLÍTICO E VICE-VERSA – FREDERICO CANUTO	485 FROM THE CARNAVALIZATION OF URBAN PLANNING TO BELO HORIZONTE-FOR-WAR: FROM POLITICS TO THE POLITICAL AND VICE VERSA
URBANIZAÇÃO PLANETÁRIA OU REVOLUÇÃO URBANA? DE VOLTA À HIPÓTESE DA URBANIZAÇÃO COMPLETA DA SOCIEDADE – Rodrigo Castriota	507 PLANETARY URBANIZATION OR URBAN REVOLUTION? BACK TO THE HYPOTHESIS OF THE COMPLETE URBANIZATION OF SOCIETY

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ANPUR

Gestão 2015-2017

PRESIDENTE

Rodrigo Ferreira Simões (CEDEPLAR-UFMG)

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Geraldo Magela Costa (Geografia-UFMG)

SECRETÁRIO ADJUNTO

Pedro Vasconcelos Amaral (CEDEPLAR-UFMG)

DIRETORES/AS

Ana Cláudia Duarte Cardoso (PPGAU-UFPA)

Fabício Leal de Oliveira (IPPUR-UFRJ)

João Farias Rovati (PROPUR-UFRGS)

Maria Camila Loffredo D'Ottaviano (FAU-USP)

CONSELHO FISCAL (TITULARES)

Cidoval Moraes de Sousa (PPGDR-UEPB)

Flaviana Barreto Lira (FAU-UnB)

Olga Lucia Castreghini de Freitas Firkowski (PPGeografia-UFPR)

CONSELHO FISCAL (SUPLENTE)

Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva (PPEUR-UFRN)

Ivo Marcos Theis (PPGDR-FURB)

Rita de Cássia Lucena Velloso (EA-UFMG)

EDITORIAL

“AMANHÃ HÁ DE SER UM OUTRO DIA!”

A um só tempo, honrada e triste inicio este editorial. Honrada pelo convite que me foi feito pela Comissão Editorial desta Revista para realizar uma chamada que se concretiza neste número 3 de seu 18º ano.

Triste e pesarosa pela partida precoce, em 19 de agosto desse ano, de nosso amigo e colega Rodrigo Ferreira Simões, presidente da ANPUR, eleito em maio de 2015, para o período 2015-2017. Conheci Rodrigo Simões na ANPUR. Juntos compusemos o Conselho Fiscal durante a gestão de Leila Christina Duarte Dias (2009-2011). Depois, Rodrigo Simões contribuiu efetivamente para a realização de diversas atividades significativas durante minha gestão (2011-2013), com uma ativa colaboração na participação da ANPUR na realização da II Conferência do Desenvolvimento (2012), e como representante da ANPUR na Comissão da Conferência Nacional do Desenvolvimento Regional (2012), em Brasília. Seu jeito gaiato, sua paixão pelo Atlético Mineiro, seu amor por Inácio e Teresa, sua alegria contagiante e intensa, suas intervenções críticas, argutas e engajadas, deixaram saudades e também marcaram todos que com ele trabalharam e conviveram. De certa forma, ele, assim como outros amigos, colegas e companheiros que nos deixaram nesses últimos cinco anos, entre os quais se contam, além de Rodrigo Simões, Maurício Abreu, Ana Clara Torres Ribeiro, Bertha Becker e Brasilmar Nunes, que seguem vivos em nossa memória, em nossas práticas, aulas e pesquisas.

Triste, também, pelo momento em que vivemos, um momento marcado por mais um golpe contra a democracia e o Estado de Direito, que nos pôs lado a lado com o Paraguai, Honduras, Argentina e Turquia, em consonância com a intensificação e expansão de um movimento global conservador, que se manifesta hoje em vários países. Movimento conservador que ganha força e uma escala cada vez mais global com o voto pela saída da Grã-Bretanha da União Europeia (BREXIT), ao qual veio se somar a recente vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais dos Estados Unidos. Movimento esse que assume diferentes formas em distintos lugares, por vezes com características fascistas, que se vale do poder da mídia das grandes corporações e de mobilizações de setores de classe média para legitimar o estado de exceção. Uma vez que o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff consistiu de um julgamento político conduzido, com chancela jurídico-legal, por um parlamento comprometido em sua maioria com processos de corrupção. Todo processo evidenciou não só o farisaísmo que permeia as instituições legais e políticas em nosso país, mas também expôs de forma brutal e crua o conflito de interesses que permeia a sociedade brasileira contemporânea, o caráter promíscuo de suas elites e de seus representantes com os interesses espúrios internacionais hegemônicos, bem como a falta de compromisso e de consciência social e política dos representantes políticos eleitos. Os quais, mal se consumou o impedimento, deram início, agora sim, à pilhagem e ao esquiteamento das riquezas da nação.

Ao mesmo tempo, que o coronelismo, patrimonialismo e arcaísmo das oligarquias ressurgem e se expõem com toda sua virulência, põem a nu a crescente crise de sociabilidade contemporânea. Crise essa marcada por uma crescente alienação das diferenças sociais gritantes que marcam nossa sociedade, pelo desprezo ao outro e ao diferente. Uma sociedade onde o império da mídia contribuiu, e segue contribuindo, para converter cidadãos em consumidores, globotomizando corações e mentes com

abordagens viciadas, enviesadas, que naturalizam a exploração, criminalizam a pobreza, as minorias, invisibilizam as injustiças e que buscam aniquilar os direitos e conquistas sociais dos últimos anos.

Triste, ainda mais, por perceber a alienação social inclusive daqueles, assalariados e pequenos empresários, que se beneficiaram e cresceram com base nas conquistas e políticas sociais implementadas nos últimos anos. Políticas que também contribuíram para que muitos saíssem da fome e dos limiares da miséria, para que muitos outros também pudessem concretizar sonhos de ascensão social ao terem acesso à formação profissional de Ensino Técnico e Superior. Alienação social que se manifesta no apoio a posições fascistas, que se valem da identificação dos dominados com os ideais hegemônicos de seus dominadores.

Atravessamos uma severa crise política e de representatividade, a reforma política ficou por fazer na Constituinte de 1988, agora sentimos seus efeitos. Seguimos em um sistema político representativo viciado, eleitoreiro, herdado de quase um quarto de século de ditadura. Os partidos políticos converteram-se em números, o compromisso com programas e ideais partidários inexistiu, a não ser por algumas raras exceções... O que me faz recordar de uma charge das cobras do Luís Fernando Veríssimo, quando um extraterrestre, ao sair de sua nave, solicita às cobras ser levado a seu líder, ao que estas retrucam: Serve jogador de futebol? Cantor de música popular brasileira?

Cabe à esquerda uma autocrítica, pois, como diz Jessé de Souza, o Partido dos Trabalhadores (PT) e, junto com ele, boa parte das esquerdas se perderam ao se deixarem colonizar pela ideologia liberal, seduzidas pela aparente emergência de uma ilusória nova classe média. Esqueceram-se de mostrar a essa “classe média emergente” que na raiz do aumento de seu poder aquisitivo, de seus ganhos sociais em termos de acessibilidade à educação, bens e serviços, estava a ampliação das conquistas sociais, das políticas inclusivas, secundadas pela vontade política do governo em exercício para que isso acontecesse.

Para que isso ocorresse, era necessário entrar em confronto com as elites e com a mídia, que conseguem cooptar, em nome de um pseudo-interesse geral, as classes médias e levá-las para a rua para lutar inclusive contra os seus próprios interesses.

Encontramo-nos em uma encruzilhada em que se defrontam os movimentos sociais democráticos e as tendências fascistas. Adentramos, agora, em um processo neocolonial, pois o neoliberalismo com seu furor privatizador em países como o nosso nada mais é do que um meio, uma desculpa, para legitimar a subordinação dos interesses nacionais a interesses predatórios de diferentes capitais internacionais, para violentar a soberania nacional e a soberania popular. Essa aliança de interesses espúrios abre caminho para o ímpeto neocolonizador, e porque não dizer neocivilizatório, em termos de satisfazer aos anseios latentes de consumo da classe média de transformar-nos em uma Miami tropical, em uma bolha de consumo rodeada de miséria. Coloca-se, assim, em risco as conquistas democráticas e sociais, os avanços em termos do desenvolvimento regional e da inserção internacional do Brasil. Coloca-se em risco as riquezas nacionais, a água, o petróleo, a extração mineral, com o seu leilão a preços de fim de feira. Coloca-se em risco a produção de conhecimento, com cortes na educação, ciência e tecnologia, com propostas de “escola sem partido”. Coloca-se em risco o caráter laico do Estado, com a crescente promiscuidade entre religião e política. Afinal, que país é esse que extingue e recria o Ministério da Cultura, que une o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com o das Comunicações e mantém um Ministério dos Esportes?

Estamos em um momento em que, aparentemente, o sonho acabou. A sensação do que sentimos encontra eco no poema de Carlos Drummond de Andrade “E agora José?”. Poema que se encerra com estes versos: “Sozinho no escuro/ qual bicho-do-mato,/ sem teogonia,/ sem parede nua/ para se encostar,/ sem cavalo preto/ que fuja a galope,/ você marcha, José!/ José, para onde?”

Para onde? E a resposta surge de nossas memórias, do resgate de mobilizações, de heranças boas de um passado de lutas, que ressurgem com a mesma força e atualidade, que tinham durante a ditadura militar, como é o caso da música “Apesar de Você”, de Chico Buarque de Hollanda, da qual devemos

mentalizar seu refrão com todas nossas forças: “Amanhã há de ser um outro dia!”, pois a luta por uma outra sociedade mais democrática e igualitária continua e demanda para sua construção um outro espaço, outras práticas e para isso é necessário um outro planejamento. Um planejamento que ultrapasse as barreiras disciplinares e tecnocráticas, que vá além, muito além dos interesses hegemônicos, corporativos e do mercado. Pois o planejamento é muito importante para ficar apenas aos cuidados de técnicos e submetido exclusivamente à direção e desejos de arquitetos urbanistas, que buscam assegurar a sua reserva de mercado.

Em um momento, em que os destinos do país, das cidades e do campo, passam a ser discutidos por ex-ministros da ditadura, como João Paulo dos Reis Velloso, ex-ministro do governo do General Emílio Garrastazu Médici, responsável pela conferência “O Brasil que queremos”, proferida no encerramento do Fórum Nacional do Instituto Nacional de Altos Estudos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), patrocinado por grandes bancos, confederações de empresários e instituições ligadas ao mercado de capitais¹. Um momento, em que enfrentamos uma crise de representatividade política, assim como de busca de formas alternativas de luta e de atuação para criar uma outra sociedade, uma outra cidade, um outro espaço, a conferência de **Faranak MirafTAB** “Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano”, bem como os oito artigos, selecionados dentre os mais de quarenta submetidos, que compõem o tema da chamada para esse número da revista **Além do planejamento e do urbanismo: em busca de um espaço diferencial** vão ao encontro dessa situação que ora enfrentamos, onde a esperança de um outro amanhã, mais justo e igualitário se faz necessária.

Faranak MirafTAB chama a atenção para a necessidade de descolonizarmos o futuro, de desenvolvermos a imaginação no planejamento. Um planejamento que, em suas palavras, não requer planos (*blueprint planning*).

Visão que compartilhamos, por entender que o planejamento não pode ficar restrito tão somente ao domínio das pranchetas e de propostas urbanísticas, nem subordinado aos interesses de mercado e a uma visão corporativa que procura defender uma área de atuação profissional. Isto por que concebemos o planejamento como algo mais, algo que vai além do desenho, embora dele possa se beneficiar. Pois,

[...] para avançar para um outro planejamento, para ir além dos planos e projetos, faz-se mister uma compreensão mais ampla do planejamento e, em particular, do planejamento urbano, enquanto parte da produção social pública do espaço, que permita apreender a natureza política das práticas espaciais do Estado, o seu papel na modernização dos estados nacionais e a sua inseparabilidade dos processos espaciais concretos².

Esta chamada de artigos serviu, assim, para retomar o debate iniciado em números anteriores da Revista, conforme detalhamos adiante, e para abrir uma senda de discussões sobre o planejamento e sobre as alternativas de intervenção e de ação social na perspectiva de produção de uma outra cidade e de uma outra sociedade mais equânimes, que despontam desafiando o *status quo*. Portanto, este número temático da *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* acolheu artigos que se propunham a refletir sobre a relação e/ou diferenciação entre os campos do conhecimento do planejamento e do urbanismo, bem como sobre práticas alternativas de intervenção social no espaço urbano, em que se incluem aquelas protagonizadas pelos habitantes da cidade, especialmente aqueles supostamente mais vulneráveis, que implementam ações diretas no espaço urbano, com propostas que vão ao encontro de suas necessidades e de encontro às necessidades da acumulação. Iniciativas que se antepõem à ditadura do tempo cada vez mais rápido do capital, que contam com o engajamento daqueles que se colocam na perspectiva de construção de uma sociedade urbana mais justa, ou seja, de um espaço diferencial.

¹ Disponível em: <<http://www.inae.org.br/patrocinadores/>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

² LIMONAD, E. Muito além do jardim: planejamento ou urbanismo, do que estamos falando? In: COSTA, G. M.; COSTA, H. S. M.; MONTE-MÓR, R. L. M. (Org.). *Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 71-102.

Segue-se à conferência de Faranak Miraftab, o dossiê temático composto por oito artigos, selecionados, dentre os mais de quarenta manuscritos que atenderam a essa chamada. O dossiê se inicia com o instigante artigo “O campo e a práxis transformadora do Planejamento: reflexões para uma agenda brasileira”, de **Jeroen Johanek Klink, Sandra Momm, Silvana Zioni, Arilson Favareto e Mariana Mêncio**, um coletivo de docentes da Universidade Federal do ABC, que traz consigo o desafio de abrigar o primeiro curso de bacharelado em Planejamento Territorial do país. O artigo chama a atenção, como o seu próprio título assinala, para urgência de se refletir sobre uma agenda nacional em torno do planejamento. Resgata e coloca ser imperativo se retomar o debate iniciado há anos, por Philip Gunn³, Ana Clara Torres Ribeiro⁴, resgatado em 2008 por Rosélia Piquet e Ana Clara Torres Ribeiro⁵, no âmbito dos Seminários de Ensino e Pesquisa e Extensão em Planejamento Urbano e Regional, a que se somam as contribuições mais recentes de Rainer Randolph⁶ e de João Rovatti⁷. O artigo, além de retomar o debate de uma agenda para o planejamento, busca refletir de que forma “[...] transformações no período pós-1970 produziram novas competências e habilidades para o planejamento do espaço e dos territórios que transbordam a formação tradicional” (p. 382-383) no âmbito do urbanismo, que demandam e implicam na formação e qualificação de outros profissionais.

Na sequência, o artigo “Planificación urbana capitalista: apuntes para una reflexión crítica a la producción social del espacio”, de **Jorge Mario Carmona Vanegas**, trata da importância do planejamento urbano como um “mecanismo necessário e estratégico para a construção de um modo de produção capitalista” (p. 393, tradução nossa), bem como questiona o caráter ideológico da intenção precípua do planejamento em estabelecer uma ordem em uma ilusória desordem, que se manifesta também em outros países da América Latina.

Fernanda Sánchez, Fabrício Leal de Oliveira e Poliana Gonçalves Monteiro, em “Vila Autódromo in dispute: subjects, instruments and strategies to reinvent the space”, abordam o espaço conflitual e as formas de resistência de que os moradores da Vila Autódromo se valem para impedir o avanço do capital, reinventando seu espaço para inscrevê-lo na esfera pública. Em uma perspectiva similar, temos o artigo de **Natália Lelis**, “Ocupações urbanas: a poética territorial da política”, que aborda as ocupações urbanas enquanto um microcosmo do embate entre forças homogeneizantes e capacidades diferenciais, que desafiam as práticas consolidadas e demandam outros olhares, à medida que evidenciam as contradições latentes entre a prática profissional e as práticas espaciais dos moradores das ocupações.

Soma-se, ainda a estes artigos, o de **María Mercedes Cardoso**, “Proyección de um espacio diferencial a partir de la rehabilitación urbana y la participación social: el caso del centro cultural la Redonda y Parque Federal, Santa Fé, Argentina”, em que a autora reflete sobre as práticas urbanísticas associadas à reabilitação de edifícios e áreas deterioradas, questionando, a partir do caso em pauta, se estas práticas constituiriam uma proposta visando a apropriação social com um potencial de engendrar um espaço diferencial, ou mais uma estratégia de mercantilização de uma área da cidade.

A partir da compreensão de que o lúdico é parte da natureza humana, que tende a ser inibido na vida cotidiana pela imposição da racionalidade do pensamento único, **Jana Miranda Mendes Lopes**, com seu artigo “Das instalações de balanços nos espaços públicos: o que elas podem nos revelar sobre

3 GUNN, P. Retratando os avaliados nas áreas básicas da Capes em 2001: a pesquisa nos programas brasileiros de pós-graduação segundo uma “área ANPUR”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 4, n. 1/2, p. 45-61, maio/nov. 2002. <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2002v4n1-2p45>

4 RIBEIRO, A. C. T. O ensino do Planejamento Urbano e Regional: propostas à ANPUR. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 4, n. 1/2, p. 63-72, maio/nov. 2002. <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2002v4n1-2p63>

5 PIQUET, R. P.; RIBEIRO, A. C. T. Tempos, idéias e lugares: o ensino do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 10, n. 1, p. 49-59, maio 2010. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2008v10n1p49>

6 RANDOLPH, R. Em busca de uma agenda para o Planejamento Urbano e Regional: uma homenagem a Ana Clara Torres Ribeiro. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 15, n. 1, p. 11-31, maio 2015. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2013v15n1p11>

7 ROVATI, J. Urbanismo versus Planejamento Urbano? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 15, n. 1, p. 33-58, maio 2015. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2013v15n1p33>

a produção das cidades contemporâneas?”, trata de mostrar que as instalações de balanços nos espaços públicos têm por base propostas de diferentes agentes. Sua investigação dos balanços leva a lugares surpreendentes e mostra como uma ideia simples posta em prática, contribui para produções singulares e heterogêneas da cidade, com formas diversas de apropriação social.

Encerram o dossiê e a presente edição da Revista, os artigos de **Frederico Canuto** “Da carnavalização do planejamento urbano para Belo Horizonte-para-a-guerra: da política ao político e vice-versa”, e de **Rodrigo Castriota**, “Urbanização planetária ou revolução urbana? De volta à hipótese da urbanização completa da sociedade”, que embora tratem de assuntos diversos, se coadunam com a chamada do dossiê. Frederico Canuto, ao discutir o conceito de festa como campo de produção de novas formas de viver na cidade, vai ao encontro dos demais artigos do dossiê ao mostrar que a festa contribui para produzir outras espacialidades, que servem para contaminar e produzir novas multiplicidades. Rodrigo Castriota, por sua vez, vai mais além, ao fazer um rico resgate da discussão atual sobre a urbanização planetária, com base na leitura de diversos autores que buscam contribuir para uma nova epistemologia do urbano na perspectiva de se pensar um espaço diferencial.

Enfim, os artigos que compõem este número da Revista enfocam tópicos diversos, que em seu conjunto contribuem para avançar um pouco do estado da arte dos estudos relativos à tensão entre planejamento e urbanismo, bem como em relação a formas alternativas de apropriação, intervenção e transformação do espaço social, que perpassam desde questões relativas ao ensino e prática do campo de planejamento urbano e da disciplina de urbanismo, desde ações e intervenções de coletivos e movimentos sociais para produzir um outro espaço, que com isso contribuem para produzir novos saberes, até iniciativas lúdicas e minimalistas de intervenção como os balanços. Aos quais se somam o papel da festa e da urbanização planetária, que contribuem para dar o tom do atual caráter do urbano. Esperamos que esses artigos sirvam para inspirar a reflexão dos leitores, bem como questionamentos que deem continuidade a esse debate.

Boa leitura!

Ester Limonad

*Editora Convidada do Dossiê Temático – Universidade Federal Fluminense,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Niterói, RJ, Brasil*

EDITORIAL

“TOMORROW IS ANOTHER DAY!”

I begin this editorial by feeling both honored and yet, at the same time – saddened. Honored – by the kind invitation I received from the Editorial Board of this journal to issue a call for issue 3 of Year 18.

Saddened and mournful, over the early departure, on August 19th of this year, of our friend and colleague Rodrigo Ferreira Simões, president of ANPUR, elected in May 2015, for the period 2015-2017. I first met Rodrigo Simões at ANPUR, and together we formed the Fiscal Council while Leila Christina Duarte Dias was administrating (2009-2011). Later, Rodrigo Simões made an active contribution to many noteworthy activities during my administration (2011-2013). He effectively collaborated towards ANPUR participation in the II Development Conference (2012), and on the Commission for the National Conference on Regional Development (2012), in Brasília. His impish humor, his passion for *Atlético Mineiro* football club, his love for Inácio and Teresa, his deep, contagious joy, and his sharp, critical and engaging comments, will be greatly missed by all those who worked and lived with him. Somehow, like other friends, colleagues, and companions who have departed over the last five years, among them: Maurício Abreu, Ana Clara Torres Ribeiro, Bertha Becker and Brasilmar Nunes, he remains very much alive in our memory, in our practices, lessons, and research.

I am also saddened by the moment in which we are living. A moment marked by another coup against democracy and the rule of law, thus placing us side by side with Paraguay, Honduras, Argentina, and Turkey, in consonance with the intensification and expansion of a worldwide conservative movement, currently manifesting itself in some different countries. A conservative movement that is gaining momentum on an increasingly global scale with the UK voting to leave the European Union (BREXIT), besides Donald Trump's recent victory in the United States presidential election. This movement has taken on different forms in different places, at times with fascist characteristics, which takes advantage of the media power of large corporations and of the mobilization of sectors within the middle class to legitimize the state of exception. Since the impeachment of President Dilma Rousseff was a political trial with a juridical seal, conducted by a parliament with many members facing corruption prosecutions. The entire process not only demonstrates the pharisaical spirit that permeates the legal and political institutions of our country. But, it also exposes, brutally and crudely, the conflicts of interest that permeate contemporary Brazilian society. Revealing the promiscuous relationship of its elites and their representatives with spurious international hegemonic interests, as well as the lack of commitment, and social and political awareness of the elected political representatives, who, once the impediment was released, began to plunder the wealth of the nation.

At the same time, as the patrimonialism and archaism of the old oligarchies erupt with all their virulence, they expose the mounting crisis of contemporary sociability. A crisis marked by an ever-increasing alienation from the blatant social differences, which characterize our society, by contempt for others and for that which is different. A society where a media empire has continually contributed to converting citizens into consumers, lobotomizing their hearts and minds with vicious, biased

DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n3p351>

approaches that naturalize exploitation, criminalizing poverty and minorities, invisibilizing injustices and seeking to annihilate the social rights and achievements of recent years.

Sadder still is to perceive the social alienation of even those, both the salaried and small businesses, who have benefited and grown from the social policies and achievements implemented over recent years. Policies, which have also enabled so many to cross over the thresholds of hunger and poverty, and many others to realize their dream of upward social mobility through access to vocational training in technical and higher education. The social alienation that manifests itself supporting fascist positions, making use of the identification of the dominated with their dominators hegemonic ideals.

We are undergoing a severe crisis of political nature and representativeness. Now, we are experiencing the effects of the incomplete political reform of the 1988 Constituent Assembly. We remain in a defective representative political system; a legacy inherited from almost a quarter of a century of dictatorship. Political parties became plain numbers, and commitment to partisan ideals and programs has become nonexistent, except for a few rare exceptions. Which reminds me of the snake cartoons by Luis Fernando Veríssimo, where on leaving his spaceship, an extraterrestrial asks the snakes: "Take me to your leader", to which they reply: "Would a football player do? Or a singer of Brazilian popular music?"

It is down to the left to provide some self-criticism. Since, as Jessé de Souza says, the Worker's Party (PT), together with a significant part of the left, became lost along the way by allowing itself to be colonized by liberal ideology, seduced by the apparent emergence of an illusory new middle class. They forgot to show to this "emerging middle class" that at the root of their increasing purchasing power and their social gains regarding access to education, goods, and services, lay the expansion of social achievements and of inclusive policies, which depends on the will of the government to make this happen.

For this to take place, it was necessary to confront the elites and the media who, on behalf of a generalized pseudo-interest, succeeded in co-opting the middle classes leading them onto the streets to fight against even their own interests.

We find ourselves at a crossroads, where democratic social movements and fascist tendencies have been brought face to face. We are now entering a neocolonial process, since neoliberalism with its privatizing furor in countries such as ours, is nothing more than a means, an excuse, to legitimize the subordination of national interests to the predatory interests of international capital, to violate national and popular sovereignty. This alliance of spurious interests has paved the way for a neo-colonizing drive, which may be named neo-civilizing, in terms of satisfying the latent yearnings of middle-class consumption so as to turn us into a tropical Miami, into a consumer bubble surrounded by abject poverty. Thus, Brazil's democratic and social achievements have been put at risk, together with the advances made in terms of regional development and of country's international insertion. It also puts at risk our national wealth, our water, oil, and mineral extraction, at auctions with marked down prices. The production of knowledge has also been jeopardized, with cuts in education, science and technology, and with proposals for "non-partisan schools". The state's secular character is also endangered, with the growing promiscuity between religion and politics. Finally, what kind of country is this that extinguishes and then recreates the Ministry of Culture, and that unites the Ministry of Science, Technology, and Innovation with that of Communications and yet maintains a Ministry of Sport?

We are at a time when, apparently, the dream has come to an end. The sensation of what we are feeling is echoed in Carlos Drummond de Andrade's poem "What now, José?". A poem that closes with these verses: "Alone in the dark / like a wild animal, / with no tradition, / with no bare wall /to lean on, / with no black horse / that gallops away, / you march, José!/José, where to? "

Where to? And the answer comes back at us from our memories, from recalling past mobilizations,

from the legacies of past struggles, which resurface with the same strength and timeliness, which existed during the military dictatorship. As is the case of the song “In spite of you” by Chico Buarque de Hollanda, whose chorus we should mentally chant with all our might: “Tomorrow shall be another day!”. The struggle for another more democratic and egalitarian society continues. One that demands the construction of another space and other practices, and for which other planning is needed. Planning that surpasses the disciplinary, technocratic barriers that go beyond, far beyond hegemonic, corporative, market interests, because planning is too important to only be placed in the care of technicians and submitted exclusively to the direction and desires of urbanistic architects, who seek to secure their market reserve.

At a time when the country destiny is being discussed by ex-ministers from the dictatorship, such as João Paulo dos Reis Velloso, former minister of General Emílio Garrastazu Médici government, in the conference “The Brazil we want”, given at the closing of the National Forum for the National Institute of Higher Studies at the National Bank for Economic and Social Development (BNDES), sponsored by large banks, confederations of entrepreneurs and institutions linked to market capital¹. A time in which we face a crisis of political representativeness, as well as the search for alternative forms of struggle and action in order to create another society, another city, another space, the conference by **Faranak MirafTAB** – “Insurgency, planning and the prospect of a humane urbanism”, together with the eight articles, selected from over forty that were submitted, and that compose the theme of the call for this journal issue **Beyond Planning and Urbanism: in search of a differential space**, take on this situation, where the hope of another tomorrow, more just and egalitarian becomes necessary.

Faranak MirafTAB draws attention to the need to decolonize the future, to develop imagination in planning which, in her words, requires no blueprint planning.

This is a vision that we share, by understanding that planning cannot only be restricted to the domain of drawing boards and urbanistic proposals, nor subordinate to market interests or a corporate vision that seeks to defend one area of professional performance. This is why we conceive planning as something more, something that goes beyond drawing, although it may benefit from it. Because,

[...] to move towards another planning, to go beyond plans and projects, requires a broader understanding of planning and, in particular, urban planning, as part of the public social production of space, and which enables us to grasp the political nature of the spatial practices of the country, its role in modernizing the national states and their inseparability from concrete space processes (author's translation)².

This call for articles has therefore served to resume the debate that began in previous issues of the journal, as detailed below, and to clear the way for discussions regarding planning and alternative means of intervention and social action from the perspective of producing another city and a more equanimous society, that defy the status quo. Therefore, this thematic issue of the *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* has received articles that sought to reflect on the relationship between the fields of planning and urbanism, as well as on alternative practices for social intervention in the urban space, including those in which the protagonists are the city dwellers, especially those more vulnerable, who implement direct actions within the urban space, with proposals that meet both their needs and those of accumulation. These are initiatives that challenge the dictatorship of capital increasing fast

¹ Available at: <<http://www.inae.org.br/patrocinadores/>>. Accessed on: 15th November 2016.

² LIMONAD, E. Muito além do jardim: planejamento ou urbanismo, do que estamos falando? In: COSTA, G. M.; COSTA, H. S. M.; MONTE-MÓR, R. L. M. (Org.). *Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 71-102.

time, that count on the engagement of those who place themselves within the perspective of building a fairer urban society, in other words, of a differential space.

Following on from the Faranak Miraftab conference is a thematic dossier consisting of eight articles, selected from among over forty manuscripts that attended this call. The dossier begins with the instigating article “The field and the transformative praxis of Planning: reflections for a Brazilian Agenda”, by **Jeroen Johaness Klink**, **Sandra Momm**, **Silvana Zioni**, **Arlison Favareto** and **Mariana Mêncio**, a collective of professors at the Universidade Federal do ABC, which brings with it the challenge of hosting the first bachelor’s degree in the country for Territorial Planning. As the title suggests, the article draws attention to the urgent need for reflection on a national agenda regarding planning. It retrieves, and makes imperative to resume a debate initiated years ago by Philip Gunn³, Ana Clara Torres Ribeiro⁴, revisited in 2008 by Rosélia Piquet and Ana Clara Torres Ribeiro⁵, within the framework of the Seminars on Teaching and Research and Extension in Urban and Regional Planning, to which are added the most recent contributions of Rainer Randolph⁶ and João Rovatti⁷. The article, in addition to resuming the discussion on a planning agenda, seeks to reflect on how “transformations during the post-1970s have produced new skills and abilities for the planning of space and territories that go beyond traditional formation” (p. 382-383) in the area of urban planning, which requires and implies the training and qualification of other professionals.

Hereinafter, the article “Capitalist urban planning: notes for a critical reflection on the social production of space”, by **Jorge Mario Carmona Vanegas**, addresses the importance of urban planning as a “necessary and strategic mechanism for the construction of a mode of capitalist production” (p. 393, our translation), and also questions the ideological character of the primary intention of planning in establishing order in an illusory disorder, which is also manifested in other Latin American countries.

Fernanda Sánchez, **Fabício Leal de Oliveira** and **Poliana Gonçalves Monteiro**, in “Vila Autódromo in dispute: subjects, instruments and strategies to reinvent the space”, address the conflictual space and the forms of resistance that the residents of Vila Autódromo have used to prevent the advance of capital, reinventing their space to inscribe it into the public sphere. From a similar perspective, the article “Urban Occupations: the territorial poetics of politics” by **Natália Lelis** discusses urban occupations as a microcosm of the clash between the homogenizing forces and differential capacities that challenge consolidated practices and demand other viewpoints, since they evidence the latent contradictions between professional practice and the spatial practices of residents in occupations

In addition to these articles, “Differential space projection based on urban rehabilitation and social participation: the case of a cultural center and a green area (La Redonda and Parque Federal), in Santa Fe, Argentina”, by **María Mercedes Cardoso**, reflects on the urban practices associated with the rehabilitation of buildings and deteriorated areas, questioning, from the case in question, whether these practices would constitute a proposal aimed at social appropriation and with the potential of generating a differential space, or just another commercializing strategy for an area of the city.

3 GUNN, P. Retratarando os avaliados nas áreas básicas da Capes em 2001: a pesquisa nos programas brasileiros de pós-graduação segundo uma “área ANPUR”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 4, n. 1/2, p. 45-61, maio/nov. 2002. <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2002v4n1-2p45>

4 RIBEIRO, A. C. T. O ensino do Planejamento Urbano e Regional: propostas à ANPUR. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 4, n. 1/2, p. 63-72, maio/nov. 2002. <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2002v4n1-2p63>

5 PIQUET, R. P.; RIBEIRO, A. C. T. Tempos, idéias e lugares: o ensino do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 10, n. 1, p. 49-59, maio 2010. <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2008v10n1p49>

6 RANDOLPH, R. Em busca de uma agenda para o Planejamento Urbano e Regional: uma homenagem a Ana Clara Torres Ribeiro. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 15, n. 1, p. 11-31, maio 2015. <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2013v15n1p11>

7 ROVATTI, J. Urbanismo versus Planejamento Urbano? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 15, n. 1, p. 33-58, maio 2015. <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2013v15n1p33>

From the standpoint that playfulness is a part of human nature, and which tends to be inhibited in everyday life by imposing the rationality of the single thought, **Jana Miranda Mendes Lopes**, in her article “On the swing set installations in public spaces: what can they tell us about the development of contemporary cities?”, attempts to show that the installations of swing sets in public spaces are based on proposals from different agents. Her investigation into swings leads to surprising places and demonstrates how a simple idea put into practice contributes to the singular, heterogeneous productions of the city, with the diverse forms of social appropriation.

This dossier of the current issue of the journal closes with an article entitled “From the carnivalization of Urban Planning to Belo Horizonte-for-war: from politics to the political and vice versa” by **Frederico Canuto**, and another entitled “Planetary urbanization or urban revolution? Back to the hypothesis of the complete urbanization of society” by **Rodrigo Castriota**, which although they address different topics, are consistent with the call of this dossier. By discussing the concept of festivities as a field for the production of new forms of living within the city, Frederico Canuto remains in line with other articles of the dossier by demonstrating the contribution of festivities in producing other spatialities, which serve to contaminate and produce new multiplicities. Rodrigo Castriota in his turn takes the idea further by bringing together a rich selection from the current discussion on planetary urbanization, based on readings by several authors who seek to contribute to a new epistemology of the urban, from the perspective of conceiving a differential space.

In closing, while the articles that make up this issue focus on several different topics, together they provide a small contribution to the advance of state-of-the-art studies related to the tension between planning and urbanism, as well as to alternative forms of the appropriation, intervention, and transformation of social space. They range from issues related to the teaching and practice of urban planning and the discipline of urbanism, and from actions and interventions of collectives and social movements to produce another space, and which thus helps to build new knowledge, even ludic initiatives and minimalist interventions such as swings. To all of this may be added the role of festivities and planetary urbanization, which contribute to the tone of the current character of the urban. We trust that these articles serve to inspire our readers to reflect and to raise questions that will bring continuity to this ongoing debate.

Enjoy your reading!

Ester Limonad

*Guest Editor of the Thematic Dossier – Universidade Federal Fluminense,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Niterói, RJ, Brazil*

CONFERÊNCIA

CONFERENCE



INSURGÊNCIA, PLANEJAMENTO E A PERSPECTIVA DE UM URBANISMO HUMANO¹

INSURGENCY, PLANNING AND THE PROSPECT OF A HUMANE URBANISM

FARANAK MIRAFTAB

University of Illinois at Urbana-Champaign, Department of Urban + Regional Planning, Urbana-Champaign, Illinois, Estados Unidos da América

Obrigada por esta apresentação. Inicialmente, gostaria de agradecer à comissão organizadora do *World Planning Schools Conference* por me convidar para abrir esse importante diálogo entre colegas de todo o mundo. É uma verdadeira honra e um privilégio me dirigir a um grupo internacional de estudiosos de renome, sendo que com alguns dos quais continuo a aprender. Como sempre, o conhecimento é uma produção coletiva, e, portanto, o que compartilharei com vocês hoje são meus conhecimentos, adquiridos através do diálogo com ativistas e acadêmicos de várias partes do mundo.

Não preciso dizer a esta audiência que vivemos em um momento de crise, uma crise global que não é apenas uma crise do capitalismo, mas também do planejamento como uma profissão e como uma ideia. Por isso, a urgência de nossas conversações neste congresso mundial, para discutir como podemos repensar o planejamento, o qual é parte integrante da crise contemporânea, e imaginar práticas de descolonização que tornem possível um urbanismo humano. A crise contemporânea é insidiosa e infecta todas as dimensões da vida, em todos os cantos do globo. Mas isso não significa que estamos todos nela da mesma forma; essas crises afetam as pessoas distintamente em diferentes lugares, de formas que são injustas e desiguais. Poderosas economias, que produzem a desumanidade das crises globais, entretanto raramente assumem a responsabilidade por sua criação.

A atual guerra no Oriente Médio e seu deslocamento global é um exemplo.

Hoje, mais de 60 milhões de pessoas, ou seja, uma em cada 122 pessoas no mundo, foram expulsas de seus lares pela guerra e outros perigos, uma taxa de sofrimento pior do que em qualquer outro momento da história humana. Mas, enquanto o mundo tem os seus olhos em quase um milhão de fugitivos que enfrentaram o Mar Mediterrâneo para alcançar a Europa, apenas cerca de 300.000 receberam a assim chamada “hospitalidade europeia”. A grande maioria dos refugiados permanece próxima a seus lares, sem muita atenção global, em lugares como a Turquia, Jordânia, Líbano, Iraque, Irã e Egito, em campos de refugiados como Zaatari na Jordânia, os quais são agora uma característica permanente das cidades e uma forma de urbanização.

Essa é, de fato, a era do desterro global, seja por causa das guerras e do petróleo, seja por causa da ganância do capital imobiliário gerando espolição e expulsão urbanas.

Enquanto Congresso Mundial das Escolas de Planejamento (WPSC – 2016, World Planning Schools Congress), os debates em que embarcamos nos próximos dias concernem a como nós, enquanto acadêmicos do planejamento, treinando as próximas gerações de profissionais de planejamento, respondemos e nos engajamos em relação a essas crises e injustiça.

Eu argumento que o planejamento está se defrontando com sua própria crise de identidade e legitimidade, uma crise que emerge de sua esquizofrenia profissional, razão pelo que sua própria imagem e ideia da profissão não se encaixam. Daí, portanto, a necessidade de um novo tipo de planejamento, de um novo significado e de uma nova imaginação. O planejamento progressista necessita romper com os

DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n3p363>

¹ Conferência de Abertura do IV *World Planning Schools Congress*, realizada no Rio de Janeiro, em 3 de julho de 2016. Tradução de Ester Limonad, docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (POSGEO/UFF).

postulados que o conduziram a tal crise existencial. Necessita de uma virada ontológica na teorização das práticas de planejamento. Alguns a designam de planejamento insurgente, outros, inclusive alguns de nossos colegas aqui no Rio de Janeiro, a chamam de planejamento conflitivo.

Figura 1: Campo de Refugiados Zaatari, Jordânia, 80.000 pessoas



Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/levant/2015-10-20/help-refugees-help-themselves>>. Acesso em: 15 set. 2016.

Nesta apresentação enfoco como tal ruptura ontológica na teorização das práticas de planejamento requer, em primeiro lugar, reconhecer o leque de práticas além das sancionadas pelo Estado e poderes corporativos – nomeadamente as práticas insurgentes; e em segundo lugar, requer descolonizar a imaginação e as possibilidades para o futuro. Para isso, precisamos recorrer às práticas subordinadas, amadurecidas em movimentos anticoloniais e anticapitalistas de longa duração. Aí encontraremos a inspiração, os valores e os princípios orientadores para práticas que podem promover um futuro e um urbanismo mais humanos.

Deixem-me desenvolver essa argumentação passo a passo. Eu o faço em três atos:

Ato I. entendendo a esquizofrenia do planejamento;

Ato II. práticas insurgentes como um tipo diferente de planejamento;

Ato III. imaginação e a urgência em descolonizar o futuro.

E, então, finalizarei com uma breve reflexão sobre o que tudo isso representa para o ensino de planejamento.

ATO I: A ESQUIZOFRENIA DO PLANEJAMENTO

O planejamento enquanto uma profissão, se auto enaltece por atender ao bem público, mas os planejadores profissionais frequentemente encontram-se a serviço do bem privado.

* Essa esquizofrenia do planejamento é posta a nu quando:

A promoção de conjuntos habitacionais de renda mista em Chicago traduz-se na remoção dos habitantes pobres e racialmente discriminados de conjuntos habitacionais públicos (Figuras 2 e 3).

Em Chicago, conforme se elevaram os preços dos imóveis e a localização dos conjuntos habitacionais públicos tornou-se financeiramente atrativa, os conjuntos públicos foram demolidos em nome do desenvolvimento de comunidades de renda mista. O resultado do planejamento para as habitações integradas foi a expulsão por gentrificação – por exemplo, o aluguel de novos apartamentos de dois quartos² na área está acima de US\$ 3.000.

Figura 2: Demolição do Conjunto Cabrini Green, Chicago



Disponível em: <<http://inthesetimes.com/article/18606/70-acres-cabrini-green-documentary-chicago-housing-authority>>. Acesso em: 15 set. 2016.

Figura 3: Cabrini-Green – Projeto Habitacional de Renda Mista



Disponível em: <<http://www.chicagomag.com/Chicago-Magazine/April-2016/chicago-neighborhoods/Cabrini-Green/>>. Acesso em: 15 set. 2016.

² Disponível em: <http://picturethehomeless.org/wp-content/uploads/2015/12/Homeless_People_Count2.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

* Esta esquizofrenia do planejamento é posta a nu quando:

Transportes eficientes em Mumbai se traduzem em espoliação e expulsão.

O projeto da autoestrada costeira em Mumbai promete uma combinação de 33,20 km de “pontes sobre o mar, vias elevadas, solo recuperado e túneis submarinos”³ para atravessar a baía, reduzir os engarrafamentos de tráfego e os níveis de poluição de Mumbai. Os planejadores também prometem significativos embelezamentos e paisagismo ambiental que irão aumentar a qualidade de vida.

Mas o Tribunal do Povo Independente, trabalhando com o Coletivo de Mumbai por Alternativas Espaciais⁴, mostra que “a autoestrada atenderá apenas a pouco mais de 1% da população de Mumbai” – aqueles que dirigem carros e viajam diariamente na parte mais desenvolvida da costa Oeste da cidade. Pior ainda, o projeto destruirá a ecologia costeira e o sustento de comunidades costeiras de pescadores cujas vidas dependem da orla costeira.

Embora o planejamento de transportes justifique e promova um megaprojeto em nome do bem comum, ultimamente, nós o vemos servindo a promotores e ao capital imobiliário.

* Essa esquizofrenia do planejamento é posta a nu quando:

Em Cape Town - África do Sul, o planejamento empresarial se traduz na transferência do custo de revitalização econômica para os ombros dos municípios pobres. Enquanto essa revitalização urbana da Melhoria dos Bairros da Cidade (*City Improvement Districts*, CID), trouxe “*I love my laundry cafe*” (Figura 4) para a vizinhança do centro, onde Érica pode desfrutar de seu vinho, café e Internet durante a lavagem de suas roupas; para Nomvisiswano nunca se cumpriu a promessa constitucional de seu direito a serviços básicos. Lavar roupas é uma batalha diária, em uma das poucas torneiras comunais na periferia do assentamento de Marikana, em Phillippi (Figura 5).

Quando concordaram com a criação da Melhoria dos Bairros da Cidade (CIDs), há mais de uma década, os planejadores profissionais prometeram que as melhorias dos bairros revitalizados seriam boas para todos. Mas não foi assim para Nomvisiswano e para milhões de outros.

De fato, o problema é muito pior do que isso. Falta de água e de saneamento também estão conectadas, de formas assustadoras, com a violência de gênero.

Veja-se o caso das duas irmãs adolescentes do estado de Bihar, na Índia, as quais, em uma tarde de maio de 2012, saíram de seu barraco para defecar do lado de fora, longe de todos, onde não seriam vistas e teriam privacidade. Mas, elas nunca voltaram. Seus corpos mortos e violentados foram encontrados, mais tarde, depurados em uma mangueira.

Se as mulheres tivessem acesso seguro a sanitários, apenas em Bihar, cerca de 400 estupros teriam sido evitados naquele mesmo ano, relata o chefe de polícia de Bihar.⁵

É claro que esse assunto afeta pessoas bem além das fronteiras de Bihar.

Mas como a profissão de planejamento serviu ao bem público em um caso tão grave de injustiça espacial? Meninas e mulheres não são suficientes como um “público”? E sua segurança e suas vidas não são suficientes para um “bem”?

A questão de fundo é que o Estado capitalista e os especialistas que buscam manter o *status quo* através da inclusão democrática liberal defrontam-se com as limitações de sua promessa.

O planejamento como o conhecemos está-se defrontando com uma crise de legitimidade.

Suas contradições e falsas promessas manifestam-se em crescentes desigualdades. E as injustiças espaciais que propicia são a evidência patente de “um imperador sem roupas”.

3 Disponível em <<https://csaweb.org/2015/10/09/mumbais-coastal-road-social-environmental-impacts/>> Acesso em 15 de jun. 2016.

4 Disponível em: <<https://csaweb.org/2015/10/09/mumbais-coastal-road-social-environmental-impacts/>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

5 Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-india-22460871>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

Figura 4: Loja da rede *I love my laundry*, Cape Town, África do Sul



Disponível em: <<http://showme.co.za/cape-town/news/i-love-my-laundry-in-buitenkant-street-opening-night/>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

Figura 5: Nomvisiswano lavando sua roupa na periferia do assentamento de Marikana, em Phillipi



Disponível em: <<http://www.groundup.org.za/article/marikana-residents-struggle-water/please-everywhere-change-bongani-to-nomvisiswano>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

- Precisamos de um tipo diferente de planejamento.
- De fato não só o precisamos, mas um tipo diferente de planejamento é possível.
- Onde podemos ver isso?

Cidadãos, ao redor do mundo, tomaram suas cidades em suas próprias mãos – de Gezi Park, em Istambul, à zona Sul de Chicago, aos piqueteiros, em Buenos Aires, e dizem “basta! Nós já tivemos o suficiente! Que se vão todos!”

Precisamos considerar essas práticas seriamente e reconhecê-las como instâncias do fazer a cidade, como exemplos das pessoas planejando seus próprios futuros, um futuro que corporifica um urbanismo humano – algo que a profissão de planejador como a conhecemos falhou em fazer.

Para discutir essas experiências como novas práticas de planejamento, precisamos de uma nova imaginação, um novo léxico, um novo repertório de práticas e um distinto entendimento de justiça.

O planejamento insurgente pode ser a estrutura que pavimenta a estrada rumo a um urbanismo humano.

- Ainda, como é esse planejamento insurgente? Com que se parece?
- Como reconhecê-lo, ao vê-lo?
- Quais são seus princípios condutores, valores, ideais, imaginações, e como procede a uma ruptura fundamental com o planejamento como o conhecemos?

Essas são questões que abordo no Ato II.

ATO II: PRÁTICAS INSURGENTES

O planejamento insurgente é um planejamento alternativo à medida em que tem lugar entre comunidades subordinadas, sejam assentamentos informais e municípios em ex-colônias ou comunidades desfavorecidas no estômago da besta – a América do Norte e a Europa Ocidental.

Neste estágio histórico particular do neoliberalismo onde a inclusão é um alibi para a exclusão e normalização da dominação neocolonial, a falência do planejamento inclusivo liberal nos pressiona a repensar os parâmetros epistemológicos e ontológicos das teorizações e práticas de planejamento. Nós

somos pressionados a re-centralizar a política da justiça na teorização do planejamento e romper com as filosofias políticas que o guiaram durante boa parte do século XX. O planejamento insurgente, eu considero, persegue tal ruptura ontológica e epistemológica em nossa conjuntura neoliberal contemporânea.

O planejamento insurgente provém de uma tradição radical anterior na teoria de planejamento, formulada inicialmente por Friedmann (2011) no final dos anos 1980, depois desenvolvida por Sandercock (1998), Beard (2002) e outros autores, que clamaram pelo reconhecimento das práticas cidadãs como formas de planejamento.

O planejamento insurgente avança essa tradição ao abrir a teorização do planejamento a outras formas de ação, para incluir não apenas formas selecionadas de ação dos cidadãos e de suas organizações sancionadas pelos grupos dominantes, as quais designo de espaços de ação convidados; mas também as insurreições e insurgências que o Estado e as corporações sistematicamente buscam colocar no ostracismo e criminalizar – que designo de espaços de ação inventados.

Isto, eu argumento, não é apenas epistemológico (inclusão de comunidades locais e de voz e reconhecimento local) mas também ontológico.

Ativistas insurgentes põem em prática uma distinta compreensão de justiça. Para alcançar um resultado, eles mudam a base do seu clamor por justiça, da concepção de justiça de Rawls (1971) enquanto igualdade para a noção de Young (1990), da justiça baseada no reconhecimento da diferença e de sua política. Eles entendem não ser suficiente dar direitos individuais e um tratamento igualitário como advoga a filosofia política liberal da justiça. Ao contrário, pedem o urgente reconhecimento de formas de opressão autodeterminadas e baseadas em grupos.

Tal compreensão da justiça faz o debate da inclusão passar da representação para a autodeterminação – uma mudança na perspectiva que valida a ação direta coletiva de cidadãos e que volta-se da democracia representativa para a democracia participativa. Na democracia representativa, os cidadãos delegam seus direitos a outros – representantes políticos, burocratas ou especialistas técnicos – para atuar em seu melhor interesse. Em contraste, na democracia participativa os cidadãos reconhecem a inadequação dos direitos formais e não incumbem a outros advogar por seus interesses mas, ao contrário, tomam parte diretamente e formulam decisões que afetam suas vidas. A democracia participativa consequentemente promove uma forma de cidadania que é multi-centrada e que tem múltiplas atividades, incluindo os cidadãos e suas ações sociais diretas.

Isso tem importantes implicações para o planejamento. Porque rompe ontologicamente com a noção liberal de inclusão, que guiou o planejamento profissional durante a maior parte do século XX. Práticas insurgentes perfazem uma ruptura ontológica não por almejam uma fatia maior da torta, mas por desejarem um outro tipo de torta – uma torta ontologicamente distinta. As práticas insurgentes e o planejamento insurgente não buscam por inclusão através de uma melhor representação (seja de especialistas ou de políticos); mas buscam a inclusão autodeterminada, na qual os direitos das pessoas são reais e praticados.

Conforme o planejamento insurgente descentraliza o papel da representação e dá atenção à ação direta e aos meios de inclusão, ele muda também o sujeito de sua teorização – do planejador para o planejamento. Na arquitetura conceitual do planejamento insurgente, planejadores profissionais nada mais são que um ator em um conjunto de atores que conformam o questionável campo de ação conhecido como planejamento. A preocupação principal é portanto com as práticas e não com seus atores.

À medida que os espaços de ação convidados e inventados dos cidadãos são críticos para a minha abordagem do planejamento insurgente, tomarei uns poucos momentos para esclarecer o conceito.

Os dois tipos de espaços que discuto encontram-se em uma relação dialética e de interação mutuamente constituída, não em uma relação binária. Evidências concretas mostram que as práticas dos movimentos sociais, que almejam alcançar mais do que as necessidades individuais, que é a meta da

inclusão liberal, frequentemente tem de se mover através e entre aqueles espaços de acordo com as necessidades específicas da luta. Mas instituições de poder, tais como a mídia dominante, o Estado, organizações internacionais de ajuda, configuram esses espaços convidados e inventados em uma relação binária, e tendem a criminalizar os últimos, designando apenas os primeiros como espaços “apropriados” para as vozes e participação dos cidadãos.

Devemos observar que uma construção binária de espaços convidados e inventados arrisca uma concepção fixa equivocada de estabilidade em cada espaço. Essa construção binária desconsidera a flexibilidade e a natureza inovadora do capitalismo e como ele se desdobra sobre o que quer que esteja a sua margem e busca incorporar o que quer que possa constituir uma ameaça a ele. O que hoje é uma alternativa pode se tornar uma tendência dominante e despolitizada pela repressão e cooptação amanhã, com sua força transformadora minada – deixando os ativistas com um “telefone de brinquedo sem sinal para chegar a lugar nenhum” – metáfora que meu colega Ken Salo usa para esses movimentos roubados.

Movimentos radicais necessitam, assim, reinventar constantemente seus espaços de ação através de “práticas de ruptura e criação”. Porque, conforme Marcelo Svirsky (2010), o ativismo que “trilha caminhos de conflito reconhecidos está sempre em risco de ser sitiado e contido pelo organismo de Estado”, e da conformidade à cumplicidade é um curto passo, como adverte Buchanan (2000). O ativismo que busca apenas garantir os mecanismos da democracia representativa constitui o que Svirsky (2010) designa de “ativismo escravo”.

Este tipo de ativismo escravo é o que a teoria despolitizada de planejamento celebrou e popularizou como planejamento inclusivo através da participação cidadã, do desenvolvimento comunitário de movimentos sociais e envolvimento de movimentos sociais. O planejamento insurgente rompe com esse modo de pensar de formas radicais. O planejamento insurgente desafia o confinamento e a conformação das ações dos cidadãos às normas do Estado democrático liberal e do aparato de mercado e também reconhece como os cidadãos podem usar essas normas para induzir uma ruptura e criar algo novo.

Os cépticos, todavia, levantam importantes questões:

- Como reconhecemos práticas insurgentes que contribuam para construir uma democracia participativa e para criar as bases para se desenvolver um urbanismo humano?
- Será que todo ato de insurreição ou disruptivo constitui uma contribuição progressista a um urbanismo humano? Ou pode ser antidemocrático, reacionário ou mesmo fascista?

Tome-se, por exemplo, o caso Clive Bundy (Figura 6), nos Estados Unidos, um movimento da direita que envolveu, durante quase seis semanas, uma ocupação e um confronto armado com as autoridades de Nevada em relação aos direitos de pastagem do gado em uma área de preservação da vida selvagem. Os insurgentes Clive Bundy e seus filhos, com o apoio de outros vaqueiros resistiram à imposição de taxa federal.

Figura 6: Mobilização armada de direita, liderada por Clive Bundy, em Nevada, Estados Unidos



Fonte: Steve Marcus/Reuters/Corbis.

Ou consideremos os frequentes distúrbios xenofóbicos na África do Sul, inclusive o de 2015, no cabo Ocidental, onde tive o infortúnio de testemunhar os depoimentos, de partir o coração, de suas vítimas entre os pobres migrantes e refugiados africanos.

Entendo as práticas de planejamento insurgentes⁶, com potencial transformador para um urbanismo humano, em termos de três princípios:

- Transgressão no tempo, lugar e ação: elas transgridem falsas dicotomias entre espaços convidados e inventados do ativismo; elas transgridem fronteiras nacionais ao construir solidariedades transnacionais e movem-se além dos laços do tempo através de uma consciência historicizada.
- Contra e anti-hegemonia: as práticas de planejamento insurgente são anti- e contra-hegemônicas. Elas desestabilizam relações de dominação e são especificamente anticapitalistas.
- Imaginação: práticas de planejamento insurgente são imaginativas. Elas recuperam o idealismo por uma sociedade justa.

Alguns exemplos podem ajudar.

Começo com um breve exemplo de um projeto em curso intitulado “Meio-Oeste Insurgente: Diálogos Transnacionais para um Urbanismo Humano” (*“Insurgent Midwest: Transnational Dialogues for Humane Urbanism”*), em que estou envolvida com um coletivo de acadêmicos e ativistas em Illinois.

Um dos grupos envolvidos nesse projeto é o Centro Autônomo de Albany Park – Rede Mexicana de Solidariedade (*Albany Park Autonomous Center – Mexican Solidarity Network (MSN)*), organização de base comunitária com sede em Albany Park, um bairro de Chicago com um grande contingente de imigrantes e latinos, mas associada e articulada em rede com movimentos no México. Trabalha estreitamente com os Zapatistas, com comunidades indígenas e camponesas, com frentes de trabalho em Chiapas, Ciudad Juárez, Guerrero, Oaxaca, Cidade do México no México.

⁶ Ver: Miraftab (2009) e Miraftab e Wills (2005).

Suas parcerias estratégicas mais importantes no México são com a *Frente Popular Francisco Villa Independiente*, organização comunitária com uma base de 100.000 membros na Cidade do México, e com o *Consejo Nacional Urbano y Campesino*, organização comunitária com base urbana e rural de 30.000 membros em Tlaxcala.

A MSN adota práticas transgressoras não apenas por seu alcance e intercâmbio transnacional, mas também por se mover além e através de “espaços convidados e inventados” de ativismo. Em anos recentes, predominantemente grandes sociedades imobiliárias de responsabilidade limitada começaram a adquirir edifícios de apartamentos de aluguel em Albany Park, expulsaram os inquilinos desses edifícios, fizeram algumas melhorias e recolocaram as unidades de volta no topo do mercado imobiliário, a preços inacessíveis aos moradores anteriores – produzindo o que é conhecido como um típico processo de gentrificação.

Para combater esses processos de gentrificação e remoção o Centro Autônomo de Albany Park utiliza instrumentos legais, disponíveis através dos “espaços convidados”, para estender os prazos de aluguel e proteger os direitos legais dos inquilinos. Porém, não se limita apenas a tais práticas, também mobiliza através de um leque de “espaços inventados” de ativismo. O que inclui ações diretas como protestos em frente dos bancos responsáveis pela gentrificação em suas vizinhanças e pela crise hipotecária imobiliária nacional que deixou muitas famílias sem teto (Figura 7).

Figura 7. Protesto pacífico em frente aos bancos para expô-los pelo fato de provocarem penhoras e remoções



Fonte: Centro Autônomo de Albany Park – MSN.

O Centro Autônomo de Albany Park cria, também, mapas em tempo real da gentrificação, marcando os edifícios que as sociedades imobiliárias adquirem, e organiza os inquilinos nesses edifícios em associações de moradores específicas de cada edifício para sabotar as remoções e/ou a reforma dos edifícios de onde as pessoas são removidas. Suas práticas transgressoras assemelham-se ao uso da estratégia “espada e escudo”. O escudo para estender a permanência e proteger os residentes de baixa renda, a espada para acionar ações públicas contra os proprietários, em particular contra as sociedades imobiliárias que adquirem quantidades crescentes de unidades em bairros em processo de gentrificação como Albany Park.

Outro exemplo pode ser as práticas insurgentes de cidadãos no Gezi Park, em Istambul, Turquia, durante o verão de 2013.

Recentemente, Deniz Ay e eu publicamos um texto⁷ que documenta o sucesso de espaços inventados de ativismo usando atos performáticos de insurgência para parar a demolição do Gezi Park e da Praça Taksim e sua substituição por um *shopping center*.

Gezi Park e a Praça Taksim adjacente, para aqueles na audiência não familiarizados com Istambul, é um espaço público chave para os residentes de Istambul. É um grande espaço público, e é o centro comercial e de transporte.

Os promotores multinacionais e o capital imobiliário, entretanto, como parte da agressiva neoliberalização do espaço urbano de Istambul, voltaram-se para a apropriação desse espaço para um uso sofisticado e de elite. Durante os vários estágios do planejamento desse projeto de renovação, cidadãos preocupados e organizações civis exauriram os canais liberais representativos de participação cidadã (os chamados espaços convidados) para expressar sua oposição. Mas como se esperava, estes não eram mais do que uma maquiagem de fachada para a agressiva agenda do capital arrasar tudo e abrir caminho, figurativa e literalmente. No dia da demolição, entretanto, os cidadãos chegaram e inventaram novos meios para participar e serem ouvidos; alguns espontâneos, outros organizados enfrentaram uma forte repressão militar. Mesmo assim, ocuparam a praça, instalaram seu espaço comunal, imaginaram o espaço público como se fora deles mesmos e resistiram aos avanços do capitalismo.

O que é importante, para mim, nesse exemplo são os aspectos performáticos da luta deles e os espaços de ativismos que inventam – performatividade encenada por aqueles “que não contam”, para citar Swyngeduw (2015). Uma série de táticas com base no lugar, que simbólica e performativamente resiste ao re-desenvolvimento na Praça Taksim, re-inventou a praça e deu-lhe um novo significado através do uso imaginativo de seu espaço público.

Por exemplo, uma forma não ortodoxa de protesto: permanecer parado. Um homem permaneceu parado por oito horas consecutivas na Praça Taksim, defronte ao Centro Cultural Ataturk (AKM), que traz a efígie do tamanho de uma parede de Ataturk, pai da nação e de seu moderno estado na Turquia, com as bandeiras nacionais do país de cada lado. O ato de permanecer parado enquanto defrontava esta figura disparou a memória coletiva dos fundamentos da Turquia moderna, que reverberaram entre muitas pessoas da oposição ao governo nacional.

Enquanto o Homem Parado desnorтеou as forças policiais, em como manejar os supostamente passivos protestos de massas “apenas parados”, também criou uma presença corporal de pessoas. Essa simples presença de corpos no domínio público, como Judith Butler e Athanasiou (2013) ressaltam, gera uma certa força performática através do “Nós estamos aqui”, mensagem que também poderia ser re-lida como “Nós **ainda** estamos aqui” a despeito dos esforços persistentes de desposseção e opressão. O protesto do Homem Parado tornou-se um ato inovador de prática cidadã precisamente por causa do contexto histórico, espacial e político no qual teve lugar e deu significado a ele.

A “Mesa na Terra” é outro exemplo de espaços inventados e de ativismo. Um mês de luta marcou o primeiro dia do Ramadan, assim muitos esperavam que isto acabaria inevitavelmente com os protestos no Gezi Park. Ao contrário, as pessoas de Gezi reinventaram o espaço da rua mais popular de Istambul (Istiklal), mesclando os ideais do movimento de Gezi Park com os rituais do Ramadan. As pessoas ocuparam a linha do bonde, que atravessa a avenida Istiklal e criaram a Mesa na Terra, como a designaram, para quebrar o seu jejum, recebendo centenas de pessoas compartilhando sua comida uns com os outros. Este ato inovador de usar o trilho do bonde, no meio da vizinhança mais vibrante da cidade e rodeados por restaurantes de alto luxo, foi chave para afirmar a presença deles, o “nós ainda estamos aqui” afetou mas também evocou a imaginação de um urbanismo humano e de um espaço urbano mais comunal.

⁷ Ver: Ay e Miraftab (2016).

Figura 8: “Mesa na Terra”, Avenida Istiklal, julho de 2013



Fonte: Foto de Yagiz Karahan, 2013.

Embora esses movimentos não ofereçam, de forma alguma, um plano urbanístico, suas práticas são fundamentais para obstruir a besta da ganância urbana. Essas práticas podem ou não permanecer válidas para outra luta, outro tempo e lugar, mas precisamos inventar novas formas de ação, compartilhá-las, criar um repertório, um idioma de planejamento (para usar os termos de Ananya Roy) para empurrar os limites da imaginação e evocar um futuro alternativo que seja pela justiça espacial.

Lutas pela imaginação e descolonização do futuro, enfatizo, são o terreno político chave da luta. Esse é o Ato III, para o qual me volto agora, que tem uma implicação significativa para os educadores de planejamento.

ATO III: IMAGINAÇÃO E A URGÊNCIA EM DESCOLONIZAR O FUTURO

Os escritos de intelectuais africanos ensinam-nos que a liberação das colônias poderia acontecer apenas através do que Fanon (1986; 1995) designa de “descolonização da mente” e liberação da imaginação. A liberação necessita de uma nova consciência, recuperada da injúria moral colonial, da profunda alienação que acreditava que o desenvolvimento da colônia somente poderia acontecer “sob a condição de rejeitar a si própria” e que importe no atacado cenários e soluções não-africanas (DAVIDSON, 1992).

Afirmo a necessidade de uma nova consciência que libere as imaginações do planejamento. Isso requer descolonizar a imaginação do planejamento questionando suas assumpções hegemônicas.

A luta central com que esta geração se defronta é entre a expansão do domínio da imaginação e o seu encerramento. O futuro é inevitável. É aberto e plural. As pessoas necessitam dele como necessitam do ar, escreve Jan Pieterse (2000). Mas o futuro está também vazio; significando que o que o constitui depende de como é imaginado, suscetível de ser reinventado e “aberto por um horizonte de possibilidades”. Por causa de sua abertura e pluralidade, o futuro é um objeto de intensa disputa, segundo Boaventura de Souza Santos (1995).

Mas a abertura sem fim, a pluralidade e imprevisibilidade do futuro também o tornam um território político, um sítio de forte contestação sobre o rumo que pode tomar. Se não ousarmos imaginar o inimaginável, então, o futuro é menos aberto e mais predeterminado como persistência e perpetuação do presente.

A “colonização do futuro” é um conceito de importância chave nessa discussão. Deixem-me elaborar:

Nas primeiras colônias, a terra, os recursos naturais e o trabalho escravo eram objetos da criação de riqueza. Nos anos 1980 Maria Mies e suas colegas, Bennholdt-Thomsen e Von Werlhof (1988), provocativamente, escreveram *Mulheres, a Última Colônia*. Ou seja, a colonização voltou-se para as mulheres e para a obtenção barata de seu trabalho para criar mais riqueza.

Hoje, entretanto, eu argumento que é o futuro que deve ser invocado como a última colônia – o futuro enquanto um território político, um “território” a ser “ocupado” para salvaguardar seu fechamento por imaginações totalitárias e pela aniquilação de alternativas.

Como um argumento oposto ao do fim da história de Francis Fukuyama (1992), que busca encerrar o futuro, a luta de nossos cidadãos é para superar tal fechamento e abrir o terreno para a imaginação para conceber alternativas. **O fim da história como o conhecemos, pode ser também o começo da história como a queremos.**

Para isso, algumas pessoas empregam ações performáticas que evocam a imaginação de um mundo diferente, mesmo que momentânea e temporariamente. Outros, entre os novos movimentos sociais, voltam-se para a ficção científica, para os movimentos de justiça social.

Em resumo, a politização da imaginação e do futuro como um terreno de luta por justiça é chave, se vamos planejar um mundo mais justo, e um urbanismo mais humano. O potencial de insurgência para o urbanismo humano jaz na normalidade que ele interrompe e no novo senso comum que ele ajuda a criar.

E AGORA O ATO FINAL: QUAIS AS IMPLICAÇÕES DESSES DEBATES PARA O ENSINO DE PLANEJAMENTO

Eu foco em três pontos principais que emergem de inspirações específicas, que compartilhei durante a última hora.

- **Primeiro**, no núcleo do ensino de planejamento progressista deve haver uma abordagem relacional que promova um *curriculum* transgressor tanto em conteúdo, quanto em modos de conhecimento;
- **Segundo**, um ensino de planejamento que mire o futuro necessita preparar os estudantes com linguagens que os conectem a diversos atores, que em contestações modelam o *habitat* humano;
- **Terceiro**, como acadêmicos de planejamento devemos usar cada oportunidade para estimular a imaginação e descolonizar o futuro.

Deixem-me explicar:

Primeiro, precisamos adotar uma abordagem relacional. Uma abordagem relacional no ensino de planejamento expõe as injustiças e desigualdades pela transgressão do tempo, do lugar e das formas de ação.

Para combater uma compreensão paroquial do desenvolvimento, uma abordagem relacional pro-

move uma compreensão transnacional e historicizada através de todas as áreas do *curriculum*.

Ela vê o lugar local como poroso, não como um território confinado ou aparte. Vai além do nacionalismo metodológico dos estudos urbanos e do pós-nacionalismo dos estudos globais para expor o custo global do desenvolvimento local.

Um *curriculum* relacional não ensinaria, portanto, sobre revitalização sem gentrificação; não ensinaria sobre migração sem desterritorialização; não ensinaria sobre o presente sem um agudo sentido de história e não ensinaria sobre o local sem revelar a hierarquia e seu modo de conexão com o mundo. Um ensino relacional de planejamento politiza o *curriculum*, é politemporal e transnacional, provê os estudantes com analogias e metáforas da exclusão e do elitismo através da inclusão

Segundo, precisamos preparar os estudantes com variadas linguagens de planejamento que os conectem a atores diversos, os quais contestam e modelam o futuro do *habitat* humano.

Meu colega Carlos Vainer, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sugere que o planejamento poderia ser entendido como uma linguagem, e o que ele designa de planejamento de conflito oferece uma linguagem técnica e discursiva do planejamento para os movimentos. Isso implica em um ensino de planejamento que prepara os estudantes para se engajarem não apenas com os espaços convidados, mas também com os espaços inventados de ação cidadã.

O planejamento, entendido como um campo disputado de ação por um conjunto de atores, reconhece os múltiplos centros de poder, meios de ação e linguagens. Os estudantes que nós, como acadêmicos, treinamos podem acabar em organizações sem fins lucrativos da sociedade civil, em autarquias municipais, no mundo corporativo das consultorias ou do setor imobiliário, ou simplesmente como cidadãos preocupados, conduzindo suas próprias lutas por uma experiência de vida humana e um meio de sobrevivência dignos. Nossos estudantes precisam reconhecer o significado de outros atores igualmente importantes no processo de construção da cidade. Eles não podem ser enganados pela criminalização de certas práticas e espaços de ação.

Assim, pode-se perguntar o que devem fazer aqueles que treinamos para obter um emprego como planejadores profissionais? O planejamento insurgente não tem projetos urbanísticos; além de sua estrutura normativa, ele não pode ter um plano urbanístico, um projeto físico, à medida que isso poderia jogar por terra a essência das práticas imaginativas e relacionais que necessita. O planejamento insurgente é específico do contexto e responde ao conjunto de atores e relações que encontra em um dado contexto disputado. Como cada contexto possui sua própria micropolítica e infrapolítica (para usar o termo de Kelly Robin (1994)), não há uma transmissão genérica de certas ações a um planejador profissional.

Terceiro, nosso currículo necessita evocar a imaginação para visionar um futuro alternativo – um futuro que incorpore um urbanismo humano.

Para um ensino transformador de planejamento, Fanon ajuda ao mostrar o papel das subjetividades em reforçar ou minar o discurso e a prática da cultura dominante. Fanon escreve sobre a colonização da mente, dos valores e das subjetividades através da falsa promessa de plena cidadania por falar o “francês apropriado”. No ensino de planejamento as imaginações dos estudantes são frequentemente sequestradas pelas experiências de planejamento euro-americanas convencionais do *mainstream* como o “planejamento adequado”. O custo de não usar ideias e ideais convencionais e elitistas de planejamento é que nós não somos ouvidos.

A eliminação de futuros alternativos não se faz sempre através da violência direta, por exemplo, pela criminalização das alternativas. A remoção de práticas alternativas de planejamento pode se fazer também através da violência indireta por meio da depreciação da alternativa – depreciando as práticas. Por exemplo, rotulando-se alternativas como “irreais e que, portanto, não merecem um envolvimento” ou “sem vínculos com a realidade presente” tem frequentemente servido como um meio efetivo para suprimir alternativas.

Nessa era de “realismo”, onde os ideais são menosprezados e sonhar é estigmatizado, o exercício da

imaginação individual ou coletiva de um mundo justo é de valor pedagógico inestimável. Um exemplo nesse sentido é a minha turma de calouros, a quem solicitei, em um pequeno exercício simples de grupo, que imaginassem como uma cidade justa se pareceria ou seria: os estudantes tiveram dificuldades em se envolver com esse imaginário mesmo por cinco minutos. Para educadores de planejamento a fronteira da luta anticolonial e anti-hegemônica é de fato uma luta para descolonizar as mentes e a imaginação dos estudantes, para visionarem as possibilidades de um mundo diferente.

Para encerrar gostaria de enfatizar que, por vivermos em tempos de crise, tanto do capitalismo quanto de nossa profissão de planejamento; estas crises compelem-nos rumo a novas oportunidades. A mais importante oportunidade e desafio ao planejamento progressista para tratar das injustiças espaciais é ousar imaginar – imaginar um futuro radicalmente diferente que seja mais justo e que corporifique um urbanismo humano. Para isso necessitamos também de um repertório de práticas que possam invocar tal imaginação e pavimentar os caminhos para um urbanismo humano. O espaço desse congresso e seu compartilhamento transnacional de ideias e histórias é uma oportunidade única. Espero ansiosa por isso.

Faranak Miraftab é PhD pela *University of California, Berkeley*, EUA; Docente do Departamento de Planejamento Urbano e Regional na *University of Illinois* em Urbana-Champaign, EUA.
E-mail: faranak@illinois.edu

REFERÊNCIAS

- AY, D.; MIRAFTAB, F. Invented Spaces of Activism: Gezi Park and Performative Practices of Citizenship. In: GRUGEL, J.; HAMMETT, D. (Ed.). *The Handbook of International Development*. Londres: Palgrave MacMillan, 2016. p. 555-574.
- BEARD, V. A. Covert Planning for Social Transformation in Indonesia. *Journal of Planning Education and Research*, v. 22, n. 1, p. 15-25, set. 2002. <https://doi.org/10.1177/0739456x0202200102>
- BUCHANAN, I. *Deleuzism: A metacommentary*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2000.
- BUTLER, J.; ATHANASIOU, A. *Dispossession: the performative in the political*. Cambridge: Polity Press, 2013.
- DAVIDSON, B. *The Black Man's Burden: Africa and the Curse of the Nation-State*. New York: Times Books, 1992.
- FANON, F. *Black Skin, White Mask*. London: Pluto Press, 1986.
- _____. The Fact of Blackness. In: ASHCROFT, B.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. (Ed.). *The Post-Colonial Studies Reader*. New York: Routledge, 1995. p. 291-294.
- FRIEDMANN, J. *Insurgencies: essays in Planning Theory*. New York: Routledge, 2011.
- FUKUYAMA, F. *The End of History and the Last Man*. New York: Free Press, 1992.
- MIES, M.; BENNHOLDT-THOMSEN, V.; VON WERLHOF, C. *Women: The Last Colony*. London: Zed Books, 1988.
- MIRAFTAB, F. Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South. *Planning Theory*, v. 8, n. 1, p. 32-50, fev. 2009. <https://doi.org/10.1177/1473095208099297>
- _____; WILLS, S. Insurgency and Spaces of Active Citizenship: The Story of Western Cape Anti-Eviction Campaign in South Africa. *Journal of Planning Education and Research*, v. 25, n. 2, p. 200-217, dez. 2005. <https://doi.org/10.1177/0739456x05282182>
- PICTURE THE HOMELESS. *Homeless people count vacant properties in Manhattan*. Nova Iorque: Picture the Homeless, 200[?], Disponível em: <http://picturethehomeless.org/wp-content/uploads/2015/12/Homeless_People_Count2.pdf>. Acesso em: 25 set. 2016.
- PIETERSE, J. N. *Global Futures: Shaping Globalization*. London: Zed Books, 2000.

- RAWLS, J. *A Theory of Justice*. Cambridge, MA: Belknap, Harvard University Press, 1971.
- ROBIN, K. *Race Rebels: Culture, Politics, and the Black Working Class*. New York: Free Press, 1994.
- SANDERCOCK, L. Framing Insurgent Historiographies for Planning. In: _____ (Ed.). *Making the Invisible Visible: A Multicultural Planning History*. Berkeley: University of California Press, 1998. p. 1-35.
- SANTOS, B. S. *Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. London: Routledge, 1995.
- SVIRSKY, M. Introduction: Beyond the Royal Science of Politics. In: _____ (Ed.). *Deleuze Studies: Special Issue on Deleuze and Political Activism*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2010. p. 1-6.
- SWYNGEDOUW, E. Urban Insurgencies and the Re-Politicization of the Unequal City. In: MIRAFTAB, F.; WILSON, D.; SALO, k. (Ed.). *Cities and Inequalities in a Global and Neoliberal World*. New York: Routledge, 2015. p. 173-187.
- YOUNG, I. *Justice and the Politics of Difference*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

ALÉM DO PLANEJAMENTO
E DO URBANISMO: EM BUSCA
DE UM ESPAÇO DIFERENCIAL

BEYOND PLANNING
AND URBANISM: IN SEARCH
OF A DIFFERENTIAL SPACE



O CAMPO E A PRÁXIS TRANSFORMADORA DO PLANEJAMENTO:

REFLEXÕES PARA UMA AGENDA BRASILEIRA

THE FIELD AND THE TRANSFORMATIVE PRAXIS OF PLANNING:

REFLECTIONS FOR A BRAZILIAN AGENDA

JEROEN JOHANES KLINK^{A, B, E, F}

SANDRA MOMM^{A, B, E, F}

SILVANA ZIONI^{A, E, F}

ARILSON FAVARETO^{A, E, F}

MARIANA MENCIO^{A, B}

Universidade Federal do ABC, Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas,
Santo André, SP, Brasil

R E S U M O : O objetivo deste artigo é analisar, a partir dos conceitos bourdieusianos de *campo*, *habitus* e *capital*, como processos de reestruturação na economia, na política e na própria sociedade geraram uma série de desafios e oportunidades para a formação e atuação no planejamento do espaço e dos territórios no Brasil. Argumenta-se que as transformações no período pós-1970 produziram novas competências e habilidades para o planejamento que transbordaram a formação tradicional. Ao mesmo tempo, observa-se que o complexo brasileiro de instituições responsáveis pela formação e atuação profissional ainda está desarticulado e com alcance limitado para absorver as novas demandas que cercam o planejamento do país. É apresentada, sinteticamente, uma experiência em andamento na Universidade Federal do ABC (UFABC): um bacharelado interdisciplinar em planejamento territorial a partir da implantação da pós-graduação em planejamento e gestão dos territórios. Conclui-se com uma reflexão sobre a necessidade de uma agenda nacional pautada nesse tema.

P A L A V R A S - C H A V E : atuação profissional; bacharelado interdisciplinar; campo do planejamento; formação em planejamento; planejamento territorial; planejamento no Brasil.

A B S T R A C T : *The objective of the article is to analyze, based on Bourdieu's concepts of the field, habitus and capital, how restructuring processes in the economy, in politics and society itself have generated a number of challenges and opportunities for the formation and professional practice of Brazilian spatial planning. We argue that changes in the post-1970 period have generated new skills and abilities for planning that have crossed the boundaries of traditional formation. At the same time, it may be observed that the Brazilian set of institutions, responsible for formation and professional practice, is still relatively disconnected, and with a limited scope to absorb the new demands faced by planning within the country. We briefly discuss an ongoing experience within the Universidade Federal do ABC (UFABC) regarding an interdisciplinary bachelor's degree in territorial planning created on the basis of its graduate program in territorial planning and management. The paper concludes with a reflection on the need to set up a national agenda structured around this theme.*

K E Y W O R D S : *professional practice; interdisciplinary bachelor degree; planning field; formation in planning; spatial planning; territorial planning; planning in Brazil.*

Contribuição de cada autor/a: A. fundamentação teórico-conceitual e problematização; B. pesquisa de dados e análise estatística; C. elaboração de figuras e tabelas; D. fotos; E. elaboração e redação do texto; F. seleção das referências bibliográficas.

DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n3p381>

INTRODUÇÃO: CONHECIMENTO, APRENDIZAGEM E O MUNDO PROFISSIONAL NO SÉCULO XXI

Nas últimas décadas, especialmente a partir do período pós-1980, é possível identificar rápidas transformações socioeconômicas, tecnológicas, políticas e culturais que desencadearam rupturas nos modelos de formação e atuação profissional. Essas transformações questionaram o paradigma de ensino, aprendizado e inovação que, até então, tinha acompanhado um modelo de desenvolvimento relativamente estável nos países centrais. Mais especificamente, a globalização e a compressão do tempo-espaço fizeram com que o conhecimento especializado e enraizado nas disciplinas tradicionais, um dos pilares desse paradigma, fosse posto em questão.

Apesar da variedade de abordagens que visam a “reinventar” a universidade do século XX, identifica-se um eixo comum entre elas. Novos projetos político-pedagógicos rejeitam a especialização precoce; eles procuram uma formação interdisciplinar que permita ao aluno articular as diversas áreas do conhecimento e que lhe proporcione capacidade e autonomia para a aprendizagem contínua ao longo da vida profissional. A abordagem se reflete no ingresso na universidade em grandes áreas do conhecimento, em vez de cursos especializados, numa matriz curricular interdisciplinar flexível, com a oferta de disciplinas obrigatórias e eletivas, cujo objetivo é fomentar a autonomia, o espírito crítico e o aprendizado.

Essa tendência não passou despercebida no Brasil. Numa trajetória já desencadeada desde os anos 1990, a Academia Brasileira de Ciências (ABC) elaborou, em 2004, recomendações para a reforma da educação superior alinhadas com tal tendência¹. Nos últimos anos, no escopo das mudanças do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)², surgiram propostas de bacharelados interdisciplinares que adotavam um projeto político-pedagógico ancorado nos princípios de autonomia intelectual, formação holística e estímulo à educação continuada.

As transformações também afetaram o mercado de trabalho e o mundo profissional. Os modelos de industrialização, urbanização e desenvolvimento que marcaram o século XX ancoraram-se grandemente em categorias profissionais delimitadas e em conselhos com amplas atribuições para regulamentar, certificar e garantir a qualidade do exercício da profissão. No entanto, o cenário contemporâneo gera desafios para esse sistema enraizado em profissões moldadas de acordo com as tradições disciplinares, no qual os conselhos articulam as demandas previsíveis do mundo profissional, tensionados pela dinâmica da ciência e do mercado expressa nas Instituições de Ensino Superior (IES). Por sua vez, novas configurações interdisciplinares articulam campos de conhecimento e habilidades, forjando novas profissionalidades.

O objetivo deste artigo, organizado em quatro seções, é analisar, a partir dos conceitos bourdieusianos de *campo*, *habitus* e *capital* aplicados ao planejamento, como processos de reestruturação na economia, na política e na própria sociedade geraram uma série de desafios e oportunidades para a formação e atuação de quadros profissionais responsáveis pelo planejamento urbano e regional no Brasil. Na segunda seção, são abordados o conceito de campo e a construção da ciência e das profissões. Na seção seguinte, argumenta-se que as transformações no período pós-1970 produziram

¹ Academia Brasileira de Ciências (2004).

² O REUNI, um programa do Ministério da Educação iniciado em 2003, é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que tem a promoção de inovações pedagógicas entre suas metas. Foram criados, em seu âmbito, bacharelados interdisciplinares em diversas universidades federais brasileiras.

novas competências e habilidades para o planejamento do espaço e dos territórios que transbordam a formação tradicional. Ao mesmo tempo, diferentemente da tendência internacional, o complexo brasileiro de instituições responsáveis pela formação e atuação profissional ainda está desarticulado e com alcance limitado para absorver as novas demandas que cercam o planejamento urbano e regional do país. É apresentada, sinteticamente, uma experiência em andamento na Universidade Federal do ABC (UFABC): um bacharelado interdisciplinar em planejamento territorial, a partir da implantação da pós-graduação em planejamento e gestão dos territórios. Na última seção, conclui-se com uma reflexão sobre a desarticulação na formação e na atuação no campo do planejamento urbano e regional no Brasil e sobre a necessidade de uma agenda nacional pautada nesse tema.

O CONCEITO DE CAMPO E A CONSTRUÇÃO DA CIÊNCIA E DO MUNDO PROFISSIONAL APLICADOS AO PLANEJAMENTO

Nas décadas recentes, as exigências sociais sobre as formas de uso do espaço vêm requerendo novos enfoques no campo dos estudos territoriais, com repercussões no estado das teorias e dos instrumentos analíticos. Aliás, são os novos enfoques que possibilitam que sejam entendidos os atritos e as justaposições, no interior desse campo de estudos, entre a perspectiva emergente do planejamento e as perspectivas teóricas já estabelecidas. Todavia, na tradição da história da ciência³, a explicação para as mudanças científicas ainda se restringe às disputas entre paradigmas. Embora sejam admitidas as influências sociais sobre a ciência, não há, em sua abordagem, conceitos que permitam explicar as injunções entre o mundo da ciência e as outras esferas do mundo social.

Essa perspectiva surge somente na terceira onda de estudos da ciência, sucedendo as perspectivas epistemológica e histórica; ela se constitui a partir das contribuições de sociólogos como Bruno Latour (2000) e Pierre Bourdieu (2001; 2004). No caso deste último, em especial, a pedra de toque de seu pensamento está, justamente, numa explicação em dois tempos: por um lado, volta-se para o entendimento das formas de articulação interna do campo científico, por outro, e de forma complementar, direciona-se à compreensão das formas de articulação entre o domínio específico da ciência e outras esferas do mundo social, como economia, Estado etc. Para tanto, o sociólogo francês estrutura sua abordagem em torno de um conjunto de conceitos-chave como *campo*, *habitus*, formas de *capital* e *doxa*, apresentados a seguir, mas já endereçados à análise do campo de estudos do planejamento do espaço e dos territórios.

Campo, na concepção bourdieusiana, é uma unidade do mundo social dotada de relativa autonomia e que funciona a partir de regras próprias. O campo da ciência – assim como o das artes, o jurídico, o econômico, entre tantos outros – tem uma estrutura e uma dinâmica. A estrutura de um campo se organiza de acordo com os mecanismos de distribuição, em seu interior, das diferentes formas de capital utilizadas por seus membros nas disputas pelas melhores posições da hierarquia. A dinâmica de um campo é, pois, a dinâmica da luta pelas melhores posições. Cada campo guarda em seu interior unidades menores, subcampos. Assim, o campo científico é formado

3 Thomas Kuhn (2011) critica a concepção de ciência evolutiva, cumulativa e linear de Karl Popper (1998; 2011), admitindo a coexistência de diferentes paradigmas num dado momento histórico, isto é, a coexistência, mais ou menos conflitiva, de diferentes visões partilhadas sobre um mesmo objeto ou domínio da realidade.

por um conjunto de agentes, como pesquisadores, burocracias universitárias, agências científicas, editores de revistas especializadas. E é formado também por subcampos, como os campos disciplinares (BOURDIEU, 2001; 2004).

Para Frank *et al.* (2014, p. 36), apesar de secular, o campo de estudo do planejamento é relativamente novo na academia, e, semelhante a outras disciplinas acadêmicas modernas (por exemplo, a biotecnologia), o planejamento é, por natureza, interdisciplinar e “*focused on problem-solving*”. Tradicionalmente conduzido por engenheiros e arquitetos, surgiu como uma especialização no início do século XX e, aos poucos, adquiriu formação e profissionalização, especialmente na América do Norte e Europa. O reconhecimento do planejamento como um campo independente de estudo (e também profissional) difere consideravelmente entre países, assim como a interpretação do que o planejamento acarreta e o quê e como os planejadores deveriam fazê-lo (FAINSTAIN; CAMPBELL, 2012). A diversidade é refletida na variedade de concepções profissionais e de modelos educacionais utilizados em vários países.

Vigar (2012) identifica os conteúdos comuns ao campo, citando, para tanto, Healy e Thomas (1991), quando estes dividem as áreas de conhecimento em: capacidade para manejar informação e dados; habilidade para entender organizações, redes e relações de poder; e, por fim, habilidade para avaliar, expor e deliberar sobre consequências das dinâmicas espaciais. Vigar (2012) argumenta também que a ascensão das questões ecológicas no planejamento no início dos anos 1990 introduziu uma gama de assuntos adicionais aos itens da racionalidade-técnica. Finalmente, Rydin (2007 *apud* VIGAR, 2012, p. 366) sugere quatro tipos de conhecimento: “*Empirical: can be lay or expert knowledge with the planner as commissioner, mediator, and/ or analyst; Process: the use of models, action research; Predictive: mostly expert theoretically framed investigation of future trends; Normative: outlining possible goals for the future*”.

No caso brasileiro, o campo – ou subcampo – do planejamento, como foi aqui concebido, surge de outros dois campos, notadamente: o campo do planejamento regional e o campo do planejamento urbano. Ambos têm forte tradição no campo científico brasileiro, o que pode ser reconhecido pelas várias especialidades constituídas e institucionalizadas, como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), a Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR) e a delimitação de uma subárea dentro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) denominada Planejamento Urbano e Regional.

Sob o ângulo das exigências externas ao campo do planejamento, das esferas das políticas públicas ou da economia, um conjunto de novos temas e questões vêm crescentemente apresentando-se: emergência da questão ambiental, interdependências entre espaços rurais e urbanos, formas de governança territorial.

Sob o ângulo das acomodações internas do campo científico, os locais tradicionais de formação dos profissionais e das teorias e instrumentos analíticos veem-se pressionados diante dessa complexificação. No caso das escolas de economia, onde tradicionalmente se formavam os planejadores regionais, por uma série de aspectos, houve um declínio no lugar ocupado por essa especialidade frente a outras, hoje mais valorizadas, como a economia financeira ou internacional. Como resultado, em muitos cursos, tal disciplina deixou inclusive de ser obrigatória. No caso das escolas

de arquitetura e urbanismo, há um limite em assimilar um conjunto de especialidades que extrapolam a prática projetual e uma predominância da escala urbana no sentido estrito. A geografia, fortemente calcada na teoria e análise da estrutura social e espacial, tem no planejamento uma de suas disciplinas de formação.

A constituição de um campo específico, isto é, o do planejamento, resulta, portanto, da identificação de uma zona de convergência entre profissionais de distintos campos, como ciência política, ciência ambiental, sociologia e economia rural, e de profissionais do planejamento urbano e regional – campo já estabelecido – que buscam novos espaços de interação capazes de arejar e complementar os instrumentos que suas áreas específicas lhes propiciam. Introduzem-se, assim, inovações coerentes com as formas de injunção entre o campo da formação científica e profissional e os demais campos da realidade social.

A afirmação desse campo específico do planejamento esbarra, contudo, nos mecanismos de distribuição e acumulação de capital, que estão organizados sempre em consonância com a velha ordem hierárquica, à semelhança do que ocorre no campo científico, como mostra Bourdieu (2001; 2004). Daí ser tão difícil produzir mudanças. Há várias formas de capital que contam na afirmação de um campo científico. A principal delas é o capital científico, medido pelas publicações, financiamentos, títulos e demais indicadores de desempenho consagrados. O que ocorre é que as especialidades anteriores – revistas, congressos e agências de financiamento – demoram a reconhecer a validade dos novos enfoques e, com isso, tendem a ser relativamente refratárias a posturas, teorias, recortes de objetos e formas de delimitação do campo de atuação profissional que não se encaixem exatamente no padrão constituído. A emergência dessas novas perspectivas abala a estabilidade do lugar estabelecido pelas tradições anteriores – tanto na produção do conhecimento quanto na prática profissional. Assim, um planejador que trabalhe com temas não explicitamente urbanos ou regionais terá dificuldade de ter seus projetos aceitos quando disputar um financiamento ou algo similar com alguém devidamente enquadrado na tradição anterior. Da mesma forma, o planejador que trabalha com temas urbanos também vai deparar-se com as tradições estabelecidas nos campos da engenharia e da arquitetura. É por isso que associações profissionais, deliberadamente ou não, relutam em abrir-se para as novas perspectivas. E é pela mesma razão que a acumulação de capitais em outros domínios – como os campos específicos dos estudos ambientais, as experiências em trabalhos aplicados junto a governos e outras organizações etc. – conta como forma de acumulação de poder, a qual pressiona as fronteiras internas do campo científico, obrigando-o a revisar sua morfologia.

Finalmente, a emergência de um novo campo implica a constituição do que Bourdieu chama de um *habitus* específico e de uma *doxa*. Por *habitus*, entende-se um conjunto de disposições adquiridas que funcionam como um organizador de práticas. Enquanto a ideia de hábito remete a repetição, o conceito de *habitus* define-se como uma disposição não formalmente estabelecida, mas forte o suficiente para ser uma espécie de modo de agir coerente com as necessidades e requisitos do novo campo. Não há um novo campo sem um novo *habitus* que lhe corresponda. Um *habitus* territorial, se é que pode ser assim chamado, implica a disposição em olhar sempre para as interdependências entre escalas e dimensões da formação espacial. Isto requer uma abertura para mobilizar instâncias empíricas que põem essas escalas e dimensões em contato e para, nisso, encontrar complementaridades e diálogos entre

os corpos teóricos constituídos para dar conta desse intuito – dessa forma pode-se alcançar a especificidade dos tecidos territoriais na moldagem do real. Disso advém a *doxa*, definida por Bourdieu como a crença fundamental que organiza cada campo. Tal como para os membros das carreiras jurídicas, que precisam acreditar no valor da justiça, ou para os médicos, que necessitam crer que a ciência promove a saúde, o planejador precisa crer e reforçar a crença de que os territórios importam para o entendimento dos demais processos econômicos, sociais e políticos. Há, pois, uma dimensão ontológica dos territórios, para além da mera escala de ocorrência de fenômenos. Nesses termos, usar a denominação territorial para nominar o campo emergente implica reconhecer que tal definição é mais abrangente e, sobretudo, mais aderente aos vetores de mudança da realidade contemporânea que a utilização das expressões e definições consagradas.

PLANEJAMENTO: COMPETÊNCIAS, HABILIDADES E NOVOS DESAFIOS

Para Frank *et al.* (2014), o papel do planejamento deriva de situações críticas e de crises, por exemplo, a proliferação dos novos programas acadêmicos na Europa como parte dos esforços de reconstrução após a Segunda Guerra. Para esses autores, mais recentemente, a questão do planejamento é um elemento-chave na construção de comunidades e cidades sustentáveis (Agenda Habitat) ou na prevenção e mitigação das mudanças climáticas. Especificamente na agenda europeia, as noções de planejamento espacial transnacional, coesão e integração vêm criando novas demandas.

Tal como no Brasil, os países localizados no Hemisfério Sul têm na sua trajetória de desenvolvimento contradições socioespaciais e ambientais que comprometem os territórios em suas múltiplas escalas. Por essa razão, a agenda de planejamento urbano -regional da região assume uma complexidade ainda maior que a dos países centrais. De certa forma, a geografia e a história do planejamento nos países do Hemisfério Sul não podem ser dissociadas de questões como desigualdade, informalidade, escala e proliferação de assentamentos precários e atuação clientelista e patrimonialista dos principais agentes e do Estado – aspecto destacado por Ribeiro (2002) ao tratar do ensino de planejamento urbano e regional no Brasil.

Para tornar o cenário ainda mais intrincado, o planejamento também se depara com novas dinâmicas complexas e frequentemente contraditórias, entre as quais podem ser elencadas:

- as sinergias e os conflitos entre a questão ambiental e urbana e as múltiplas agendas, projetos e estratégias articuladas em torno do tema da sustentabilidade no rural e no urbano (modernização ecológica, justiça ambiental etc.);
- a transformação, no período pós-2015, da agenda das Metas do Milênio nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável;
- a necessidade de superar a herança do modelo tecnoburocrático de planejamento (marcado pela racionalidade instrumental) e de aperfeiçoar as diversas formas de participação popular e de planejamento colaborativo, incluindo a experimentação de novas racionalidades comunicativas (no sentido de Habermas);
- as possibilidades e desafios de evoluir de uma agenda estruturada em torno do direito à cidade para uma perspectiva pautada no direito de transformar a cidade

- (articulada com as novas insurgências e subjetividades que estão proliferando, particularmente nas cidades do Hemisfério Sul);
- o entrelaçamento, no pós-1970, das diversas escalas de planejamento, a variedade dos processos de reescalonamento e reestruturação territorial do Estado (desenvolvimentista) e as consequências disso para o planejamento urbano e regional. No caso brasileiro, os territórios urbanos e regionais sempre representaram uma arena privilegiada (e contraditória) do nacional desenvolvimentismo. Além disso, o planejamento não pode ser dissociado da variedade de processos de neoliberalização e de mercantilização dos espaços. A reestruturação do projeto nacional-desenvolvimentista cria oportunidades para refletir e agir sobre uma agenda progressista e radicalmente democrática, estruturada em torno de uma práxis alternativa para as cidades e regiões. Essa agenda vem sendo objeto de reflexão e discussão de Piquet e Ribeiro (2008) e Randolph (2013).

Considerando, nesse contexto, o papel central das ações relativas ao planejamento, é necessário analisar por que, no Brasil, ainda não se deu a conformação dos campos relativos ao desenvolvimento territorial e como essa ausência gera evidentes perdas de oportunidades estratégicas de desenvolvimento. Um breve levantamento do campo do planejamento no cenário internacional mostra as diferenças dele em relação ao Brasil.

Nos EUA, essa área já existe desde o início do século XX, quando várias universidades não apenas consolidaram programas de pós-graduação, mas também constituíram bacharelados em planejamento urbano e regional. A Associação Norte-Americana de Planejadores (APA) emergiu da fusão entre o Instituto dos Planejadores Norte-americanos (criado em 1917) e a Associação Norte-Americana de Planejadores Certificados (1934). A APA é uma organização não governamental independente que atua na formação de quadros, em articulação com o mundo profissional. A instituição reúne uma entidade específica para a certificação e o desenvolvimento de normas para o bom exercício (ético) da profissão. A pesquisa de Dalton (2007), elaborada com base em um levantamento feito com ex-alunos, governos e com a própria APA, mostra que o perfil do planejador profissional nos EUA é abrangente, pois inclui atividades relacionadas com planejamento do uso e da ocupação do solo, desenvolvimento integrado de comunidades e bairros, planejamento e gestão de redes de infraestrutura e transporte, desenho urbano, elaboração de normas e parâmetros urbanísticos, planejamento e gestão ambiental, planejamento rural, reconversão de áreas, preservação histórica e planejamento e conservação de parques e área verdes, entre outros.

No caso norte-americano, percebe-se que o campo profissional de planejamento, marcado pela presença de competências e habilidades generalistas, entrelaça-se e complementa outras profissões estabelecidas. Dalton (2007) aponta que 30% dos profissionais entrevistados que se declararam “planejador” não pertencem ao conselho profissional⁴; a maioria deles se formou em áreas como geografia, administração pública, arquitetura, desenho urbano e paisagismo, engenharia e ciências ambientais.

Na Europa, a profissão de planejador também se consolidou há muito tempo. O processo de unificação do mercado europeu implicou a liberalização das restrições referentes à circulação de mão de obra e harmonização dos sistemas nacionais de formação e atuação profissional. Apesar de a Comissão Europeia não constituir

⁴ American Institute of Certified Planners (AICP), braço de certificação profissional da APA.

diretrizes específicas para a regulamentação da profissão no mercado comum, foi o Conselho Europeu de Planejadores Espaciais (*European Council of Spatial Planners*), uma associação internacional sem fins lucrativos criada em 1988, sendo composta pelos institutos e redes nacionais de planejamento, que se encarregou dessa responsabilidade. A instituição proporciona diretrizes e normas para harmonizar os sistemas nacionais de regulamentação, os critérios para a educação e formação, assim como o exercício da profissão. No seu estatuto, consta o amplo escopo de atuação do planejador, que, ao mesmo tempo, “é pesquisador, gestor, proponente e/ou executor de políticas ou programas de ação”⁵. Isso se reflete na longa listagem de atribuições e objetos, entre os quais constam o desenvolvimento econômico de áreas urbanas e rurais, a elaboração de planos para o desenvolvimento integrado, a habitação, a renovação urbana, o planejamento espacial de sistemas de transporte e energia, a paisagem, os planos de conservação, a recreação, o turismo e o acompanhamento das dimensões jurídicas do planejamento.

Nos países localizados no Hemisfério Sul, encontram-se também movimentos em prol da consolidação de um campo do planejamento. O *Indian Institute for Human Settlements* (IIHS), por exemplo, é uma nova universidade interdisciplinar, criada na Índia em 2006. A instituição busca avançar na formação de uma nova geração de planejadores “reflexivos”, isto é, profissionais com capacidade de articular uma reflexão crítica sobre a trajetória contraditória das cidades e áreas rurais indianas com propostas de intervenção e transformação⁶. O projeto político-pedagógico da instituição procura ampliar a escala e o escopo da formação profissional, até hoje concentrada no urbanismo e arquitetura, na engenharia e, num grau menor, na administração.

No Brasil, até recentemente, não existiam cursos de graduação com foco no planejamento, sendo essa formação e habilitação profissional abordada em diferentes cursos, como arquitetura e urbanismo, geografia, engenharias, economia, administração, sociologia e políticas públicas. A demanda por formação profissional na área do planejamento urbano e regional no país vem sendo suprida, em grande parte, pelos cursos de pós-graduação existentes, que se consolidaram ao longo das últimas décadas, buscando complementar a formação dos quadros profissionais de outras tradições disciplinares (RANDOLPH, 2013). Se a existência do grande número desses cursos mostra, por um lado, uma forte demanda na área, por outro, por serem de pós-graduação, os cursos impõem a esses profissionais um maior período de formação. Além disso, a maioria dos programas de pós-graduação prioriza a formação acadêmica e de pesquisa, não necessariamente formando quadros para a atuação nos processos de planejamento e gestão⁷.

Entretanto, algumas iniciativas estão em curso. A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) implantou uma graduação em Urbanismo em 1995, com duração de quatro anos, tendo como perspectiva uma formação interdisciplinar voltada para a compreensão e ação nas dinâmicas espaciais⁸. Outra experiência, com um recorte temático direcionado ao desenvolvimento, é a da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que criou, em 2009, um curso de graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES)⁹. A iniciativa articula várias unidades do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da UFRJ, como a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC), a Faculdade Nacional de Direito (FND), o Instituto de Economia (IE),

5 European Council of Spatial Planners. Complete Charter. Disponível em: <<http://www.ectp-ceu.eu/index.php/en/about-us-2/founding-charter?id=89>>. Acesso em: 28 set. 2016.

6 Disponível em: <<http://iihs.co.in>>. Acesso em: 19 set. 2016.

7 A demanda reprimida por gestores capazes de articular uma reflexão crítica e de propor transformações da práxis nos territórios pode explicar o crescimento dos mestrados profissionais reconhecidos pela CAPES na área de Planejamento Urbano e Regional. Recentemente, essa área contava com 42 cursos, dos quais oito eram de mestrados profissionais.

8 Disponível em: <<http://www.uneb.br/salvador/dcet/urbanismo>>. Acesso em: 19 set. 2016.

9 Disponível em: <http://gpdes.ufrj.br/?page_id=2>. Acesso em: 19 set. 2016.

o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) e a Defesa e Gestão Estratégica Internacional (DGEI). Com uma abordagem multidisciplinar, foram criados outros dois cursos de graduação: o curso com foco na Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)¹⁰; e o curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)¹¹.

Por fim, a UFABC, constituída em 2005, implantou, em 2012, um bacharelado interdisciplinar em planejamento territorial, objeto de análise da próxima seção.

O BACHARELADO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL NA UFABC: UMA EXPERIÊNCIA EM CURSO

A UFABC foi fruto de uma reivindicação histórica de lideranças públicas e privadas surgida na década de 1980. O movimento visava à criação de uma universidade pública numa região marcada por um modelo de desenvolvimento e industrialização que, desde então, passava por rápidas transformações. A nova universidade não apenas atenderia a uma demanda regional reprimida por Ensino Superior, considerando a oferta insuficiente de vagas nas instituições existentes (a grande maioria privada), mas também contribuiria para a geração e disseminação de conhecimentos acerca dos grandes desafios da região e da própria sociedade brasileira. O resultado foi um projeto alinhado com as tendências internacionais e com as recomendações da ABC referentes à reforma do Ensino Superior brasileiro. O eixo central do projeto foi a interdisciplinaridade e o estímulo à autonomia e reflexão crítica.

A construção do Bacharelado em Planejamento Territorial (BPT) foi desencadeada a partir de uma decisão estratégica do Bacharelado em Ciências e Humanidades (BC&H) sobre cursos de formação específica que dessem continuidade à formação básica oferecida por aquele bacharelado inicial e interdisciplinar (BI), e da existência de um corpo docente permanente e colaborador já atuando nos programas de Mestrado e Doutorado em Planejamento e Gestão do Território¹². A formação interdisciplinar proposta para o BPT teve como pressuposto a inserção de conteúdos obrigatórios, a partir da matriz do BC&H, e a inclusão, sempre que possível, de disciplinas existentes, compartilhando conteúdo com os cursos de Ciências Econômicas e Políticas Públicas¹³, principalmente. Também como pressuposto, as disciplinas foram organizadas e concebidas em diálogo com a subárea de Planejamento Urbano e Regional, com as especialidades relacionadas (definidas pelo CNPq e a CAPES) e com a Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território.

Dessa forma, o projeto pedagógico do BPT¹⁴ estruturou-se em três planos de conhecimento, compreensão e habilidades: o das dinâmicas territoriais brasileiras, sendo o principal âmbito de atuação; o das redes técnicas, seus territórios e processos de organização; e o das diferentes escalas espaciais em que se dão as práticas do planejamento e gestão. Essa estrutura por eixos, como especificado abaixo, organizou conteúdos e disciplinas:

- Leituras das dinâmicas territoriais: o objetivo desse eixo é habilitar o aluno para a compreensão de processos territoriais, com base nas contribuições disciplinares da sociologia, economia, ecologia, urbanismo, geografia, entre outras. Ele se divide em disciplinas de fundamentação e dinâmicas territoriais, permitindo uma reflexão crítico-propositiva. Concentra a maior parte

10 Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/academico/graduacao/cursos/ics-cursos/bacharelado-em-planejamento-de-desenvolvimento-regional>>. Acesso em: 28 set. 2016.

11 Disponível em: <<https://www.unila.edu.br/cursos/desenvolvimento-rural-e-seguranca-alimentar>>. Acesso em: 19 set. 2016.

12 Disponível em: <<https://sites.google.com/site/pospgt/>>. Acesso em: 19 set. 2016.

13 Além das disciplinas do BC&H e do Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T), o BPT compartilha disciplinas com os cursos de Ciências Econômicas, Políticas Públicas, Engenharia Ambiental e Urbana, Relações Internacionais e Engenharia de Gestão.

14 O projeto pedagógico do curso está disponível em: <<http://prograd.ufabc.edu.br/bpt>>. Acesso em: 19 set. 2016.

das disciplinas obrigatórias, incluindo grande parte das disciplinas do BC&H e daquelas que são compartilhadas com outros cursos vinculados ao bacharelado interdisciplinar citado, especialmente das Ciências Econômicas, Políticas Públicas e Relações Internacionais.

- Instrumentos e bases complementares: tem por objetivo abordar áreas setoriais e de conhecimento específico e de fundamentos técnicos e metodológicos para o planejamento territorial. O eixo está dividido em métodos e técnicas e políticas setoriais. Nele, concentram-se as disciplinas de opção limitada, algumas compartilhadas com os cursos de Políticas Públicas, Engenharia de Gestão e Engenharia Ambiental Urbana.
- Integração e síntese: visa a desenvolver método/abordagem/prática a partir das disciplinas de fundamentação e instrumentais sobre temáticas e recortes específicos voltados para o planejamento territorial. Esse eixo se divide em teorias e práticas do planejamento. Concentra as disciplinas obrigatórias com carga horária prática, como as disciplinas no formato de oficinas, estruturadas conforme as modalidades de planejamento macro, meso e microrregional, rural, de áreas periurbanas, interioranas, urbano e governança metropolitana.

A matriz curricular sugerida para o BPT é distribuída em 12 quadrimestres (ou 4 anos), sendo os dois primeiros desenvolvidos no BC&H. A partir do quinto quadrimestre, considerando a organização por eixos, a matriz sugerida segue com disciplinas obrigatórias e de opção limitada do BPT e também as que são disponibilizadas em outros cursos da UFABC. O BPT coaduna com a proposta da UFABC de oferecer cursos, especialmente de graduação, consonantes com as necessidades da ciência, da sociedade e do mercado de trabalho na contemporaneidade.

UMA REFLEXÃO EM TORNO DE UMA AGENDA NO CAMPO DO PLANEJAMENTO NO BRASIL

Pelo exposto, é evidente e, ao mesmo tempo, paradoxal certa desarticulação em um campo estratégico para o desenvolvimento do país, isto é, o planejamento do espaço e dos territórios. De um lado, presencia-se, em algumas IES, a movimentação em prol de uma formação interdisciplinar alinhada com as novas tendências de ensino e aprendizagem em geral e, em particular, com os desafios que cercam o planejamento urbano e regional no Brasil. Ao discutir brevemente a experiência específica da UFABC, que vem consolidando um bacharelado em Planejamento Territorial, é possível perceber inúmeras interfaces e alinhamentos com a perspectiva de formação para os desafios do século XXI, inclusive com experiências internacionais. De outro, nota-se que os conselhos profissionais ainda não elaboraram estratégias para dialogar com os campos em formação, especialmente na área em questão. No sentido oposto, esses mesmos conselhos vêm ampliando a lista de atribuições das categorias profissionais que compõem a sua base corporativa, desconsiderando que a maioria das IES ainda não é capaz de articular as novas habilidades e competências associadas ao emergente campo do planejamento do espaço e dos territórios.

Pautadas nos princípios da liberdade de aprendizagem, ensino, pesquisa e divulgação do pensamento, assim como aliadas ao pluralismo de ideais e concepções pedagógicas, as universidades têm autonomia para criar seus cursos de graduação, com

o propósito de formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, de ter a capacidade de se inserir na vida profissional e de contribuir para o desenvolvimento da sociedade brasileira. A autonomia didático-científica, prevista pela Constituição Federal e reafirmada na Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação¹⁵, garante o lugar das instituições acadêmicas nas reformulações de projetos pedagógicos para acompanhar os avanços da ciência e das novas dinâmicas do mercado de trabalho. É preciso destacar também que, dadas as dinâmicas sociais e da ciência em curso, diversas áreas do conhecimento e da atuação profissional não estão cobertas por sistemas de regulamentação e fiscalização, como é o caso das emergentes habilitações surgidas com a sociedade da informação (por exemplo, os bacharelados na área da computação e da informática).

15 Constituição Federal (Art. 206, incisos II, III e 207), Lei Federal 9394/1996 de Diretrizes e Bases (Artigos 3 II e III, 28, art. 43, incisos III) e Decreto 5773/2006.

Em razão das imbricações das relações entre planejamento e reprodução da vida individual e coletiva no espaço urbano, rural e regional, o exercício profissional se depara com um grande desafio, pautado no próprio caráter interdisciplinar da sua atuação. Grande parte de suas atuações já foram regulamentadas por vários tipos de categoriais profissionais, de forma compartimentada, específica, como as dos economistas, engenheiros, agrônomos, geógrafos, operadores do direito, arquitetos e urbanistas. No entanto, diversas áreas, algumas ainda em formação, não são regulamentadas. Em outras palavras, apesar de a formação do planejador articular várias áreas do conhecimento, a legislação brasileira que regula as outras profissões trata das categorias que afetam a atuação do planejador de forma isolada e fragmentada.

Dentre as possibilidades, a regulamentação do profissional multidisciplinar, como o planejador, demandaria a articulação de vários conselhos profissionais. Assim, para os vários campos de contato entre as atuações de economistas, agrônomos, geógrafos, engenheiros, arquitetos e urbanistas, biólogos – contatos estes que norteiam a formação e atuação no campo do planejamento –, seria necessário estabelecer pontos de conexão entre os sistemas de regulamentação profissional, que ainda atuam de forma compartimentada.

Emerge, portanto, um cenário de rápidas transformações, incertezas e perguntas referentes à formação e atuação profissional no campo do planejamento urbano e regional. As contradições socioespaciais e ambientais que marcam as cidades e regiões brasileiras exigem que se pautem urgentemente uma agenda que mobilize a sociedade brasileira em torno da busca de respostas e impulsione um “novo planejamento para um novo Brasil” (LIMONAD; CASTRO, 2014). Ao mesmo tempo, abrem-se as possibilidades de criar novas formas de produção de conhecimento sobre o território, novas concepções e práticas de planejamento que não se limitem ao conhecimento fragmentado, ao contrário, que busquem a totalidade. Para isso, é necessária a realização de uma crítica transformadora sobre a própria produção de conhecimento e suas implicações práticas. Mais do que isso, é necessário que se abram possibilidades para espaços de diferença no campo do planejamento.

Jeroen Johannes Klink é graduado e mestre em Economia pela *Tilburg University* (TU), Holanda; doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP); professor associado na Universidade Federal do ABC (UFABC).
E-mail: jeroen.klink@ufabc.edu.br

Sandra Momm é graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); mestre em Engenharia Ambiental pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB); doutora em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP); professora adjunta na Universidade Federal do ABC (UFABC).
E-mail: sandra.momm@ufabc.edu.br

Silvana Zioni é graduada, mestre e doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP); professora adjunta na Universidade Federal do ABC (UFABC).
E-mail: silvana.zioni@ufabc.edu.br

Arlison Favareto é graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas); mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); doutor em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP); professor adjunto na Universidade Federal do ABC (UFABC).
E-mail: arilson.favareto@ufabc.edu.br

Mariana Mêncio é graduada, mestre e doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); professora adjunta na Universidade Federal do ABC (UFABC).
E-mail: mariana.mencio@ufabc.edu.br

Artigo recebido em 8 de maio de 2016 e aprovado para publicação em 21 de setembro de 2016.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. *Subsídios para a Reforma da Educação Superior*. Rio de Janeiro: ABC, 2004.
- BOURDIEU, P. *Science de la science et réflexivité*. Paris: Raisons d'Agir, 2001.
- _____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- DALTON, L.C. Preparing planners for the breadth of practice. *Journal of the American Planning Association*, v. 73, n. 1, p. 35-48, 2007. <http://dx.doi.org/10.1080/01944360708976135>
- EUROPEAN COUNCIL OF SPATIAL PLANNERS. *Complete Charter. International Agreement and Declaration by the National Institutes and Associations of Professional Town Planners within the European Economic Community*. [Online] City: Publisher. Disponível em: <<http://www.ectp-ceu.eu/index.php/en/about-us-2/founding-charter?id=89>>. Acesso em: 19 set. 2016.
- FAINSTAIN, S.; CAMPBELL, S. (Ed.). *Readings in Planning Theory (Studies in Urban & Social Change)*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2012.
- FRANK, A. I. et al. Educating planners in Europe: A review of 21st century study programmes. *Progress in Planning*, v. 91, p. 30-94, jul. 2014. <http://dx.doi.org/10.1016/j.progress.2013.05.001>
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- LATOUR, B. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- LIMONAD, E.; CASTRO, E. (Org.). *Um novo planejamento para um novo Brasil?* Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.
- PIQUET, R., RIBEIRO, A. C. T. Tempos, ideias e lugares. O ensino do planejamento urbano e regional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 10, n. 1, p. 49-60, maio 2008. <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2008v10n1p49>
- POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.
- _____. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 2011.
- RANDOLPH, R. O Campo do Planejamento Urbano e Regional. Em busca de uma agenda para o Planejamento Urbano e Regional: uma homenagem a Ana Clara Torres Ribeiro. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 15, n. 1, p. 11-32, maio 2013. <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2013v15n1p11>
- RIBEIRO, A. C. T. O ensino do planejamento urbano e regional – propostas a ANPUR. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 4, n. 1/2, p. 63-73, maio/nov. 2002. <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2002v4n1-2p63>
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. *Projeto pedagógico*. Santo André: UFABC, 2006. Disponível em: <<http://www.ufabc.edu.br/images/stories/pdfs/institucional/projeto-pedagogico.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.
- VIGAR, G. Planning and professionalism: Knowledge, judgment and expertise in English planning. *Planning Theory*, v. 11, n. 4, p. 361-378, nov. 2012. <http://dx.doi.org/10.1177/1473095212439993>

PLANIFICACIÓN URBANA CAPITALISTA:

APUNTES PARA UNA REFLEXIÓN CRÍTICA
A LA PRODUCCIÓN SOCIAL DEL ESPACIO

CAPITALIST URBAN PLANNING:

NOTES FOR A CRITICAL REFLECTION ON THE SOCIAL PRODUCTION OF SPACE

JORGE MARIO CARMONA VANEGAS

Universidad Tecnológica de Pereira, Grupo de Investigación en Gestión Ambiental Territorial, Pereira, Risaralda, Colombia
Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-graduação em Geografia, Cuiabá, MT, Brasil

R E S U M E N : Por mucho tiempo la planificación urbana ha sido considerada pieza fundamental para el desarrollo organizado de las ciudades en el mundo. Su importancia expresada en términos de orden ha permitido legitimar su acción en la actividad urbana a tal punto que sin ella difícilmente una ciudad podría concebirse en su naturaleza. No obstante, la lógica de planificar la ciudad, construida bajo la égida de la acumulación y producción de excedentes para mantener una producción capitalista del espacio a través de una falsa conciencia de la realidad (ideología), ha permitido legitimar socialmente una constante reproducción de capital a partir de la urbanización sin considerar los estragos colaterales que este proceso ocasiona con su actividad. Por tal motivo, la planificación urbana se presenta como mecanismo necesario y estratégico para la constitución de un modo de reproducción capitalista que deriva en un plan constante de intervención espacial en la ciudad (ordenamiento).

P A L A B R A S C L A V E S : capitalismo; ciudad; planificación urbana; producción del espacio; capital; urbanización.

A B S T R A C T : *For a long time, urban planning has been considered a cornerstone for the organized development of cities throughout the world. Its importance, expressed in terms of order, has allowed us to legitimize its action in urban activity to the point that without it, a city would hardly be conceived. However, the logic of planning a city, built under the aegis of accumulation and surplus production in order to maintain a capitalist production of space through a false consciousness of reality (ideology), has enabled social legitimization of a constant reproduction of capital from urbanization, without considering the collateral damage that this process brings to the activity. Therefore, urban planning is presented as an indispensable, strategic mechanism for the constitution of a capitalist mode of reproduction, which is derived from a constant plan of spatial intervention in the city (order).*

K E Y W O R D S : *capitalism; city; urban planning; production of space; capital; urbanization.*

LA URBANIZACIÓN Y EL CAPITAL

La sociedad urbana, aquella que surgiría de la urbanización completa como Lefebvre (1983) lo señalara, es la sociedad que nos interesa, no como exterioridad, sino como hecho concreto, como aquella que integramos y de la cual hacemos parte conforme nos realizamos a partir de sucesivos movimientos contradictorios que devienen de una cotidianidad altamente dirigida. Cada sociedad posee una práctica social que se reproduce en un espacio-tiempo, y como realización humana la ciudad representa una forma espacial que se reproduce así misma dentro de un tiempo no lineal, es decir, como historia discontinua de la sociedad.

Pero la urbanización pertenece a la historia, a la historia de la humanidad en sus momentos discontinuos que se devela en el plano de la reproducción del espacio en su más íntima relación social, es decir, como práctica socio-espacial. Como señala Carlos (2008, s.p.):

[L]a práctica socioespacial, como base y sustentación de la vida humana permitiría desvendar los contenidos que dilucidan, hoy, la sociedad capitalista. La producción del espacio por la sociedad como momento necesario de la reproducción social, presuponiendo el análisis de la realidad en tanto que humana, en movimiento de constitución, por lo tanto histórica, indica el hecho de que las relaciones sociales tienen una dimensión espacial y se realizan a través y en esta dimensión, prácticamente.

Esto significa que la urbanización dentro de una práctica capitalista puede dislocarse y ser, en un primer momento, aprehendida y entendida como proceso esencial para la acumulación y valorización del capital en la ciudad.

Harvey (2014, p. 82) sostiene que el capital “puede asumir diferentes formas, primordialmente dinero, actividades de producción y mercancías”, así mismo explica que este debe existir “como flujo continuo de valor a través de diferentes estados físicos, [...] condición primordial de la existencia del capital, que debe circular continuamente o fenecer” (HARVEY, 2014, p. 84). Según Harvey (2014, p. 86), “el capital fijo constituye un mundo de cosas que sostiene el proceso de circulación del capital, mientras que el proceso de circulación proporciona los medios por los que se recupera el valor invertido en capital fijo”.

La ciudad está en gran medida constituida bajo la lógica del capital y gran parte de su naturaleza ha derivado en mercancía, en consumo del espacio para su disfrute. Lefebvre (1983, p. 42) mencionaba que “la ciudad (lo que de ella queda o en lo que se convierte) es más que nunca un instrumento útil para la formación de capital, es decir, para la formación, la realización y la repartición de plusvalía” lo que significa que de la práctica social emerge una contradicción entre la propiedad privada del suelo y su apropiación social. De este encuentro/desencuentro, el espacio se valoriza tornándose mercancía como producto de la formación de capital que se da bajo la égida de la propiedad privada. La ciudad en este sentido se torna negocio, se convierte en fuente indispensable para la producción y reproducción de capital de la cual se puede extraer grandes valores o lucros en la medida en que es urbanizada. Sposito (1997, p. 64) señala:

A cidade é, particularmente, o lugar onde se reúnem as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo. O seu carácter de concentração, de densidade, viabiliza a realização com maior rapidez do ciclo do capital, ou seja, diminui o tempo entre o primeiro investimento necessário à realização de uma determinada produção e o consumo do produto. A cidade reúne qualitativa e quantitativamente as condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo, e por isso ocupa o papel de comando na divisão social do trabalho.

La urbanización cumple una función importante en este proceso, se convierte en mecanismo por excelencia para que el capital realice su ciclo de reproducción. La urbanización de esta forma pierde su carácter “pasivo” para entrar en una lógica de la producción capitalista del espacio expandiéndose en mayor o menor grado (calidad) de acuerdo con el nivel de lucro que pueda obtenerse a partir de una determinada inversión en un espacio-tiempo dado. En otras palabras, en la medida en que la urbanización capitalista por acción del mercado inmobiliario valoriza el espacio, este se torna consumible (exclusivo) y asequible en proporción con el poder adquisitivo de las diferentes clases sociales (excluyente). La ciudad, no obstante, antecede al capitalismo y su misma urbanización es producto de una historia y de otras formas de organización diferentes a las suscitadas por el desarrollo industrial. Como aclara Sposito (1997, p. 11):

[O] espaço é história e nesta perspectiva, a cidade de hoje, é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem estas transformações.

Aunque históricamente los procesos de producción de excedentes y acumulación ya existían en la ciudad (una de las características que dio origen a la misma), su génesis, como menciona Sposito (1997, p. 17) “*não está explicada essencialmente pelo econômico, mas sim pelo social e pelo político. Ou seja, a cidade na sua origem não é por excelência o lugar de produção, mas o da dominação*”, por una sociedad en clases que sería esencial para dar paso a los diferentes procesos comerciales y económicos de la ciudad. Aun cuando los procesos de urbanización venideros eran esenciales para el comercio, la seguridad, el poder etc, y existiesen formas de reproducción social autónomas basadas en la figura de las tierras comunales como en la antigua Inglaterra, sólo sería con el advenimiento del capitalismo que la urbanización de la ciudad pasaría a ser parte indispensable y esencial no sólo por reproducir un capital derivado de la acumulación y excedente ocasionado principalmente por la revolución industrial, sino también por su influencia en las nuevas formas de reproducción social en la ciudad.

Topalov (1979, p. 9) define la urbanización capitalista como “una multitud de procesos privados de apropiación de espacio. Y cada uno de éstos está determinado por las propias reglas de valorización de cada capital particular, de cada fracción de capital” lo que significa que el espacio posee una fragilidad que posibilita la reproducción de capital para la formación de valores de cambio; la obtención de un lucro derivado de los valores de uso. Así, el espacio como producto (económico) sirve al capitalismo en su propósito de reproducción y realización de una sobreganancia a partir de capitales fijos creados a partir de la edificación de la ciudad. De acuerdo con Carlos (2011, p. 75):

O que se persegue é o processo de valorização do valor, de maneira que o produto espacial que decorre do movimento da produção do valor não se encerra em si, mas se abre para outro momento de valorização. É dessa forma que o espaço não é um produto qualquer, mas ganha uma expressão produtiva.

1 Cita de Topalov mencionando el descubrimiento de Marx acerca de la mercancía. Ver *El Capital*, Libro I.

Es en este proceso de valorización que la urbanización se distancia de su condición social al apropiarse privadamente del espacio para derivar de él un proceso de producción de mercancías (la vivienda por ejemplo), esto porque la mercancía “no es un objeto, sino una relación social” (TOPALOV, 1979, p. 59)¹ que involucra una actividad social en su producción e intercambio. En este sentido, la urbanización se acciona a través de un capital financiero “*produzindo um novo espaço sob a forma de produto imobiliário*” (CARLOS, 2015, p. 26). Lo especial en este “nuevo” espacio, es que no sólo está basado en la producción y venta de productos inmobiliarios, sino también en la “producción” y venta de formas y estilos de vida.

Pero el espacio no es sólo un producto en el cual el capital busca nuevas formas para reproducirse. Ante todo el espacio es social y en la medida en que este – el espacio – se realiza a través de las prácticas sociales, la sociedad se realiza así misma en un movimiento dialéctico que se devela en sus contradicciones. Por tal motivo la conquista del espacio social se torna relevante para una estrategia de homogenización y control sobre la actividad social. Y esta conquista está sobre la base de la propiedad privada, que no implica únicamente la tenencia de la propiedad en sí, sino también su influencia en las formas de organización social, morfología y jerarquización de la ciudad producto de una segmentación espacial y valorización producida por dicha propiedad. Lefebvre (2013, p. 55-56) señala:

El espacio ya no puede concebirse como pasivo, vacío, como no teniendo más sentido que – al igual que sucede con los otros “productos” – ser intercambiado, consumido o suprimido. En tanto que producto, mediante interacción o retroacción, el espacio interviene en la producción misma: organización del trabajo productivo, transportes, flujos de materias primas y de energías, redes de distribución de los productos, etc. A su manera productiva y productora, el espacio entra en las relaciones de producción y en las fuerzas productivas (mejor o peor organizadas).

La ciudad como espacio corresponde por lo tanto a un producto social, no solamente en un sentido fenomenológico sino concreto de la vida que se produce y reproduce así misma, que lo constituyen también las fuerzas productivas y las relaciones de producción no definida apenas por una cuestión cultural presuponiendo un modo de adaptación del cual se deriva todo un sistema de organización social. La ciudad no es únicamente producto cultural ni está dada propiamente por impulsos voluntarios que manifiestan estructuras de poder para su organización. El espacio está supeditado a espacios de poder que definen otros espacios que estratégicamente se consolidan y se constituyen para adecuar la vida en la ciudad. De este modo la urbanización deja de ser una simple actividad constructiva para pasar al plano de la acumulación. Como Harvey (2013, p. 21-22) señala:

Porque desde siempre, las ciudades han brotado de la concentración geográfica y social de un excedente en la producción. La urbanización ha sido siempre, por tanto, un fenómeno

relacionado con la división en clases, ya que ese excedente se extraía de algún sitio y de alguien, mientras que el control sobre su uso solía corresponder a unos pocos [...] y el capitalismo necesita la urbanización para absorber el sobre producto que genera continuamente. De ahí surge una conexión íntima entre el desarrollo del capitalismo y el proceso de urbanización.

La relación urbanización-acumulación es por consiguiente una conexión histórica ligada a la reproducción de las ciudades que con el devenir del capitalismo, nuevas formas y estrategias de acumulación se formaron para dar un orden espacial que sólo podría ser efectuado en la medida que fueran alteradas las formas de organización socio-espacial donde la homogeneidad y funcionalismo urbano reducen la práctica social bajo representaciones espaciales, es decir, espacios concebidos donde la reproducción social queda presa a merced de un proceso de planificación.

PLANIFICACIÓN URBANA Y REPRODUCCIÓN SOCIAL

La planificación urbana se ha extendido a todo el mundo, no sólo para denotar un proceso inmerso en el desarrollo de las ciudades, sino en la construcción de un imaginario colectivo que visualiza un ideal de ciudad para crear o re-inventar la vida urbana. La planificación urbana como deber Estatal es hecho casi inherente al proceso mismo de morar, una coexistencia entre el “ser” y “estar” urbano con la existencia misma de la ciudad. Sin cuestionar los albores de la planificación, la sociedad casi en consenso común advierte la necesidad para mantener un orden espacial que sea retroactivo a las perspectivas sociales que devienen de una serie de modelos y estereotipos de ciudades ideales para el “buen” vivir. Sin embargo, la planificación tiene otro rostro, pues no se trata de un proceso inherente de la actividad urbana, sino de la relación dialéctica entre la posesión/desposesión de la tierra para la reproducción del capitalismo. Como lo demuestra Buitrago (2010), es en el campo donde surgen las “primitivas figuras de planeamiento” aludiendo a los *enclosure acts*. “[Un] proceso legal de reconfiguración de la estructura de propiedad [...] que acabó con las tierras comunales y, de ese modo, con los usos, derechos y costumbres asociados a ellas y disfrutados por toda la comunidad” (BUITRAGO, 2008, p. 162).

En su trabajo, Buitrago ubica el surgimiento de la planificación dentro del periodo de transición del feudalismo al capitalismo en Inglaterra bajo la figura del *enclosure act*, figura que, como menciona Buitrago (2010, p. 167-168) se considera:

[P]ráctica fundacional de la planificación del territorio capitalista [...] [que] posibilitaron la supervivencia y consolidación del capitalismo al proyectar sobre el espacio un mecanismo dialéctico de acumulación por desposesión en el que esta última operó, simultáneamente, como condición y causa del nuevo orden perseguido por el bloque social en ascenso.

Bajo esta perspectiva el autor menciona cómo la planificación surge de un proceso de apropiación privada del suelo para iniciar un nuevo proceso de reproducción social desarticulando y alterando las relaciones sociales de producción ejercidas por

la posesión comunal de la tierra de la época. De este modo, la planificación *per se* está ligada a una estructura de poder con la intención de controlar e implantar un orden hegemónico para lograr perpetuar un proyecto político y económico llamado capitalismo. Como explica Buitrago (2010, p. 168):

[L]a planificación surge cuando los modos de organización del poder alcanzan la madurez suficiente y comienzan a trazar un proyecto de hegemonía social² que solicita a las técnicas de ordenación del territorio y las empapa de su lógica totalizante. Trasladar al espacio ese proyecto hegemónico, construir una totalidad territorial en la que se articulen de forma estratégica códigos espaciotemporales y códigos de vida, regulando el conflicto y participando así en la formación del nuevo orden: esta es la tarea a la cual nace la planificación, acompañando al capitalismo en su proceso de gestación.

² Entendemos aquí “hegemonía” en su acepción gramsciana, como una forma avanzada de gobierno, la capacidad de una clase, fracción de clase o bloque social para prevalecer sobre el resto, es decir, para realizar los intereses propios en detrimento de los de otros, contando sin embargo con su consentimiento activo.

De esta forma, la transformación espacial acompañada de nuevas lógicas de reproducción de capital permitió asegurar y mantener una hegemonía para regular la gran masa social desposeída de sus propios medios de producción. Esta clase social, antes autónoma de su propia reproducción social, pasó a convertirse a través de la historia en mano de obra disponible y adecuada para vender su fuerza de trabajo a quienes se adueñaron de los medios de producción para producir un capital. Surge entonces una clase social (actualmente llamados empleados, trabajadores, obreros) necesaria para mantener un orden de producción dominado bajo la figura del salario. Topalov (1979, p. 24) explica:

El resultado es que el trabajador sólo existe como momento del ciclo del capital, es decir como fuerza de trabajo; y ésta es una mercancía, o sea la articulación de un valor de uso y de un valor de cambio. Su valor de uso es producir valor de cambio. Y su valor de cambio es el valor del conjunto de bienes necesarios para su reproducción como fuerza de trabajo. No obstante, este valor de cambio de la fuerza de trabajo va a adquirir una nueva forma, la del salario, es decir el precio de la fuerza de trabajo.

El salario se convierte así en un determinante para que el sujeto social se reproduzca como fuerza de trabajo bajo las restricciones salariales que el mercado impone con relación al costo que poseen los diferentes valores de uso que se ofertan para la reproducción de las condiciones mínimas sociales (la vivienda por ejemplo). La relación supone la formación continua y específica de infraestructuras localizadas para su consumo en un mayor o menor grado de desarrollo. Los bienes se producen y reproducen conforme a un poder adquisitivo adecuando la ciudad hasta cierto punto a esta relación. Actualmente, con la urbanización se pueden constatar los procesos de ordenación sometidos bajo esta relación, develando que las relaciones de producción se han plasmado en una morfología social donde la infraestructura y su calidad se reproducen de manera contradictoria.

Específicamente, la planificación urbana se expresa en este proceso articulando y promoviendo los instrumentos normativos que el Estado como poder público proporciona para plasmar sobre el terreno un proyecto continuo de re-ordenación espacial. Básicamente son dos las intenciones en este proceso. La primera supone garantizar la reproducción de capital privado a través de políticas públicas para urbanizar la ciudad, y segundo, articular una estrategia social que permita asimilar

y aceptar (naturalizar) una urbanización capitalista que repercutirá en la producción social del espacio. En efecto, este proyecto entrará en conflicto con el sujeto social debido a las contradicciones que emergen de la continua acumulación de la riqueza. Entra en conflicto porque la propiedad es un mecanismo coercitivo para la apropiación del espacio, y en esta contradicción el dinero entra como mediación para el consumo del espacio ocasionando que un sector de la sociedad sea excluido de los privilegios que ofrece el mercado inmobiliario al no poseer los medios suficientes para obtener el producto de las inversiones realizadas por capitales financieros. De ahí una estrategia que involucre y extrapole ideológicamente las disparidades sociales a la sociedad como condición inherente a su existencia.

Por Buitrago (2010), sabemos que la planificación surge de un proyecto hegemónico histórico que ha consolidado al capitalismo, es decir, la contradicción entre el desarrollo de las fuerzas productivas y la naturaleza misma de las relaciones de producción (LOJKINE, 1997). Por lo tanto, la propiedad privada como égida del capitalismo, hace de la planificación urbana un mecanismo de racionalización espacial con la finalidad de inducir la sociedad urbana bajo un modelo de producción espacial.

Dadas las contradicciones que emergen de la apropiación privada del espacio y la tendencia a su apropiación social, el aparato Estatal junto con las fuerzas que ostentan el capital para su valorización en asociación, deben ejercer un dominio que, a diferencia de lo que se supone dominio=fuerza³, esta se encuentra sutilmente contenida bajo una ideología de la ciudad impartiendo e imponiendo como estrategia para incidir e inducir en la percepción social sobre qué y cómo debe ser la sociedad urbana.

Básicamente estas estrategias son de índole cognoscitivo y necesariamente deben estar ligadas a las necesidades sociales, considerando que cada estrategia tiene su objeto y objetivo con un primer movimiento en lo concreto, la legitimación social, pues sin ella cada estrategia difícilmente podrá integrarse a la vida cotidiana. De ahí la importancia de una estrategia que logre integrar los intereses particulares al interés general, y para ello existen como mínimo dos condiciones; una técnica y otra ideológica. Como técnica nos referimos a algo material, algo visible y tangible en su finalidad, que pueda ser palpable, de fácil percepción. Paralelamente, esta condición debe estar bajo un argumento, aquello que justifique y dé sentido social a su existencia, permitiendo adentrarse poco a poco en la razón del sujeto social sin que este lo perciba, si es posible, adhiriendo su existencia a las necesidades sociales, como ya mencionamos también, a la vida cotidiana, esta es la ideológica. De esta forma, la planificación urbana es producto de una estrategia de corte dominante para producir, mantener y reproducir un orden capitalista del espacio considerando otros mecanismos estratégicos para validarse socialmente, por ello es necesario que la ciudad se establezca bajo un marco estratégico que pretenda disimular los efectos nocivos que trae este orden sobre la estructura social⁴.

No pretendemos reducir la planificación urbana a una simple estrategia, pues esta como dice Buitrago (2012, p. 44):

[C]onstituye un dispositivo gubernamental integrado en el aparato institucional responsable de la regulación de la reproducción social. Dentro del mismo ésta se ocupa de activar y dirigir los procesos localizados de desterritorialización/reterritorialización de

3 Esto no quiere decir que el uso de la fuerza por parte de aparato Estatal no sea una realidad, de hecho, cuando los movimientos sociales rompen la barrera de lo "legítimo" la represión se convierte en medio infalible para evitar cualquier intento por desestabilizar las estructuras capitalistas que reproducen un aparato dominante.

4 Este aspecto se puede evidenciar por los calificativos cómo: ciudades sustentables, inteligentes, etc., que no son más que propuestas con lenguajes "sophisticados" de orden dominante (espacios concebidos) para continuar reproduciendo las contradicciones y disparidades que emergen de un espacio privado.

las relaciones sociales que contradicen u obstaculizan el avance de los sucesivos bloques dominantes en cada fase histórica y cada geografía del capitalismo, contribuyendo a la consolidación de sus hegemonías mediante un desvío – una reificación – en las formas de ejercicio del poder.

Sin embargo, creemos que la planificación asume al mismo tiempo un rol estratégico fundamental para distorsionar o desfigurar los estragos ocasionados por la urbanización capitalista al valorizar el espacio para la producción de excedentes y en las formas en cómo desde la vida cotidiana se percibe tal realidad. En este sentido, encontramos dos estrategias básicas en la planificación urbana localizadas en sus extremos y de las cuales se derivan otros momentos de más complejidad para realizarse. La primera consiste en promover la reproducción de capital financiero y para ello es necesario abrir o mantener varios mecanismos que posibiliten tal propósito. Y segundo, la capacidad de desprender de su propia naturaleza las consecuencias sociales provocadas por una producción capitalista del espacio para continuar planificando la ciudad con el beneplácito de la sociedad.

Pero ¿De qué modo se percibe la planificación urbana en la actualidad? Mucho es lo que se puede decir del concepto y aún más desde las diferentes corrientes del pensamiento académico. La noción de la planificación urbana se remite a construir ciudades concertadas (integrales e integrantes) con la participación de los diferentes agentes que integran la ciudad, un enfoque relativamente nuevo que actúa desde varios campos del conocimiento para crear y converger en lo que podríamos denominar las tres “P”, planes, programas y proyectos, canalizando la diversidad de intereses y agentes sociales que suscita la urbanización de la ciudad.

Bajo esta perspectiva, la idea de ciudad se reduce a proyectar espacios concebidos para estructurar y organizar física y socialmente la ciudad de acuerdo con patrones “urbanísticos”. Sin percibir esto último como dominio y control de la actividad social debido al carácter que emerge de la **propiedad**, los espacios concebidos se sustentan en la división social del territorio para mantener una hegemonía suscitada por la continua necesidad de circulación de capital en la ciudad. Sobre la propiedad, Carlos (2011, p. 47) menciona que esta “*como fundamento revela em sua origem uma desigualdade que se realiza enquanto relação de poder. Isto é, pela separação e diferenciação dos grupos e classes, baseadas no lugar que estes ocupam no processo de produção da riqueza social*”; la **propiedad** como discurso al derecho individual y a la libertad constituye una sólida base ideológica para naturalizar una morfología social y dar paso a la concepción de espacios.

De hecho, es sobre la base de la propiedad donde se originan los **espacios concebidos** para maquinar los proyectos de ordenación territorial para desplazar del plano a la realidad una intención de dominación espacial que articule los diferentes intereses económicos que rodean los procesos de urbanización. Sin embargo, y previo a esto, es necesario que exista una estructura y fuerza institucional (pública o privada) amparada por el aparato Estatal para legitimar las políticas urbanas de reproducción social. Como escribe Carlos (2011, p. 77)

O Estado desenvolve estratégias que orientam e asseguram a reprodução, ao passo que, enquanto instrumento político, sua intervenção aprofunda as desigualdades como recorrência da orientação do orçamento, dos investimentos realizados no espaço, o que desencadeia processos

de valorização diferenciados não só entre algumas áreas, mas também em detrimento de outras áreas e de outros setores sociais.

La política urbana se constituye así en un pacto entre el Estado y los poderes de reproducción de capital para coadyuvar a moldear territorialmente la sociedad en clases. Significa esto que un proceso de planificación urbana coadyuva a la manifestación física de las contradicciones sociales capitalistas en la medida en que las diferentes fuerzas públicas y privadas converjan en el propósito de organizar el espacio para aprovechar las consecuencias sociales que estos mismos procesos suscitan al concretarse.

El control recae de igual forma en la función que tiene el plano urbanístico. Si sobre la política urbana existe un control ideológico al estar sustentado en los diferentes postulados universales (derechos universales, tratados internacionales, etc.), el plano ejerce un control físico sobre las estructuras sociales bajo el sofisma de la ordenación territorial convirtiendo la ciudad en una imagen del plano urbanístico, instrumento de dominación y control espacial que obvia cualquier realidad social. “Una intención, ideal y realista al mismo tiempo – producto del pensamiento y poder – se sitúa en la dimensión vertical (propios del conocimiento y la razón) para dominar y construir una totalidad: la ciudad” (LEFEBVRE, 1983, p.19). Lefebvre señala el plano como la propia escritura de la ciudad, lo cual liga el carácter político que asume el mapa como representación espacial al delimitar la actividad social de acuerdo con un acceso diferenciado del espacio. Carlos (2011, p. 92) apunta que:

O acesso diferenciado toma forma de segregação como produto da justaposição entre morfologia social (condição de classe) e morfologia espacial (lugar que o sujeito ocupa na cidade em função da relação renda/preço do m² do solo urbano), expressão da realização de uma sociedade de classes fundada na concentração do poder e da riqueza.

Producto de este acceso diferenciado puede hallarse la variabilidad de las formas y expresiones urbanas que distinguen los lugares en la ciudad (algo que el mapa define a través de la zonificación), aunque pueden existir otros atributos (culturales por ejemplo), el resultado bajo ciertas condiciones económicas puede traducirse en un “aislamiento” normativo de las formas regulares de ocupación, esto significa que el acceso al espacio “normalizado” queda restringido para una cierta cantidad de población que no puede adecuarse a las reglas que el mercado “legal” dictamina para acceder a un medio habitacional. Aquí pueden surgir las llamadas invasiones o barrios informales que bajo una ideología de la ciudad ordenada, disloca el acceso **diferenciado** como realidad concreta para “arropar” el problema de la segregación bajo la noción de desorden de la ciudad.

Esto, que podríamos llamar “camuflaje”, es la forma cómo la planificación ha logrado disociarse de los estragos urbanos que ocasionan las formas privadas de apropiación del espacio suscitada y perpetuadas por la misma planificación urbana. Por lo tanto, la asociación realizada entre desorden urbano y segregación se considera legítima en cuanto la segunda es producto de la primera. Así, la ordenación de la ciudad se basa en la adecuación urbana de la sociedad de acuerdo con parámetros normativos (reglas o patrones urbanísticos) considerando el buen ejercicio administrativo – gestión urbana – para un adecuado modo de ocupación.

Como es evidente, en la actualidad la ideología de la relación **orden urbano y planificación urbana** como medio para contrarrestar el desorden urbano, hace casi imperceptible las consecuencias derivadas de la reproducción del capital en la ciudad. Si existe desorden urbano es debido a una inadecuada planificación y esto es producto de una mala administración o catalogarse como ausencia de la misma. De este modo, difícilmente puede cuestionarse la planificación urbana en razón de la noción “orden” urbano que asume para reproducirse. Podemos deducir entonces que el desorden urbano es producto de la misma planificación urbana capitalista, atreviéndonos a pensar que no existe la ciudad “desordenada” así como la ciudad ordenada⁵. Lo que existe es la proyección de las contradicciones capitalistas sobre un terreno a partir de un proceso consciente de control espacial con complicidad del aparato Estatal.

Desde esta perspectiva (ciudad ordenada y desordenada) la planificación se mueve básicamente en tres escenarios: corregir, prevenir y dirigir.

El primer escenario describe una política de mejoramiento urbano (infraestructura) ante las inadecuadas formas de uso y ocupación del espacio ocasionado por un grupo social o proyecto urbano. Este tipo de acción (corrección) generalmente está dirigida a asentamientos precarios donde las contradicciones sociales son más evidentes. Sea un conjunto habitacional, una plaza, un parque etc., los asentamientos precarios no necesariamente obedecen a problemas físicos, sino a las paupérrimas condiciones sociales y económicas que subyacen y estructuran estos lugares. Con motivo de seguir reproduciendo el capital, para el agente inmobiliario estos lugares más allá de ser una preocupación social, son paradójicamente, obstáculo y oportunidad para su interés inversionista, de ahí que en nombre de la planificación urbana, se lleve a cabo un “mejoramiento” de las condiciones sociales a través de una intervención física de la ciudad; son los llamados planes de renovación urbana como instrumentos para “optimizar” el uso del espacio.

El segundo escenario tiene por intención evitar, o sea, prevenir que la ciudad crezca “sin ningún” tipo de planificación, lo que se traduce en un desarrollo “desordenado”, sin dirección alguna o aparentemente lógica. Sin embargo, ¿por qué se prevé? ¿Qué es lo que previene? Lo que prevé y que es inevitable es la ocupación y uso del suelo por aquellos que no poseen los medios suficientes para lograr adquirir lo que el mercado inmobiliario ofrece, es decir, lo que el mercado en su limitación social no atiende por medio de sus programas o proyectos inmobiliarios, obligando e impulsando a cierto sector social a ocupar cualquier tipo de suelo y de cualquier forma (no formal) para emplazarse. Aquí nacen los proyectos habitacionales de carácter público o público-privado. Y en tercer lugar, y tal vez la más importante, es la necesidad de acomodar la ciudad para controlar la actividad urbana para continuar reproduciendo la vida cotidiana en marco de los llamados perfiles de ocupación territorial, algo difícilmente posible sin la inserción de metodologías usadas en estas prácticas y que hacen de la planificación urbana un atractivo académico y administrativo para integrar y socializar los mecanismos de control dentro de una gran masa de habitantes que de una u otra forma son necesarios para validar proyectos de orden urbano.

Bajo este escenario, la planificación debe existir y existirá, no siempre de la misma forma pues necesita mutar y perfeccionar su acción tanto legal como social. Sin embargo, el régimen de sus principios no muda, se perfeccionará de acuerdo con los intereses del modo de producción en curso construyéndose nuevos enfoques que conecten el discurso global con la acción local (ciudades verdes, ciudades sustentables,

5 Si el ideal de ciudad deviene de la ordenación y organización, el primer elemento a comprender es que la naturaleza tiene su lenguaje y sólo a través de este lenguaje se podrá dar inicio al habitar, sin embargo, si esto fuese así, el planear dejará de existir, o al menos como lo concebimos.

gestión ambiental urbana etc.). La finalidad: el orden, pero este orden no es el orden de la ciencia física o el de la entropía. Es el orden que impone una hegemonía para mantener bajo patrones de reproducción social la ciudad actual. Disponer la ciudad para controlar las actividades sociales en nombre de la ciudad planeada es el objetivo del capital para no cuestionar los problemas que deja su reproducción.

¿Qué implica planear la ciudad dentro de un orden capitalista? Consolidar estratégicamente un proyecto de control espacial que permita prolongar los beneficios exclusivos que trae para un grupo social la reproducción de capital a través de la valorización del espacio dentro de una política de hegemonía de un bloque dominante.

La planificación constituye, más bien, el soporte técnico-científico de una territorialidad inscrita en un proyecto hegemónico/gubernamental más profundo. Representa un momento más – el momento espacial o territorial – en la construcción de aparatos de mediación para la regulación y conducta de la vida cotidiana de la población y, especialmente, de las clases subalternas (BUITRAGO, 2014, p. 65).

Pero no tan lejos de esta idea está la ya mencionada “ordenación” del territorio que irrumpe como ilusión para trasladar a la vida cotidiana una noción de ciudad y disipar la percepción concreta de la realidad: las contradicciones que emergen de un proyecto espacial de orden capitalista.

SOBRE LA CIUDAD ORDENADA Y NO PLANEADA (DESORDENADA)

El paradigma de la planificación se ha extendido, se ha adentrado en la vida a tal punto que ha dejado de ser una “simple” acción urbana para convertirse en un juicio y calificativo que define en gran medida el éxito o no de la ciudad moderna. El éxito es, en este sentido, la percepción y la capacidad de aprehensión que el sujeto social tiene de la ciudad, no suponiéndola producto de sí misma, sino producto exterior, de una fuerza exterior. Como tal, la planificación constituye una fuerza contraria a la ciudad como espacio apropiado imponiendo una racionalidad espacial que debe regularse a partir del consentimiento mismo de los afectados. La planificación desempeña una estrategia ideológica “desligando” las consecuencias que trae una producción capitalista del espacio exteriorizando y extrapolando estas como desorden urbano. Correlacionar los conceptos **planificación**, **ordenamiento** y **desorden** de la ciudad, hace parte de la estrategia para legitimar modelos y estereotipos urbanos sobre la sociedad.

¿Qué hay en las llamadas ciudades ordenadas y desordenadas? Desde esta perspectiva la planificación urbana asume una validez e injerencia en la reproducción social. Catalogar una ciudad de “ordenada” implica hacer alarde de un proceso concebido y premeditado donde el urbanismo se despliega en todas sus fuerzas para demostrar las ventajas de un proceso de urbanización controlado. Por otro lado, la ciudad “desordenada”, la que necesita de una intervención urgente ante el despropósito y la “poca intervención” Estatal para atender la demanda y uso adecuado de suelo urbano; es considerada como una “mala” planificación o ausencia de la misma ante la expansión o redensificación de la ciudad o cualquier fenómeno de ocupación que no cumpla con las normas urbanísticas vigentes. Sin embargo, cabría preguntar si

realmente existen estas formas de visualizar, entender o captar la ciudad a partir de la vida cotidiana.

En el lenguaje general estas dos expresiones son comúnmente usadas cuando se percibe que una imagen o fracción de la ciudad no encaja o encuentra su equivalente en otra ya concebida en la mente del ciudadano. ¿Cómo funciona esto? Bajo el modo de producción capitalista, la ciudad adquiere una forma espacial proporcional a las relaciones sociales de producción configurando determinados lugares con diferentes grados de desarrollo urbano. Esto indica que los procesos de urbanización no son homogéneos en términos de calidad y cualidad⁶ para toda la sociedad, algo claramente evidente en las estructuras físicas que componen los diferentes lugares de la ciudad. Por otro lado, cuando los procesos de ocupación no se acogen a una reglamentación urbanística, estos procesos asumen ciertas cualidades que son adjudicadas a procesos informales de ocupación, trasgrediendo la lógica del plano y de la simetría con la cual se proyecta la ciudad.

Tenemos entonces dos variables; una tipo formal y otra informal. La primera indica que dentro de los procesos inherentes a la urbanización capitalista, la infraestructura desarrollada se proyecta según el retorno del capital invertido. Los proyectos habitacionales poseen una diferenciación en sus precios para su consumo, implicando que al asumir un valor de uso al menor precio posible por parte del consumidor, su calidad será proporcional al costo asumido por el inversionista para obtener un valor de cambio a través del bien producido. En muchos casos, el costo asumido por el bien adquirido no alcanzará a suplir otros servicios adyacentes como vías adecuadas, parques, escuelas, puestos de salud, etc. “El capital sólo invertirá donde se den condiciones de rentabilidad; no invertirá en otra parte, lo que va a bloquear el desarrollo urbanístico adecuado en las zonas que no proporcionen dicha renta. A raíz de esto se produce una desigualdad en el desarrollo espacial de las infraestructuras.” (TOPALOV, 1979, p. 16).

¿Qué tiene que ver esto con la noción de desorden urbano? Que la percepción espacial sobre los lugares con infraestructuras **diferenciadas** no se relaciona con la otra cara del capitalismo, aceptándose así un “desajuste” espacial asumido por la planificación urbana así esta haya sido productora de la misma.

En segundo lugar se encuentran las ocupaciones habitacionales representadas por movimientos sociales de escasos recursos económicos. Las ocupaciones representan la otra cara de la planificación urbana debido a las reglas económicas que involucran la producción de la ciudad y que gran parte de la población no puede asumir. Recordemos que el capitalista urbanizador no adquiere valores de uso, sino valores de cambio a razón de la producción de valores de uso. Este tipo de asentamientos por lo tanto, no asume las reglas urbanísticas, sino una lógica de organización diferente a la dada por el plano, es producto de las fuertes relaciones sociales y económicas que se entretienen en este proceso de apropiación social por el espacio. Desde este punto de vista, el desorden urbano va tomando forma a raíz de la contradicción entre valor de uso y valor de cambio que desequilibra “estéticamente” y concretamente las cualidades de infraestructura de la ciudad. Enfatizamos en las cualidades visuales debido al carácter esteticista al que ha sido reducida la ciudad para su valoración y legitimación social como mecanismo para intervenir las ciudades desde el discurso de la planificación ordenada.

En este orden de ideas, la planificación urbana asume dos rostros o caras que hacen parte de una misma naturaleza, la naturaleza capitalista de un espacio desigual.

6 Con calidad hacemos referencia a las propiedades físicas usadas en la infraestructura. Las cualidades representan las características (sociales, económicas, físicas etc.) que identifican una urbanización permitiendo crear una opinión del mismo.

Estos dos rostros son producto de la contradicción entre la ciudad como obra-uso y la ciudad como producto-cambio. Aunque la terminología no es la adecuada, la representación cotidiana de la ciudad se asimila bajo dos parámetros subjetivos y relativos que en cierto momento llegan a ser acuerdos sociales. La ciudad “bonita” y la ciudad “fea” dos criterios que representan una relación directa con la noción de orden y desorden sujetas a la fuerte carga simbólica que maneja la ciudad capitalista para representar un tipo de ciudad ideal.

Lefebvre (2013, p. 131-132) sobre la ciudad moderna expresa la homogeneidad a la que ha llegado la ciudad cuando esta como producto se ha presupuesto a la ciudad como obra; “la triste evidencia es que lo repetitivo predomina sobre la unicidad, lo fáctico y artificioso sobre la espontaneidad y lo natural; es decir, el producto sobre la obra”. De esta realidad no puede más que desprenderse la ciudad como modelo, tanto de exclusivo como de repetitivo, es la contradicción de la obra y del producto como manifestación social por alcanzar la “diferencia” extrapolando estereotipos urbanísticos producidos por la fuerza del capital, son espacios fabricados “para ser concebidos en el plano de lo visible: visibilidad de gentes y cosas, de espacios y de todo aquello que estos contengan” (LEFEBVRE, 2013, p. 132). Los modelos urbanos representan tales características, pretendiendo simular una vida noble y cómoda propia de una planificación ordenada que la urbanización ayuda a establecer dentro de los procesos de reproducción social.

Con los modelos podemos entender la ciudad en sus dos formas (ordenada y desordenada) pues ellas constituyen modelos extraídos de fragmentos concretos de la realidad urbana para moldear y modelar estilos de vida que la planificación urbana capitalista “podría” llegar a consolidar en la medida que exista el “desorden” urbano para reproducir una falsa idea de la realidad.

Los individuos miran y confunden la vida con la vista y la visión. Construimos sobre informes y planos; compramos a partir de imágenes. La vista y la visión, figuras clásicas que en la tradición occidental personificaban lo inteligible, se vuelven tramposas: permiten en el espacio social la simulación de la diversidad, el simulacro de la explicación inteligible, esto es, la transparencia. (LEFEBVRE, 2013, p. 132).

Del espacio concreto al espacio visual; la vida se reduce como indica Lefebvre al acto mismo de la visibilidad y visualidad, encantando al individuo bajo figuras llamativas que representarían la vida ideal como símbolo de la ciudad próspera y ordenada. Una ciudad que expone el paisaje como forma concreta de la vida para ocultar las desigualdades que coexisten en tensión en un espacio codificado y funcional. Frente a la incertidumbre que conlleva el discurso de la prosperidad, la ciudad modelada se vende ante la idea incauta de estar comprando lo que el mismo proceso capitalista ha suprimido y negado para la realización de la vida. La vida cotidiana se confunde y se consume bajo el anhelo y el deseo de una ilusión. Como explica Carlos (2011, p. 121):

A realidade demonstra que o desenvolvimento do mundo da mercadoria invade completamente a vida cotidiana, impondo uma racionalidade homogeneizante, inerente ao processo de acumulação, que não se realiza apenas produzindo objetos e mercadorias, mas criando signos indutores do consumo e novos padrões de comportamento.

Bajo el mundo de la mercancía, existen modelos y estereotipos de ciudad creados, no sólo como productos, sino ideológicamente concebidos para crear y re-crear percepciones generales de la ciudad definiendo inconscientemente qué es y qué no es cuando se transita y observa la cotidianidad de la vida urbana. Aunque la información pueda llegar a ser poca o vaga, parece ser la adecuada para transmitir y generar sensaciones de conformidad o disconformidad que permitan crear juicios valorativos (principalmente conclusiones) sobre el paisaje visualizado. Los modelos sirven para que la mente compare y reaccione ante un estímulo sea o no semejante al que fue preestablecido como adecuado o inadecuado. Así, cada estereotipo funciona extrapolando lo más que pueda cada detalle del modelo predispuesto en la mente del ciudadano para entablar un juicio de valor que determine una opinión negativa o positiva de lo percibido. Cada estereotipo contiene una información con base a la forma, textura, color, etc., podríamos decir que se caracteriza por poseer una propiedad organoléptica de la ciudad. Por tanto, la ciudad planeada (ordenada) y desordenada (no planeada o mal planeada) es más que toda una noción mental inducida ideológicamente para substituir las desigualdades sociales por el calificativo de desorden urbano.

Pero la correlación entre ambos calificativos no es fortuita. El orden es establecimiento y para el capitalismo esto es imprescindible para no alterar las bases que la estructuran o cimientan. Al relacionar planificación con orden, se está avalando lo primero inconscientemente a partir de lo segundo, pues una de las características fundamentales cuando se establece la división social del trabajo a partir de la concentración de los medios de producción, es la de mantener un orden, el orden que se implanta en las estructuras sociales bajo el propósito del control. Como la planificación urbana y la urbanización capitalista están para mantener y reproducir este orden, el término se acoge para sostener la intención de clases sobre el terreno. Ahora, para el ciudadano el orden se manifiesta a través de los estereotipos que actúan sobre la percepción social al asimilar la ciudad bajo patrones rigurosos ya inscritos en su mente. El orden es entonces para el habitante sinónimo de belleza, tranquilidad, progreso, productividad, positivismo etc., características que en una sociedad de desigualdades sociales, cualquier aspecto que propenda a lo contrario será rechazado o “mal” visto.

La ciudad planeada como modelo se caracteriza por poseer trazos adecuados, los correspondientes a los establecidos por el urbanista, planificador etc., es decir, corresponde a un espacio concebido. Independiente de quien puede hacer uso de ella, la ciudad ordenada en términos oficiales es aquella que cumple en gran medida con la normatividad urbanística. La ciudad desordenada, por el contrario, es aquella que se denomina como ciudad espontánea, aquella sin la rigurosidad que la norma impone para su desarrollo, en apariencia, una no “pre-concepción” de lo que se desea, un proceso aparentemente sin diseño alguno. Estos dos estados pretenden y han logrado definir el éxito de la ciudad a partir de sensaciones, juicios de valor y leyes coercitivas que determinan tácitamente lo admisible e inaceptable. Es una especie de moralidad urbana que traza códigos para detallar el modelo de ciudad que únicamente la planificación urbana podrá crear para el “buen” habitar. Sobre esta falsa dicotomía, es relevante considerar que antes de ser divergentes, el orden urbano y el desorden convergen en su condición. Tanto el orden como el desorden urbano subyacen como noción-ilusión, y es a través del espacio concebido que esta noción separa lo que en

realidad se plasma sobre el terreno con toda su inhumanidad; el orden capitalista. La noción de desorden urbano se vuelve funcional para el orden de la urbanización capitalista en la medida en que permite la reproducción del capital.

Así, el desorden urbano y el orden urbano como noción son manifestaciones de una misma naturaleza, la naturaleza de la producción capitalista del espacio. Como discurso estos dos conceptos existen y son aparentemente observables en la estructura urbana. No obstante, lo que es percibido como desorden pertenece a una lógica derivada de la misma adecuación de la ciudad para la acumulación y reproducción del capital. Esta “ilusión” espacial de la ciudad legitima el juego ideológico de la planificación dentro del capitalismo. La ciudad desordenada como discurso no pone en tela de juicio los aspectos que producen dicha situación. Dentro del orden capitalista existe una ciudad planificada a partir de las contradicciones emergentes a la misma para la producción y reproducción de capital.

Jorge Mario Carmona Vanegas es Administrador Ambiental por la Universidad Tecnológica de Pereira (UTP), Colombia; posee Maestría en Geografía por la Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); investigador en el Grupo de Investigación en Gestión Ambiental Territorial de la Universidad Tecnológica de Pereira.
E-mail: jmcarmona@utp.edu.co

Artículo recibido el 8 de mayo de 2016 y aprobado para publicación el 21 de septiembre de 2016.

BIBLIOGRAFÍA

- BUITRAGO, S. La ciudad y el eclipse de la experiencia: notas para una historia crítica de la ordenación territorial. *Polis*, v. 7, n. 20, p. 151-177, set. 2008. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682008000100009>
- _____. Hacia el origen de la planificación: territorio, enclosure acts y cambio social en la transición del feudalismo al capitalismo. *Ciudades*, n. 13, p. 165-181, 2010. Disponible en: <http://www3.uva.es/iuu/REVISTA/Ciudades%2013/Ciudades%2013%20165-181%20SEVILLA%20BUIRAGO.pdf>. Acceso en: 20 dic. 2015.
- _____. Hegemonía, gubernamentalidad, territorio. Apuntes metodológicos para una historia social de la planificación. *Empiria*, n. 27, p. 49-72, ene./abr. 2014. <http://dx.doi.org/10.5944/empiria.27.2014.10862>
- _____. Urbanismo y reproducción social. Una introducción a su historia. *Ci[ur]*, n. 80, p. 1-66, ene./feb. 2012. Disponible en: <http://polired.upm.es/index.php/ciur/article/view/1786/1800>. Acceso en: 25 ene. 2016.
- CARLOS, A. F. A. De la “geografía de la acumulación” a la “geografía de la reproducción”: un diálogo con Harvey. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 10., 2008, Barcelona. *Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2008. Disponible en: <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/126.htm>. Acceso en: 5 dic. 2015.
- _____. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.
- _____. *Metageografia: ato de conhecer a partir da geografia*. In: _____ (Org.). *Crise urbana*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 25-35.
- HARVEY, D. *Ciudades rebeldes: del derecho de la ciudad a la revolución urbana*. Salamanca: Akal S.A., 2013.
- _____. *Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo*. Quito: Editorial IAEN, 2014.
- LEFEBVRE, H. *La revolución urbana*. Madrid: Alianza Editorial, 1983.
- _____. *La producción del espacio*. Madrid: Capitan swing, 2013.
- LOJKINE, J. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- SPOSITO, M. E. B. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Contexto, 1997.
- TOPALOV, C. *La urbanización capitalista*. México: Edicol, 1979.

VILA AUTÓDROMO IN DISPUTE:

SUBJECTS, INSTRUMENTS AND STRATEGIES
TO REINVENT THE SPACE

VILA AUTÓDROMO EM DISPUTA:

SUJEITOS, INSTRUMENTOS E ESTRATÉGIAS PARA A REINVENÇÃO DO ESPAÇO

FERNANDA SÁNCHEZ^{A, B, C, E, F}

Universidade Federal Fluminense, Escola de Arquitetura e Urbanismo, Niterói, RJ, Brazil

FABRÍCIO LEAL DE OLIVEIRA^{A, B, C, E, F}

POLIANA GONÇALVES MONTEIRO^{A, B, C, D, E, F}

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional,
Rio de Janeiro, RJ, Brazil

ABSTRACT: The struggle of the residents in Vila Autódromo to reinvent their territory, violently affected by the onslaught of urban restructuring during the times of Olympic urbanism in Rio de Janeiro, is taken as an emblematic case of the production of conflictual space. The present article describes the various instruments and strategies that the residents and their supporters have used in order to resist the current city project. The imaginative capacity of the subjects over recent years has helped to bring the case into the public sphere on several different levels: local, national and international. The present article is made up of the following sections: a brief description of Vila Autódromo as a disputed territory; the media as an active tool in the production of space; institutional violence on the territory; places for communicating the struggle; and insurgent territorial grammars. In the final considerations a number of the key ideas are taken up so as to emphasize the transformative, emancipatory learning possibilities for all those who have participated within the process.

KEYWORDS: conflictual space; public sphere; Vila Autódromo; Rio Olympics.

RESUMO: *A luta dos moradores da Vila Autódromo para reinventar seu território, violentamente afetado pela marcha da reestruturação urbana na cidade do Rio de Janeiro, em tempos de urbanismo olímpico, é tomada como caso emblemático de produção do espaço conflitual. Este artigo evidencia os diversos instrumentos e estratégias que os moradores e apoiadores fizeram uso para resistir ao atual projeto de cidade. A capacidade imaginativa dos sujeitos ao longo dos anos permitiu inscrever o caso na esfera pública em múltiplas escalas: local, nacional e internacional. O trabalho constitui-se das seguintes partes: Vila Autódromo como território disputado; a mídia como instrumento ativo na produção do espaço; as violências institucionais no território; lugares para a comunicação da luta. Nas considerações finais são retomadas algumas ideias-chave relacionadas às gramáticas territoriais da insurgência, que enfatizam as possibilidades de aprendizado e emancipação para todos aqueles que participaram do processo.*

PALAVRAS-CHAVE: *espaço conflitual; esfera pública; Vila Autódromo; Rio de Janeiro olímpico.*

Contribution of each author: **A.** theoretical and conceptual basis and problematization; **B.** research data and statistical analysis; **C.** producing figures and tables; **D.** photographs; **E.** preparation and drafting of manuscript; **F.** selection of references.

DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n3p408>

The present article is supported by one thesis: the case of Vila Autódromo, in the city of Rio de Janeiro, a territory targeted by big business interests that have impelled the current restructuring of the space, may be taken as a reference for conflictual space, since its residents, as subjects of the production of space, have resorted to various instruments, resources and strategies in order to resist the city project, to reinvent the space and to reestablish it as a public sphere.

It is estimated that much of the political power in this case, which has become a symbol of popular resistance to the so-called “Olympic City” for the 2016 Games, is contained within the imaginative capacity to disfigure, in various dimensions, the codes of power and to reconfigure the territory in the struggle.

In order to develop its reflections, the present article is composed of the following sections: a brief description of the Vila Autódromo as a disputed territory; the media as an active tool in the production of space; institutional violence on the territory as power strategies; places and spaces for communicating the struggle; insurgent territorial grammars – messages in dispute. In the final considerations some key ideas regarding the case are examined so as to assess the initial thesis presented herein.

VILA AUTÓDROMO, A TARGETED TERRITORY

We are of no threat to the environment, nor to the landscape or to anyone's safety. We only threaten those who wish to violate our constitutional right to housing. We are a threat only to those who want to speculate on urban land and to the politicians who serve their interests. They have their plan, which is to wipe us from the map. We have our plan, which states our right to continue to exist. Our history of struggle now continues within our People's Plan (A statement by Altair Guimarães, President of the Vila Autódromo Residents Association in the video Vila Autódromo: a neighborhood marked to live¹; author's translation).

Vila Autódromo is located in an area owned by the State Government of Rio de Janeiro on the shores of the Jacarepaguá Lagoon, in Barra da Tijuca, which is the main area of residential expansion for middle and high income earners in Rio de Janeiro. It was on this land, which is also public and adjacent to the people's settlement, that the Olympic Park was constructed, and constituted the main cluster of sports facilities for the 2016 Olympics.

In 2009, when it was announced that Rio de Janeiro would host the 2016 Olympic Games, Vila Autódromo was a small settlement with around 1,300 residents. Since 1993 the population had resisted plans by the Mayor's Office which, for a wide variety of reasons², had declared its intention to remove the settlement in its entirety. From 2009, these threats became progressively more intense.

By 2016, the reasons for its removal included arguments related to vacating the side strip of the Jacarepaguá Lagoon and especially, the alleged need for the evacuation of hundreds of homes in order to construct two access points to the Olympic Park. The Mayor's project included the removal of the entire population, who would be transferred to a housing estate located at a distance of around two kilometers, in apartments often much smaller than the homes occupied by families in the community.

¹ *Vila Autódromo: Um bairro marcado para viver* (Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=R-MgRZ-60i_I>. Accessed on: 21st September 2016).

² For information on this subject, please see Vainer *et al.* (2013).

Map 1: Location of Vila Autódromo indicating the community area in 2011, and the land which was later used for the Olympic Park



Source: Produced by the authors based on Google Earth.

The terms of the edict from the public-private partnership established to build the Olympic Park, estimated that once the games had finished, the consortium, which had won the bid, would be entitled to use around 70% of the land to construct a real estate project that included residential and commercial buildings and hotels. Consequent changes to planning legislation permitted new uses and intensification of the occupation, thus enabling this new business venture (MEDEIROS, 2016). The consortium, which had won the bid, consisted of two of the largest public works contractors in Brazil – Odebrecht and Andrade Gutierrez – and Carvalho Hosken S.A., which owned much of the land in Barra da Tijuca, especially within the vicinity of the Olympic Park. In May 2016, on the land owned by Carvalho Hosken S.A., the Athlete's Village, which at the time was near completion, was launched as a future residential project with the suggestive name of "Pure Island."

Alliances between the executive power and large landowners linked to real estate development in Barra da Tijuca date back to the 1960s, and over the years have involved huge public investment in transport, which has significantly improved access to and facilitated occupation of the region. From the early 1990s, a new wave of investments in mobility structures (such as the *Linha Amarela* – the Yellow Line Roadway – and, more recently, the implantation of specific corridors for the Bus Rapid Transit System – the BRT and the Metrô) resulted in the gradual occupation of the area immediately north of the Jacarepaguá Lagoon, a large part of which was owned by Carvalho Hosken SA (CARDOSO, 1988; COSENTINO, 2015). In 1995 this area was virtually empty, and over the last twenty years this area has become a new centrality complementary to the older concentration of shopping centers built between the 1970s and 1990s in Barra da Tijuca.

Moreover, as demonstrated by research from the Instituto Mais Democracia (IMD), a civil society organization based in Rio de Janeiro, Odebrecht and Andrade Gutierrez were involved either individually or in partnership, in the construction or

operation of most of the projects related to the 2014 World Cup and the 2016 Olympics (IMD, 2013). According to the institute, Odebrecht, for example, was involved in the construction or the control and operation of the subway system, the metropolitan commuter railway (Supervia), the BRT Trans-Olympic, the Light Railway in the central area (VLT Rio), the metropolitan ring road (Arco Metropolitano), the cable car in one of the city's largest slums (Complexo do Alemão), the Porto Maravilha project in Rio's port area, as well as the public-private partnership of Maracanã Sports Complex and the renovation of the João Havelange Football Stadium (Engenhão). More recently, in August 2015, the municipal government authorized a consortium formed by Odebrecht Infraestrutura and Queiroz Galvão Construções to develop studies in order to carry out a project in a 52 km² area in districts of the administrative region of Barra da Tijuca³.

Thus, these are the partners of the Mayor involved in constructing the Olympic Park, a project that allegedly requires the eradication of Vila Autódromo: the landowner of the vacant surrounding areas and the contractors, whose construction works and interests span across the entire municipality, and a vast part of the Metropolitan Region of Rio de Janeiro. Hence, it is not only the Olympic Park and its financing, which is at stake when decisions are made involving financial calculations, impacts and the removal of local residents. Rio de Janeiro, as a whole, has become a huge public-private partnership involving powerful businesses and, in the case of Barra da Tijuca, longstanding local real estate developers who, taking advantage of the advent of the Olympics, saw the opportunity to conclude the real estate development project in the region, which has been under development for more than 40 years, in a discontinuous albeit persistent manner, systematically draining public resources and progressively increasing property prices in the regions, with virtually no private counterpart (RIBEIRO *et al.*, 1987; COSENTINO, 2015).

What could the Mayor's Office deny such powerful, ubiquitous partners? What did the residents of Vila Autódromo intend to deny them?

The Vila Autódromo resistance strategies have activated innumerable resources, and have been brought together from a wide range of sources including internal mobilization through to cooperation from allies and supporters from many different social movements and networks⁴, alternative media, representatives from municipal legislative directives, technical advisory services, individual activists and even government agencies, as in the case of the State Public Defender's Office, which had provided legal defense services to the community since the 1990s (VAINER *et al.*, 2013; OLIVEIRA; BIENENSTEIN; TANAKA 2016).

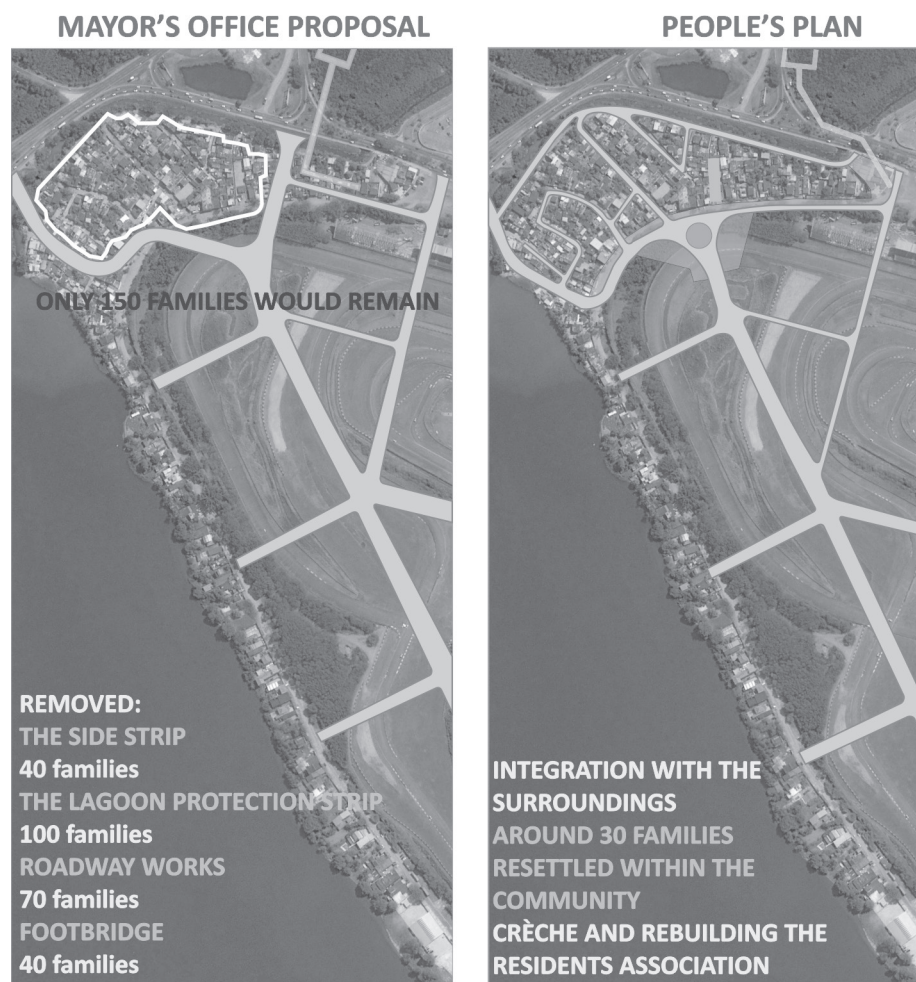
Outstanding among the various strategies is the creation of the Vila Autódromo People's Plan developed by the residents with the assistance of two federal universities. The plan sought to demonstrate how the continuing presence of the community could be compatible with the installation of equipment for the Olympic Games. Given that the official justifications were based on supposedly "technical" arguments, especially those related to environmental protection or to the impossibility of an urbanization project, the university – an authority with social recognition within the scientific and "technical" fields – was seen by the locals as a necessary support to certify the possibility and viability of the conditions so that the entire community could remain where they were.

3 This area covers the districts of Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim and parts of Recreio dos Bandeirantes, Jacarepaguá and Barra da Tijuca, areas in which there is an expansion of real estate for the middle and upper classes in Rio de Janeiro.

4 Special mention should be given to the performance of the Popular Committee on the World Cup and Olympics, which from the initial pressures to remove them, accompanied and supported the resistance of the Vila Autódromo residents. The Committee was formed by a group of "social movements, NGOs, academic institutions, popular leaderships and those affected by the arbitrary actions of the Mayor's Office" (COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS/POPULAR COMMITTEE ON THE WORLD CUP AND OLYMPICS, 2015).

The Vila Autódromo People's Plan rejected the eviction of any of the residents, and preparation of the plan involved conducting field surveys, questionnaires, document analysis, aerial photographs and cartographic databases and a discussion process that culminated in a list of proposals for the areas of housing, sanitation, infrastructure, environment, public services and cultural and community development, as well as defining strategies for popular organization and communication (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PESCADORES DA VILA AUTÓDROMO, 2012).

Map 2: A comparison of the Mayor's proposal for the urbanization of Vila Autódromo and the People's Plan prepared by the residents with technical assistance from UFRJ and UFF, demonstrating how the evictions could be avoided despite the works on the Olympic Park



Source: The Association of Residents and Fishermen in Vila Autódromo (2012).

In Vila Autódromo People's Plan the context and nature of the conflict guided the planning process, the content of the proposals and even the design of the architectural projects (VAINER *et al.*, 2013). Hence, the process may be interpreted as a process of “conflictual planning,” contrasting not only with the participatory planning processes produced in the “invited” spaces of the public bodies (MIRAFTAB, 2009), but also with certain autonomous processes, referred to as “insurgent” or “radical”,

which were based on complete documents, strategies or specific guidelines that have remained unchanged throughout the process.

In the case of Vila Autódromo, the dynamics of the conflict led the insurgent subjects to define new political spaces in different places and on multiple scales. Public acts were conducted in clearly visible urban areas, such as in the central area of the city of Rio de Janeiro, and religious celebrations and rituals from the social life of the neighborhood intentionally began to move into other areas, such as Copacabana Beach, thus crossing over spatial scales in search of recognition. In turn, on many occasions, local leaders sought spaces that legitimized and enunciated their struggle, and took part in both national meetings, such as the Human Rights Commission in the Senate in September 2015, and international, such as the League of Nations in Geneva in June 2016.

Successive attempts to hold meetings, all formalized in protocols at municipal and state government secretariats, or meetings at the City Hall and the Land Institute of Rio de Janeiro (ITERJ) reveal both the continuing movement of the conflict subjects throughout the years, and in various scales, in the “invented spaces” of the struggles, the occupations and insurgencies, and the “invited spaces” from within public institutions, which sought to extend the chances of negotiating the Plan. Throughout this process, the analytic pair of “invented and invited spaces” by Faranak Miraftab (2009) characterizes this necessary transit between the formal spaces of participation and those that are created, forged during the struggle. The subjects of the conflict sought to redefine possibilities, activate tools and occupy spaces in confrontational situations.

The first document with the principles and main proposals of the People’s Plan was completed just two months after the planning process began, and the ongoing struggle with the Mayor’s Office required adjustments to the uncertain temporality, and to the inaccurate, unforeseen stages of the process of struggle and resistance on the part of the residents.

According to the dynamics of the conflict, the struggle highlighted the legal aspects – with the support of the Public Defender – the promotion of political articulations – either with other social movements affected by the mega-events in progress or with broader social articulations – holding events and festivals, public demonstrations, among other actions. There is no scope herein to analyze the impasses, defeats and partial victories that characterize the different moments of the struggle by the residents of Vila Autódromo, whose organizational and planning processes – as well as the results of their long, hard fight – may be interpreted from many different perspectives. In the present article, written in 2016 during the denouement of the conflict, which had raged since 2009, the relative cohesion of the few who resisted until the end – albeit with varied, alternating and volatile internal divisions – is emphasized in contrast with the dispersion of the residents violently removed or indemnified with amounts close or equal to the market value, an unprecedented fact in the eviction processes of low rent settlements in Rio de Janeiro.

Instead of highlighting the desolation regarding the almost total destruction of the community (in May 2016 only 10 houses remained standing), we prefer to emphasize the learning and emancipation possibilities, which have transformed all those who participated in the process – both residents and supporters. We also

highlight the victory of those 20 families who, through their resistance, attained the commitment set out in the contract signed by the Mayor's Office with the Public Defender, which ensures that the urbanization project will be undertaken and that new homes will be constructed within Vila Autódromo on individual lots for all the resistant families, with more favorable dimensions and characteristics than those offered on the housing estates erected by the Municipality.

THE MEDIA AS AN ACTIVE INSTRUMENT FOR THE PRODUCTION OF SPACE

As from 2009, the starting point for urban restructuring motivated by the 2016 Olympic Games, intense battles were fought within the field of communications. The protagonists of these battles were on the one hand, the Mayor's Office and the coalition of companies linked to the Olympic Park project – Construtora Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez and Carvalho Hosken – and, on the other, the neighborhood residents struggling to remain, alongside the various collective supporters – the state public defender's office, universities, defense groups for human and housing rights, the Popular Committee on the World Cup and Olympics.

The narratives on resisting eviction sought to delegitimize the present state power constituted by the articulation between public authorities, contractors and media companies, especially the Globo organizations. The subjects of resistance sought to rebuild a critical public sphere, against the establishment, and to break the network of manipulated messages with which the media influenced public opinion and legitimized the city project in the search for a broad consensus.

Immediately after it was officially announced that Rio de Janeiro would host the 2016 Olympic Games, on October 2nd, 2009, a media campaign got under way regarding the projects involved in the construction of the so-called Olympic City. The following day, from among the first measures, the newspaper *O Globo* featured the removal of the favelas, and more specifically the removal of Vila Autódromo.

Over the years, the mainstream media – particularly the *Globo* organizations – has operated as an instrument of symbolic violence in favor of territorial inequality, exclusion and gentrification. Affirmative narratives on the urban projects for the Games have reinforced the more spectacular projects, and legitimized the current coalition of power, of which this communication conglomerate makes part. The existence of informal areas is treated with superficial determinism, and expansion of the favelas is condemned, by this media vehicle, as a established process that must be fought with repression.

Thus, campaigns developed in the newspapers and on TV, such as the one entitled “Illegal, so what?”, have led to favela dwellers being represented as “undesirable”, “inconvenient”, “opportunistic” and “illegal.” Such types of narratives, as for instance, “Rio: Favelas without limits” (07/05/2015) and “Expanding favelas require a firm government hand” (10/05/2015) set out to criminalize people and poor families for standing in the way of new landscapes of power with their glassy towers and reconfigured territories, all in the name of the Olympic era.

The current apparatus of symbolic production, driven by the coalition forces commanding this city project – businessmen, politicians at various levels of

government and the International Olympic Committee (IOC) – promoted the city as a ‘theme park’, through images of spaces and places for worldwide consumption; a kind of “urbanalization” (MUÑOZ, 2010) of the “Wonderful City”, which has now become the “Olympic City”. “Pacified” scenarios, with diluted differences, erased inequalities and homogenized values have long-term consequences, as Broudehoux (2014) has indicated citing the case of Beijing and the 2008 Olympics. In Rio de Janeiro, the spectacularization of space and place branding has its downside face, with effects on the appropriation of public spaces, the construction of citizenship and the conquests of urban rights. In order to operate this “spectacle machine” (GUSMÃO DE OLIVEIRA, 2015) we may perceive the intense actions of national hegemonic media groups whose main aim is to sell the renewed city.

Symbolic instruments applied to different publicity items, emblems, videos, movies, commemorative jingles, international festivals and an intense schedule of events were woven into the scenarios towards the 2016 Games, which thereby justified the exceptions and violence that fell upon those who were considered as obstacles to the free consecration of Olympism or, to be more precise, the business city. Statements by the mega-entrepreneur in Barra da Tijuca, Carlos de Carvalho, published in the British newspaper *The Guardian* on August 4, 2015 (WATTS, 2015) left little doubt as to his eloquence regarding the real purpose of this “pro-development” coalition: the removal and social “cleansing” of the territory for the victorious march of the real estate enterprises. This same newspaper report ironically hailed this real estate mogul as the great leader of the Games, “the medal winners of the 2016 Rio de Janeiro Games will not be known for another 12 months, but there is already a clear frontrunner in the race for Olympic gold.” (WATTS, 2015).

But the residents of Vila Autódromo, who identified themselves as a community that has fought for its living space for over thirty years, have learned to reinvent their territory and defend it by resorting to many different resources, among them the communication tools, in their different formats, support and actions, in order to disclose the moments of conflict. Through these tools, and with the help of several other supporting collectives, the residents of Vila Autódromo have continuously nurtured a campaign to publicize and validate their struggle.

Using their Facebook profile as their main communication channel, the Vila Autódromo resident’s collective published allegations of the human rights violations, with the intensified evictions and demolitions in 2014, and published the various stages and strategies of their struggle.

The official narratives and the resistance narratives may be regarded as part of the symbolic and political struggle for the territory of Vila Autódromo. Indeed, the various forms of violations committed by the Mayor’s Office were interpellated by speeches and actions by the residents, however, from within an asymmetric and unequal power relationship. With each new onslaught by the Mayor’s Office in the mainstream media, whether in authorized releases, editorials or campaigns to criminalize the local residents, they responded quickly, by activating the communication resources available to them. When a group of teachers and students from the Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) and the Universidade Federal Fluminense (UFF) was invited in 2011 by the Vila Autódromo Residents Association (AMPVA) to advise them on their struggle for space, there were over 550 families living on site. After years of evictions and conflict, in May 2016, only 20

families had managed to stay on.

The video “*A neighborhood marked to live*” was one of the emblematic syntheses of this case of conflictual planning, used for the joint production of the People’s Plan of Vila Autódromo, and was both a technical and political instrument against eviction and for remaining. This synthesis sought to build counter-narratives for each of the numerous arguments deployed by the Mayor to legitimize the total eviction, which was for them, “A neighborhood marked to die.” On October 4th, 2011, the newspaper *O Globo* announced: “Registration for eviction from the favela begins on Wednesday.” On this occasion, the Mayor presented the future site of the Olympic installations to the residents of Vila Autódromo, together with the Parque Carioca housing project, which was to be built through the program “*Minha Casa Minha Vida*” – “My House, My Life” (PMCMV). Some of the residents, in subsequent years, eventually accepted eviction and resettlement on the housing estate. Other families, under various forms of pressure, came to accept compensation for moving away from the neighborhood. Over half of the families, however, continued to resist for another three or four years.

In March 2012, *The New York Times* reported that “A fierce property battle is under way over Vila Autódromo.” “The authorities think progress is demolishing our community just so they can host the Olympics for a few weeks,” said one resident, and continued, “But we’ve shocked them by resisting.” Also in 2012, the international media highlighted the “impressive demonstration” that marked the start of the Rio+20⁵ Conference. Over two nights and two days of vigil, thousands of national and international activists gathered at Vila Autódromo. The *Rio on Watch* site showed the potential of the Vila Autódromo conflict to cross over spatial scales and join numerous other subjects and movements to the struggle against eviction, and thus become transformed into a reference case for urban struggles.

Both the collectives of supporters (such as the Popular Committee on the World Cup and Olympics and the NGO – *Rio on Watch*), and some of the national and international media that slipped through the shielding of the local mainstream media on various scales, (*UOL/Folha de São Paulo*, *Le Monde Diplomatique*, the *BBC*, *The Guardian*, *The New York Times*, among others) joined the local alternative media to report the territorial violence of the case. In 2013 for example, *UOL/Folha de São Paulo* published a report on the People’s Plan: “To avoid eviction, the neighboring community of the future Olympic Park has developed an [urbanization] proposal for the Mayor’s Office in Rio de Janeiro.” “We cannot pay for the right to host the Olympic Games with our homes,” declared a resident at the time, who had helped to draw up the Plan.

The massive demonstrations of the *Jornadas de Junho* in June 2013 across the whole of Brazil and in Rio resulted in a number of retreats on the part of the Mayor’s Office and some gains for the Vila Autódromo collective. At the time, headlines announced that the mayor “Eduardo Paes opens negotiations to maintain the neighboring favela of the Olympic Park”. After fresh meetings with the Mayor, residents came away with renewed hope that they would be able to remain in their space. Another report by *UOL Esporte*, in the *Folha de São Paulo* highlighted that the: “The Task Force compares the People’s Plan and the Mayor’s proposal. Both projects were analyzed at the time by experts from various fields, who issued an opinion in favor of the People’s Plan”⁶.

5 United Nations Conference on Sustainable Development, held in the city on 13th – 22nd June 2012.

6 The Report, published in July 2014, was drafted by the Multidisciplinary Professional Academic Working Group (GTAPM) formed by representatives of the following institutions: Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-RJ), Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio de Janeiro (SARJ) and the Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE).

In December 2013, the same Vila Autódromo People's Plan was the big winner of the *Deutsche Bank Urban Age Award*, sponsored by the London School of Economics and Social Sciences. Disclosure of the prize, however, went completely unreported by the local media. With many families facing forceful pressure and negotiations so that they would leave the Vila, the Mayor's Office appealed to the newspaper *O Globo* to strengthen the positive idea of change, moving from a "favela" to a "condominium". In April 2014, on its front page, the paper published in its Neighborhood sections, an article entitled "My house, another life", subtitled "Emotion marks the transfer of residents from Vila Autódromo to Parque Carioca". Alluding to the "My House, My Life" program, this representation, interposed by journalistic narrative, sought to construct the opposition between a "better life" and a "worse life" associated with "favela dwellers". In December 2014 a new title appeared on the front page of the newspaper *O Globo Barra*: "Bye bye, favela".

However, in March 2015, with the date of the games fast approaching, the Mayor radicalized his actions, "Paes changes his discourse and with the lack of an agreement, expropriates the neighbors of Rio-2016". This was a violent, new step in the fierce war for territory: expropriation by decree, which now came to the homes of residents who were still resisting eviction. After the decree, evictions were intensified in the community.

In April 2015, the Spanish newspaper *El Mundo* published an article, which reflects the overwhelming advance of the Olympic Park onto the territory belonging to the popular neighborhood, under the title, "The favela devoured by Rio 2016". In the article, Luiz Claudio da Silva, a resident in *Vila Autódromo* stated that, "the feeling is that our homes are now inside the Olympic Park". The violent seizure of territory is described by Carlos Vainer, in the newspaper *Extra* on February 25th, 2016: "There were unnecessary demolitions in the very core of Vila Autódromo. We have demonstrated that it would be possible to widen the access avenues of the Olympic Park by affecting much less than has actually been affected. There is no technical or economic reason to justify so many evictions, only social prejudice. They ran the avenue over the people to clear the way for real estate speculation. The widening of the roadways was a pretext for social cleansing."

A new date was established that marked the media struggle for Vila Autódromo: on March 8th, 2016, the Mayor's Office demolished the family home of Maria da Penha Macena, a key community leader. For the *résistance* movement, this demolition was of symbolic significance, and was widely reported by different media vehicles: *O Globo*, *UOL/Folha*, *River on Watch*, *Record*. On that same day, just a few hours later, the Mayor's Office announced that it would hold a press conference to present the urbanization plan for Vila Autódromo, and since they were not invited to the presentation, residents called their own press conference of the Vila Autódromo community an hour before the official press conference, in exactly the same place. On being informed of the initiative, the mayor changed the location of his press conference. Nonetheless, many reporters turned up at the original address, thus guaranteeing the residents a counterpoint to the voice of the Mayor's Office.

On the same day that her house was demolished, Dona Penha received the *Female Citizen Diploma* conferred by the state Legislature as part of the International Women's Day celebrations. During the week, several articles were published and the media made use of the dramatic climate and the contradiction between the demolition

of Dona Penha's home in the morning, and the tribute she received that same night. Thus, adding to this contradiction, the political fact created by the tension between the two press conferences. From that day, the narrative tone changed, including that of the mainstream media, with criticism and complaints of the violations. On March 9th, the NGO Global Justice issued an interview with Dona Penha:

They may bring down my house, but they won't bring me down. I remain firm in the struggle. I will stay in this community. Because of a mega-event, they take your house and leave you on the street. What I hope is that they give me another house. Unfortunately, this Women's Day will be marked as the day I was evicted, but life goes on (AUTHOR'S TRANSLATION).

DEGRADATION OF THE TERRITORY AS A POWER STRATEGY

Demolitions in Vila Autódromo began in March 2014, and there followed a sudden degradation of the community. In less than a month, 123 buildings were demolished by the Mayor's Office. The accumulation of debris and the precariousness of the carriageways and of the water supply and sewage infrastructure, caused by the heavy traffic of large vehicles working on the Olympic Park, soon transformed life within the community.

Eviction, which began with the resettlement of residents in the Parque Carioca⁷, intensified with the Mayor's strategy to increase the amount of compensation offered, and negotiations took into account the market value⁸. The conflictual process⁹ culminated in a court decision authorizing the demolition of houses that had negotiated resettlement, but did not however, allow buildings to be demolished if they were destined for compensation. By default of the court's decision, the Mayor's Office intensified the demolitions both illegally and unsafely by demolishing adjoining buildings or even the second floors of houses, which had been partially negotiated, leaving the rest of the structure with exposed rebars and cracks caused by the impact of demolition.

Construction work on the Olympic Park started moving towards Vila Autódromo in May 2014, and the first offensive undertaken by the Mayor's Office was to cut down the trees located at the entrance to the community, many of which had been planted over the years by the residents. Residents organized themselves into shifts so as to prevent new trees from being cut down, but tree felling intensified over the following months, causing the environment, already precarious and de-characterized, to become increasingly more arid. "We tried to stop it, but we were unsuccessful. There was little with which to argue, since they had been licensed to do so by the Mayor" (testimony by Dona Penha, a resident in Vila Autódromo).

The Mayor's second offensive, with the clear aim of gradually decreasing the area of the community, to gain territory and increase pressure for eviction, involved erecting a site hoarding that ran parallel to the old race track wall separating the Olympic Park from Vila Autódromo, and ran along Avenida Autódromo, which was the main access road to the settlement. The official justification was that the corridor between the hoarding and the wall would allow large vehicles to move around more

⁷ The Parque Carioca was constructed on the Bandeirantes Highway in Jacarepaguá, approximately 2km from Vila Autódromo. The building standards were different from those of the PMCMV, and the distance between the new homes and the old was different when compared to other eviction processes promoted by the Mayor's Office during the first decade of the century.

⁸ Compensation at the going rate, and considering the value of the land is another exception in the history of evictions in Rio de Janeiro.

⁹ For further information see Mendes (2014).

safely. Despite resistance from residents, the hoarding was erected and residents continued living with the insecurity and damage caused by the intense movement of tractors and excavators on what remained of the main road of the community. The Mayor's Office tried to demolish the children's playground, built many years before on the Avenida Autódromo by the residents. This time, however, the intense mobilization of the residents managed to provisionally save the only community recreation area.

Figures 1 and 2: Demolitions carried out in 2014



Source: Authors' collection.

Demolitions continued throughout 2014, in total opposition to the current legislation¹⁰, leaving a trail of cracked buildings, broken sewage and water pipes, exposed rebars, mounds of demolition debris and multiple foci attracting rodents and insects. However, the area of the community known as the *core*¹¹ was to a certain degree still intact, despite the general degradation of the urban structure. Despite the systematic transmission of false information, which stated that most residents had consented to leave Vila Autódromo – a complementary strategy of the Mayor's Office to undermine the resistance of residents and legitimize the eviction process – a resistance map developed by the technical advisors to the residents, identified that 187 families were still resisting at the end of 2014.

In March 2015, the main blow to the Vila Autódromo struggle, was the Expropriation Decrees¹² issued by the Mayor's Office, which declared 48 properties within Vila Autódromo as public utility for purposes of expropriation. The headquarters of the Residents Association¹³, as well as the houses belonging to the main community leaders of Vila Autódromo, Altair Guimarães, Jane Nascimento, Inalva Mendes Brito and Maria da Penha Macena, were included in these decrees. Most of the houses mentioned in the decrees had been demolished by the end of 2015, and the gradual degradation of the community, plus the daily terror imposed by the Mayor's Office, prompted other residents to negotiate and ultimately leave Vila Autódromo. By the end of 2015 over 117 houses had been demolished, including

10 Municipal Decree N° 23.235 on 4th August 2003 establishes the safety requirements that need to be observed during the demolition process of real estate in the Municipality. For further information see: <http://wpro.rio.rj.gov.br/decretosmunicipais/>.

11 The core of the community corresponds to the Special Zone of Social Interest (SZSI) installed by Complementary Law N° 74, on 14th January 2005, and is restricted to the portion not affected by the construction works of the Olympic Park, in the expansion of Avenida Embaixador Abelardo Bueno and the rectification of the Pavuninha Stream.

12 Decrees N°s 39.851, 39.852 and 39.853.

13 According to the road map project presented by the Mayor's Office in October 2013, the AMPVA headquarters was not affected by the Olympic Park road works.

those belonging to the old community leaders. Only the Association headquarters and Dona Penha's home remained, thus becoming symbols of resistance and a space of sociability and struggle.

Alongside the actions of the Olympic Park's territorial advance into the neighborhood and the simultaneous destruction of houses, residents faced daily intimidations by employees, together with a stream of hostile, conservative legal decisions, and false news reports and biased rumors in the media. The effects of the incessant pressure by the Mayor's Office however, did not always meet the desired result, and very often brought greater cohesion and impetus to the residents' resistance. New coping strategies were conceived, new negotiating channels were tested, and residents who had previously been less involved began to engage actively in the deployment activities. On the other hand, new supporters appeared while older allies – such as the Public Defender's Office, technical advisors and the Popular Committee for the World Cup and Olympics – intensified their actions and new initiatives unfolded in the battle to maintain the territory of Vila Autódromo.

OCCUPY THE VILA, A TERRITORIAL STRATEGY

As morning broke on June 3rd, 2015, Vila Autódromo was surrounded by representatives from the Public Order Department (SEOP) and the Municipal Guard of Rio de Janeiro. Officials from the Mayor's Office accompanied by a bailiff, attempted to gain possession and demolish the property of Ocimar Silva Miranda, located on Rua Francisco Landi No. 39. The hostile actions of the Municipal Guard left several residents injured, including Dona Penha whose nose was broken by a blow from a baton. Resistance from the residents and actions of the Land and Housing Center (Nuth) from the state defender's office prevented them from obtaining possession, and when the Mayor's officials left the scene in the late afternoon no property had been demolished. The victory of the resistance strengthened the struggle to remain. The urgency of the community's defense further encouraged the union of the residents and their relationship with other communities and social movements. It was within this context that the #Occupy Vila Autódromo Movement was born, and that promoted events and activities, which made the constant presence of external supporters possible, in order to inhibit the intimidating practices of the Mayor's Office.

Throughout the year various activities were promoted by the new movement, in addition to the traditional festivals of the community, such as the June Festivities and the feast of the Church of St. Joseph the Worker on Labor Day. The Vila Autódromo occupation movement continued to gain strength, and on 15th August, the 1st Cultural Festival of #Occupy Vila Autódromo was held with great success and joy. Thus, there was a sequence of events promoted during the years 2015 and 2016, such as plays, musical parades, orchestras, film shows, clowns and mimes performances, concerts, book launches, and especially the joy of bringing new meaning to this territory, which had been plagued by violence and destruction.

Figure 3: Closing ceremony of the
1st Cultural Festival of #Occupy
Vila Autódromo



Source: Authors' collection.

Figure 4: Barbeque on children's
day with the rapper BNegão



The terror of the demolitions resumed in 2016 when, after an intense legal dispute, the courts extended their authorization to regain possession of the AMPVA headquarters and later the homes of Heloisa Helena Costa Berto and of Dona Penha Macena. The headquarters of AMPVA was demolished on 24th February surrounded by residents and supporters who by witnessing this act, experienced at close hand the violence perpetrated by the Mayor's Office against the material symbol of the community struggles. However, despite their consternation, residents organized themselves and challenged this act by painting on the walls of all the houses in the community, the words "Residents Association of Vila Autódromo." While one symbol had been destroyed, a new code had been created and resistance was expressed on every home of every remaining family.

Figure 5: Residents demonstrate on the
day the Residents Association Headquar-
ters was demolished



Source: Authors' collection.

Figure 6: One of the resident's homes with
the inscription written on the day the
Residents Association Headquarters was
demolished



DISFIGURE THE CODES OF POWER AND RECONFIGURE THE TERRITORY IN THE STRUGGLE

Space is constructed from the multiplicity of social relations on all scales, from a global level to social relations within the city, the neighborhoods and the home. **Space** is generally associated with the universal and the global, and **place** with the exact spot or even the contingent and the specific (MASSEY, 1994), generating a hierarchical antagonism that loses much of its meaning in conflictual contexts of territorial disputes. The struggle of Vila Autódromo activated various strategies, and established itself from within explicit political actions, thus positioning the community as a space of international importance that reflected a deepening global process, which was commodifying the city. It also involved unseen quotidian actions, which are essential to the resistance and position of Vila Autódromo as a place of community life, collectivity and even playful, witty expression of a situation that is extremely precarious, vulnerable and violent, which the eviction process imposes onto the residents on a daily basis.

The global and the local are connected in the strategies of the Vila Autódromo struggle, and reflect and represent the realities of the various places rendered invisible by the powers that be. The People's Plan for Vila Autódromo, which over time, has been transformed and updated to reflect the changes imposed upon them by the demolitions, was the first political action that highlighted the community as a place that exists, that resists and that has rights, which have been systematically violated by the government. The residents of Vila Autódromo restructured their territory on a daily basis with visible and invisible actions that actively responded to the materiality of violence and coercion evidenced by the gradual and intentional degradation of the community. In Vila Autódromo's struggle for housing and right to the city, political action is always being materialized and exposed within the territory.

One of the many community responses to everyday degradation was the erection of a watchtower at the entrance to the community so as to prevent the entry of tractors, excavators and trucks, which in the act of demolishing homes, also damaged the water and sewage pipes. Residents constantly interrupted the construction works, and traffic flow was only allowed to resume after damaged facilities had been repaired. This strategy allowed residents to maintain the minimum conditions of habitability needed for their resistance. Moreover, in situations where the Mayor's Office refused to carry out the repairs, the residents repaired the urban infrastructure themselves with a community task force. These were every day unseen actions that not only allowed them to stay in Vila Autódromo, but also strengthened community ties among the residents.

A playful reinterpretation of the destruction has also been a permanent strategy of the residents. During the traditional feast of St. Joseph the Worker, some of the partially demolished homes were re-appropriated with an installation of games, such as the popular tin-can game, and were used for selling food and drinks for the celebrations. In the 1st Cultural Festival of #Occupy Vila Autódromo, the buildings were used by the *Coletivo Projetação* as a platform for audiovisual protest with projections on past rights violations and violent evictions. The re-development of the children's playground in Vila Autódromo was an important activity for the #Occupy Vila Autódromo movement, and strengthened the strategy of reoccupying and qualifying spaces that had been degraded by the demolitions.

Figure 7: Re-development activity in the children's playground in Vila Autódromo



Source: Photo by Diana Bogado.

Figure 8: A disfigured, semidemolished building used for the tin-can game during the community party



Source: Authors' collection.

The destruction was also made more apparent and re-signified by the use of graffiti over the site hoardings of the construction works in the Olympic Park, which acted as a very appealing means of communication throughout the struggle and that clearly exposed the political violence that existed between the landscape of the glassy towers, erected for the Olympic festivities, and the landscape of a popular neighborhood destroyed to make way for a party that, effectively, was for the real estate capital.

The graffiti, which also marked the rubble, debris and vestiges of what the neighborhood had once been, are constantly changing, depending on the different junctures of the struggles. By challenging the powers that be, by ironically challenging the ruling coalition, the businessmen, the mayor, the judges, the governor, by remembering the rights conquered by the people in this neighborhood, built over decades of struggle, this copious narrative has impacted other media and has been reported by many journalists in prominent international media, such as *The Guardian*, *Le Monde Diplomatique* and *The New York Times*.

Figures 9 and 10: Graffiti in Vila Autódromo as a form of protesting and demonstrating against the violations and illegalities of the evictions



Source: Photos by Delmo de Oliveira.

The activities of #Occupy Vila Autódromo in 2015 and 2016 were organized to stimulate the occupation of the remaining areas directly affected by the intensity of the evictions, and at the same time to strengthen the resistance of the residents. By promoting communicative cultural dynamics among the residents and other groups affected by urban operations, the #Occupy movement created bridges with supporting institutions and social groups, and recuperated community spaces seized by the Mayor's Office. In February 2016, the *Desafio#UrbanizaJá* movement started, in which people recorded short videos challenging the Mayor to urbanize Vila Autódromo. Artists, intellectuals, students, residents from other communities and occupations, international collectives and representatives from social movements participated.

Figures 11 and 12: The first and second Cultural Festival #Occupy Vila Autódromo, respectively



Source: Authors' collection.

The space used for the #Occupy activities became a milestone in Vila Autódromo by being recovered by the community for the struggle. The demolished building, which had previously been a Pentecostal church, became a place for community living and celebrations. The former altar became a stage, the stairway a makeshift viewing gallery. The Mayor's Office gradually degraded and reduced the area of *Espaço#Ocupa*, but the activities of the cultural occupation continued. A task force of urbanization and community rehabilitation of the *Espaço#Ocupa* was promoted in February 2016, and new cultural activities were held weekly until April, when the Mayor's Office definitively demolished the space, pledging, however, to construct a new cultural space for the community in Vila Autódromo, once it has been urbanized.

FINAL CONSIDERATIONS: THE INSURGENT TERRITORIAL GRAMMARS

"Territorial grammar" (GUTERMAN; SÁNCHEZ; LAIBER, 2015, p. 110) allows relational analyses to be undertaken in a space in order to map the territorial actions of the subjects from the ruling coalition and of the subjects in the field of resistance. Such a category is defined as a set of combined, recognizable actions in the territories, in their spatial applications and displacements, in the transscale relationships that the subjects establish, in the locational choices taken by individuals according

to different conjunctures, in the use of communication tools in public spaces, in activating contrasts to the official images of places, in subverting the traditional meanings attributed to urban places and iconic buildings, and in searching for the limelight in the mainstream media by careful territorial application of conflicts, in order to give them centrality

Indeed, urban conflicts and symbolic disputes within the current urban scenario in Rio have generated new territorial grammars. Such grammars challenge the so-called “power geometries” (MASSEY, 2008), whether in the body-spellings and micro resistance (JEUDY; JACQUES, 2006) or in large demonstrations in public spaces. They interfere with the relational forms of the subjects, in the search for the spread of democracy.

Throughout the years of struggle, the residents of Vila Autódromo have gained a circulatory knowledge of the indistinct boundaries of the formal and informal city, in that they have learned to move from one level to another, from district meetings to those with representatives from the federal government. Meetings with the Mayor’s Office, negotiations with the state government, mediated by the public regulator, testimonies to the Human Rights Commission of the Senate and representations to the ministries, at a federal level, are evidence of the type of expertise they have gained regarding the ability to move across different scales of power (SWYNGEDOUW, 2000), and inscribe the struggle simultaneously within these spheres and departments in search of recognition. From the microscale of the graffiti painted across the houses, site hoardings and blank walls through to the massive demonstrations, from the local festivals to the activism of social networks and global platforms, references have been forged from the struggle of a neighborhood to remain on the map of the Olympic city.

The communicative actions of the residents in Vila Autódromo transcend the local territory and have been established in the emblematic spaces of the Olympic city. These actions, in addition to bringing this specific struggle into the public eye, dispute the narratives of the city with the official media and collaborate by weaving links with other collectives that are also struggling for their rights.

Stickers appeared on urban equipment in the city center, on information panels at the new Museum of Tomorrow, and on BRT bus stations with the message “Long live Vila Autódromo. Rio with no Evictions”. There were also the mobile media, such as cars and buses, circulating since 2013 also with this message. Even hundreds of orange rental bicycles advertising the Brazilian bank Banco Itaú, identified as media objects of the enterprise-city, were taken over one weekend in May 2015 and re-designed with the slogan “Long live Vila Autódromo” on their baskets. The so-called “insurgent bike” dawned as more of a threat to the symbolic integration of the “Wonderful City and the Olympics” by showing that, for some, “The Wonderful City is one that fights” translating the synthesis of *Coletivo Projeção*.

With just one hundred days to go, in the month of May, the atmosphere in Rio in relation to the 2016 Games was pretty quiet. With the Brazilian political and economic crisis that conspired against an atmosphere of optimism regarding the Games, with epidemics of dengue and Zika caused by the mosquito *Aedes aegypti*, the city residents did not seem overly excited, and were not embracing the Olympic spirit in the manner that the Mayor’s Office had hoped. However, the struggle of Vila Autódromo has already constituted a landmark in conflictual planning and in the urban history of Rio de Janeiro on course for the Olympics.

Fernanda Sánchez graduated in Architecture and Urbanism from the Universidade Federal do Paraná (UFPR); she obtained a Master degree in Urban and Regional Planning at the Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); and a PhD in Human Geography from the Universidade de São Paulo (USP). She is an associate professor at the Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (EAU/UFF) and a CNPq researcher.
E-mail: sanchezf2010@gmail.com

Fabício Leal de Oliveira graduated in Architecture and Urbanism, and obtained a Master degree and a PhD in Urban and Regional Planning at the Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). He is an adjunct professor at the Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), at UFRJ.
E-mail: flealdeoliveira@gmail.com

Poliana Gonçalves Monteiro graduated in Architecture and Urbanism from the Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); she obtained a Master in Urban and Regional Planning at the Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); and is researcher at the Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN) of the Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), at UFRJ.
E-mail: poli.dmambembe@gmail.com

This article was received on 9th May 2016 and approved for publication on 21st September 2016.

REFERENCES

- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PESCADORES DA VILA AUTÓDROMO (AMPVA). *Plano Popular da Vila Autódromo*: Plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural. Rio de Janeiro: AMPVA, 2012.
- BELISÁRIO, A. Documento da Lava Jato sugere cartel na Olimpíada. *Agência Pública*, 29 abr. 2016. Available at: <<http://apublica.org/2016/04/documento-da-lava-jato-sugere-cartel-na-olimpiada/>>. Accessed on: 29th April, 2016.
- BROUDEHOUX, A. M. A construção da imagem urbana orientada por grandes eventos: potemkinismo, a mídia e a periferia. In: SÁNCHEZ, F. *et al.* (Org.). *Copa do Mundo e as Cidades*. Niterói: EDUFF, 2014. p. 19-33.
- CARDOSO, A. L. *Construindo a Utopia*: Modernidade e Urbanismo no Brasil. 1988. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.
- COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO (CPCO-RJ). *Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPCO-RJ, 2014.
- COSENTINO, R. *Barra da Tijuca e o projeto olímpico*: A cidade do capital. 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- GUSMÃO DE OLIVEIRA, N. *O poder dos jogos e os jogos de poder*: interesses em campo na produção da cidade para o espetáculo esportivo. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, ANPUR, 2015.
- GUTERMAN, B.; SÁNCHEZ, F.; LAIBER, P. Rio Olímpico 2016: Ciudad Maravillosa es la que Lucha. In: ARICO, G. MANSILLA, J. A.; STANCHIERI, M. L. *Mierda de ciudad*. Una rearticulación crítica del urbanismo neoliberal desde las ciencias sociales. Barcelona: Pollen Edicions, 2015. p. 109-121.
- INSTITUTO MAIS DEMOCRACIA (IMD). *Quem são os proprietários do Brasil?* Available at: <<http://proprietariosdobrasil.org.br/>>. Accessed on: 1st March, 2016.
- JEUDY, H.-P.; JACQUES, P. B. (Org.). *Corpos e cenários urbanos*: Territórios urbanos e políticas culturais. Salvador: EDUFBA, 2006.
- MASSEY, D. *Space, place, and gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.
- _____. *Pelo espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MENDES, A. A nova luta da Vila Autódromo e dos moradores que resistem à remoção: reconstruir a Defensoria Pública e sua autonomia. *Rede Universidade Nômade*, 27 mar. 2014. Available at: <<http://uninomade.net/tenda/a-nova-luta-da-vila-autodromo-e-dos-moradores-que-resistem-a-remocao-reconstruir-a-defensoria-publica-e-sua-autonomia/>>. Accessed on: 15th August, 2016.
- MEDEIROS, M. Parque Olímpico 2016: irregularidades no processo de concessão administrativa. In: VAINER, C. *et al.* (Org.). *Os megaeventos e a cidade*: perspectivas críticas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. p. 187-214.
- MIRAFITAB, F. Insurgent planning: situating radical planning in the global South. *Planning Theory*, v. 8, n. 1, p. 32-50, fev. 2009. <https://doi.org/10.1177/1473095208099297>
- MUÑOZ, F. *Urbanización*. Paisajes comunes, lugares globales. Barcelona: Gustavo Gilli, 2010.
- OLIVEIRA, F. L.; BIENENSTEIN, R.; TANAKA, G. A batalha da Vila Autódromo: “negociação” e resistência à remoção. In: VAINER, C. *et al.* (Org.). *Os megaeventos e a cidade*: perspectivas críticas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. p. 483-512.

- SWYNGEDOUW, E. Authoritarian Governance, Power and the Politics of Rescaling. *Environment and Planning D: Society and Space*. v. 18, n. 1, p. 63-76, fev. 2000. <https://doi.org/10.1068/d9s>
- VAINER, C. *et al.* O Plano Popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 15., 2013, Recife. *Anais...* Available at: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4316/4186>>. Accessed on: 15th August, 2016.
- WATTS, J. The Rio property developer hoping for a \$1bn Olympic legacy of his own. *The Guardian*, 4 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/sport/2015/aug/04/rio-olympic-games-2016-property-developer-carlos-carvalho-barra>>. Accessed on: 15th August, 2016.

OCUPAÇÕES URBANAS:

A POÉTICA TERRITORIAL DA POLÍTICA

URBAN OCCUPATIONS:

THE TERRITORIAL POETICS OF POLITICS

NATÁLIA LELIS

Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Geografia,
Belo Horizonte, MG, Brasil

R E S U M O : Este trabalho propõe uma reflexão sobre as recentes ocupações urbanas organizadas da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Ele procura explorar conflitos e contradições que envolvem a constituição e a dinâmica cotidiana desses espaços, tendo como contribuições teóricas principais alguns conceitos de Rancière e de Lefebvre. Defendemos que a própria constituição deles é *poiesis* política e que o seu cotidiano, marcado por contradições, heterogeneidades e conflitos, aponta para a impossibilidade da política como ordem instituída. Além disso, como espaços diferenciais escavados no espaço abstrato, essas ocupações se tornam espaços do que difere e do que não difere, bem como do conflito entre ambos. Elas se inscrevem no movimento de produção-reprodução que muda e repete o cotidiano da metrópole. Com isso, recolocam a questão da possibilidade do planejamento em relação ao que é efetivamente político.

P A L A V R A S - C H A V E : ocupações urbanas organizadas; política; espaço diferencial; conflitos fundiários urbanos; Rancière; Lefebvre.

A B S T R A C T : *The proposal of the present article is to reflect on the recent organized occupations in the Metropolitan Region of Belo Horizonte. It seeks to explore the conflicts and contradictions that involve the constitution and everyday dynamics of these spaces, for which the main theoretical contributions are taken from some concepts of Rancière and Lefebvre. We argue that their very constitution is political poiesis, and that their everyday life, marked by contradictions, heterogeneities and conflicts, indicates the impossibility of politics as an instituted order. Moreover, as differential spaces excavated in abstract space, they become a space of what differs, of what does not differ, and of the conflict that exists between them. They are part of the production-reproduction movement that changes and repeats the everyday life of the metropolis. With this, they reinsert the question on the possibility of planning in relation to what is effectively political.*

K E Y W O R D S : *organized urban occupations; politics; differential space; urban land conflicts; Rancière; Lefebvre.*

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as chamadas ocupações urbanas organizadas (daqui em diante apenas ocupações) vêm desempenhando um papel cada vez mais relevante no cenário das dinâmicas territoriais da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Minas Gerais (MG), e nos conflitos delas decorrentes. Trata-se da formação de assentamentos urbanos constituídos a partir da ocupação coletiva não consentida de imóveis (sobretudo de terrenos) urbanos vazios de terceiros por famílias de baixa renda para fins de moradia, estruturada previamente por movimentos sociais e assessorada por profissionais voluntários, particularmente do Direito e de Arquitetura e Urbanismo. Em linhas gerais, elas diferem de outros assentamentos precários brasileiros especialmente por partirem de uma organização heterônoma, serem contestadas desde o início, ocorrerem em áreas de alto valor de mercado pelo ordenamento territorial e receberem constante assessoria jurídica e urbanística. E vêm ganhando destaque tanto pela sua escala (são milhares de famílias distribuídas em dezenas de ocupações na RMBH) quanto por construírem e articularem aspectos que, até agora, têm possibilitado a sua manutenção nas áreas, apesar das ações judiciais em andamento (por vezes, com algumas decisões de reintegração de posse ordenadas, mas não realizadas). O processo permanente de resistência das ocupações diante da mobilização da maior parte do aparelho de Estado (com exceção do Ministério Público e da Defensoria Pública) e dos proprietários dos terrenos (em muitos casos empresas ligadas ao mercado imobiliário) suscita um universo de conflitos que talvez as coloque como um dos maiores conflitos fundiários urbanos do Brasil hoje.

De acordo com seus promotores, as ocupações têm por fundamento jurídico o direito social à moradia, garantido na Constituição Federal de 1988 (CF/1988). Elas representam a luta das famílias que têm esse direito negado, diante da tímida resposta estatal ao déficit habitacional na RMBH. A CF/1988 condiciona o direito de propriedade ao cumprimento de sua função social, o que, no entendimento desses movimentos, não se realiza em terrenos urbanos vazios e destinados à valorização imobiliária. De fato, grande parte das conquistas sociais previstas na Carta Constitucional não se materializou, e a própria noção de **função social da propriedade** tem seu conteúdo em permanente disputa simbólica. A CF/1988, as leis de âmbito nacional voltadas para a questão habitacional, como o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001), o planejamento e a gestão urbana praticados no Brasil não só não conseguiram reverter o amplo quadro de problemas urbanos das cidades, como também parecem ter contribuído para agravá-lo. A distância entre a conquista formal (direito) e os processos de segregação socioterritorial (prática social) tem sido amplamente apontada no debate especializado, tendo levado a uma retomada da luta social pela efetivação de direitos (MARICATO *et al.*, 2013; SANTOS JÚNIOR, 2007).

As ocupações urbanas organizadas se diferenciam de outras formas de luta por serem, no mesmo tempo-espço, a luta e a efetivação do direito. Elas rompem com a ordem territorial estabelecida, instituindo-se como ato e como sujeito, que só é sujeito-no-espço como sujeito-espço. Essa constituição litigiosa do direito como prática social se apresenta como uma poética política do território, algo que fende a ordem existente e constrói um outro mundo. Entendidas dessa forma, as ocupações têm sua dimensão política – no sentido de Jacques Rancière (2005) – dada pelo fato de se constituírem como presença sensível no mundo, o que só é possível pela ruptura

e reconfiguração do mundo compartilhado. Instituição de espaço-mundo, remete ao conceito de espaço diferencial de Lefebvre (1970; 1991), mas a partir de uma leitura específica: o espaço diferencial como mundo dentro do mundo, como constituição efêmera e contraditória que fende o espaço abstrato da metrópole contemporânea e expõe seus limites, mas que, engendrado em seu seio, também carrega suas contradições (LELIS, 2015).

Neste texto, argumentamos que entender as ocupações como momento-espaço político diferencial significa caracterizar sua própria constituição como a *poiesis*¹ essencial e perceber que o fato de seu cotidiano ser marcado por contradições, heterogeneidades e conflitos é uma expressão tanto da impossibilidade da política como ordem instituída quanto do fato de serem espaços diferenciais escavados no espaço abstrato, o que as torna espaço do que difere, do que não difere e do conflito entre ambos. Exploramos os sentidos das ocupações, com foco em algumas das suas contradições internas e externas. As questões são discutidas com base em dois exemplos emblemáticos da RMBH: a Ocupação Dandara, de 2009, e as ocupações da Região da Izidora, de 2012-2013. No intuito de ampliar as possibilidades de compreensão desses espaços, buscamos aprofundar a noção de momento-espaço político diferencial, que aproxima alguns aspectos do político em Rancière com o diferencial em Lefebvre (LELIS, 2015). Inicialmente, é feito um rápido resgate histórico, lembrando o dano histórico contra o qual as ocupações se posicionam. Em seguida, é enfocada a especificidade das ocupações como constituição (espacial) política. A partir daí, buscamos explorar algumas das contradições que elas apresentam e os sentidos que adquirem na dialética da polícia e da política. À guisa de conclusão, propomos que as ocupações dão ensejo a uma abertura do olhar para a cidade. Elas se inscrevem no movimento de produção-reprodução que muda e repete o cotidiano da metrópole e inscrevem o movimento que articula o pensável-impensável de um outro espaço. Com isso, elas recolocam a questão da possibilidade do planejamento em relação ao que é efetivamente político.

O artigo é essencialmente reflexivo. Em termos metodológicos, os dados e informações que deram suporte às reflexões provêm de textos acadêmicos, publicações em jornais, redes sociais, relatos dos agentes envolvidos, audiências públicas, eventos acadêmicos e transcrições de entrevistas feitas por outros pesquisadores com moradores (especialmente lideranças), ativistas, assessores e promotores das ocupações.

ANTECEDENTES: DO DANO HISTÓRICO À CONSTITUIÇÃO LITIGIOSA DO DIREITO

O grande marco da história do reconhecimento seletivo da propriedade fundiária no Brasil foi a Lei de Terras, de 1850. Essa lei, em um contexto escravocrata, marcado pelo latifúndio baseado na posse, instituiu a obrigatoriedade do registro para o reconhecimento da propriedade de terras, com requisitos que excluía negros, índios, mulheres e imigrantes pobres. A Lei de Terras também instituiu no Brasil a cisão entre posse e propriedade fundiária, tornando a propriedade um fator, em si mesmo, de distinção social e poder (LELIS, 2013).

Nesse período, as principais cidades brasileiras tinham muito de sua dinâmica cotidiana sustentada pelos escravos, ao mesmo tempo que ganhava força o modelo

¹ Poiesis, como poética, neste trabalho, é um termo empregado em seu sentido mais direto de criação. Mais que uma produção de espaço, o ato político das ocupações, tal como se propõe aqui, é uma criação de espaço – outro espaço, outro mundo (LELIS, 2015).

da estética burguesa europeia e sua marca da ausência de pobres da cena urbana (MARICATO, 2004). As reformas urbanas do final do século XIX e início do século XX e os primeiros marcos regulatórios urbanos (códigos de posturas) contribuíram significativamente para a expulsão dos pobres das principais áreas da cidade. Surgiram, assim, as primeiras favelas no Rio de Janeiro, em contínuo embate com a polícia e em meio a constantes remoções, bem como os primeiros cortiços no Rio de Janeiro e em São Paulo (MARINS, 1998) e as primeiras favelas em Belo Horizonte (FERNANDES, 1998).

A Habitação Social entra de forma populista na agenda pública na década de 1930, no contexto de um governo totalitário (1930-1945). Esse momento inaugurou também a cisão entre discurso e prática nas políticas habitacionais, e o início da construção do mito da casa própria e da decadência da noção de aluguel como solução de moradia (MARICATO, 2004). No curto período democrático entre 1945 e 1964, no qual acontece a intensificação do crescimento urbano e o processo de metropolização se torna expressivo, a lógica desenvolvimentista do governo se manteve omissa em relação à questão habitacional. A Habitação Social volta à cena pública no contexto da ditadura militar, com a criação, em 1964, do Banco Nacional da Habitação (BNH) e do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU). Nesse período, a classe média brasileira foi inserida em massa no financiamento habitacional, e as camadas mais pobres das cidades não só não foram relevantemente atendidas, como também ainda mais segregadas, expulsas pela valorização imobiliária produzida pelas intervenções financiadas pelo BNH.

As lutas em torno da questão habitacional e, mais amplamente, da Reforma Urbana aumentam no contexto das lutas pela redemocratização do país, que ganham força na década de 1980. A Constituição Federal da República, promulgada em 1988, ficou conhecida como “Constituição Cidadã”, e instituiu um conjunto de direitos sociais urbanos.

Entre os direitos sociais reconhecidos pela CF/1988, destacou-se o direito social à moradia. Em relação à propriedade fundiária, a constituição rompeu com o paradigma da propriedade absoluta da terra, condicionando-a ao cumprimento da sua função social. A função social da propriedade fundiária urbana é definida pelo Plano Diretor Municipal, que se tornou o instrumento básico de política urbana – afirmando a soberania local de ordenação territorial da cidade. Entre as normas gerais de abrangência nacional em matéria urbanística, o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257) foi aquele que consagrou o direito à cidade como princípio e regulamentou a CF/1988. O Estatuto da Cidade prevê instrumentos de desestímulo à manutenção de vazios urbanos com finalidade especulativa, mas com aplicação a médio e longo prazo de ociosidade.

Apesar do arcabouço jurídico favorável à realização dos direitos urbanos, as metrópoles brasileiras continuam marcadas pela desigualdade e pela segregação, mesmo após a edição do Estatuto da Cidade, e as dinâmicas imobiliárias têm tido papel preponderante na reprodução do espaço urbano. A especulação feita com os terrenos urbanos e a apropriação privada da imensa valorização imobiliária gerada por investimentos públicos nunca sofreram um controle eficaz por parte do Estado. A qualificação de função social da propriedade ficou reduzida aos mapas de zoneamento urbano, que estabelecem parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, sendo que é praticamente inexistente a aplicação dos instrumentos de combate aos vazios urbanos

(FERNANDES, 2008). Enquanto isso, o déficit habitacional cresce, e as políticas habitacionais são pouco expressivas em relação às faixas de renda em que o problema se concentra, ou seja, as camadas mais pobres da população. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), criado nos últimos anos pelo Governo Federal, tem sido a ação governamental de maior escala (em número de unidades habitacionais produzidas) no enfrentamento do chamado déficit habitacional no Brasil, com produção em massa de Habitação de Interesse Social. No entanto, além de vários outros aspectos (grandes conjuntos, localização antiurbana, baixa qualidade construtiva, entre outros), tem sido apontado, de maneira recorrente, o fato de que é necessário lançar um olhar mais atento e crítico para a noção de “déficit habitacional”, bem como para a ideia de que o problema habitacional seria resolvido com a construção de mais casas². A elaboração de um diagnóstico no âmbito da realização do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI/RMBH), por exemplo, demonstrou que uma grande quantidade de imóveis urbanos vazios ou subutilizados convive com um imenso déficit habitacional.

É nesse contexto que acontecem as ocupações urbanas. Movimentos sociais recentes, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e grupos de famílias em situação precária de moradia passam a se articular no sentido da luta-realização do direito à moradia. Eles partem do pressuposto de que a negação do direito à moradia, diante da manutenção de vazios urbanos destinados à valorização imobiliária, é inaceitável, haja vista o paradigma jurídico definido pela CF/1988. As famílias ocupam terrenos integrados à malha urbana, servidos de infraestrutura e serviços e com alto valor de mercado, e constroem aí seu espaço de moradia³. Esse ato-processo se impõe ao proprietário do terreno, ao Poder Público e à metrópole como um todo, constituindo-se como direito em ato e demonstrando a afirmação de Rancière (1996a) de que **não é o direito, mas o dano, o fundador da política**.

Historicamente, a moradia dos pobres acontece em áreas não visadas pelo mercado, o que facilita sua manutenção consentida (seja pelo proprietário, seja pelo governo). O ordenamento jurídico brasileiro reconhece o direito de permanência em assentamentos constituídos dessa forma, seja através de usucapião (aquisição da propriedade pela posse prolongada, em área privada), seja através das formas de concessão de uso, para o caso das áreas públicas (direito de construir e habitar, que pode ser vendido a terceiros apenas para fins de moradia). Lefebvre (1969; 1999) chama a atenção para a exclusão dos pobres que a adoção da noção de “habitat” operou na cidade no início do século XX. Para o Brasil, Maricato (2004) mostra como a legislação urbanística foi, no mesmo período, instrumento de expulsão dos pobres da cena urbana brasileira (LELIS, 2013). Nesse sentido, as favelas urbanas brasileiras se mantiveram como espaços de resistência, como espaços dos pobres na cidade. Nesse processo, a insegurança da posse tem sido uma constante, e, de fato, muitas favelas foram e continuam sendo removidas no Brasil. Na luta dos pobres pelo reconhecimento de sua moradia, a instituição das Zonas Especiais Interesse Social (ZEIS) aparece como conquista. No entanto, as ZEIS são uma resposta da ordem à luta dos pobres pela cidade, e se configuram ora como espaços de exceção – não como parte efetiva da cidade –, ora como espaços de formalização para a governança contemporânea⁴. Nessas áreas, de maneira especial, o conflito político pela cidade é desconstruído e suas partes são reduzidas a problemas temáticos: a necessidade da ordem, a violência, o saneamento, as áreas verdes, as escolas, as praças, entre outros.

2 Para uma crítica do PMCMV, ver: Cardoso (2011; 2013), Maricato et al. (2013) e Shimbo (2012).

3 As ocupações urbanas na RMBH ocorrem quase totalmente em terrenos. A primeira experiência de ocupação organizada pelas Brigadas Populares, Ocupação Caracol, entretanto, ocorreu em um prédio na Zona Sul de Belo Horizonte, e durou apenas dois meses até o despejo (LOURENÇO, 2014).

4 Para uma reflexão mais aprofundada sobre a construção do problema habitacional fundiário e do seu enfrentamento no Brasil, ver: Lelis (2013).

INSTITUIÇÃO TERRITORIAL DA POLÍTICA: A CONSTITUIÇÃO LITIGIOSA DAS OCUPAÇÕES

As ocupações em estudo se diferenciam desse processo ao escolherem, intencionalmente, terrenos com alto valor de mercado, boa inserção urbana, acesso à infraestrutura e a serviços urbanos e por se constituírem de maneira não consentida.

A história das favelas no Brasil é, em sua origem, uma história marcada pelo conflito (LELIS, 2013). O caso do Cabeça de Porco (Morro da Providência) é emblemático, cuja resistência às repetidas e violentas ações de despejo marcou os jornais da época no Rio de Janeiro (MARINS, 1998, p. 141-142):

Pode-se supor com certa segurança que já na demolição do célebre Cabeça de Porco – situado nas faldas do Morro da Providência e posto abaixo pelo prefeito Barata Ribeiro em 1893 – começaram a surgir os irônicos resultados iniciais colhidos pelo atropelo das intervenções republicanas. A miséria e os miseráveis que haviam perdido suas habitações na derrubada violenta do cortiço tinham à disposição o morro contíguo [...]. Na vizinhança do Cabeça de Porco surgia a “favela”. [...] As favelas, surgidas no Rio de Janeiro quase contemporaneamente à República, inauguravam de modo exemplar o rol de frustração das elites em eliminar as convivências de habitações populares e populações diversas no seio da maior e mais importante cidade brasileira de então [...].

Ao apontar a contenciosidade como uma especificidade das ocupações recentes, referimo-nos ao fato de que elas se posicionam *a priori* como embate (são já pensadas como conflito), e como um embate em relação à propriedade privada da terra com fins especulativos. Assim, não se trata de apagar ou minimizar os conflitos em torno da história das favelas no Brasil, mas de marcar a especificidade da natureza do conflito (ou do conflito como natureza) posto pelas ocupações.

Elas põem em litígio o direito à cidade (para além do direito à moradia). Os terrenos vazios ocupados se tornam espaços de moradia que, conceitualmente, se caracterizam como interesse social, mas, formalmente, denunciam e rompem o interesse público formal expresso no zoneamento urbano para a área (uma vez que na RMBH não há zoneamento instituído de áreas vazias para habitação de interesse social e nenhum dos terrenos ocupados vinha sofrendo qualquer tipo de medida do Poder Público para compelir seus proprietários a utilizá-los). Além disso, apesar de o paradigma da função social condicionar formalmente o direito de propriedade no Brasil, a mesma legislação põe como último recurso para desestímulo dos vazios urbanos a desapropriação, e não a perda da propriedade.

Nesse sentido, as ocupações rompem com o paradigma da propriedade fundiária urbana de maneira radical: ocupam o espaço da cisão entre propriedade e posse, realizando o direito social fundamental à moradia nesse espaço; instauram um mundo possível da perda de propriedade em função do não cumprimento de uma função social fática (isto é, socialmente reconhecível). Essa fenda na ordem espacial estabelecida se apresenta também como ruptura do mito da ordem territorial urbana desenhada. O paradigma da regulação urbana, sedimentado e naturalizado, estabelece que apenas o ordenamento territorial desenhado por especialistas trabalhando para o Estado é capaz de garantir a realização das funções sociais da cidade. As ocupações demonstram que, no entanto, a realização do direito à cidade se dá pela prática social,

antes, além, ou contra o que pretende o planejamento e a regulação urbana entendida como ordem territorial. Tal prática se realiza em nome de um dano, o dano da inexistência (ausência, invisibilidade e mudez) territorial que a reprodução da ordem planejada não cessa de causar a essa parcela (RANCIÈRE, 1996). Elas expõem a distância, em relação a si mesmas, da cidade formalmente constituída, contada e distribuída pelo Estado através do planejamento e da legislação, com a constituição e realização de uma parcela (dos) sem parcela.

Figura 1: Mapa esquemático de localização da Ocupação Dandara e da Região da Izidora e sua inserção em relação a um dos principais eixos de valorização imobiliária da RMBH



Fonte: Elaboração da autora.

A Ocupação Dandara, formada em 2009 (Figura 1), é considerada um marco nesse processo. Ela foi promovida por uma articulação entre Movimento de Luta por Moradia nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), Brigadas Populares, Movimento dos Sem Terra (MST) e CPT. A assessoria jurídica para preparo, realização e início do processo de resistência foi feita basicamente pelos advogados das Brigadas Populares, e o Plano Urbanístico foi elaborado como trabalho final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo por Tiago Castelo Branco Lourenço. Posteriormente, outros advogados e arquitetos se uniram para reforçar essa assessoria. A ocupação se deu em um

terreno de propriedade de uma empresa do setor da construção civil. Atualmente, cerca de cinco mil famílias residem na área. Dandara inaugurou uma nova forma de constituição de moradia popular por meio de assessorias especializadas e redes de apoio e o seu êxito aumentou a força dos movimentos e ativistas e a mobilização de famílias para formar outras ocupações.

As ocupações da Região da Izidora (Figura 1), iniciadas entre 2012 e 2013, acontecem em uma área de dimensões significativas (maior que a área urbana original de Belo Horizonte, compreendida na Avenida do Contorno), de propriedade privada, localizada na divisa de Belo Horizonte com Sabará. Nessa área, há um sanatório desativado, uma comunidade quilombola, uma rica rede hídrica e uma grande área vegetada. Ela tem essa mesma configuração há décadas e estava destinada à preservação ambiental no zoneamento municipal, com restrições quanto ao parcelamento, uso e ocupação do solo. Nos últimos anos, houve investimentos de escala metropolitana – eixos viários, criação de um Centro Administrativo Estadual, ampliação do Aeroporto Internacional de Confins, representados esquematicamente na Figura 1 – que aumentaram bastante o valor de mercado da terra dessa região.

A Região da Izidora, por sua localização, configuração (dimensão, recursos ambientais), aspectos históricos e inserção urbana (acesso a infraestrutura, equipamentos e serviços), tem uma presença significativamente mais expressiva que a região da Ocupação Dandara do ponto de vista das dinâmicas metropolitanas e também sofreu um impacto maior em relação à valorização imobiliária, decorrente dos investimentos nos últimos anos no chamado Vetor Norte da RMBH. O terreno onde se formou a Ocupação Dandara já era de propriedade de uma construtora, e o projeto previsto para a área, investimento em produção de moradias com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida, não envolvia a aplicação de instrumentos urbanísticos tão complexos como no caso da Região da Izidora.

Em 2010, foi aprovada uma Operação Urbana Consorciada no terreno, que permitia a alteração do zoneamento para a realização de um grande empreendimento imobiliário (13.400 unidades habitacionais, mais equipamentos urbanos), destinado à Habitação de Interesse Social. A notícia da mudança de zoneamento com finalidade de construir habitação de interesse social chamou a atenção de movimentos sociais por moradia e de grupos de famílias em situação precária de moradia. A área passou a ser ocupada através de processos inicialmente autopromovidos, que logo se articularam aos movimentos e ativistas que vêm promovendo as ocupações urbanas organizadas na RMBH. As ocupações na Região da Izidora atualmente são três, Rosa Leão, Vitória e Esperança, e, de acordo com estimativas das lideranças, somam aproximadamente oito mil famílias. Elas vivem em processo permanente de resistência a ameaças de despejo e contam com a assessoria, também permanente, de profissionais especializados, como advogados populares e arquitetos e urbanistas ligados às principais universidades locais e aos Arquitetos Sem Fronteiras, além do trabalho do Ministério Público (Promotoria de Direitos Humanos), da Defensoria Pública e de uma ampla rede de apoiadores. Os moradores das ocupações sofrem todo tipo de ameaças, violências simbólicas e segregação por parte dos proprietários do terreno, do Poder Público estadual e municipal (são recusados pelos postos de saúde e creches, não recebem ambulância, têm acesso dificultado à água tratada e energia elétrica e não têm acesso à rede pública de coleta de esgoto).

A instituição territorial do sujeito político coletivo chamado ocupação urbana

– a poética territorial – irrompe no mundo sensível da metrópole, pondo no centro da cena urbana os restos da ordem sistematicamente tornados invisíveis pela ação do Estado através do planejamento e da legislação. Ela se torna particularmente importante porque acontece em um contexto em que os processos de financeirização do capital imobiliário são intensificados (FIX, 2007; SHIMBO, 2012). A legislação brasileira tem-se direcionado para a financeirização dos empreendimentos imobiliários e para a maior segurança jurídica dos títulos emitidos em tais negócios. Essa política de estabelecer condições para a criação e ampliação da atuação do capital financeiro global nas dinâmicas imobiliárias metropolitanas está relacionada com a posição que o Brasil tenta ocupar no cenário geopolítico mundial e com a forma que essa posição o insere nas relações macroeconômicas globais (MAGALHÃES; SILVA; TONUCCI FILHO, 2011; VAINER, 2000). A existência e a resistência das ocupações demonstram a fragilidade dessa segurança produzida no âmbito formal para a reprodução ampliada do capital global, solapada pela instalação de um território dos excluídos da cidade precisamente onde a cidade quer fazê-los invisíveis e se vender como investimento seguro e rentável. Isso faz com que as ocupações se instituem como sujeito não apenas na cena urbana, mas também no seu centro, “colocando o dedo na ferida” da função social da propriedade urbana. A ausência de controle da manutenção especulativa de vazios urbanos e a timidez da política habitacional produzem a fissura mais impensada e impensável no projeto não dito do Estado de financeirização da cidade.

Essa é uma das dimensões indizíveis das ocupações. Quando o Poder Público ajuda a construir e sustenta a percepção desse fenômeno como um conflito privado entre proprietários e ocupantes, ele reforça o discurso moral da indignação diante da ambição do capital e dissimula a sua omissão no papel de garantir o cumprimento da função social da propriedade e de prover habitação social. A razão de ser da empresa capitalista é a reprodução ampliada do capital, o papel do Estado é precisamente o de mediar o interesse público e o interesse privado, garantindo, ao mesmo tempo, as condições dessa reprodução e impondo-lhe limites em nome do interesse da coletividade. A ilegalidade da retenção especulativa tem, em sua essência, a contribuição dos governos municipal, estadual e federal, que não cumprem com a obrigação constitucional de qualificar e fazer cumprir a função social da propriedade privada urbana. Contradição do espaço abstrato, na qual o diferencial se constrói: o mesmo planejamento urbano que busca estruturar a cidade em função da reprodução ampliada do capital produz os problemas que ameaçam a realização desse objetivo.

As ocupações da Região da Izidora expressam isso. É preciso observar que: (I) a incorporadora do terreno no projeto de Operação Urbana Consorciada na área é uma empresa de capital aberto e tem tentado chamar a atenção dos investidores internacionais; e (II) é a empresa que de alguma forma se senta à mesa de negociação, por mais questionáveis que sejam suas propostas. A realização do despejo, violento e possivelmente com vítimas fatais, de uma ocupação que mobiliza atenções nacionais e internacionais seria péssima para a imagem da empresa no mercado global. A empresa tenta encontrar uma solução que, por um lado, não comprometa significativamente o retorno esperado do investimento e, por outro, ofereça uma alternativa que as famílias da ocupação aceitem, dando um fim ao conflito fundiário urbano posto. Linha essa que ainda não conseguiram traçar. Ao mesmo tempo, o município tem-se mantido inatingível formalmente, e sua responsabilidade no conflito não tem sido demonstrada – isto é, ainda não foi possível estabelecer formalmente as obrigações

do Município de Belo Horizonte em relação ao conflito. O mesmo pode ser dito para o governo estadual, que permanece na posição de, por liberalidade, criar uma mesa de negociação e ao redor dela se sentar, sem apresentar, porém, uma resposta própria. Esse conflito ameaça a “atração de investimentos” almejada pelos governos municipal e estadual: um desdobramento violento traria consequências diretas e imediatas à empresa incorporadora, criaria uma imagem de insegurança para o investimento imobiliário de outras empresas semelhantes e de outros investidores.

O problema público da habitação de interesse social e da retenção especulativa de imóveis diante da questão habitacional, algo que os governos tentam privatizar de todas as maneiras nos casos das ocupações, retorna à dimensão pública com uma força considerável.

ESPAÇOS DIFERENCIAIS CONTRADITÓRIOS – O QUE DIFERE, O QUE NÃO DIFERE

Conforme apontado, entender as ocupações como momentos-espacos políticos diferenciais escavados na ordem socioterritorial dada pelo espaço abstrato permite, como contribuição, a exploração de suas contradições, sem que isso implique uma redução de seu caráter de ruptura.

DIFERENÇA E DISTINÇÃO

Na disputa pela representação social de legitimidade, os promotores da ocupação realizam operações conceituais de relevante peso simbólico, que, de fato, têm sido eficazes na construção dessa representação. A representação é a ideia de legalidade do fenômeno, cujos efeitos são a mobilização de mais apoiadores, o maior recrutamento de famílias e uma pressão pela interpretação jurídica a favor da permanência das ocupações nas áreas. No entanto, essa identidade das ocupações opera a partir da criação de fronteiras simbólicas entre um **eu** e um **não-eu**, as quais separam, marginalizam, inferiorizam e deslegitimam outras formas de constituição de assentamentos para moradia de famílias pobres. Lefebvre (1970) aponta alguns problemas decorrentes da substituição da diferença pela distinção ou da ênfase na criação de distinções que excluem, reduzem ou invisibilizam a diferença:

Cuando la burguesía europea quiso obtener de la ‘distinción, en el siglo XIX, un método de pensamiento y de vida, una ética y una estética, lo único que supo hacer fue imitar a la aristocracia ‘distinguida’ naturalmente. En su acepción más favorable, la palabra ‘distinción’ define las cualidades que se atribuye la clase dominante y que no tiene de manera espontánea, que adquiere con una aplicación que las desmiente. Es una denominación elitista que no tiene nada que ver con lo diferencial y las diferencias (LEFEBVRE, 1970, p. 44).

Além disso, essas distinções podem ainda reduzir a percepção do caráter político essencial das ocupações, enfraquecendo seus universos de possibilidades. Esses discursos sobre as ocupações operam a partir da lógica e dentro das possibilidades oferecidas pela ordem (polícia), recortando o visível de forma a inserir as ocupações de maneira mais favorável na ordem, mas sem de fato alterá-la. Entre essas distinções,

merecem destaque as que têm sido feitas entre (a) ocupação e invasão, (b) ocupação e favela e (c) ocupações e loteamentos (irregulares).

OCUPAÇÃO E INVASÃO

De acordo com os promotores das ocupações, é importante fazer essa separação, uma vez que a invasão remete a uma tomada hostil, injusta e violenta daquilo que é do outro. Já ocupação remete ao ato pacífico de dar destino a algo que está sem uso, no caso em questão, dar uma função social a um imóvel vazio, fazendo cumprir o direito constitucional à moradia.

O ponto mais interessante da construção dessa distinção é que ela dissimula o que é o cerne do caráter político das ocupações, aquilo que as constitui como espaços diferenciais – a radicalidade da sua poética. Trata-se de uma presença que é imposta. Ainda que não o faça de maneira explicitamente violenta, com o uso de armas, ela se impõe simbolicamente através do uso de estratégias previamente definidas para viabilizar seu objetivo: o início na madrugada, o grande número de pessoas, a mobilização de apoio nas redes sociais e a mobilização do discurso da legitimidade jurídica. Ela se impõe, nos termos de Rancière, como alteração (na percepção) do mundo compartilhado.

As ocupações invadem. Invadem o mundo compartilhado. Invadem o terreno dos outros que estava lá como expectativa de lucro. Invadem a vizinhança como diferença entre os que lutam e os que se sujeitam. Invadem a ordem socioespacial criada e protegida pela regulação urbana. Invadem o ordenamento jurídico. Não há legalidade presumida com o estabelecimento de qual é a função social de uma propriedade e realizá-la com as próprias mãos. Não há legalidade presumida com o início um parcelamento do solo sem projeto aprovado. E é porque invadem que as ocupações se estabelecem como um mundo diferente e da diferença, espaço do que não tem espaço, parcela dos que não têm parcela.

A contradição posta pela operação conceitual que busca legitimar as ocupações é a tentativa de ancorá-las no mundo existente e socialmente aceitável, dissimulando o fato de que elas rompem com esse mundo. Transforma o que difere no que não difere. É uma contradição especialmente em relação ao discurso mais amplo dos movimentos sociais promotores, com seus objetivos declarados de enfrentar o *status quo* e sua ancoragem nos preceitos da esquerda revolucionária.

OCUPAÇÃO E FAVELA

A distinção que tem sido feita entre ocupação e favela se apoia no fato de que as favelas são espontâneas e as ocupações são organizadas, tanto no sentido da prática do ato de ocupar o espaço quanto nas formas pelas quais essa prática se configura no território.

Uma avaliação baseada nos parâmetros utilizados no cenário global para caracterizar *slum* (DAVIS, 2006), que no Brasil é traduzido como “favela”, aponta para muitas semelhanças objetivas entre “favela” e “ocupação”. Os critérios frequentemente utilizados são a insegurança de posse, a baixa renda dos moradores, a falta de infraestrutura e serviços urbanos, a baixa qualidade da unidade habitacional, caracterizada em função do nível de habitabilidade, salubridade e segurança. No Brasil, particularmente em Minas Gerais, a expressão ocupação espontânea vinha sendo

usada para diferenciar os assentamentos formados por iniciativa dos próprios moradores daqueles que decorriam de venda ou doação de lotes (irregulares) a partir de um loteador. Essas ocupações “espontâneas” se deram, por vezes, de forma bastante organizada, com criação de estratégias de resistência em momentos de maior insegurança da posse e, em alguns casos, com decisões compartilhadas entre os moradores quanto ao tamanho e a distribuição dos “lotes”.

A operação conceitual de distinção realizada pelos promotores das ocupações busca distingui-las das favelas em razão da percepção negativa que a sociedade tem destas últimas. Essa distinção cria também uma hierarquia e contribui para o aprofundamento do estigma social em torno das favelas, ao mesmo tempo que dissimula e repete uma distinção tecnocrática: a assessoria de especialistas. Ela acontece em dois momentos: (a) no momento inicial, em que a auto-organização dos moradores para a construção de uma favela é reduzida a espontaneidade, enquanto a hetero-organização na construção das ocupações é vista simplesmente como “organização”; e (b) no ordenamento territorial definido pelo plano urbano seguido pelas ocupações, o qual, no caso das favelas, ou não existe ou não é feito por especialistas. O peso social dessa distinção remete, de um lado, ao idílio da vida digna, formatado aos moldes do imaginário moderno, e, de outro, à noção, que sempre permeou o urbanismo, de que a ordem territorial produz a ordem social. A forma como as ocupações consolidam essas duas distinções marca nelas a continuidade de paradigmas da ordem, do espaço abstrato, do que não difere.

Na escala metropolitana, conforme apontado anteriormente, as ocupações se distinguem das favelas pela sua localização urbana e pelo embate sistemático com a retenção especulativa da propriedade da terra. Aqui, mais uma vez, a distinção acaba por achatar o caráter político das ocupações, que reside no que elas têm não de distinção, mas de diferencial: a tomada deliberada de uma área estratégica.

OCUPAÇÕES E LOTEAMENTOS (PERIFÉRICOS)

Os loteamentos irregulares que configuram as periferias urbanas pobres têm sido caracterizados pelo governo estadual de Minas Gerais como decorrentes da iniciativa de loteadores. O loteador geralmente é um agente externo, privado ou o próprio Poder Público. Os assentamentos constituídos dessa forma foram uma alternativa significativa de moradia para os trabalhadores dos grandes centros urbanos brasileiros e tiveram um papel expressivo no processo de metropolização. Os loteamentos clandestinos são formados a partir de projetos informais de parcelamentos, popularmente conhecidos como plantas particulares, e adquiridos pelos moradores através de contratos também informais. Os projetos de parcelamento lhes dão uma certa regularidade de traçado que os diferencia visualmente das favelas e aproxima-os do desenho dos loteamentos regulares – traçado viário, organização de lotes e quadras.

As ocupações urbanas organizadas também seguem o ordenamento territorial de um plano urbano não aprovado pelo município. No entanto, elas entram em um explícito embate com a propriedade do terreno em que ocorrem. Como esse processo não envolve a compra da terra pelos moradores, estes não escolhem o terreno de acordo com suas condições de pagamento, mas pela inserção urbana.

Assim, o embate com a propriedade privada absoluta da terra urbana diferencia as ocupações de outras formas de loteamentos irregulares, enquanto a existência de um

projeto de parcelamento, que não é aprovado, mas orienta a configuração do território, aproxima as duas formas de constituição de assentamento. Esse ordenamento territorial não tem impedido a precariedade de diversos tipos de loteamentos irregulares. Há o risco de que a precariedade que necessariamente marca os primeiros anos de uma ocupação, pela negação do Poder Público de prover infraestrutura e serviços urbanos, combinada com a baixa renda dos moradores, as aproxime ainda mais dos loteamentos irregulares e continue separando-as do direito à cidade que tanto buscam realizar.

AUTONOMIA E HETERONOMIA: PROJETO DOS POBRES E PROJETOS PARA OS POBRES

A relação entre o *habitus* do especialista ao pensar, planejar e desenhar espaços e o *habitus* dos moradores das ocupações é atravessada por contradições e por conflitos, muitas vezes velados ou dissimulados.

Em primeiro lugar, o sujeito genérico “morador da ocupação” só pode ser definido como sujeito político de seu ato – a “origem” dos moradores das ocupações não é homogênea, eles podem ser entendidos como, em sua maioria, provenientes da “ralé estrutural” e, em menor parte, dos “batalhadores”, como aponta Lourenço (2014), utilizando a terminologia de Jessé Souza. Nesse caso, é importante ter em mente que há diferenças estruturais centrais entre essas duas categorias, no que se refere a seus modos de disposição, bem como à sua posição na distribuição dos papéis sociais na reprodução da realidade brasileira. Além disso, há moradores que não poderiam, a rigor, ser enquadrados nessas categorias. O ato de constituição do sujeito político morador da ocupação rompe com as predisposições dessas categorias e as une como o pobre ou o povo, no sentido dado por Rancière. Esse “novo” sujeito carrega e rompe com as predeterminações, inaugurando uma presença onde ela não deveria existir, ainda que leve consigo suas contradições. Lourenço (2014) expõe alguns aspectos dessa heterogeneidade e demonstra que não se pode pensar em um bloco ou em um modelo ou versão pobre, e eventualmente politizada, do “homem universal”, conhecido, de longa data, por arquitetos e urbanistas.

Em segundo lugar, a insistência dos moradores das ocupações em uma configuração do território baseada na parcela (lote) individual unifamiliar tem sido ponto de conflitos, que podem se mostrar mais velados ou mais explícitos na constituição desses espaços. Ela é uma das dimensões do conflito entre a construção de um mundo comum, estruturado a partir de práticas de comunidade diferentes daquelas que são hegemônicas na metrópole em que se inserem, e as práticas que de fato se configuram na vida das ocupações.

Em relação aos moradores, há que ter em mente que não se trata de uma proposta revolucionária, mas de acreditar na e viver a ocupação como forma de partilhar o mundo comum, cuja parte lhes é negada: o mundo da vida privada estruturada em torno da propriedade privada de uma “moradia digna”. O principal ponto de ruptura, o ato poético-político inaugural que a ocupação realiza, é a sua própria constituição, expondo e ocupando a cisão na ordem do mundo (da propriedade privada) para fazer parte dele. Muito da luta cotidiana dos moradores consiste em realizar sua inserção social, lutando contra as diversas formas de sofrimento às quais são expostos todos os dias, quando a sociedade lhes diz que não os reconhece como parte dela, em razão da forma como tentaram se integrar. A recusa do atendimento pelos serviços públicos de

saúde e a segregação que essas pessoas sofrem pelos moradores do entorno lhes fazem lembrar que o seu ato político ainda está em curso. A fala repetida por moradores das ocupações – “Nós somos trabalhadores e trabalhadoras honestos” – indica essa necessidade de reconhecimento social como iguais, não como diferentes. Eles precisam articular sua manutenção na terra e no mundo moderno do trabalho ao mesmo tempo, o que torna a luta ainda mais dura. Nesse processo, também precisam articular o discurso de crítica e mudança social dos movimentos e ativistas que os apoiam com seus próprios anseios de partilhar dessa mesma sociedade criticada. Enquanto para os movimentos e ativistas sociais as ocupações são uma forma de mudar o mundo e abrem um universo de possibilidades para construir um mundo diferente, pautado na noção de comum, **para os moradores elas são uma forma de participar do mundo em condições de igualdade**, de construir seu lugar no mundo.

Apesar da crítica aos anseios dos moradores pela propriedade privada individual, os promotores das ocupações mobilizam esses mesmos anseios para recrutar moradores, através de cartazes com frases como “Venha lutar pela casa própria!” ou “Saia da cruz do aluguel”. Há uma aposta na ideia de que o processo de formação política pela vida nas ocupações, conduzido pelos movimentos sociais, engendre uma consciência crítica ampliada em relação ao *status quo* e uma apropriação por parte dos moradores da leitura de mundo que os promotores carregam. Há uma contradição no fato de que os promotores almejam a consciência crítica e a emancipação dos moradores adotando, como meio para esse fim, uma estrutura de organização heterônoma e hierarquizada e entendendo como emancipação a apropriação do outro de **seus** ideais de emancipação.

A contradição entre **incentivar a construção de** pensamento crítico e **difundir o seu** pensamento crítico tem uma base na diferença de classe entre promotores e moradores das ocupações, conforme argumenta Lourenço (2014). E ela tem também um componente ligado às especificidades do ser social construído pelo campo da Arquitetura e Urbanismo e pelo campo do Direito. O *habitus* desses profissionais, no sentido dado ao termo por Bourdieu (1983), tem um papel fundamental no fato de que as contradições de classe expressas nos conflitos referidos são especificamente estas e não outras.

A tendência para um pensamento institucionalizante, o papel de destaque para a estruturação dos discursos, as operações conceituais mobilizadas e a interpretação da prática social pela mediação do Direito são características conhecidas do campo jurídico, bem como a naturalização do falar em nome do outro e de definir para esse outro as melhores estratégias, centradas na ideia de eficácia. Por sua vez, o pensamento espacial pautado na noção de ordem e ordenação, o destaque para o critério de eficiência e a formulação de respostas espaciais a serem apresentadas, semiprontas, para avaliação são características comuns dos arquitetos. Esses aspectos nos lembram que arquitetos e advogados populares são, primeiramente, arquitetos e advogados.

Algumas dessas questões podem ser observadas no que se refere ao plano urbano mencionado anteriormente, que atua como estruturador da configuração das ocupações. Plano urbano aqui é basicamente um desenho. Esse desenho, no caso das ocupações, é semelhante a um esboço de um projeto de loteamento, produto usual na prática cotidiana do urbanismo. É produzido – desenhado – por um arquiteto-urbanista. No entanto, o processo de produção desse plano se configura como processo de planejamento, em que lideranças dos movimentos, coordenadores das ocupações, arquitetos-urbanistas, advogados e jovens profissionais e pesquisadores ativistas se envolvem e discutem como

5 Lourenço aponta as relações dos movimentos sociais e ativistas que compõem os grupos promotores das ocupações com a tradição da esquerda marxista brasileira (LOURENÇO, 2014).

6 Para uma análise mais aprofundada da noção de construção do comum a partir de Hard e Negri e como as ocupações apontariam para a possibilidade dessa construção, conferir, entre outros, Mayer (2015), Alves (2015) e Tonucci Filho (2015).

cada recorte de espaço estrutura a ocupação como **mundo desejado**. Esse papel pedagógico da configuração do espaço expressa a antiga crença na ideia de que determinada ordem espacial produz determinada ordem social, ainda que aqui os ideais em jogo sejam fortemente influenciados por concepções-projetos-de-mundo de inspiração marxiana⁵ e/ou por questões mais recentemente discutidas sobre a constituição do comum⁶.

No entanto, a atuação desses profissionais na ocupação traz uma inversão fundamental, a qual subverte os lugares que esses campos ocupam na reprodução social. Pondo seu trabalho a serviço dos moradores das ocupações, eles demonstram que, ainda que a lógica operativa da profissão não se altere, a inversão do “cliente” transforma as estratégias jurídicas e urbanísticas, historicamente usadas para opressão e para exclusão dos pobres, em suas próprias armas para lutar contra isso.

O processo não é simples. A ciência moderna tem seu papel muito mais associado à reprodução do *status quo* que à transformação dele (LELIS, 2007). Faltam à Arquitetura e Urbanismo e ao Direito métodos, conceitos e instrumentos específicos para que exerçam um papel de contribuição na construção coletiva de mudança social, como conclui Lourenço (2014). O trabalho dos assessores das ocupações torna-se, nesse sentido, uma luta política pela construção de um lugar diferente para eles próprios.

A instituição das ocupações como sujeito capaz de dialogar com a ordem em seus mesmos termos, mas contra ela, inverte os sentidos do discurso especializado e os lugares dos agentes sociais nesse debate – pondo os moradores em posição igual de fala a partir dos códigos operados naquilo que é dito.

A lógica vertical e heterônoma da atuação técnica nas ocupações não as esvazia de política nem retira delas aquilo que as difere. A articulação dos pensáveis-impensáveis do cotidiano da assessoria pode também funcionar como um processo de formação crítica não apenas para os moradores, mas também para os próprios profissionais. Além disso, é com a sua atuação, carregada de contradições, que as ocupações se constituem como espaços diferenciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ocupações urbanas são um universo riquíssimo. Elas se apresentam como um microcosmo do embate entre as forças homegeneizantes e as capacidades diferenciais (LEFEBVRE, 1970). Como tal, desafiam o pensamento linear e exigem formas mais dialéticas de aproximação, bem como olhares que sempre se percebam incompletos.

A forma como esse tempo-espaço se constitui como sujeito político e as rupturas e continuidades que opera no mundo partilhado não se deixam entender por apenas um mergulho no cotidiano, pela análise do território, pela inserção urbana, nem pela ordem global, isoladamente. A tentativa de aproximação teórica dessa complexidade pode contribuir para **pensar o espaço diferencial como espaço-tempo aqui e hoje**. Nesse sentido, elas suscitam questões para o pensamento e a prática do urbanismo e do planejamento urbano contemporâneos.

No processo de construção e na vida das ocupações, um novo *habitus* se estrutura, e se estrutura tanto mais à medida que a ocupação tende a se tornar polícia e a diminuir sua força como diferença. É em torno desse novo *habitus* e de seu espaço-mundo que se podem pensar as contradições ligadas ao pensamento e à prática do urbanismo e do planejamento urbano.

Os conflitos em torno da distribuição das famílias em “lotes individuais” ou “lotes coletivos”, como exposto anteriormente, são exemplos da relação complexa entre o desenho (a representação abstrata) e os vários processos de planejamento que ele encerra. O lugar privilegiado do discurso competente faz ecoar aqui, tanto no processo quanto no produto, o caráter militar do planejamento – instrumento através do qual um sujeito tem a visão global do espaço-objeto sobre o qual ele vai lançar suas ações com vistas a um determinado fim. Nesse sentido, as questões que as ocupações trazem para o planejamento urbano e o urbanismo não se põem em termos de o melhor lugar para cada tipo de especialista, ou se elas seriam mais eficazes ou menos eficazes se se produzissem longos planos de desenvolvimento por arquitetos, urbanistas, geógrafos, economistas, advogados ou outros, ou quem deveria coordená-los, ou se esse desenho estruturante indicaria um reinado do arquiteto nelas. Elas provocam um questionamento sobre **a natureza dessas atividades**, sobre seus sujeitos, sobre seus métodos e instrumentos. O planejamento para o político, nesse caso, torna-se, ao mesmo tempo, uma condição e uma impossibilidade: por um lado, a criação de estratégias para a formação de uma nova ocupação ou para o seu fortalecimento tem-se mostrado essencial para o seu êxito (permanência na área), bem como a estruturação de um desenho tem sido uma estratégia importante para a inserção simbólica das ocupações no mundo da cidade. Por outro, a constituição do sujeito (morador da) ocupação, ao ser, igualmente, a constituição do (sujeito do) espaço, foge ao controle prévio do mundo idealizado pelos promotores, embora, em alguma medida, se tenha tentado que esse desenho simbolizasse um pacto social construído coletivamente.

Ao romperem com o mito da ordem territorial desenhada e realizarem-se como direito em ato, as ocupações trazem ao planejamento e ao urbanismo a mesma questão que Lefebvre fez para o Direito em seu *Manifesto Diferencialista* (1970): de que maneira os planejadores e urbanistas se inserem de fato na prática social? Há que se construir, ainda e sempre, uma prática política nos processos de pensamento, planejamento, desenho e construção do espaço. Afinal, cada poética política não é senão uma invenção?

Natália Lelis é arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); mestra em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); doutoranda em Geografia pela UFMG. E-mail: natialelis@gmail.com

Artigo recebido em 10 de maio de 2016 e aprovado para publicação em 21 de setembro de 2016.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. O. *Entre a desposseção e a apropriação, o direito à cidade: quando o comum é possível*. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas*. São Paulo: Ática, 1983.
- CARDOSO, A. L. Habitação social no Brasil: política ou mercado? Reflexões sobre a construção do espaço metropolitano. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14, 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUR, 2011. Disponível em: <<http://unuhostagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anaais/article/view/3082>>. Acesso em: 13 jun. 2015.
- _____. (Org.). *O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- DAVIS, M. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- FERNANDES, E. A regularização de favelas no Brasil: o caso de Belo Horizonte. In: _____. (Org.) *Direito Urbanístico*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998, p. 136-167.
- _____. Reforma urbana e reforma jurídica no Brasil: duas questões para reflexão. In:

- COSTA, G. M.; MENDONÇA, J. G. (Org.). *Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas*, Belo Horizonte, C/Arte, 2008. p. 123-135.
- FIX, M. *São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.
- _____. *El manifesto diferencialista*. 2. ed. México: Siglo Veinteuno Editores, 1970.
- _____. *The production of space*. Oxford: Blackwell Publishing, 1991.
- _____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LELIS, N. *Por uma teoria instável: pensamento e não pensamento em arquitetura e o caso de Bernard Tschumi*. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- _____. Regularização, regulação e o Estado: entre a política e a polícia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 15., 2013, Recife. *Anais...* Recife: ANPUR, 2013.
- _____. Do momento-espaço político: o momento político e o espaço diferencial. In: COSTA, G. M.; COSTA, H. S. M.; MONTE-MÓR, R. (Org.). *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 297-316.
- LOURENÇO, T. C. B. *A cidade ocupada*. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- MAYER, J. G. B. *O comum no horizonte da metrópole biopolítica*. 2015. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- MAGALHÃES, F.; SILVA, H.; TONUCCI FILHO, J. B. M. Valorização imobiliária e produção do espaço: novas frentes na RMBH. In: COSTA, H. S. M.; MENDONÇA, J. G. (Org.). *Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro*. Belo Horizonte: C/Arte, 2011. p. 17-40.
- MARICATO, E. *Habitação e Cidade*. São Paulo: Atual, 2004
- _____. *et al. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.
- MARINS, P. C. G. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, N. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 1998. p. 131-170. v. 3.
- MARTINS, J. S. *O cativo da terra*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- RANCIÈRE, J. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996a.
- _____. O dissenso. In: NOVAES, A. (Org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b. p. 367-382.
- _____. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Ed. 34, EXO experimental org., 2005.
- _____. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- SHIMBO, L. *Habitação social de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro*. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.
- SANTOS JÚNIOR, O. A. Cidade, cidadania e planejamento urbano: desafios na perspectiva da reforma urbana. In: FELDMAN, S.; FERNANDES, A. (Org.). *O urbano e o regional no Brasil contemporâneo*. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 293-314.
- TONUCCI FILHO, J. B. M. Urban occupations as urban commons? Explorations from Belo Horizonte, Brasil. In: IASC THEMATIC CONFERENCE, 1., 2015, Bologna. *Annals...* Bolonha: IASC, 2015.
- VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. *A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-103.

PROYECCIÓN DE UN ESPACIO DIFERENCIAL A PARTIR DE LA REHABILITACIÓN URBANA Y LA PARTICIPACIÓN SOCIAL:

EL CASO DEL CENTRO CULTURAL LA REDONDA Y PARQUE FEDERAL,
SANTA FE, ARGENTINA

DIFFERENTIAL SPACE PROJECTION BASED ON URBAN REHABILITATION AND SOCIAL PARTICIPATION:

THE CASE OF A CULTURAL CENTER AND A GREEN AREA
(LA REDONDA AND PARQUE FEDERAL), IN SANTA FE, ARGENTINA

MARÍA MERCEDES CARDOSO

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas,
Universidad Nacional del Litoral, Santa Fe, Santa Fe, Argentina

R E S U M E N : Entre las transformaciones que se dan en las ciudades, la rehabilitación cobra relevancia al poner en valor sectores decadentes, como los asociados al ferrocarril, dotándolos de nuevas estructuras y funciones. La cultura aparece como factor estratégico de revitalización de la imagen urbana. La producción social del espacio, como secuencia compleja históricamente desarrollada, es contradictoria y entremezcla distintas prácticas espaciales, representaciones simbólicas e imaginario social. El análisis de las representaciones y acciones de los actores involucrados en el proceso de regeneración de la Redonda y el Parque Federal, ciudad de Santa Fe (a través de sus discursos, programas, reglamentaciones), permite exponer los tipos de apropiación, el simbolismo del espacio y la identidad social urbana. Teniendo como eje la cotidianeidad del barrio, la infancia y el trabajo ferroviario, se estudia la producción de un espacio diferencial, sobre la base de la gestión asociada entre ciudadanos, vecinos autoconvocados, poderes públicos y agentes privados.

P A L A B R A S C L A V E : espacio diferencial; producción del espacio; rehabilitación urbana; gestión asociada; apropiación del espacio; identidad social urbana.

A B S T R A C T : *The rehabilitation becomes relevant since it brings back value to areas in decay, such as railroad sectors, providing them with new structures and functions. Culture arises as a strategic factor for the rehabilitation of the urban image. The social production of space, as a historical sequence, is contradictory and intermingles different spatial practices, symbolic representations and a social imaginary. An analysis of the representations and actions developed by the actors involved during the recovery of La Redonda and Parque Federal in the city of Santa Fe (by means of their discourses, regulations and programs), allows to describe the types of appropriations, spatial symbolisms and social urban identity implied. By considering the everyday life of the neighborhood, their children and of the railroad labor as central concepts, a production of a differential space is analyzed from the basis of partner management between citizens, self-organized neighbors, public powers and private agents.*

K E Y W O R D S : *differential space; production of space; urban rehabilitation; partner management; spatial appropriation; social urban identity.*

INTRODUCCIÓN

Las ciudades son espacios contruidos a través de la sucesión de etapas históricas en las que son transformadas constantemente. La Era industrial, con el auge de las fábricas y los medios de transportes como el ferroviario, ha dejado, tras su paso a la Post-industrial, territorios vacantes y en franco deterioro. En el caso particular de Santa Fe de la Vera Cruz, capital de la provincia homónima argentina, la pujanza económica de fines del siglo XIX y comienzos de XX asociada a la actividad portuaria y al ferrocarril dio paso a un período de crisis profunda. Desde los años 40 hasta los 80 del siglo pasado el estancamiento económico fue acentuándose a la par que la actividad portuaria descendía y las líneas de ferrocarril se iban cerrando. Los sitios donde se localizaban los equipamientos que prestaban estos servicios fueron quedando vacíos y en total abandono: se transformaron en lugares de deterioro ambiental y social, incubadoras de serios y variados problemas para la gestión urbana.

Las ciudades, incluida Santa Fe, utilizan nuevas estrategias de **regeneración urbana** para superar estas dificultades, buscan cambiar su imagen y se mercantilizan, publicitándose como cualquier otro objeto de consumo. Los gobiernos locales han optado por seleccionar el atractivo de sus áreas, sus mejores recursos, y “venderlos” para así tratar de transformar su economía y cambiar la situación de declive en la que se hallan (GÓMEZ, 1998, p. 50).

La perspectiva teórica que cobra importancia es la denominada “competencia urbana” o *city marketing*; se ocupa de estudiar las ventajas comparativas y de localización de las actividades económicas y de las ciudades (PRECEDO LEDO, 1996). Se define como una forma especial de *marketing* empresarial aplicado a la política local, en lo concerniente, por ejemplo a política de empleo y al planeamiento urbanístico. Aplica aspectos básicos del *marketing* comercial como la investigación de mercado, análisis de competidores, organización de campañas de promoción, cuyo objetivo final es la promoción del bienestar y no la consecución de beneficios o la expansión del crecimiento. De cara a la gestión, destacan los procesos de renovación, rehabilitación y revitalización. Se recuperan elementos que pudieran puntuar alto como suelo, comunicaciones, facilidades impositivas, fuerza de trabajo cualificada, calidad de vida, etc.; si es posible aprovechar espacios que históricamente tuvieron poder (como el puerto o el ferrocarril) se los revaloriza por su carga simbólica. La cultura o las manifestaciones artísticas son utilizadas, en los últimos años, como una herramienta económica muy eficaz:

La cultura, en este sentido, se manipula en el esfuerzo de realzar el atractivo y el interés de las áreas urbanas, dirigiéndose al sector más acomodado del turismo, a los organizadores de congresos y especialmente a los profesionales solventes que trabajan en los sectores con más futuro. Independientemente de la riqueza que pueda generar, se pretende que la cultura sea el anzuelo que haga visitar una ciudad para hacer comprender a estos visitantes que ésta es un sitio adecuado para invertir (GÓMEZ, 1998, p. 54).

Estas prácticas se hacen cada vez más frecuentes; sin embargo, en términos sociales, los resultados no son favorables, pues lejos de generar espacios originales, únicos, inclusivos, variados y heterogéneos, contribuyen a la homogeneidad aburrida de los espacios carentes de identidad (como los llamados no-lugares).

La ciudad, naturalmente dinámica y creativa, cuando es obra de simples ejecutores de un orden superior se ve reducida a un agregado de dispositivos monofuncionales que reducen su complejidad, la descomponen, fragmentan y aíslan, sofocando la vida social. El medio urbano, por diversos motivos, deviene inhabitable. La crítica al urbanismo progresista de la Bauhaus y de Le Corbusier es que éste instituye una asimilación inequívoca entre espacios de prácticas y prácticas espaciales, entre el espacio concebido y el espacio vivido, encubriendo las diferencias y los conflictos mediante la ilusión de la coherencia y la transparencia (MARTÍNEZ, 2014). Los urbanistas parecen ignorar o desconocer que ellos mismos forman parte de las relaciones de producción; creen dominar el espacio y únicamente ejecutan; disimulan sus rasgos fundamentales, su sentido, su finalidad. Bajo una apariencia positiva, humanista, tecnológica, esconden la estrategia capitalista: el dominio del espacio, la lucha contra la disminución progresiva de los beneficios, etc. Esta estrategia oprime al “usuario”, al “participante” o al simple “habitante”. Se le reduce no sólo a función de habitar (a la habitación como habitar) sino también a la función de comprador de espacio que realiza la plusvalía (LEFEBVRE, 1972).

Para David Harvey los proyectos urbanos están íntimamente relacionados al desarrollo del capitalismo (HARVEY, 2008); la movilización del producto excedente se plasma en los espacios construidos; también persiguen continuamente la maximización de los beneficios. El Estado no es inocente ni pasivo con respecto a estas acciones en la ciudad: a través de las reglamentaciones que introduce o modifica, las inversiones en infraestructura que provee y los permisos de construcción que autoriza, impulsa o prohíbe la concreción de las obras que transforman el espacio. El *city marketing* prevé como estrategia para competir, un *urban management* al modo de un directivo de empresa, buscando una política de cooperación de lo público con lo privado y de lo público con lo público. La localidad es la mercancía, el mercado es el inversor privado o el turista, y el objetivo es simplemente la confección de una imagen de la mercancía que seduzca al cliente para que compre. De este modo, la planificación urbana tradicionalmente entendida como herramienta que persigue la justicia social se relega a un segundo plano debido a su rigidez. Surge el llamado *partnership*, asociación del sector público y el privado, como organizaciones que sustituyen a la autoridad local, bajo la presunción de mayor eficacia en su accionar. Algunos ejemplos de alianza público-privado no resultan favorables, cuando es el público quien asume los riesgos y el privado queda con los beneficios; “la ciudadanía espera unos beneficios que nunca se materializan” (HARVEY, 2000).

En América Latina despunta en los años 80 del siglo pasado un nuevo modelo de planificación y gestión participativa que, aunque tuvo que sortear las dificultades de un período de transición hacia la consolidación de las democracias estatales y de los embates de la gestión urbana de corte Neoliberal, logra generar interesantes casos de gestión concertada entre el Estado y la Sociedad. La **Gestión Asociada** es una herramienta que permite la construcción de un espacio en el cual se desarrollan acciones conjuntas entre la comunidad y el estado, donde los canales de participación dan lugar a la elaboración de acuerdos, negociaciones o concertaciones, no exentos, sino con pleno reconocimiento de los conflictos, diseñando propuestas y acciones que integran visiones e intereses contrapuestos (POGGIESE, 2000; 2009). El tipo de participación requiere interdisciplina e involucra distintos sectores; sigue una dinámica abierta y pluralista, de fácil acceso, operando por acuerdo y consenso.

El principal objetivo es la movilización y articulación de actores con peso relativo en los proyectos y políticas, estableciendo acuerdos y grados de responsabilidades y compromiso mutuos, formulación de metodologías y planes de trabajo, gestión de recursos humanos y financieros que viabilicen los emprendimientos. Resulta de una co-gestión entre organizaciones gubernamentales y no gubernamentales. La gestión asociada prioriza el fortalecimiento de los actores más débiles, cooperando con su desarrollo y capacitación, para reducir la desigualdad entre los actores, respecto de la distribución del poder económico, técnico, político, etc. que los distingue. Este aspecto resulta sumamente relevante, puesto que implica la posibilidad de pensar en la generación de un espacio diferencial.

Los objetivos que orientan esta investigación son: estudiar el proceso de rehabilitación de La Redonda y el Parque Federal en el contexto de las estrategias de regeneración urbana; desentrañar las principales prácticas espaciales – y su racionalidad; develar la apropiación del espacio y las representaciones que subyacen en el accionar de los distintos actores sociales involucrados; identificar rasgos del espacio socialmente construido que puedan relacionarse a un espacio diferencial en términos lefebvrianos. El objetivo general es exponer el proceso de producción del espacio en La Redonda y el Parque Federal.

El diseño metodológico de corte cualitativo contempla el estudio de caso del Proyecto “La Redonda, arte y vida cotidiana” y del Parque Federal (como conjunto). Para ello se analizan los documentos de planificación y desarrollo del proceso de rehabilitación, el ideario de los nuevos usos asignados, la evolución y cambios de la normativa, según los distintos actores involucrados (estado provincial y municipal, asociaciones de vecinos, organismos de alianza público – privado – vecino). La Asociación Parque Federal, como un tipo de ciudadanía con injerencia espacial y la Mesa de Consenso y Gestión del Parque Federal, resultan ser actores sociales que contribuyen activamente a la transformación de este sector a partir de sus representaciones. Las diversas fuentes (ordenanzas municipales, foros de participación, blogs, páginas webs institucionales, entrevistas, observación, entre otros) permitieron someter a examen las prácticas espaciales, los procesos de apropiación y el simbolismo del espacio. Se indagó en los discursos de los actores (focalizando en lo que ellos esperan que sea ese espacio a partir de lo que explicitan), contrastando con el accionar, el uso resultante del espacio y el nivel de participación social, con la finalidad de detectar contradicciones e identificar el fomento o no del desarrollo de las singularidades constitutivas de todo espacio diferencial.

Santa Fe, ciudad de tamaño medio (391.231 hab. en 2010), como aglomerado ocupa el octavo lugar de la jerarquía urbana Argentina; cuenta con algunos pequeños ejemplos de regeneraciones urbanas como: la restauración de los antiguos galpones del ferrocarril Santa Fe (ex Francés) creando en ellos el Centro de Convenciones; el paseo de compras Recoleta, construido en antiguas vías del mismo ferrocarril, que jerarquiza un importante barrio de la ciudad, el loteo de los terrenos del mismo ferrocarril, donde se levantaron viviendas a pocas cuadras del centro propiamente dicho; la revitalización del puerto de Santa Fe; del Molino Franchino y del Molino Marconetti. El análisis que aquí se hace del proyecto de La Redonda y Parque Federal, pensado para usos diversos, especialmente de ocio, entretenimiento, cultural, comercial pone en cuestión la utopía del espacio de todos.

LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO, LOS ESPACIOS DIFERENCIALES Y EL DERECHO A LA CIUDAD

Todo espacio, incluyendo el urbano, es producto de una serie de procesos complejos. Lefebvre (1974), en su obra dedicada a la renovación de este concepto, concibe al espacio (y a la ciudad) como un elemento producido activamente por sí mismo, con pleno derecho, en el que la dimensión de la vida cotidiana juega un papel central; es decir, una sociedad genera prácticas que definen que el espacio es suyo y solo suyo, diferente al espacio generado por otra sociedad. Esta perspectiva niega su carácter de pasivo, vacío o carente de otro sentido más que un objeto consumible e intercambiable. El espacio interviene en la producción de sí mismo, es productor y producto (proceso y objeto). La ciudad, como resultado de la dinámica interminable de la relación entre grupos sociales, es un producto ante todo histórico (no hay proceso sin historia, esta idea refiere a la dimensión temporal del espacio). Cada sociedad produce un espacio en cada coyuntura histórica, en un proceso eternamente inacabado no de naturaleza dialéctica, sino trialéctica (*dialectique de triplicité*) (LEFEBVRE, 1974) con una base conceptual sustentada en tres categorías: **las representaciones del espacio, los espacios de representación y las prácticas espaciales**. El proceso histórico de producción social del espacio es, para este autor francés, una secuencia compleja, a veces contradictoria, que entremezcla cuestiones relativas a las prácticas espaciales que se dan de manera objetiva, las representaciones simbólicas que se crean en torno a él o el imaginario social que emerge. Las tres categorías, combinadas de manera particular de acuerdo al contexto histórico, permiten generar la otra trialéctica: el espacio percibido (*perçu*), el espacio concebido (*conçu*) y el espacio vivido (*vécu*).

Los espacios de vida tradicionalmente creados a partir de un acuerdo social y con un cierto nivel de participación de los ciudadanos provocan una fuerte significación e identidad para sus habitantes, independientemente de su estructura. De ahí la relevancia del análisis de toda intervención que se haga en la ciudad, máxime si históricamente han sido foco de gran dinamismo económico y objeto de una identidad muy arraigada para el santafesino como lo fue el ferrocarril y la actividad del transporte. Los cambios, ya sean en la estructura, función o usos del suelo repercuten en la identidad del lugar, en la cohesión social y en el simbolismo del espacio, favoreciendo distintos tipos de apropiación.

Cabe aquí la pregunta ¿cómo se construye el nuevo espacio? ¿Quiénes lo construyen? El espacio es la expresión de la sociedad. Puesto que nuestras sociedades están sufriendo una transformación estructural, es una hipótesis razonable sugerir, que están surgiendo nuevas formas y procesos espaciales (CASTELLS, 1999). Para comprenderlas es necesario ahondar en la racionalidad de los procesos sociales que se están dando, cuáles son los intereses, valores, prioridades, significados que ponen en juego dichos actores. Para Castells,

[...] el espacio es un producto material en relación con otros productos materiales – incluida la gente – que participan en relaciones sociales determinadas (históricamente) y que asignan al espacio una forma, una función y un significado social [...]. Desde la perspectiva de la teoría social, el espacio es el soporte material de las prácticas sociales

que comparten el tiempo [...]. Todo soporte material conlleva siempre un significado simbólico (CASTELLS, 1973, p. 152).

“La expectativa de transformación descansa en la praxis humana (actividad creativa): es la vida social la que otorgaría su carácter y significado al espacio construido, fuere en los espacios públicos (la calle, plazas, monumentos, centros urbanos) fuere en los privados y/o en la articulación de ambos” (MARTÍNEZ, 2014, p. 9). La esencia del construir es el dejar habitar. Sólo si somos capaces de habitar podemos construir (HEIDEGGER, 1994 *apud* MARTÍNEZ, 2014). Existe una contradicción entre la idea de hábitat de los urbanistas, bajo supuestos de dominación y enajenación y el habitar, que pone el acento en la cotidianeidad de los ciudadanos.

El **espacio diferencial** (*l'espace différentiel*) de Lefebvre (1974), opuesto al espacio abstracto (que tiende a la homogeneización y uniformización) presenta forma de mosaico, compuesto por lugares diferentes; es engendrado por las múltiples contradicciones que surgen en el espacio abstracto y que caracteriza a la ciudad en la sociedad capitalista; es el espacio de las contradicciones. La racionalidad del espacio diferencial se orienta a dar cabida y fomentar el desarrollo de las diferencias. Este espacio busca re-asociar las funciones, los elementos y los momentos de la práctica social que el espacio abstracto disocia, en un intento de apartar la repetición deshumanizada y eludir cualquier manifestación de homogeneidad. Las diferencias, entonces, deben entenderse como resistencias (a la homogeneización). Lo diferente está presente en lo excluido, en lo ambiguo, en lo inmediato, en lo orgánico, en lo imprevisto, en lo que transgrede al código impuesto y en cierta forma represivo de algunos espacios.

El espacio abstracto, impuesto por las estrategias de producción del espacio direccionadas por la burocracia estatal y el capital, establece una serie de códigos no asumidos, aceptados ni apropiados por el resto de la sociedad, instaurando una contradicción, un choque de fuerzas que da lugar a las resistencias. En los proyectos urbanos relacionados al turismo y al ocio estas fuerzas antagónicas son muy evidentes. Allí donde priman los intereses burocráticos y del capital, donde las resistencias no cuentan con la energía necesaria, los espacios que resultan son fríos, vacíos, despojados de todo contenido comunitario y devienen en el desuso y abandono social, o pasan a ser catalogados como **apáticos**.

Sin embargo, la distancia que existe entre la concepción del espacio abstracto (concepto espacial del capitalismo, que niega lo vivido, lo manipula, volviéndolo instrumental a sus fines (HIERNAUX, 2004) y la realidad del espacio de la vida cotidiana, en su dimensión de espacio percibido no es imposible de sortear: ciertas prácticas espaciales de actores sociales barriales, vecinales, de los ciudadanos que logran un **empoderamiento** a partir del ejercicio del habitar cargado de sentido y de simbolismo, pueden permear o influir en los intereses y acciones de los agentes económicos que construyen espacios en la ciudad; pueden llegar a convertirse en proyectos económica y políticamente viables y redituables porque parten de la iniciativa e intereses de los grupos sociales involucrados. Estrategias como la gestión asociada y participativa pueden llegar a construir un puente entre los extremos. No resuelven dicha distancia propuestas de remiendos, ni arreglos parciales como las provenientes de la planificación funcionalista del capitalismo (HIERNAUX, 2004) en las que no se plantea la construcción de un espacio social que contemple el cambio social, con

transformaciones sustanciales, de fondo. La creación de un espacio social propio es aquella que logra definir un código de lectura y producción del espacio que permita no solo producirlo, sino vivirlo en forma de consenso transparente (HIERNAUX, 2004).

En la actualidad predomina el surgimiento de nuevos espacios urbanos de consumo, cuyo rasgo principal es la uniformidad y la repetición, caso de los *shoppings*, cines, paseos de compras y demás opciones de entretenimiento. Generalmente, se superponen a cualquier otro uso de suelo preexistente en el sitio; sus agentes promotores son inversores privados con la venia del estado (municipal, provincial o nacional). En la ciudad de Santa Fe destaca el caso del nuevo distrito ciudad puerto, verdadera utopía de los agentes inmobiliarios con el visto bueno y apoyo del gobierno (que ha adaptado la reglamentación de usos del suelo para la radicación del proyecto, 2011). Este distrito, con usos recreativos y de consumo, utiliza lo que dejó el pujante puerto de Santa Fe de principios de siglo XX como un mero marco paisajístico, privatizando el espacio público y generando una escasa o nula identificación de las personas con ese lugar. Para el caso del proceso de revitalización del puerto de Santa Fe, se relacionaría con el término empleado por Harvey (2000, p. 166) en su obra *Espacios de esperanza*, como “la utopía de los promotores inmobiliarios” ya que son regidos por los intereses de esos agentes económicos.

La **rehabilitación urbana**, entendida como “conjunto de operaciones que tienen como objeto esencial la conservación y el mantenimiento de la trama urbana por considerarlo un elemento característico del patrimonio artístico y cultural de la ciudad y porque se piensa que su destrucción y sustitución por otras tramas urbanas puede ir en detrimento del grupo social que lo habita” (ESTEBÁNEZ, 1988, p. 456), se convierte en una eficaz oportunidad de las ciudades para producir espacios diferenciales. Según señala Zárate Martín (1992) el concepto se ha ido ampliando desde las obras de restauración de un edificio hasta su entorno, incluyendo parques y jardines, en un trabajo de conservación integrada del patrimonio urbanístico. Con la rehabilitación, las funciones urbanas pueden variar. Para el caso de estudio, el antiguo taller ferroviario Santa Fe Cambios atravesó un proceso de rehabilitación, manteniéndose y restaurándose las estructuras edilicias, la plataforma giratoria de cambio de máquinas y otras dependencias, que hoy en día pasan a desempeñar funciones culturales y recreativas. Este proceso cobra relevancia particular aquí ya que la antigua función de reparación y puesta a punto de las máquinas del ferrocarril para el transporte está presente en la identidad del lugar y continua siendo una fuente de simbolismo del espacio, especialmente para la infancia.

En el contexto latinoamericano, el espacio (público) se ha considerado un prerrequisito para la expresión, representación y mejoramiento de la democracia. En momentos de crisis, la población se moviliza allí en respuesta a distintos conflictos por los que se ve atravesada: políticas económicas desfavorables, corrupción, inseguridad; el espacio público se ha vuelto, así, contestatario (PÁRAMO; BURBANO, 2014). La protesta es un importante ejercicio democrático que se da cabida en la ciudad, pero no el único, ni el más eficiente.

La tesis de Harvey (2000) sobre el “derecho a la ciudad”, heredera de la crítica lefebvriana, refiere a la capacidad y posibilidad que las personas tienen de cambiar, cambiando la ciudad. La libertad de hacer y rehacer la ciudad es un derecho humano precioso, pero muy descuidado. Pensar la ciudad que todos queremos implica revisar lazos sociales, relaciones con la naturaleza, estilos de vida, tecnología, valores estéticos.

En sintonía con las ideas de Lefebvre el derecho a la ciudad es “entendido como derecho de acceso a las ventajas materiales y simbólicas de la ciudad, a la centralidad como bien cultural y forma del encuentro con el Otro” (MARTÍNEZ, 2014, p. 19). Desde esta vertiente, la formulación encierra un contenido político y una acción autogestionaria.

LAS REPRESENTACIONES DEL ESPACIO, EL ESPACIO DE LAS REPRESENTACIONES Y LAS PRÁCTICAS ESPACIALES: APROXIMACIONES AL PROCESO DE LA REDONDA Y PARQUE FEDERAL

La dialéctica de la teoría lefebriana plantea tres categorías para comprender la complejidad de la producción del espacio: Primera, **las representaciones del espacio**, ligadas a las relaciones de producción existentes en una sociedad y el orden o jerarquía de esas relaciones. Ellas conforman el espacio concebido que es el de los técnicos, especialistas, urbanistas y demás actores que las plasman en las memorias, informes, discursos, planos. Segunda, **el espacio de las representaciones**, del “deber ser”, el experimentado directamente por las personas quienes realizan un uso simbólico de sus componentes (es el espacio del simbolismo y de la apropiación), es el espacio vivido, no exento de conflicto entre quienes realmente lo apropian y los que intentan codificarlo, reglarlo y “usurparlo”. Tercera, **las prácticas espaciales**, constituyen el espacio percibido, que integra las relaciones sociales de producción y reproducción, incluyendo las necesidades de la vida cotidiana (alimento, vivienda, infraestructura) y todo aquel conocimiento abocado a la transformación del ambiente. Tiene que ver con la cotidianeidad de los ciudadanos, con las ideas y acciones que involucran al entorno más cercano al hombre.

Es una realidad que grupos sociales con poder logran imponer sus representaciones e imaginarios en el pensamiento de quienes se ocupan de la gestión política de la ciudad y que a su vez, cuentan con mecanismos para luego trasladar esos mismos discursos a la sociedad en general. Para poder desarticular esos discursos dominantes es necesario buscar un puente entre el estudio de la vida cotidiana de los habitantes y el análisis de los discursos de la obra pública y privada a partir del estudio de las representaciones o los imaginarios (HIERNAUX, 2007), de este modo es más factible acercarse a la visión de la ciudad que está en la mente de las personas (y no solo de unos pocos). No basta comprender la imagen de la ciudad en su apreciación de extensión física, o de distintas representaciones visuales, sino que es preciso, a través de ejercicios continuados de investigación, con un registro del carácter de la participación ciudadana en su construcción simbólica, indagar cómo los ciudadanos usan su ciudad y cómo se la imaginan (SILVA, 2006). Los imaginarios sociales, como construcción social de la realidad, son representaciones colectivas que rigen los sistemas de identificación social y que hacen visible la invisibilidad social (SILVA, 2006). Lo imaginario afecta, filtra y moldea la percepción que se tiene de la vida, logrando un gran impacto en la elaboración de los relatos de la cotidianidad.

EL ESPACIO CONCEBIDO. MIRADA HISTÓRICA Y ACTUAL

Históricamente, el importante desarrollo económico tanto de la región como de la Argentina, a fines del Siglo XIX y principios del XX, obedeció al modelo agroexportador estructurado en torno a las colonias agrícolas de inmigrantes europeos, el puerto de Santa Fe (de ultramar) y el ferrocarril. La necesidad de dar salida a la producción primaria de las recientemente fundadas y tan pujantes colonias se satisfizo con el trazado de las vías ferroviarias que las enlazaban con el puerto. La crisis económica internacional de 1929 impactó fuertemente en la actividad del puerto de Santa Fe, aunado a dificultades de otra índole (como inundaciones que paralizaron su funcionamiento, conflictos de organización interna, momentos de auge y estancamiento en las producciones agropecuarias, etc.). Más tarde, la crisis industrial se sumó dejando como saldo una situación de estancamiento y deterioro de los sectores de galpones, vías, talleres y demás equipamientos. Un gran número de estaciones de trenes perdieron su funcionalidad, circunstancia que las dejó al margen de las actividades económicas más dinámicas. En Argentina, con la aplicación de la ley de reforma del Estado, entre 1989 y 1991, se modificaron las reglas de juego entre el sector público y privado en materia de intervención urbana; de una cultura pública estatista se pasó a una cultura pública privatizadora. Esto dio lugar al lanzamiento de megaproyectos, creando áreas sujetas a la renovación urbana y otorgando nuevos usos e intensidades al suelo urbano. Además, se descentralizan las funciones, con un traspaso desde el Estado nacional hacia el municipal o comunal; cada gobierno local es responsable de su futuro (GIORIA, 2003). De este modo, los terrenos del ferrocarril dominio de la Nación son transferidos a las provincias¹.

El proceso de transformación de lo que hoy es el Parque Federal y La Redonda data de 1980, cuando aparece en el Plan Director Municipal la propuesta de crear un Parque Central en los terrenos del Complejo Ferroviario “Santa Fe Cambios”. En 1997, a través de un convenio entre la Municipalidad de Santa Fe y el Ente Nacional Administrador de Bienes Ferroviarios (ENABIEF) éste le cede 21,5 ha de aquel predio abandonado. En 1998 el municipio convoca a un concurso para la construcción del Parque en el que no se da participación a los vecinos (Según la Asociación Parque Federal (APF)); con el fin de iniciar un proceso participativo en 2007 se desarrolla la primera reunión para constituir la Mesa De Consenso y Gestión (MCG), con un espíritu de democracia participativa, integrando alrededor de 20 instituciones. Dos años más tarde se designa un Coordinador Municipal del Parque y su colaborador, quienes se incorporan a las reuniones. Luego se ponen en marcha las obras de recuperación de La Redonda, para convertirla en el primer Centro Cultural público fuera del área céntrica tradicional de la ciudad.

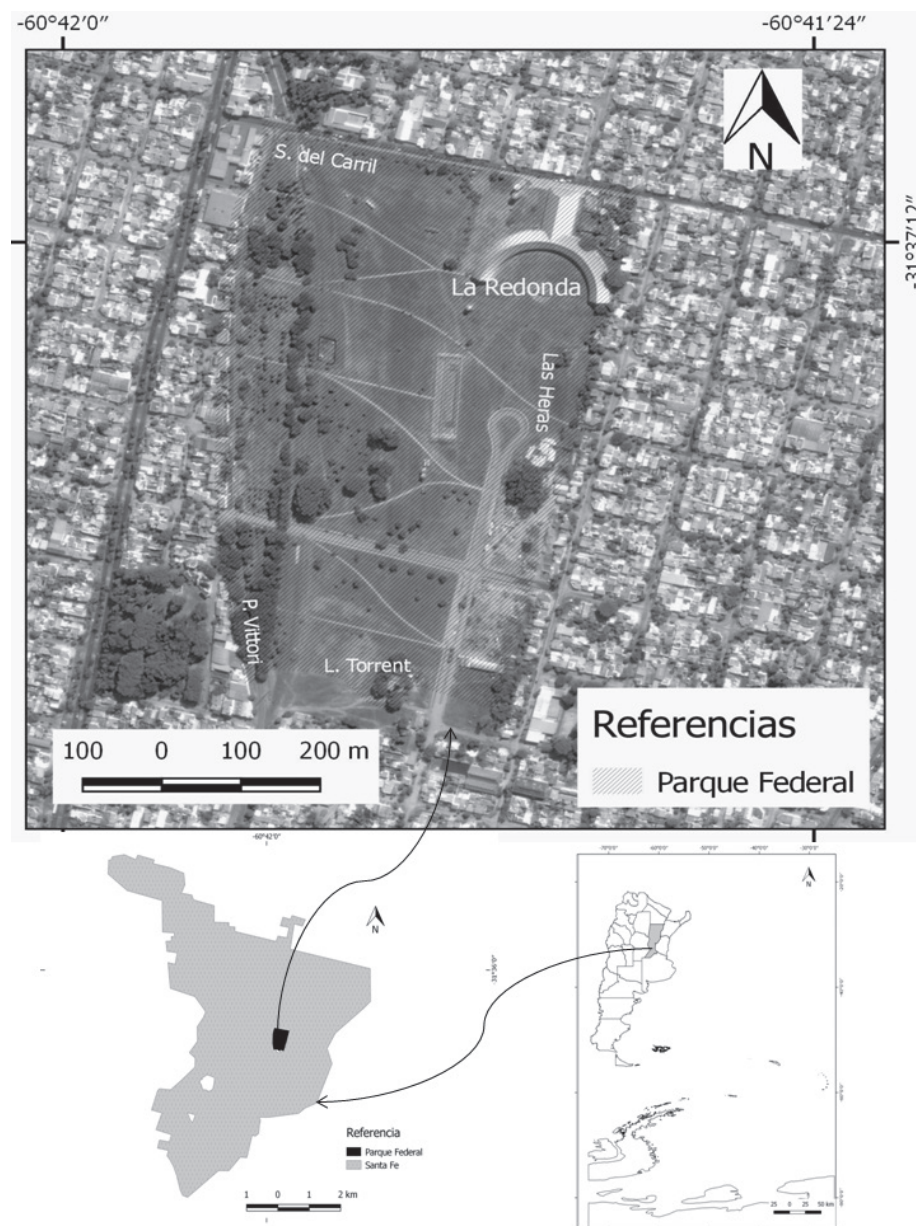
En 2010, la Provincia y la Municipalidad de Santa Fe firman un acuerdo para la construcción y administración del Parque Federal del Bicentenario – La Redonda. La tarea realizada significó la rehabilitación funcional del edificio de la vieja Estación Santa Fe Cambio y sus espacios abiertos circundantes, ubicados sobre calle Salvador del Carril; comprendió la limpieza del espacio verde, apertura de pasos peatonales y vehiculares, iluminación integral del predio. El antiguo taller de locomotoras, un edificio de alto valor patrimonial, se rehabilitó para la realización de exposiciones artísticas; incluye un hall de esculturas, una amplia superficie de la galería destinada a la exposición de pinturas y un salón de usos múltiples.

¹ La ley nacional 24.146 de 1992 habilita la cesión de terrenos y otros bienes que formaban parte del ferrocarril, a los municipios y comunas de todo el país (Boletín Oficial N° 27.497, p. 1 del 21/10/1992. Ley N° 24.146/1992 Congreso de la Nación Argentina).

2 Municipalidad de Santa Fe.
Concejo Municipal de Santa Fe.
Ordenanzas N° 11.668/
2010; N° 10.290/1998.

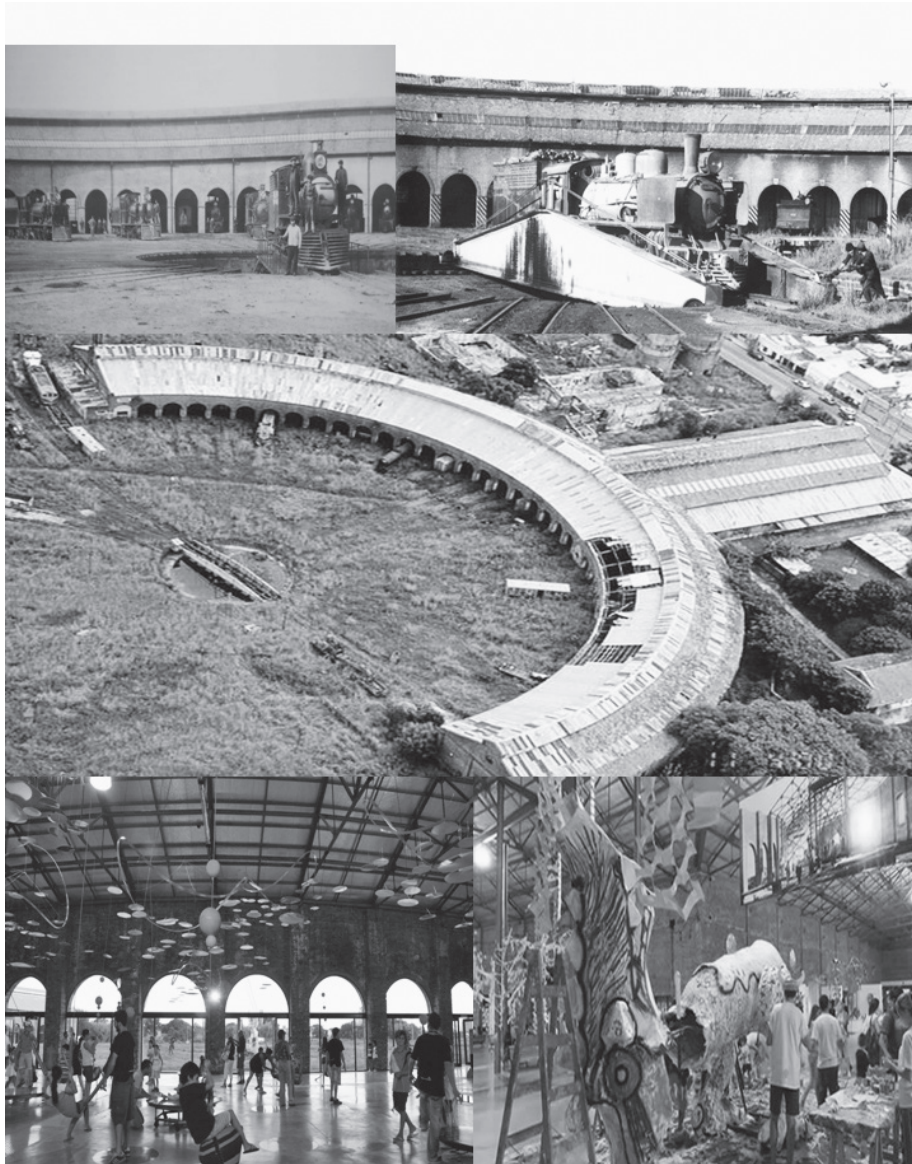
A través de la Ordenanza N° 11.668², sancionada por el Concejo en abril de 2010, se declara al Parque Federal como una Unidad Ambiental y de Gestión, que es administrada y monitoreada por la MCG, un ámbito participativo, innovador, abierto y horizontal donde las decisiones del gobierno sobre el espacio público se toman en Plenario, a partir de los consensos, mediante una forma de trabajo organizada.

Figura 1: Localización del predio Parque Federal y edificio La Redonda en la ciudad de Santa Fe, provincia de Santa Fe, Argentina



Fuente: Google Earth, Instituto Geográfico Nacional, Argentina (2016).

Figura 2: Las fotografías superiores son de principios del siglo XX cuando la Redonda funcionaba como taller de máquinas ferroviarias. La foto del centro pertenece al año 2000, período de deterioro edilicio. Las inferiores muestran funciones actuales luego de la rehabilitación



Fuente: Portal del Gobierno de la Provincia de Santa Fe (Disponible en: <www.santafe.gov.ar>. Acceso en: 15 jul. 2016); *Diario El Litoral*, 5 mayo 2010 (Disponible en: <<http://www.ellitoral.com>>. Acceso en: 15 jul. 2016).

LOS ACTORES SOCIALES: REPRESENTACIONES, USOS Y PRÁCTICAS

En lo que atañe a la producción del espacio, habitualmente la gestión urbana prioriza la intervención casi excluyente de ciertos agentes políticos y económicos (estado, capital privado, promotores inmobiliarios). Para el caso de estudio, se identifican relaciones jerárquicas con repercusiones diferenciales en el proceso de producción del espacio. A continuación, se identifican los principales actores involucrados, sus fines explícitos

y las acciones que han realizado como reflejo de sus representaciones, transformando el territorio. De este modo es posible hacer una aproximación a la comprensión del **espacio concebido**, es decir, a esas representaciones diferenciales que se construyen y cómo éstas confluyen y se plasman en el territorio, luego de atravesar una dinámica de tensión y conflicto. Las representaciones con mayor poder primarán en ese impacto y otras quedarán relegadas, según el peso de los actores que las ejerzan.

El estado, la APF y la MCG son los tres actores principales cuyos intereses, acciones y tensiones se van configurando en el espacio a través de las representaciones. También se identificaron otros dos, aunque con injerencia leve. La Fundación Centro, creada en 1999 (cuyos objetivos institucionales son la promoción del desarrollo regional, la defensa de los derechos humanos, el apoyo a la formación de nuevas clases dirigentes y la protección del medio ambiente), presenta un proyecto para refuncionalizar el Parque Federal. Se rige por la idea de una Santa Fe turística, comercial y ambientalmente sana, lo que constituye uno de los ejes estratégicos para la recuperación del protagonismo de la ciudad en el contexto regional. La Universidad Nacional del Litoral (UNL) constituye otro actor que, a través del Proyecto de Extensión: “Fortalecimiento Institucional de la Mesa de Consenso y Gestión del Parque Federal, mediante la constitución de un escenario PPGA”, brinda herramientas teóricas y metodológicas a la APF.

EL ESTADO (PROVINCIAL Y MUNICIPAL)

El estado municipal, como puntualizamos anteriormente, tiene injerencia en este espacio a partir la cesión de tierras hechas en 1997 por el ENABIEF y el provincial, desde 2010 cuando firman convenio con el estado local.

El marco legal del sistema de participación introducido por el estado para el proyecto del Parque Federal y la Redonda tiene su base en la Ordenanza 11.668 de 2010. Ésta considera al Parque Federal como una unidad ambiental y de gestión integrada por el espacio verde, el edificio conocido como “La Redonda”, los galpones centrales, la herrería, la caballeriza y demás dependencias del ex complejo ferroviario “Santa Fe Cambio”; reconoce la organización social e institucional previa consistente en prácticas consolidadas de gestión asociada que promueven la participación ciudadana corresponsable en la planificación y el manejo de dicho Espacio Verde Público. Prescribe a la MCG como la instancia de participación abierta y pública *Ad honorem* para la planificación – gestión, monitoreo y orientación del Plan de Manejo del Parque. Dicho ente a cargo está integrado por el administrador en representación de la Municipalidad de la Ciudad de Santa Fe, los representantes del Gobierno Provincial, las personas, grupos y organizaciones que expresen un interés público no lucrativo en la gestión del parque y las instituciones técnicas y científicas con capacidad y disposición de colaborar; de este modo se garantiza la pluralidad de actores y siendo la base de esta metodología de Planificación Participativa y Gestión Asociada de los Espacios Públicos.

El programa cultural dependiente del Ministerio de Innovación y Cultura de la Provincia de Santa Fe tiene por nombre “Tríptico de la Imaginación”; su objetivo principal es generar un espacio donde sea factible “honrar, facilitar, apoyar, lo que es propio de la niñez: el juego, la imaginación, la apropiación por las nuevas generaciones de lo mejor que ofrece el acervo cultural legado por las generaciones anteriores”

(González en entrevista con *Diario Uno* (LA ASOCIACIÓN, 2015)). En un espacio destinado a la niñez, no se trata de imponer los valores a internalizar para crear una mejor sociedad en el futuro, sino de respetar los procesos mediante los cuales construimos cultura entre todos, especialmente aquellos de renovación de la cultura propios de la infancia. Según la ministra de Innovación y Cultura, diseñar proyectos culturales innovadores para la infancia implica incluir los modos de ser y de estar en el mundo: el juego, la imaginación, las preguntas, la investigación y exploración de lo real. Pero demanda, también, cuestionarse sobre el aporte, ¿para qué se hace, cómo se enriquecen los repertorios culturales de los niños, son creadores de afecto, despliegan la libertad e invitan a jugar? La cultura necesita de la proximidad de lo cotidiano, del vínculo que da lugar al afecto, pero también requiere de la distancia de la imaginación poética, porque sin ella no hay cambio, ni transformación.

En la ciudad de Santa Fe el **tríptico de la imaginación** está representado por El Molino, La Redonda y La Esquina Encendida y en Rosario, el **tríptico de la infancia** por La Isla, El Jardín y La Granja, lugares con una poética particular, donde los paseos, los juegos, la disposición de los elementos, resignifican a la persona, remiten a estadios de felicidad, de placer, de juego, de libertad, de imaginación y de creación con otros. En Santa Fe, los ejes y actividades propuestos se relacionan estrechamente con el pasado de ese sitio y con el trabajo. Por ejemplo, en la Redonda se desarrollan labores propias de un periódico de nombre *Redonda-Mente-Hablando*, con el que se propone a los visitantes, chicos y grandes, convertirse en periodistas por un día para producir la edición que saldrá al final de cada jornada. El Molino, propone la Fábrica de Papel, donde participan del reciclado, familiarizándose con los diferentes materiales y texturas, aprendiendo la labor.

Según lo expresado en la página del Ministerio de Innovación y Cultura el ámbito de La Redonda:

[...] busca provocar una participación intensa de todos sus visitantes a través de eventos de formación, talleres, espacios de encuentro, dispositivos lúdicos para seleccionar y combinar, realizar técnicas en común, jugar y disfrutar, descansar, leer, escribir, soñar, acercarse a los otros, disfrutar de la mirada al parque, apropiarse con sensibilidad de obras y procesos artísticos, introducirse en el mundo poético, ser parte del mundo audiovisual que conmueve, denuncia, hace reflexionar, nos identifica con ficciones y documentales por los cuales conocemos, nos narramos, nos sentimos parte de muchas historias y de nuestra historia.

La Redonda se define en **arte y vida cotidiana**; el arte vivido en una exposición o una función de teatro, la lectura, el ejercicio, el descanso en la playa o en la plaza ahí simulados. Allí se puede escuchar música y cuentos santafesinos, bailar tango y merengue. Este proyecto explicita la intención de generar nuevos espacios de cultura participativa, dedicados a la infancia, pero compartida con toda la familia; al ser público y abierto posibilita la participación de distintos estratos sociales. La propuesta revaloriza el barrio, el ámbito cotidiano de las personas, el entorno de la identidad primaria; también realza lo que históricamente fue ese lugar, el sentido que tenía en los tiempos en los que funcionaba el ferrocarril y la importancia que revestía para el barrio y la ciudad. Destaca la necesidad prioritaria de la apropiación para la construcción de un espacio diferencial.

ASOCIACIÓN PARQUE FEDERAL (APF)

Surge en noviembre de 2002 en el marco de una asamblea de vecinos, como una organización civil orientada a trabajar desde el voluntariado en las distintas problemáticas generadas por el abandono y deterioro del Parque Federal. La participación, (contemplada en la ordenanza 11.668/2010, art. 3), toma el modelo del sistema de Planificación Participativa y Gestión Asociada (PPGA) desarrollada por la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), empleada en Parque Avellaneda (Ciudad de Buenos Aires). En 2008 se desarrolla el panel “El Espacio Público es asunto de Todos - Hacia una Gestión Asociada en el Parque Federal” y el taller de Planificación Participativa en la Parroquia Santa Teresita, coordinado por referentes del Parque Avellaneda y del Parque Punta Yeguas (Montevideo, ROU)³. Allí se sientan las bases de la visión común que se tiene del Parque y de los valores fundamentales que sustentan su gestión. En 2010 se concreta un convenio con la Universidad Nacional del Litoral, de colaboración y apoyo metodológico (Proyecto de Extensión: “Fortalecimiento Institucional de la Mesa de Consenso y Gestión del Parque Federal, mediante la constitución de un escenario PPGA”).

En la carta abierta a los vecinos, la asociación expresa su ideario:

Somos vecinos voluntarios e independientes; nuestra lucha nació a partir de una Asamblea barrial autoconvocada para sumarse a la iniciativa de trabajar solidariamente por el mejoramiento de nuestra ciudad, desde el lugar que habitamos. Decidimos dejar de ser sólo vecinos-clientes para convertirnos en vecinos-ciudadanos, con un compromiso que implica el desafío de informarse, planificar y gestionar en el espacio público, junto al Estado (ASOCIACIÓN PARQUE FEDERAL, 2010).

Destaca el objetivo de transformar ese espacio deteriorado en un gran espacio verde en pleno corazón de la ciudad para disfrute de todos, y especialmente de los que no tienen la posibilidad de irse de vacaciones, de una casaquinta, de un club o tal vez ni siquiera de un patio para ese recreo que, a veces permite la vida urbana. En este punto se pone de manifiesto la prioridad puesta en brindar posibilidades a los ciudadanos más desfavorecidos.

Las actividades llevadas a cabo son variadas, entre las que destacan: plantación de árboles autóctonos, de frutales (en el marco del Proyecto Alimentación Saludable de la Secretaría de Salud del municipio, con participación de escuelas y Centro de Salud), campañas “Reciclemos el parque”, instauración del Sistema de Alarma Comunitaria, fundación de la Red por los Espacios Verdes Urbanos de la Ciudad, talleres, instalación de áreas de juego infantiles, jornadas abiertas y públicas para la Formulación del 1º Plan de Manejo para Parque Federal (Mesa-Panel “Compartiendo Experiencias. La gestión asociada de los Espacios Públicos como ampliación de la democracia y efectivización de las políticas públicas”; Taller “Haciendo juntos el Plan de Manejo”), festivales de Barriletes todos los años, gestión de canal-reservorio paralelo a calle Salvador del Carril para retrasar el escurrimiento natural del agua de lluvia hacia los sectores más bajos del barrio y de obras de desagües.

³ Participaron: APF, Asoc. Comerciantes, Ind. y Prof. de F. Zuviría, Vecinal “Gral. Alvear”, Ministerio de I. y Cultura (Prov), Jardín Nº 2 “Rosario Vera Peñaloza”, Grupo Paseo de la Reconquista, Centro de Estud. Esc. “Ate. Brown”, Asamblea por el Dcho al Agua, Concejo Del. Ciudad de Santa Fe, Red FLACSO/PPGA, y vecinos.

MESA DE CONSENSO Y GESTIÓN DEL PARQUE FEDERAL (MCG)

La MCG es un ámbito participativo innovador, abierto y horizontal, formalizado por Ordenanza N° 11668/2010, donde las decisiones sobre el Espacio Público (como “nuestro de todos”) se toman a partir de los consensos elaborados mediante una forma de trabajo organizada. Según el artículo 6 de la norma que la prescribe:

[...] la MCG tiene a su cargo la elaboración participativa del plan de manejo y toma todas las decisiones relativas a la gestión integral del Parque, tanto en materia de obras como de eventos [...] El Administrador elevará el Plan de Manejo al Gobierno Provincial y al Departamento Ejecutivo Municipal para su aprobación, quien en lo que resulte pertinente dará intervención al Concejo Municipal.

De esta manera se garantiza el nexo entre el ciudadano y el ejecutivo. En cuanto al modo de trabajo de la MCG, su operatividad está contemplada en los art 7 a 11 de la ordenanza antes citada: los vecinos, instituciones y representantes de cada repartición municipal y provincial interesadas en alguna cuestión se reúnen en grupos de trabajos (GT), coordinados. Los resultados y propuestas serán temas de la agenda de la MCG en la siguiente plenaria. Sobre esos tópicos las decisiones son tomadas por consenso de asistentes (no por votaciones); el producto es escrito y firmado en actas que están a disposición de todos. La MCG sesiona una vez por mes y la convocatoria es abierta y pública.

Anualmente, la MCG elabora un Plan Operativo de las obras y actividades previstas, los recursos necesarios, para su inclusión en el presupuesto anual de gastos. En el acuerdo nro. 1 de la MCG de 2010 se hacen explícitas las representaciones que este organismo tiene del espacio denominado Parque Federal: es un *espacio verde* (se debe proteger su unidad, su calidad ambiental); es un **espacio público**, libre y abierto (de gestión compartida estado-ciudadanía) para propiciar el encuentro, la inclusión y el disfrute individual y colectivo, de personas de todas las edades, condiciones y capacidades, sin discriminación alguna, mediante actividades adecuadas a la naturaleza del lugar, se prevé la diversidad y simultaneidad de usos, es un “aula a cielo abierto”, un espacio de construcción de ciudadanía y de conocimiento a partir del encuentro de saberes; es un *espacio solidario* con su contexto urbano y social, comprometido con el desarrollo integral de los barrios aledaños, integrado a otros espacios públicos, priorizando emprendimientos de economía social que promuevan el consumo responsable y el comercio justo; es un *espacio con identidad*, que reconoce la historia ferroviaria y resignifica la construcción colectiva del sentido de pertenencia.

La MCG representa el nexo entre vecinos y el aparato burocrático-estatal que puede llegar a convertirse en un elemento clave para la construcción de un espacio diferencial en La Redonda y el Parque Federal.

LAS CONTRADICCIONES Y LA APROPIACIÓN: LA UTOPIA DEL ESPACIO DIFERENCIAL

Las contradicciones son ejercicios que ponen de manifiesto las diferencias de poder entre actores, dinámica saludable en la construcción de espacios diferenciales ya que regulan las relaciones entre ellos, garantizando la representación de todos los intereses, especialmente de los más débiles.

Las contradicciones identificadas a partir de lo explicitado por los actores y de las acciones llevadas a cabo fomentan el desarrollo de las diferencias en el espacio; éstas tienen que ver principalmente con los usos (tanto materiales como simbólicos) del espacio y con la participación y gestión. Se tiene registro de conflictos de usos en el Parque Federal (en 2006 Acción Popular inició una demanda judicial contra la Municipalidad de Santa Fe para impugnar los permisos que esta hubiera concedido para la realización de mega eventos comerciales).

Otra contradicción surge respecto al carácter de la participación: la APF convoca a reuniones de vecinos y elabora petitorios; en 2015 los temas pendientes de resolución eran más que aquellos que el representante del municipio estableciera para el encuentro en la MCG. El reclamo de la asociación es la no inclusión de ciertos temas y el “ánimo” de los funcionarios municipales para considerarlos. Al respecto, en una de las páginas de la entidad se destaca la importancia de que la mesa sea redonda: “Otra mirada que explica por qué hicimos que la mesa (material) donde se reúnen quienes participan en la Mesa (simbólica) de Consenso y Gestión del Parque Federal sea REDONDA [...]” 2/12/2015. El epígrafe que se lee dice: “En el círculo, todos somos iguales, no hay nadie delante de ti y no hay nadie detrás de ti. Nadie está por encima de ti. Nadie está por debajo de ti. El círculo es Sagrado porque está diseñado para crear Unidad”.

Si bien el cargo de Administrador Municipal del Parque debe estar cubierto por un funcionario con conocimientos de la metodología de participación y gestión, los integrantes de la Asociación reclaman dificultades, denunciando arbitrariedades y acciones contrarias al espíritu de la MCG. La figura del administrador es clave, ya que es él quien eleva las propuestas al concejo municipal para la sanción de las normas.

Los conflictos están contemplados en toda apropiación. El concepto de apropiación puede tener diversas acepciones:

[...] ha de ser entendido como impronta, como cognición, como contacto sensoriomotriz, o como identificación, como proyección de uno mismo sobre el espacio, como consumo de significados, como personalización resultante de la conducta territorial delimitando un espacio personal, como fenómeno vinculado a la privacidad, al sentido de pertenencia o a la territorialidad (MORENO; POL, 1999, p. 32).

A través de la apropiación, a nivel individual y colectivo, el espacio se convierte en lugar – topogénesis (MUNTAÑOLA, 1979) – y en un referente de significado, actuando como un elemento aglutinante de la colectividad y como símbolo de su permanencia en el tiempo.

La apropiación de los actores sociales que tienen injerencia en la Redonda y el Parque Federal y de los usuarios genera la **identidad del lugar**; ésta se define

como “un conjunto de cogniciones referentes a lugares o espacios donde la persona desarrolla su vida cotidiana y en función de los cuales el individuo puede establecer vínculos emocionales y de pertenencia a determinados entornos” (VALERA; POL, 1994). Quedan implicados valores, actitudes y normas sociales del individuo relacionados con el lugar, así como las conceptualizaciones, usos y creencias que otros individuos tengan del lugar, es decir, definiciones sociales de estos espacios. La identidad del **lugar**, representa un depósito cognitivo – del cual el individuo no es consciente excepto cuando siente su identidad amenazada –, que le permite a la persona reconocer propiedades de los entornos nuevos relacionados con su pasado ambiental, favorecer un sentido de familiaridad y la percepción de estabilidad en el ambiente, dar pautas de cómo actuar, determinar el grado de apropiación o capacidad para modificar el entorno y favorecer una sensación de control y seguridad ambiental. El concepto de **identidad social urbana** (VALERA, 1993; VALERA; POL, 1994) surge con la intención de integrar el de “identidad del lugar” (vínculo de la persona con su entorno), el de “identidad urbana” (vínculo de la persona con la ciudad – barrio – pueblo como categoría o grupo social de referencia) y el de “comunidad simbólica” (interacción entre comunidades como forma de construcción del universo simbólico). La identidad social urbana combina las características físicas del espacio con el simbolismo socialmente construido, que actúa como categoría social de identificación; se logra a través de los mecanismos de apropiación, de acción e identificación.

El espacio urbano es multidimensional. El examen de la apropiación del espacio responde al esfuerzo teórico de comprender las relaciones complejas que tienen cabida en el espacio, las tensiones y las transformaciones ocurridas. Según la teoría marxista, la apropiación se opone a la propiedad y es definida como la transformación del ser natural en el proceso de creación y dominio de la naturaleza y de la propia vida social (MARTÍNEZ, 2014). Lefebvre concibe a la apropiación del espacio como un momento (virtual) en el tránsito hacia la superación de la dominación y alienación del hombre en las sociedades modernas.

No existe apropiación sin la categoría teórica de habitar: habitar, para el individuo o para el grupo, es apropiarse de algo. Apropiarse no es tener en propiedad, sino hacer su obra, modelarla, formarla, poner el sello propio. Habitar es apropiarse de un espacio; es también hacer frente a los constreñimientos, es decir, es el lugar del conflicto, entre los constreñimientos y las fuerzas de apropiación (LEFEBVRE, 1975). El habitar acredita a la vez actos múltiples y yuxtapuestos: vivir, inventar, imaginar, madurar, crear el espacio cotidiano, codificarlo y descodificarlo, siguiendo pautas culturales diversas, en un ir y venir a la vez práctico, lúdico y simbólico.

CONCLUSIONES

Las prácticas urbanísticas asociadas a la rehabilitación de edificios y sectores en decadencia priorizan la generación de nuevos espacios culturales. Una de las preguntas centrales desde la que se planteó este trabajo era si el Proyecto de transformación de la Redonda y Parque Federal constituía una propuesta original u otra opción de consumo cultural más, como estrategia de venta de la ciudad. Uno de los principales hallazgos fue constatar que cuando la rehabilitación contempla el involucramiento,

participación y gestión del ciudadano, de instituciones (escuelas, asociaciones, organizaciones), poderes públicos y agentes privados, es factible que se produzcan apropiaciones, con carga afectiva y simbólica, que devengan en espacios diferenciales. Estos espacios inclusivos, heterogéneos, engendrados a partir de las contradicciones (de usos y de representaciones), que dan lugar y fomentan las diferencias son los que permiten imaginar y construir la ciudad ideal o deseada.

A través de la acción orientada a la transformación y la identidad simbólica una sociedad se apropia del espacio. Es posible comprender la apropiación del espacio en base a los niveles de involucramiento de los vecinos en los grupos de trabajo de la MCG, en las campañas organizadas (de limpieza del parque, junta de firmas para presentar nuevas propuestas de temas para la agenda); los ciudadanos construyen y usan ese espacio de participación, y esa es una apropiación que se manifiesta preferentemente cuando se ve amenazada o relegada. A su vez, los niños del barrio, de otros sectores de la ciudad y de la región, ya sea a través de las escuelas que visitan La Redonda, como quienes acuden con sus padres, abuelos o amigos se apropian de ese espacio a partir del juego, las actividades que recurren a la imaginación, el deporte, el arte en sus múltiples expresiones. Los espacios de la infancia devienen con una fuerte carga simbólica porque involucran los afectos; el niño es libre y feliz, se identifica con él y lo apropia. La idea de imaginarios urbanos permite un acercamiento y comprensión de lo simbólico, a lo socialmente compartido desde la cotidianidad de quien vive un espacio.

El simbolismo del espacio debe ser puesto en el eje central de todo proyecto de gestión de un sector urbano, como fundamento de base, del que parte toda acción del aparato burocrático estatal, a la escala que sea. Para ello, se requiere del trabajo con la comunidad local involucrada. La apropiación del espacio estudiado tiene una particularidad que lo distingue de otros que aparentemente se presentan semejantes: el simbolismo creado hunde sus raíces en lo que históricamente fue y significó “Santa Fe Cambios”, y hoy rescata el valor del barrio, como ámbito de la cotidianidad, y del trabajo que dignifica, como el ferroviario. La propuesta cultural orientada a la infancia resulta significativa, pues es la etapa de la vida en la que se desarrolla la imaginación, el juego, los afectos, y donde la identidad construida genera fuertes lazos con el espacio.

La gestión asociada (ciudadano – público – privado), en el caso de estudio, surge de los vecinos; su metodología está continuamente perfeccionándose; tiende al fortalecimiento del más débil, prestando especial atención a las personas de menores recursos. La Mesa de Consenso y Gestión y la figura del administrador representan un nexo entre el ciudadano (con sus intereses y necesidades) y el municipio (estado local), que, no exento de conflictos, garantiza el carácter democrático de las acciones proyectadas en ese ámbito. Los espacios de participación y de uso generados en el proyecto La Redonda y Parque Federal fomentan el encuentro con el otro, garantizando el respeto de las diferencias y trabajando los conflictos como oportunidades; de este modo es posible ejercer el tan deseado derecho a la ciudad.

De cara a la gestión, para desarticular los códigos impuestos por el espacio abstracto, es preciso partir de una profunda crítica y revisión al urbanismo, a toda intervención hecha o por hacer en la ciudad, poniendo la lupa en el significado del espacio social, en sus contradicciones y diferencias, en las prácticas espaciales, en el simbolismo y las apropiaciones derivadas del espacio vivido.

El análisis del espacio que propone la teoría de Lefebvre aporta categorías

conceptuales que distan de aquellas que parecen ser dominantes, pero no únicas, ni exclusivas. Estas nuevas categorías son: el espacio diferencial, el espacio socialmente producido, el espacio percibido, el espacio vivido, de la vida cotidiana.

Hoy en día, el espacio diferencial constituye, por un lado, un invaluable proyecto utópico, tan necesario en el campo científico dedicado a la cuestión urbana; por el otro, una categoría teórica creada estratégicamente para dar cabida a la transformación de la sociedad, al tan anhelado cambio en la vida de las personas.

BIBLIOGRAFÍA

- ASOCIACIÓN PARQUE FEDERAL – APF. *Carta Abierta a nuestros Vecinos y Vecinas*. Santa Fe: APF, 20 dez. 2010. Disponible en <http://parquefederal.blogspot.com.ar/2011_04_01_archive.html>. Acceso en: 10 sep. 2016.
- _____. *Facebook*. Disponible en: <<https://es-es.facebook.com/events/451377261691989/>>. Acceso en: 10 sep. 2016.
- CASTELLS, M. *Imperialismo y urbanización en América Latina*, Barcelona: Gustavo Gili. 1973.
- _____. *La era de la información*. Economía, Sociedad y Cultura. La Sociedad Red. Madrid: Alianza. 1999.
- CUSTODIA en el Parque Federal. *El Litoral*, Santa Fe, 22 jul. 2011. Disponible en: <http://www.ellitoral.com/index.php/id_um/65871-custodia-en-el-parque-federal>. Acceso en: 10 sep. 2016.
- ESTÉBANEZ, J. Los espacios urbanos. In: PUYOL, R.; ESTÉBANEZ, J.; MÉNDEZ, R. *Geografía Humana*. Madrid: Cátedra, 1992. p. 472- 487.
- GARCÍA CANCLINI, N. *Imaginarios urbanos*. Buenos Aires: EUDEBA, 1997.
- GIORIA, B. Refuncionalización de terrenos del puerto y ferrocarril en la ciudad de Santa Fe, Argentina. *Revista bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, v. VIII, n. 448, mayo 2003. Disponible en: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-448.htm>>. Acceso en: 10 sep. 2016.
- GÓMEZ, M. V. Regeneración urbana. In: GONZÁLEZ ORDOVAS, M. *El malestar urbano en la gran ciudad*. Madrid: Talasa, 1998. p. 47-59.
- HARVEY, D. *Espacios de esperanza*. Madrid: Akal. 2000.
- _____. El derecho a la ciudad, *New Left Review*, n. 53, p. 23-39, nov./dic. 2008. Disponible en: <<http://newleftreview.es/53>>. Acceso en: 10 sep. 2016.
- _____. *Ciudades rebeldes*. Del derecho a la ciudad a la revolución urbana. Madrid: Akal, 2013.
- HIERNAUX, D. Henri Lefebvre: del espacio absoluto al espacio diferencial. *Veredas*, n. 8, p. 11-25, 2004. Disponible en: <http://148.206.107.15/biblioteca_digital/articulos/12-264-4132wvf.pdf>. Acceso en: 10 sep. 2016.
- _____. Los imaginarios urbanos: de la teoría y los aterrizajes en los estudios urbanos. *EURE*, v. 33, n. 99, p. 17-30, ago. 2007. <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612007000200003>
- LA ASOCIACIÓN Parque Federal y su compromiso con el ambiente. *Diario Uno*, Santa Fe, 27 dic. 2015. Disponible en: <<http://www.unosantafe.com.ar/la-asociacion-parque-federal-y-su-compromiso-el-ambiente-n872931.html>>. Acceso en: 10 sep. 2016.
- LA REDONDA recupera esplendor para acercar cultura a los vecinos. *El Litoral*, Santa Fe, 5 mayo 2010. Disponible en: <http://www.ellitoral.com/index.php/id_um/51683-la-redonda-recupera-esplendor-para-acercar-cultura-a-los-vecinos>. Acceso en: 10 sep. 2016.
- LEDROUT, R. *Sociología urbana*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1987.

María Mercedes Cardoso es doctora en Geografía por la Universidad de Salamanca, España; docente e Investigadora del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) de la República Argentina – Universidad Nacional del Litoral (UNL). Programa “El medio ambiente natural y humano en las Ciencias Sociales”, 2008.
E-mail: mercecardoso@hotmail.com

Artículo recibido el 30 de marzo de 2016 y aprobado para publicación el 21 de septiembre de 2016.

- LEFEBVRE, H. *La Revolución Urbana*. Madrid: Alianza Editorial. 1972.
- _____. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos. 1974.
- _____. *El derecho a la ciudad*. Barcelona: Península. 1975.
- LONDON, A. Los imaginarios urbanos y el constructivismo geográfico: los hologramas espaciales. *EURE*, v. XXXIII, n. 99, p. 31-49, ago. 2007. <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612007000200004>
- _____.; HIERNAUX, D. *Imaginarios urbanos en América Latina*: urbanismo ciudadano. Barcelona: Fundació Antoni Tapies, 2007.
- MARTÍNEZ, E. Configuración urbana, habitar y apropiación del espacio. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 13., 2014, BARCELONA. *Anales...* Barcelona: Universidad de Barcelona. 2014. Disponible en: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Emilio%20Martinez.pdf>>. Acceso en: 10 sep. 2016.
- MONNET, J. Espacio público y lugares comunes en la ciudad de México y Los Ángeles: del modelo de sociedad nacional a las escenas metropolitanas. *Perfiles Latinoamericanos*, n. 19, dic. 2002. Disponible en: <<http://www.redalyc.org/pdf/115/11501907.pdf>>. Acceso en: 10 sep. 2016.
- MORENO, E.; POL, E. *Nociones psicosociales para la intervención y la gestión ambiental*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1999. (Monografie Socio/ambientals, 14).
- MUNICIPALIDAD DE SANTA FE. Secretaría de planeamiento urbano. Dirección de urbanismo. *Reglamento de Zonificación*. Santa Fe: Municipalidad de Santa Fe, 2009.
- _____. *Acuerdo N° 1 de la Mesa de Consenso y Gestion del Parque Federal*. Términos de Referencia del Plan de Manejo. Santa Fe: Municipalidad de Santa Fe, 2011. Disponible en: <<http://santafeciudad.gov.ar/media/files/Terminosdereferencia.pdf>>. Acceso en: 10 sep. 2016.
- _____. *Parque Federal. Sitio de la Municipalidad de Santa Fe*, Santa Fe, 20[?]. Disponible en: <http://www.santafeciudad.gov.ar/ciudad/sistema_parques/parque_federal.html>. Acceso en: 10 sep. 2016.
- MUNTAÑOLA, J. *Topogénesis. Ensayo sobre la significación de la arquitectura*, Barcelona: Oikos-tau, 1979.
- NÚÑEZ, A. Apropiación y división social del espacio. *Scripta Nova*, v. VI, n. 116, jun. 2002. Disponible en: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-116.htm>>. Acceso en: 10 sep. 2016.
- PÁRAMO, P.; BURBANO, A. M. Los usos y la apropiación del espacio público para el fortalecimiento de la democracia. *Revista de Arquitectura*, v. 16, p. 6-15, ene./dic. 2014. <http://dx.doi.org/10.14718/revarq.2014.16.2>
- PARQUE Federal: piden que se disponga una guardia de vigilancia fija. *Diario Uno*, Santa Fe, 28 sep. 2015. Disponible en: <<http://www.unosantafe.com.ar/parque-federal-piden-que-se-disponga-una-guardia-vigilancia-fija-n856815.html>>. Acceso en: 10 sep. 2016.
- POGGIESE, H. *Movimientos sociales, formulación de políticas y redes mixtas socio-gubernamentales*: para un nuevo 'saber-hacer' en la gestión de la ciudad. Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- _____. *Escenarios del presente y del futuro en la gestión democrática de las ciudades*: metodologías y modelos decisionales alternativos. Buenos Aires: CLACSO, 2009.
- PRECEDO LEDO, A. *Ciudad y desarrollo urbano*. Madrid: Síntesis, 1996.
- PROVINCIA DE SANTA FE. La Redonda, Arte y Vida Cotidiana. *Sitio de la Provincia de Santa Fe*, Santa Fe, 20[?]. Disponible en: <<http://www.santafe.gov.ar/index.php/web/content/view/full/113884/%28subtema%29/93703>>. Acceso en: 10 sep. 2016.
- RODRIGUES SOARES, P. R. La construcción social de la forma urbana: la ciudad de Pelotas (Brasil) en la transición de los siglos XIX y XX. *Scripta Nova*, v. X, n. 218 (40), ago. 2006. Disponible en: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-40.htm>>. Acceso en: 10 sep. 2016.

- _____. Del presupuesto participativo a los megaproyectos: la producción del espacio urbano en Porto Alegre en el siglo XXI. *Scripta Nova*, v. XIV, n. 331 (28), ago. 2010. Disponible en: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-28.htm>>. Acceso en: 10 sep. 2016.
- SILVA, A. *Los imaginarios urbanos*. 5. ed. Bogotá: Arango editores, 2006.
- TOURAINÉ, A. *Crítica de la modernidad*. Ciudad de México: Fondo de Cultura económica, 1994.
- VALERA, S. *El simbolisme de la ciutat. Funcions de l'espai simbòlic urbà*. Tesis doctoral. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1993.
- _____.; POL, E. El concepto de la identidad social urbana: una aproximación entre la Psicología Social y la Psicología Ambiental. *Anuario de Psicología*, n. 62, p. 5-24, 1994. Disponible en: <<http://www.raco.cat/index.php/anuariopsicologia/article/viewFile/61126/88865>>. Acceso en: 10 sep. 2016.
- VECINOS del Parque Federal juntan firmas por más obras. *Diario Uno*, Santa Fe, 3 abr. 2015. Disponible en: <<http://www.unosantafe.com.ar/vecinos-del-parque-federal-juntan-firmas-mas-obras-n877204.html>>. Acceso en: 10 sep. 2016.
- VIDAL MORANTA, T.; POL URRÚTIA, E. La apropiación del espacio: una propuesta teórica para comprender la vinculación entre las personas y los lugares. *Anuario de Psicología*, v. 36, n. 3, p. 281-297, 2005. Disponible en: <<http://www.raco.cat/index.php/AnuarioPsicologia/article/viewFile/61819/81003%26a>>. Acceso en: 10 sep. 2016.
- ZÁRATE MARTÍN, A. Población urbana. In: _____. *El mosaico urbano*. Madrid: Editorial Cincel, 1992. p. 18-37.

DAS INSTALAÇÕES DE BALANÇOS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS:

O QUE ELAS PODEM REVELAR SOBRE A PRODUÇÃO
DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS?

ON THE SWING SET INSTALLATIONS IN PUBLIC SPACES:

WHAT CAN THEY TELL US ABOUT THE DEVELOPMENT OF CONTEMPORARY CITIES?

JANA MIRANDA MENDES LOPES

Université Paris-Est Créteil Val de Marne, Institut d'Urbanisme de Paris, Créteil, Île-de-France, França

R E S U M O : Este artigo se interroga sobre o número crescente de instalações de balanços em cidades ao redor do mundo a partir dos anos 2000, especialmente na Europa e na América. Esses balanços são instalações efêmeras, experimentais, que visam à apropriação de espaços públicos de forma lúdica e inovadora. Tais instalações são propostas por diferentes agentes, como artistas, arquitetos, *designers* e publicitários. Elas partem tanto de iniciativas espontâneas, individuais, como do Poder Público ou, ainda, de grandes empresas privadas. Desse modo, o dispositivo lúdico “balanço” sai dos parques infantis, sendo ressignificado, de maneira plural, por práticas de arte, *marketing* urbano ou por campanhas de comunicação. Ele se torna um elemento urbano apropriado para responder a certos valores, desejos e necessidades do mundo atual. Cada instalação apresenta diferentes formas de pensar e agir nos espaços públicos que fogem da lógica convencional de produção das cidades contemporâneas.

P A L A V R A S - C H A V E : instalações lúdicas; balanços; intervenção urbana; espaços públicos; cidades contemporâneas.

A B S T R A C T : *The present article raises questions on the growing number of swing installations in cities around the world, especially in Europe and the US, since 2000. These swings are ephemeral, experimental installations, which aim at appropriating public spaces in a playful, innovative manner. The installations are proposed by different stakeholders, such as artists, architects, designers and advertising agencies, and have arisen from spontaneous, individual initiatives, such as those of governments or large private enterprises. Thus, the ludic “swing” device leaves children’s playgrounds and is “resignified” pluralistically through practices such as art, urban marketing, or through publicity campaigns. It becomes an appropriate urban element in response to certain values, wishes and needs of our current world. Each installation presents different ways of thinking and acting in public spaces, shapes that go beyond the conventional logic of development in contemporary cities.*

K E Y W O R D S : *ludic installations; swings; urban intervention; public spaces; contemporary cities.*

INTRODUÇÃO

É possível notar na produção dos espaços públicos uma expressão das lógicas econômicas, sociais e políticas de uma época. No período da Revolução Industrial, as ruas foram alargadas, códigos e sinalizações foram criados, tudo isso para garantir a fluidez do “espaço de circulação” (CHOAY, 2011). Essa estruturação se intensificou com os modernistas, que propuseram a setorização da cidade em zonas definidas por usos específicos e restritivos, de forma a simplificar a realidade urbana. Depois desse período, as cidades começaram a se transformar em “espaço de conexão”, caracterizado por uma complexa multidimensionalidade e simultaneidade (CHOAY, 2011, p. 57). Novos usos e significados foram absorvidos, principalmente devido ao desenvolvimento da informática e da telecomunicação.

Em meio a essas cidades produtivistas, funcionais e complexas, percebeu-se a proliferação de diversas intervenções lúdicas nos espaços públicos. Desde um tobogã para acessar uma estação de trem em Utrecht a uma escada piano num metrô de Estocolmo, intervenções tentaram transformar cidades inóspitas, assépticas e homogêneas em espaços públicos mais conviviais, humanos, permeados de surpresas e interações imprevistas.

Os autores dessas intervenções lúdicas escolheram o “brincar” por seu potencial expressivo e sua capacidade de encantar as pessoas. Essa escolha contrasta-se com o que ocorre na maioria das cidades, onde a brincadeira se encontra distanciada da vida cotidiana e é, geralmente, praticada em um espaço próprio, definido para exercer essa função. No entanto, essas intervenções urbanas estavam empregando dispositivos lúdicos de forma descontextualizada do seu tempo, lugar e público habituais. As intervenções não foram instaladas em parques infantis ou áreas de jogo, mas sim no meio do percurso cotidiano, fora do tempo livre, de ócio e de lazer, e foram destinadas principalmente a adultos.

Essas intervenções foram interpretadas como um ativismo urbano que visava a estimular a apropriação dos espaços públicos e a convivência entre as pessoas. As pesquisas sobre intervenções lúdicas constataram um fato interessante: a repetição do uso do balanço como elemento desencadeador dessa nova relação a ser criada no espaço. A partir dos anos 2000, em várias cidades do mundo, principalmente na Europa e América, artistas, arquitetos e *designers* começaram a propor instalações de balanços com o objetivo de ocupar os espaços públicos de forma inovadora. A maioria dessas instalações é efêmera, de caráter experimental e artístico. No entanto, percebeu-se que, ao longo tempo, outros agentes também incorporaram essa ideia, como o Poder Público e grandes empresas privadas.

Essa constatação balizou esta pesquisa, que teve a intenção de determinar em que medida tais instalações podem revelar novas lógicas de produção das cidades contemporâneas. Dessa forma, as instalações de balanço foram utilizadas como um filtro, uma lente através da qual as cidades foram apreendidas.

Esta pesquisa partiu de uma análise documental sobre a temática do jogo e do lúdico, passando pelas definições e pelo histórico do balanço. Paralelamente a essa etapa, foi conduzida uma pesquisa na Internet para coletar dados empíricos. As palavras-chave “instalações lúdicas”, “instalações de balanços” e “balanços” foram consultadas em ferramentas de busca da Internet em português, francês, espanhol e inglês, com o objetivo de encontrar um maior número possível de referências.

Dando continuidade, direcionou-se a investigação aos *sites* oficiais dos criadores das instalações e a entrevistas que foram feitas com eles, a fim de conseguir informações mais completas. A partir da sistematização desses dados, foram identificadas as características comuns entre as instalações, as quais foram classificadas em três categorias: arte urbana (pontual ou *guerrilla*), *marketing* urbano e campanhas de comunicação. Em seguida, essas categorias também passaram a ser objetos de análise.

Com o objetivo de ter uma abordagem mais qualitativa e confrontar as informações obtidas na Internet, tentou-se entrar em contato, por *e-mail* e correio, com alguns autores das instalações. Foram enviadas mensagens para 15 pessoas, das quais oito responderam que poderiam ajudar na pesquisa. Depois desse primeiro contato, apenas uma pessoa pôs-se à disposição para responder a algumas questões. Desse modo, foi possível realizar uma entrevista presencial, semidiretiva, com o arquiteto Mathieu Lamour, um dos responsáveis pelo projeto *Défense de Jouer*, em Paris. Ademais, a fim de trazer uma abordagem do ponto de vista das pessoas que experimentaram as instalações de balanços, aproveitou-se o fato de o projeto *21 Balançoires* ter acontecido em Montreal no mesmo período de realização da pesquisa, e, então, foi elaborado um questionário *on-line*, no *site Survey Monkey*. Durante um mês e meio, foi possível coletar vinte e oito respostas, que permitiram explorar questões qualitativas a partir da perspectiva dos utilizadores das instalações de balanços.

Este trabalho baseou-se na ideia de que as cidades são constantemente atualizadas para responder às necessidades e aos anseios de seus moradores e demais agentes sociais envolvidos na produção do espaço urbano. No entanto, é importante ressaltar que elas não são produzidas apenas por atores convencionais do urbanismo. Nesse caso, ao sair do âmbito infantil e ser ressignificado por outras práticas, o balanço foi entendido como elemento urbano capaz de revelar novas questões e valores da contemporaneidade.

Ademais, vale notar que o lúdico é objeto de discussão nos meios da psicologia, pedagogia, antropologia e sociologia, mas ainda é pouco tratado no domínio do urbanismo. Desse modo, com o aumento de instalações lúdicas pelos espaços públicos, esse tema parece ser relevante para pesquisas e discussões urbanísticas e arquitetônicas que pensam a respeito da produção e do futuro das cidades.

Este artigo começa com as primeiras instalações de balanços desenvolvidas como elementos urbanos artísticos. Em seguida, o balanço é evidenciado como elemento de *marketing* urbano, apropriado pela iniciativa pública com o objetivo de promover a imagem de alguns territórios, e, depois, como elemento de campanhas de comunicação de grandes empresas, no intuito de construir uma imagem positiva de suas marcas.

O BALANÇO COMO UM ELEMENTO DE ARTE URBANA?

There is something simply charming and disarming about swings. It's hard to describe the feeling of watching crowds of people hurrying along the sidewalks, then suddenly seeing someone break away, take a seat, and start swinging. – It's like love. – There's a feeling of instant affection for any individual who would stop everything and just take advantage of the moment, allowing herself to get swept away (KIDPELE et al., 2006, p. 71).

Artistas, arquitetos e *designers* resolveram descontextualizar o balanço do seu ambiente habitual e criar, com esse deslocamento, novas formas de experienciar as cidades. De 2003 a 2014, foram identificados 18 pessoas ou grupos que instalaram balanços como elemento de arte urbana, principalmente em cidades da América e da Europa. Dos diversos exemplos estudados, foi possível dividi-los em duas grandes categorias de intervenção: as “instalações pontuais”, que foram realizadas apenas uma vez, em um local específico, e a “*guerrilla swings*”, expressão difundida nos Estados Unidos para caracterizar a disseminação de vários balanços pela cidade.

O termo *guerrilla*, de origem espanhola, significa a “guerra geralmente conduzida por partidários e fundada na perseguição do adversário através de emboscadas e ataques imprevistos” (Tradução da autora)¹. Esse vocábulo passou a ser utilizado no mundo das artes para designar a produção artística que parte da ideia de resistência e oposição às regras. O termo é usado para definir o método de criação que desenvolve táticas para inserir intervenções artísticas em lugares públicos, de forma anônima, repetitiva e não autorizada.

A noção de “tática” foi definida por Michel de Certeau (1990) como um cálculo que não dispõe de um lugar próprio nem de uma base ou visão globalizante para garantir vantagens. Em oposição, a “estratégia” é um cálculo de equilíbrio do poder, em que a pessoa tem um poder político ou de decisão sobre um lugar, suscetível de ser circunscrito como “próprio” e servir como base para a gestão de suas relações. Enquanto a estratégia se apoia no estabelecimento de um lugar que o tempo oferece, a tática é formada por processos móveis que se aproveitam de ocasiões que podem ser transformadas em circunstâncias favoráveis, podendo apenas manipular e desviar, ao passo que as estratégias podem produzir e impor.

Nesse sentido, instalar balanços tornou-se uma tática urbana que transformou os espaços públicos, criando um contraste com a realidade cotidiana. Não apenas a “*guerrilla swings*” pode ser considerada uma tática, mas também as “instalações pontuais”, pois, embora operem de forma diferente, elas tiram proveito da oportunidade momentânea e agem nos espaços públicos de maneira imprevísivel e flexível, fazendo com que as pessoas criem uma relação com esses espaços.

“INSTALAÇÕES PONTUAIS”

Foi encontrado um total de 10 instalações pontuais: três nos Estados Unidos (Nova York, São Francisco e Milwaukee), três na Europa (Londres, Amsterdã e Varsóvia), duas no Brasil (Salvador e São Paulo), uma no Canadá (Toronto) e uma em Cuba (Havana, realizada pelo mesmo autor da instalação canadense).

A primeira instalação de balanço foi elaborada pelo artista canadense Corwyn Lund, em setembro de 2003, em um pequeno espaço entre dois edifícios de Toronto. Feita com correntes metálicas e assento emborrachado, essa instalação, realizada sem autorização, recebeu bastante apoio da população, que a batizou de “*secret swing*”. Em 2005, esse balanço foi retirado anonimamente, mas duas pessoas, não o artista inicial, reinstalaram-no um mês depois, escrevendo em seu assento: “*The Secret Swing belongs to the people of Toronto*” (Figura 1). Em 2006, o acesso a esse espaço foi fechado, sendo o balanço definitivamente removido. Dois meses depois da instalação do primeiro balanço, Corwyn Lund levou sua ideia a Cuba, instalando, igualmente, um balanço

¹ “Guerre généralement conduite par des partisans et fondée sur le harcèlement de l’adversaire par des embuscades et des coups de main”. (Disponível em: <<http://www.le-tresor-de-la-langue.fr/definition/guerilla>>. Acesso em: 3 jul. 2016).

entre dois prédios de Havana, durante o Encontro Internacional de Intervenções Públicas, na VIII Bienal de Havana.

Algumas intervenções de balanço foram desenvolvidas a partir de trabalhos universitários. Em 2008, como parte de um projeto de mestrado em *design* industrial, Bruno Taylor pendurou um balanço em um ponto de ônibus de Londres (Figura 2), inspirado na constatação de que apenas 21% das crianças de hoje brincam em espaços públicos, contra os 71% de outrora. Em 2012, o estudante de *design* Thor ter Kulve realizou um trabalho de faculdade no qual buscou subverter os usos de mobiliários urbanos existentes em Amsterdam através da fixação de outros objetos, sendo um deles um balanço pendurado em um poste de iluminação. Essas intervenções temporárias foram tentativas de romper com o excesso de regulamentação do uso dos espaços públicos e torná-los mais livres e dinâmicos.

Figuras 1 e 2: “*Secret Swing*” de Corwyn Lund, em Toronto; e Instalação de balanço em ponto de ônibus em Londres, por Bruno Taylor



Fonte: Foto de HiMY SYeD (Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/photopia/sets/1635408/>>. Acesso em: 15 ago. 2016); e site “*Pop up city*” (Disponível em: <<http://popupcity.net/swing-in-the-city/>>. Acesso em: 5 ago. 2016).

Também em 2012, um grupo de artistas e ativistas urbanos, dirigido por Keith Hayes, criou o projeto *Pop up park swing*, nos Estados Unidos. Eles construíram um parque de balanços feitos de pneus reciclados sob a ponte Marsupial e o viaduto Holton, duas grandes estruturas viárias que se sobrepõem, na cidade Milwaukee, em Wisconsin. Basearam-se na ideia de transformar esse espaço não só em um lugar de lazer, mas também em um ponto de partida para a discussão sobre como ativar espaços abandonados nas cidades.

Outras instalações trazem uma linguagem mais poética, como no caso da artista polonesa Kamila Szejnoch, que, em 2008, desenvolveu um projeto em Varsóvia, Polônia, chamado *Carousel Slide Swing*. O projeto teve como objetivo atualizar monumentos que foram usados como propaganda comunista no pós-guerra em Varsóvia, através do acréscimo de algo novo que fizesse contraste com seu estilo ou função original. A ideia de Kamila Szejnoch foi adicionar elementos lúdicos para destacar os monumentos do contexto urbano e incorporar neles a cultura contemporânea. Um balanço foi então pendurado, temporariamente, na mão da estátua de um soldado, monumento em memória do exército de Berling.

A artista ressaltou que teve o intuito de tornar visível a complexidade e

ambiguidade que esses monumentos geram na cidade, uma vez que simbolizam os vestígios de uma realidade histórica trágica, mas, ao mesmo tempo, são uma homenagem ao sacrifício desses soldados. Esses monumentos perderam o peso simbólico que tinham, tornando-se meros mobiliários urbanos, passados muitas vezes despercebidos pela população. O balanço foi escolhido por causa de sua facilidade de implementação e sua força simbólica relacionada à infância, brincadeira, alegria, algo totalmente oposto à estátua de soldado.

No Brasil, uma das instalações ocorreu em São Paulo, em 2013, onde três coletivos de arte e *design* – Basurama Brasil, MUDA_coletivo e Sociedade Anônima – participaram do Festival BaixoCentro. Com a proposta chamada Parque de Diversões Minhocão, eles instalaram balanços no grande viaduto de São Paulo, conhecido por Minhocão. Os balanços foram feitos de materiais reciclados, cordas e pneus, e as instruções para a fabricação foram publicadas na Internet para todos aqueles que quisessem reproduzir balanços semelhantes.

O Festival BaixoCentro é um movimento de ocupação civil organizado desde 2012, sem autorização da prefeitura ou órgãos responsáveis, a fim de fissurar, “piratear” e disputar as ruas, de modo a estimular a apropriação dos espaços públicos pela população local. É produzido de forma horizontal, associativa, aberta e livre, sem a participação de instituições. O seu financiamento é coletivo e voluntário, através de *crowdfunding* (financiamento participativo) e de outros meios independentes de coleta. O festival teve a duração de 10 dias, em abril do referido ano, no entanto, os balanços permaneceram até maio, incorporando outra intervenção artística denominada A Cidade é para Brincar, que fazia parte da Virada Cultural, grande evento cultural disseminado por toda a cidade de São Paulo.

“GUERRILLA SWINGS”

Foram identificados nove grupos que realizaram *guerrillas swings*, sendo três da Europa (Estocolmo, Berlim e Paris) e seis dos Estados Unidos (dois em São Francisco, e as outras em Berkeley, Austin, Saint Petersburg, Dallas). Esses grupos instalaram diversos balanços em 26 cidades pelo mundo.

A primeira *guerrilla* de balanço foi realizada por Akay e Peter, conhecidos como *The Barsky Brothers*. Durante o verão de 2004, em Estocolmo, eles instalaram 65 balanços em pontes, viadutos, pontos de ônibus e outras estruturas espalhadas pela cidade (Figura 3). As instalações de balanços foram feitas a partir de sucata, como madeira, pneus de carro, caixas plásticas de leite e corda, e todas foram rapidamente removidas pelo Poder Público. Akay e Peter afirmam que essa ação, assim como outras que realizam, é uma crítica à cidade, feita sem muita reflexão. As intervenções expressam suas ideias e pensamentos, e a cidade é como um grande *playground* em que se divertem. Ambos recusam receber o rótulo de artistas ou profissionais de arte de rua, apesar de serem reconhecidos como tal.

Figura 3: Instalação de balanço embaixo de viaduto, em Estocolmo, por Akay e Peter



Fonte: Kidpele *et al.* (2006).

Nesse mesmo ano, as *guerrillas swing* também começaram a acontecer nos Estados Unidos, através do projeto *Urban Swings*, em Berkeley, Califórnia, desenvolvido por um arquiteto que assina como *Yes Duffy*. Segundo ele, esses balanços são um meio de celebrar os espaços públicos e as pessoas que lhes trazem vida. São uma provocação para provar que somos mais do que apenas expectadores no espaço urbano, somos produtores de experiências urbanas. Os balanços foram feitos de madeira reciclada e corda, e pendurados em qualquer estrutura disponível capaz de suportar o peso de uma pessoa balançando-se, como viadutos, paradas de ônibus ou árvores.

Outra *guerrilla swings* de impacto significativo que ocorreu nos Estados Unidos foi o *Red Swing Project*, elaborado por estudantes de arquitetura de Austin, Texas. Eles começaram essa intervenção urbana em 2007, como parte de um projeto da universidade, mas continuaram instalando balanços até 2014. Já penduraram mais de duzentos balanços vermelhos pelo mundo (Figura 4). Além dos Estados Unidos, realizaram essas instalações na Índia, Brasil, França, Espanha, Portugal, Alemanha, Polônia, Itália, Tailândia, Taiwan, Coreia do Sul, Haiti e Austrália.

Segundo seus autores, a intenção por trás do projeto é mais profunda que simplesmente oferecer um momento de alegria às pessoas. O objetivo é desencadear um impacto positivo em espaços públicos abandonados, como terrenos baldios ou viadutos. Esses balanços vermelhos são considerados elementos misteriosos na cidade, podendo inspirar diferentes histórias a partir da curiosidade que despertam em cada pessoa que se depara com eles. Os balanços são feitos de madeira, pintados de vermelho e pendurados com cordas de escalada descartadas. O primeiro balanço vermelho custou dois dólares, mas, depois, eles incluíram no *site* do projeto um espaço para doações de materiais ou dinheiro. Além disso, o *site* oferece instruções sobre como fazer e instalar os balanços, a fim de que estes sejam replicados, incentivando as pessoas a assumirem o controle e a agirem em suas próprias cidades.

Figura 4: Instalação do *Red Swing Project*, em Chicago

Fonte: *Site* do Red Swing Project (Disponível em: <<http://www.spontaneousinterventions.org/project/red-swing-project>>. Acesso em: 15 ago. 2016).

Uma questão que consideram importante nesse projeto é a resposta do público ao encontrar esse objeto familiar situado em um local desconhecido. Para ter esse retorno, eles pintaram um número de identificação e o endereço do *site* no assento, disponibilizando nessa página um espaço para comentários. A recepção calorosa da população ao projeto é claramente visível nos comentários deixados no *site*, com muitos agradecimentos por terem lhes proporcionado surpresa, momentos de alegria e risos.

Em 2007, esse projeto recebeu menção honrosa em um concurso de *design*, promovido em prol da comunidade afetada pelo furacão Katrina, e, assim, os balanços vermelhos foram pendurados na cidade de Nova Orleans. Em 2008, um balanço vermelho foi pendurado na *Menil Collection*, um museu privado de arte moderna e contemporânea em Houston. Quatro anos mais tarde, a *Art Alliance Austin*, organização sem fins lucrativos para a promoção cultural e artística da cidade de Austin, permitiu que os balanços vermelhos fossem pendurados legalmente pela cidade. Além disso, esse projeto participou da Bienal de Veneza, integrando o pavilhão americano na parte de intervenções espontâneas. Em 2013, o *Red Swing Project* foi incluído na exposição *FITNation*, no Centro de Arquitetura e Design de Nova York, completando o caminho de legitimação do ato de instalar balanços pela cidade.

Também nos Estados Unidos, em 2010, o artista americano Jeffrey Waldman decidiu adotar essa tática de intervenção. Waldman começou a instalar balanços com amigos em espaços inusitados, como pontes, viadutos e árvores de São Francisco, nas Ilhas Marshall e no Panamá. Pintaram nos assentos dos balanços o endereço de *e-mail* do projeto e, assim, tiveram um retorno das pessoas que experimentaram os balanços. As pessoas lhes escreveram, contando que acharam uma surpresa agradável encontrar um balanço no meio do caminho e que isso mudou o dia delas. Com esse retorno positivo, o artista resolveu continuar as instalações e espalhar mais balanços

pelas cidades. Então, em 2011, ele inscreveu seu projeto para concorrer a um subsídio de mil dólares, oferecidos pela Fundação *Awesome*, e ganhou esse valor para instalar cinquenta balanços em Los Angeles. Com um vídeo dessas instalações, ele divulgou seu trabalho no *site Kickstarter*, a fim de conseguir um financiamento coletivo de mais de 11 mil dólares para instalar balanços na Bolívia e produzir um documentário sobre o processo. Depois dessas instalações em La Paz, esse artista participou de uma campanha publicitária da Coca-Cola, instalando balanços em diversas cidades latino-americanas.

Esses exemplos oferecem uma visão geral desse tipo de intervenção artística, demonstrando o novo papel dos artistas, arquitetos e *designers* na produção da cidade.

QUAL É O DIFERENCIAL DESSA NOVA PRODUÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS?

A arte sempre esteve presente nos espaços públicos, exercendo funções festivas, comemorativas, lúdicas e simbólicas (JACOB, 2011). Desde a vanguarda do século XX, com o desejo de aproximar arte e vida cotidiana, e, principalmente, a partir dos anos 1960, com o nascimento do *graffiti* e do teatro de rua, os artistas passaram a participar mais vivamente das transformações da cidade (BENCHIMOL; LEMOINE, 2013).

A partir de uma abordagem sensível, artistas e também arquitetos e *designers* começaram a redinamizar espaços urbanos através de uma grande diversidade de práticas artísticas, como performances, festivais de arte de rua, instalações efêmeras etc. A instalação de balanços é apenas uma dessas formas, nas quais se percebe a convergência de interesses dos interventores no sentido de modificar os espaços das cidades de forma alternativa e espontânea.

Essa produção da cidade não é fundada numa urbanização ditada “de cima para baixo”, resulta de uma vontade de agir, de experimentar, de ser agente produtor da cidade. A partir de um ativismo cultural, artistas e outros sujeitos querem reivindicar a escala humana nos espaços públicos, reativar vazios urbanos, encorajar a interação entre as pessoas, sem precisar esperar os longos e lentos processos convencionais de urbanização. Suas intervenções provisórias e de baixo custo, sem a necessidade de autorização, acabam sendo mais ágeis e eficazes.

O balanço foi escolhido em função de sua facilidade de execução, sendo uma instalação prática e barata. Os materiais utilizados, a maioria reciclados, foram: madeira, pneus, cordas ou correntes metálicas. Em resumo, uma solução simples e pouco espetacular. Essa produção espontânea aparece como uma alternativa, flexível e temporária, à produção convencional das cidades.

Essa alternativa pode se enquadrar no chamado “urbanismo tático”, termo popularizado nos EUA após o debate sobre a “pedestrianização” da *Times Square* em 2010 e difundido, em 2011, pelo urbanista Mike Lydon, sócio-fundador da empresa *The Street Plans Collaborative*, em seu compilado de práticas de urbanismo tático, o *Tactical Urbanism: Short-Term Action/Long-Term Change*, que já foi atualizado e estendido para experiências na América Latina, Austrália e Nova Zelândia em três outros volumes.

O urbanismo tático enfatiza essas ações de baixo custo, flexíveis, que incitam uma mudança imediata, de pequena escala, mas que almejam uma mudança mais efetiva, a longo prazo. Essa prática acaba criando laboratórios de experimentação, nos quais é possível testar soluções, antes de serem feitos grandes investimentos.

Para Lydon (2011), o urbanismo tático é mais eficaz quando usado em conjunto com esforços de planejamento de longo prazo. Nesse sentido, essas intervenções podem, ao longo do tempo, se adaptar e absorver as mudanças surgidas pela apropriação dos usuários daquele espaço, possibilitando a criação de soluções mais duradouras. Ele considera que o urbanismo tático pode ser usado simplesmente para aumentar a consciência pública, para identificar assuntos pequenos, porém urgentes. Ações similares são designadas como *guerrilla urbanism*, *pop-up urbanism*, *city repair* ou *DIY urbanism*.

Outro motivo para a escolha do balanço nessas intervenções foi a percepção dele como um símbolo da infância, do prazer e da alegria, tudo aquilo que se contrasta com as práticas restritas dos espaços públicos. As instalações de balanços subvertem os códigos de ocupação desses espaços submetidos a regras estabelecidas e a normas de uso comumente reconhecidas. Dessa forma, quando o balanço se transforma em elemento de experimentações artísticas, ele é ressignificado e transformado em um símbolo poético de subversão e resistência.

A temporalidade dessas instalações é outra dimensão importante a ser tratada. Como a maioria é efêmera, muitas dessas instalações foram rapidamente removidas. Entretanto, seus interventores sempre registraram suas instalações em fotos ou vídeos e difundiram-nas, posteriormente, no espaço virtual da Internet, onde acabaram alcançando mais pessoas.

Outro fator que deve ser ressaltado é o processo de legitimação a que certos interventores se submeteram. A partir da vontade de ser reconhecido, sobretudo monetariamente, alguns buscaram a institucionalização de seus trabalhos. Essa questão aparece nos últimos dois exemplos citados, o *Red Swings Projects* e o projeto de Jeff Waldman. Desse modo, o que antes era considerado uma resistência é, posteriormente, capturado e integrado às normas. Essas pessoas acabaram transformando tal prática de tática em estratégia.

O sucesso dessas intervenções artísticas e o potencial lúdico delas sobre as pessoas também foi percebido por algumas instituições públicas, que resolveram adotar a prática de instalar elementos lúdicos pelos espaços públicos para promover seus territórios. Pelo que se vê, o balanço sai da esfera “alternativa”, passando a ser legitimado e apropriado como elemento de *marketing* urbano.

O BALANÇO COMO ELEMENTO DE MARKETING URBANO?

A competitividade territorial encontra-se cada vez mais forte entre as cidades, impondo uma incessante busca pela atração de mais capitais e investimentos. O *marketing* urbano aparece como uma abordagem estratégica para promover a imagem da cidade, a fim de suscitar o interesse de empresas e turistas e impulsionar a economia. Por sua vez, o balanço aparece como um elemento ideal para realizar essa mudança na imagem da cidade.

Foram encontrados quatro exemplos de instalações de balanços usadas como elementos estratégicos do *marketing* urbano, escolhidos para integrar projetos de iniciativa pública. Uma delas foi realizada na China, pelo arquiteto Didier Fiuza, para a Bienal de Shenzhen e Hong Kong de Urbanismo e de Arquitetura de 2009. Outra

foi instalada em Portugal pelo coletivo Moradavaga, em 2012, quando a cidade de Guimarães foi selecionada como capital europeia da cultura.

Em Montreal, o mobiliário urbano chamado *21 Balançoires* é instalado em todas as primaveras, desde 2011, no *Promenade des Artistes*, localizado no *Quartier des Spectacles*. O projeto foi elaborado pelo estúdio *Daily tous le jours*, com o objetivo de estimular a apropriação desse novo espaço da cidade. Esse *promenade* integra um grande projeto de urbanização para essa zona artística, próxima do centro da cidade, estrategicamente elaborado pela prefeitura para transformar Montreal em uma “metrópole cultural”, assegurando a imagem de uma cidade convivial, caracterizada por uma criativa efervescência cultural. A cultura foi, então, explorada como um meio de redinamizar a economia, tornar a cidade atrativa e valorizá-la no contexto de competitividade internacional.

Essa instalação foi pensada pelas artistas-*designers* Mouna Andraos e Melissa Mongiat como uma proposta capaz de reunir as pessoas em torno de um espaço urbano agradável e poético, em meio a um mundo caótico e estressante. Elas queriam um mobiliário urbano que criasse novas formas de interação e participação. Assim, o balanço pareceu ser o elemento ideal, por ser simples e facilmente reconhecível pelas pessoas, mas que desperta curiosidade quando instalado fora dos parques infantis. Além disso, juntamente com o professor Luc-Alain Giraldeau, elas desenvolveram um mecanismo musical nos assentos dos balanços, para estimular ainda mais a interação e a cooperação entre as pessoas. Cada assento emite um som quando balançado, e em grupo é possível desenvolver diferentes melodias, transformando essa instalação num enorme instrumento coletivo. Foi desenvolvido um sistema altamente tecnológico, com dispositivos musicais e de iluminação, com cores fortes como laranja, rosa, verde e azul, criando um grande espetáculo (Figura 5).

Figura 5 : *21 Balançoires*, por *Daily tous les jours*, Montreal



Fonte: Foto de Olivier Blouin (Disponível em: <<http://www.dailytouslesjours.com/project/21-balancoires/>>. Acesso em: 15 ago. 2016).

As pessoas acolheram essa instalação de forma bastante positiva. O que era para ser instalado apenas uma vez tornou-se um “evento de primavera” do bairro, devido ao entusiasmo do público, que vai de crianças a idosos. A maioria achou a ideia

inovadora, agradável, favorável ao encontro com o outro. O fato de os balanços terem sido instalados num local que normalmente é de passagem (um ponto de ônibus ao lado da saída do metrô, com uma ciclovia) mudou a dinâmica desse espaço de circulação, transformando-o em um lugar de permanência.

Outra instalação foi realizada em 2012 por um coletivo de arquitetos de Nantes denominado *Nude*, em *La Défense*, bairro empresarial de Paris. A instalação foi desenvolvida para a primeira Bienal *Forme Publique* de criação de mobiliário urbano. Essa bienal, juntamente com outros projetos de *marketing* urbano, visou a modernizar e desenvolver a área, símbolo do poder econômico da França. A proposta pretendia atualizar sua imagem e seu urbanismo ultrapassado, dos anos sessenta, de modo que o bairro continuasse a ser bem posicionado na concorrência internacional.

A bienal durou de março de 2012 a fevereiro de 2013, quando as pessoas puderam experimentar oito diferentes protótipos inovadores de mobiliários urbanos. A instalação dos balanços, mobiliário chamado de *Défense de Jouer*, teve a intenção de transformar os enormes espaços públicos dessa área em espaços de encontro, relaxamento e liberdade. O mobiliário foi elaborado em estrutura metálica, composto por três árvores, cada uma com dois balanços pendurados (Figura 6). O chão foi coberto por uma resina emborrachada que definia o “espaço de brincar” e um tracejado no chão delimitava a “zona de influência” de cada balanço.

A instalação foi considerada bem-sucedida pelos seus propositores, que tiveram um retorno positivo por parte dos usuários, os quais, por sua vez, paravam surpresos diante da estrutura. No entanto, houve também algumas reclamações por parte dos moradores locais, devido ao barulho provocado pela instalação. A apropriação desse mobiliário não pôde ocorrer de forma espontânea, uma vez que os autores foram obrigados a pôr uma placa especificando proibições, como “não se jogar do balanço”, “proibido animais”, “uma pessoa por assento” etc. A instituição responsável pela bienal pôs câmeras de vigilância e vigias noturnos, que circulavam pelos locais das instalações para evitar possíveis depredações dos mobiliários. O que era para ser um “espaço de liberdade”, segundo os arquitetos, tornou-se em um espaço de restrição.

Figura 6: “*Défense de jouer*”, coletivo *Nude*, Paris



Fonte: Foto da autora, 2012.

QUAL É A IMAGEM CRIADA PELAS ESTRATÉGIAS DE MARKETING URBANO?

A cultura e a arte foram introduzidas na prática urbanística com o objetivo de criar uma imagem positiva da cidade e produzir respostas competitivas para o mercado, após o “colapso da modernização urbana” (ARANTES, 2002, p. 12). A partir de um modelo de desenvolvimento urbano baseado na gestão de negócios, desenvolvido nos Estados Unidos na década de 1970, a cidade se transformou numa mercadoria a ser consumida (ARANTES, 2002).

Para promover essas cidades-mercadorias, o *marketing* urbano passa a conceber projetos urbanos como vitrines em que são expostas as “capacidades” e as “qualidades” da cidade, em busca de uma imagem “identidade” para ela, como uma marca, explorando todo seu capital simbólico, a fim de torná-la atraente e de inseri-la nos circuitos culturais internacionais (ARANTES, 2002, p. 54).

Nesse sentido, a cultura, a arte e os espaços públicos são vistos como elementos estratégicos para a construção de uma imagem espetacular, de uma imagem publicitária. As instalações de balanços são integradas a essa prática de *marketing* urbano que procura dar valor a um território e construir uma imagem de cidade lúdica, descontraída e alegre. Os espaços urbanos são transformados em cenários pacificados e higienizados, dotados de um grande controle e monitoramento. Essas instalações já não apresentam a espontaneidade e a informalidade das instalações anteriores, sendo concebidas formalmente e de maneira espetacular, fabricadas com materiais mais elaborados, caros e tecnológicos.

A criação de uma marca positiva e lúdica através do balanço não é uma prática exclusiva da iniciativa pública. Grandes empresas privadas também perceberam o poder desse elemento lúdico e decidiram adotar o balanço em suas campanhas de comunicação.

O BALANÇO COMO ELEMENTO DE CAMPANHAS DE COMUNICAÇÃO?

As empresas privadas estão mudando suas estratégias de desenvolvimento para melhor refletir as mudanças da sociedade. Num contexto de alta competitividade, avanço da tecnologia, ampla divulgação de informação e também de consciência social e ambiental, as empresas estão desenvolvendo estratégias de *marketing* que afetam as pessoas de forma diferente e agregam valor a suas marcas.

Algumas adotaram um tipo de marketing que acrescenta uma dimensão emocional e participativa a suas campanhas. Com esse objetivo, a utilização de instalações lúdicas é muito recorrente, sendo as instalações de balanços exemplos recentes e menos numerosos. Foram encontrados dois casos, uma ação promocional da marca de água mineral Évian e outra da Coca-Cola, que exploraram as instalações de balanços para criar uma experiência inovadora capaz de inserir um aspecto lúdico à imagem da marca e de construir outras relações com seus consumidores, cada dia mais exigentes e participativos.

No caso da Évian, marca de água mineral do grupo francês Danone, a empresa precisou investir em campanhas de comunicação para superar os problemas da crise. Mesmo com sua água vendida em cerca de 150 países e com um bom posicionamento

no mercado, a Évian teve que enfrentar a concorrência com outras marcas e a tendência em ser substituída por água de torneira. Além disso, ela resolveu investir na venda em “países emergentes” e em “responsabilidades ambientais”, como a produção de embalagens recicláveis e a redução de emissão de carbono.

Ela mudou a estratégia anterior de comunicação, focada na qualidade da água e nos benefícios dela para a saúde: passou a explorar um lado mais emocional, partindo para uma metáfora da “fonte de juventude”. Suas propagandas, que traziam bebês comportando-se como adultos, fizeram muito sucesso, mas ainda foi necessário mudar a imagem de “marca de luxo”. Para isso, investiu mais em vídeos publicitários destinados à Internet, mais facilmente difundidos. A empresa resolveu também dar ênfase em “mídias ambiente”, que parte da criação de eventos promocionais inesperados, em espaços urbanos estrategicamente escolhidos, para atrair um público-alvo. Essa técnica tem sido chamada de “*marketing* de guerrilha”, termo usado desde os anos 1980 para designar as promoções originais de pequenas empresas com baixo orçamento, mas que atualmente abarca, de maneira generalizada, diversos métodos não convencionais de *marketing*.

Baseando-se nesse conceito, no início de 2013, a Évian instalou em Londres dois espaços lúdicos para adultos. Uma instalação de balanço permaneceu durante três dias no bairro empresarial *Canary Wharf* (Figura 7), e uma gangorra, durante dois dias na Praça *Finsbury Avenue* – dois espaços bem ativos da cidade. Superdimensionados para o uso adulto e pintados de rosa, esses brinquedos tinham uma alimentação cinética que fazia com que neve falsa caísse com o movimento das pessoas. A campanha também teve mídias externas, como painéis digitais nas escadas rolantes, telas nas estações de metrô de Londres e uma enorme campanha nas mídias sociais, como o *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*, e com vídeos difundidos no *YouTube*. Essa campanha ganhou o prêmio internacional de publicidade e multimídia *Golden Montreux 2013*, como o melhor uso de “mídias ambiente”. A Évian também instalou, em maio de 2013, balanços e gangorras em um centro comercial de Dubai, o *Mall of the Emirates* e no *Dubai International Financial Centre*. No verão do ano seguinte, a empresa instalou uma grande estrutura de brinquedos, com balanços e outros equipamentos, no porto de Tel Aviv, Israel.

Figura 7: Ação promocional da Évian, em Londres



Fonte: *Site Marketing Alternatif* (Disponível em: <<http://www.marketing-alternatif.com/2013/01/25/the-evian-playground/>>. Acesso em: 15 ago. 2016).

No caso da Coca-Cola, por 13 anos, a marca esteve em primeiro lugar no *Best Global Brand*, o *ranking* anual das marcas mais importantes financeiramente, produzido pela Interbrand; mas em 2013 perdeu seu lugar para a Apple e o Google, ficando, pois, em terceiro. Para continuar com o bom posicionamento no mercado mundial, a Coca-Cola percebeu a necessidade de atualizar-se.

Para atender a uma nova geração de consumidores, foi implementada a estratégia da *storytelling* (narração) dinâmica, que cria uma conversa com o público e desenvolve conexões afetivas e emocionais mais profundas com os consumidores, especialmente os jovens, mais ligados à tecnologia e à comunicação móvel. Seguindo essa estratégia, em 2012, o artista Jeffrey Waldman, já mencionado na parte das “*guerrillas swings*”, foi convidado a participar de uma campanha da Coca-Cola. Ele conta que uma agência sócia da Coca-Cola viu o vídeo de suas instalações de balanços no *YouTube* e achou o projeto ideal para a campanha, que queria mostrar “pessoas reais” de todo o mundo que levam a felicidade para os outros. O artista viajou para Buenos Aires para filmar, durante uma semana, “atos de pendurar balanços” pela cidade (Figura 8). O comercial, intitulado *Let's Go Crazy*, começou a ser exibido no início de 2013.

A marca criou também uma versão latino-americana dessa campanha, difundida pelo *YouTube*, onde foram realizados eventos comunitários para que as pessoas fabricassem e pendurassem balanços em parques e praças das cidades. Os eventos ocorreram simultaneamente em El Salvador, Costa Rica, Colômbia, Equador, Honduras, Panamá, Nicarágua, Guatemala, República Dominicana e México. Waldman continuou a trabalhar para a Coca-Cola dando palestras, consultas e fazendo outras atividades. Ele declarou que já tinha recebido mais de 100 mil dólares por esse trabalho.

Figura 8: Gravação da campanha da Coca-Cola, em Buenos Aires



Fonte: Site de Jeff Waldman (Disponível em: <<http://jeffwaldman.me/swings-the-coca-cola-campaign/>>. Acesso em: 15 ago. 2016).

QUAL É O PAPEL QUE AS MARCAS TÊM NA PRODUÇÃO DAS CIDADES?

A partir de novas estratégias de comunicação e de *marketing*, as grandes marcas estão ocupando uma posição crescente na produção de espaços públicos. As campanhas publicitárias e as ações promocionais investem em instalações em locais públicos, tais como os balanços, de modo a criar uma experiência diferente e uma nova possibilidade de apropriação do espaço.

Esses são apenas dois exemplos da forma como empresas encontraram nos espaços públicos um suporte que permite promover suas marcas, através de campanhas inovadoras e criativas. Outras marcas também estão investindo em áreas públicas e participando ativamente na vida urbana, mas com outros dispositivos lúdicos. A Volkswagen, por exemplo, lançou em 2009 a campanha *Fun theory*, com base na ideia de que o prazer tem o poder de mudar e melhorar o comportamento humano. Entre outras intervenções, a Volkswagen transformou uma escada do metrô de Estocolmo em teclas de piano e uma escada no metrô de Berlim em escorregador para estimular as pessoas a escolherem as escadas simples em vez das rolantes.

Essas instalações ajudam a fortalecer a fidelidade dos consumidores à marca a partir da associação a uma boa lembrança, reforçada pela experiência. Além disso, o fato de ser uma ação inesperada estimula o público a compartilhar a experiência pelas mídias sociais, de forma a multiplicar a publicidade, sem que seja acrescentado qualquer custo à empresa. As vantagens de tais campanhas não são necessariamente o consumo direto do produto, mas a formação de uma imagem positiva e a criação de uma ligação emocional com os possíveis clientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de o jogo e a brincadeira fazerem parte da natureza humana, como afirma Huizinga (1951), o lúdico foi inibido do nosso cotidiano durante o período da modernidade, sendo substituído por interesses econômicos, eficiência técnica e funcionalidade. Inseridas em espaços urbanos diversos e inusitados, as instalações de balanços propostas por diferentes agentes chamaram a atenção. Decidiu-se, então, analisá-las no intuito de entender o que esse elemento lúdico revelaria sobre a produção contemporânea das cidades. Os balanços guiaram a pesquisa traçando caminhos que chegaram a lugares surpreendentes, onde encontrou-se produções singulares e heterogêneas da cidade.

O balanço foi descontextualizado a partir dos anos 2000, começando a ser instalado em espaços públicos incomuns. A multiplicidade de intervenções do mesmo gênero mostrou a riqueza e as particularidades de cada instalação de balanço, revelando diferentes formas de pensamento e ação nas cidades. Primeiramente, artistas, arquitetos e *designers* transformaram o balanço em um elemento de arte urbana, utilizando-o para criar experiências urbanas inesperadas, de maneira informal e espontânea. Os objetivos dessas instalações não se limitavam ao brincar, ao divertir. Segundo os próprios interventores, eles tinham a intenção de mudar a realidade desses lugares, abrindo uma nova perspectiva de vivenciar a cidade e produzir outras experiências urbanas.

Após essas instalações artísticas vanguardistas e diante de uma recepção favorável da população, as instalações de balanços entraram também no “jogo das cidades” que competem por um bom posicionamento no mercado econômico. Os balanços tornaram-se um elemento de estratégia de *marketing* urbano, sendo inseridos em locais onde o Poder Público pretendia dar valor ao território e, por conseguinte, construir a imagem de uma “cidade lúdica”, “jovem” e “festiva”. O caráter subversivo, simples e espontâneo anterior perdeu seu lugar para uma formalização e espetacularização. Nesse sentido, a cultura, a arte e os espaços públicos funcionaram como elementos estratégicos para a construção de uma imagem espetacular, de uma imagem publicitária.

Não foram apenas as cidades que se engajaram na construção de uma imagem positiva e alegre de si mesmas. Notou-se também que algumas grandes empresas estão esforçando-se para renovar sua imagem e atender às novas demandas de seus consumidores. Ao integrar campanhas de comunicação de marcas como Évian e Coca-Cola, balanços foram instalados em espaços públicos no intuito de proporcionar uma ligação mais emocional entre o consumidor e a marca. A partir de novas estratégias de comunicação e de *marketing*, as grandes marcas começaram a ocupar um espaço crescente na produção da cidade. Por trás dessas iniciativas, fica a reflexão sobre como o tema lúdico é usado como pretexto para desviar a atenção do seu verdadeiro objetivo econômico. A Coca-Cola, por exemplo, a partir da construção dessa busca pela felicidade, associa a marca a uma memória positiva e afasta-se do foco das várias críticas que são feitas a seus produtos e meios de produção (como aquelas relacionadas aos possíveis danos à saúde ou a alegações de “trabalho escravo”).

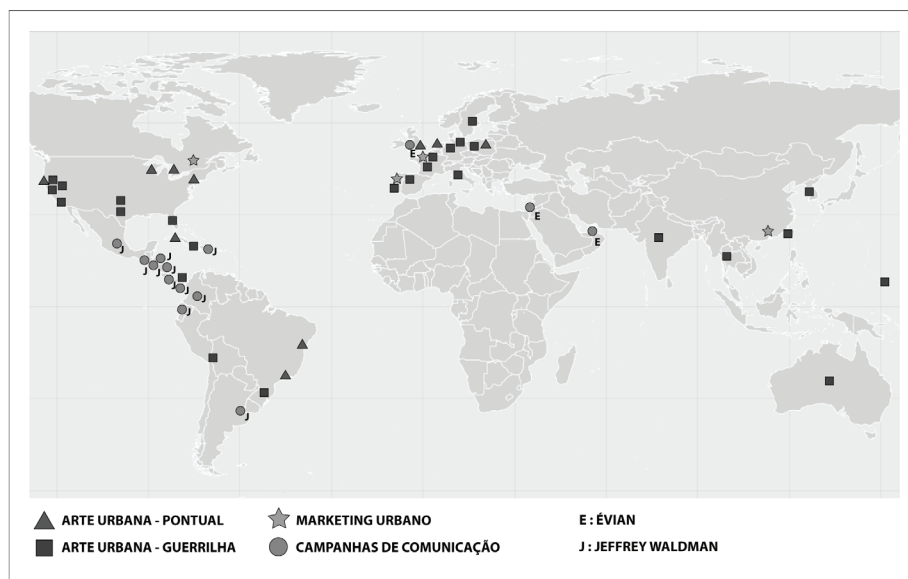
Em geral, a temporalidade dessas instalações é outra dimensão importante a ser destacada. Apesar de terem sido instalações provisórias, efêmeras, foram difundidas posteriormente na Internet², através de fotos ou vídeos, e acabaram alcançando mais pessoas e alimentando um imaginário de cidade lúdica muito mais virtual do que real.

É interessante notar como as instalações de balanços saíram de uma lógica subversiva e tática da arte urbana para traçar uma trajetória de legitimidade e estratégia com o *marketing* urbano, de modo a valorizar um território e despertar o interesse de investidores, e, finalmente, chegaram a ser capturadas e apropriadas para benefício de grandes marcas em suas campanhas de comunicação. Mas quais são os limites dessa legitimação e captura? O balanço, como dispositivo capaz de reencantar o espaço urbano, perdeu seu potencial anterior?

Apreender os espaços públicos pelo prisma das instalações de balanços trouxe à tona uma produção bastante sintomática da sociedade contemporânea. O sucesso desses projetos é resultado da saturação do modelo funcional demasiado racionalista e modernista. As instalações de balanços respondem à busca de mais trocas sociais, do crescente interesse no outro e pelo afeto em espaços públicos, mesmo que momentaneamente. Pequenos momentos de alegria já foram incluídos na lógica econômica. As efervescências lúdicas e os eventos festivos proliferam-se em várias cidades (Figura 9). Enquanto eles ainda são inovadores, continuam a se multiplicar.

² Foi elaborado um vídeo *pot-pourri* das diversas instalações divulgadas no *YouTube* (Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=OSWWzyo-yBU>>. Acesso em: 15 ago. 2016).

Figura 9: Mapa das instalações de balanços difundidas pelo mundo de 2003 a 2014



Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

Apesar dos diferentes interesses e formas agir, uma coisa que se pode perceber em todas essas instalações de balanços, sejam elas concebidas por artistas, arquitetos e *designers*, sejam feitas pelo *marketing* urbano ou por grandes marcas em suas campanhas de comunicação, é que cada uma delas considera o brincar como um elemento cada vez mais valorizado pela sociedade contemporânea. Com a instalação desses objetos nos espaços públicos, houve, assim, uma nova apropriação da cidade.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, O. B. F. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In: _____; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 11-74.
- BENCHIMOL, V.; LEMOINE, S. *Vers un nouveau mode de ville*. Paris: Alternatives, 2013.
- CERTEAU, M. *L'Invention du quotidien* : 1. Arts de faire. Paris: Gallimard, 1990.
- CHOAY, F. *La terre qui meurt*. Paris: Fayard, 2011.
- COCA-COLA. Disponível em: <<http://www.coca-colacompany.com/>>. Acesso em: 10 ago. 2014.
- DAILY TOUS LES JOURS. “21 Balançoires”. Disponível em: <<http://www.dailytouslesjours.com/project/21-balancoires/>> Acesso em: 7 jul. 2014.
- ETHERINGTON, R. The Unbearable Lightness of being by Mésarchitectures. *Dezeen magazine*, 8 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.dezeen.com/2009/12/08/the-unbearable-lightness-of-being-by-mesarchitectures/>> Acesso em: 15 jul. 2014.
- ÉVIAN. Disponível em: <<http://www.evian.fr/>>. Acesso em: 08 ago. 2014.
- FESTIVAL BAIXO CENTRO. Disponível em: <<http://baixocentro.org/>>. Acesso em: 15 jul. 2014.
- HAYES, K. *Pop up park swing*. Disponível em: <<http://beintween.ning.com/>>. Acesso em: 05 jul. 2014.
- HUIZINGA, J. *Homo Ludens. Essai sur la fonction sociale du jeu*. Paris: Gallimard, 1951.

Jana Miranda Mendes Lopes
é arquiteta e urbanista pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); mestre pelo Institut d'Urbanisme de Paris, Université Paris-Est Créteil Val de Marne, França.
E-mail: lopes.jana@gmail.com

Artigo recebido em 20 de abril de 2016 e aprovado para publicação em 21 de setembro de 2016.

- INTERBRAND. *The Best 100 Brands*. Disponível em: <<http://www.interbrand.com/it/best-global-brands/2013/Coca-Cola>>. Acesso em: 10 ago. 2014.
- JACOB, L. Art Public et les Transformations de l'Espace Urbain. *Les Plumes [revue.edredon]*. Actes de colloque. Québec, 2011, p. 46-58. Disponível em: <<http://edredon.uqam.ca/upload/files/plumes/2011/jacob.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2014.
- KIDPELE et al. *Urban Recreation: akay et peter = barsky brothers*. Dinamarca: Norhaven Book, 2006.
- KULVE, T. *Swing*. Disponível em: <<http://www.thorterkulve.nl/>>. Acesso em: 15 jul. 2014.
- LA DEFENSE. *La Biennale Forme Publique*. Disponível em: <<http://www.ladefense.fr/>>. Acesso em: 05 dez. 2012.
- LAMOUR, M. Entrevista com um dos arquitetos do *Collectif Nude*, sobre o mobiliário de balanços realizado em *La Défense*. Julho 2014.
- LYDON, M. et al. *Tactical Urbanism: Short-term Action || Long-term Change*. V. 1, s.l: s.n., 2011.
- _____. *Tactical Urbanism: Short-term Action || Long-term Change*. V. 2 s.l: s.n., 2012.
- LUND, C. *Swingsite*. Disponível em: <http://www.diazcontemporary.ca/Artists_Lund1.html>. Acesso em: 05 jul. 2014.
- MARKETING ALTERNATIF. *The Evian Playground*, 25 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.marketing-alternatif.com/2013/01/25/the-evian-playground/>>. Acesso em: 08 ago. 2014.
- MORADAVAGA. *Swing*. Disponível em: <<http://moradavaga.com/SWING>>. Acesso em: 15 jul. 2014.
- PAQUOT, T. *L'espace public*. Paris: La Découverte, 2009.
- QUARTIER DES SPETACLES. Disponível em: <<http://www.quartierdesspectacles.com/fr/>>. Acesso em: 20 jul. 2014.
- RED SWINGS PROJECT. Disponível em: <<http://www.redswingproject.org/>>; <<http://redswingproject.blogspot.fr/>>. Acesso em: 05 jul. 2014.
- STEFFENS, K. et al. *Urbanismo Táctico 3: casos Latinoamericanos*. Santiago: Ciudad Emergente, 2013.
- SZEJNOCH, K. *Carousel Slide Swing*. Disponível em: <<http://www.kamilaszejnoch.com/en/projects/swing.html>>. Acesso em: 10 jul. 2014.
- WALDMAN, J. Disponível em: <<http://jeffwaldman.me/>>. Acesso em: 05 jul. 2014.
- TAYLOR, B. Disponível em: <<http://gizmodo.com/5039030/bus-stop-swing-set-a-public-transportation-playground>>; <<http://popupcity.net/swing-in-the-city/>>. Acesso em: 05 jul. 2014.
- YES DUFF. *Urban Swings*. Disponível em: <<http://activistarchitecture.blogspot.com.br/2007/11/urban-swings.html>>; <<http://cca-actions.org/actions/urban-swings-activist-architecturecom>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

DA CARNAVALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO PARA BELO HORIZONTE-PARA-A-GUERRA: DA POLÍTICA AO POLÍTICO E VICE-VERSA¹

FROM THE CARNAVALIZATION OF URBAN PLANNING TO BELO HORIZONTE-FOR-WAR:

FROM POLITICS TO THE POLITICAL AND VICE VERSA

FREDERICO CANUTO

Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, MG, Brasil

R E S U M O : O presente trabalho tem como objetivo discutir o conceito **festa** como campo de produção de novas formas de viver na cidade, dando ao carnaval de Belo Horizonte especial atenção e tomando como recorte temporal seu chamado renascimento em 2009, sua capilaridade frente ao Estado como fonte de estratégias de luta pelo direito à cidade e de fomento de políticas públicas e iniciativas de planejamento urbano. O argumento do texto é de que o paradoxo democrático (Chantal Mouffe) em produção na **festa** transforma a cidade de Belo Horizonte em uma espacialidade de guerra – não uma guerra que reproduz exercícios de poder, mas que contamina e produz novas multiplicidades.

P A L A V R A S - C H A V E : planejamento urbano; festa; democracia; política; carnaval; guerra.

A B S T R A C T : *The present paper aims to discuss the concept of festa as a concept field for producing new modes and forms of living within cities. In order to depict the strategies of festa, it will be use as an example the carnival in Belo Horizonte, a city in the southeastern region of Brazil. Since the city's carnival revival in 2009, it has been appropriated by the state as a source of strategies both struggling to reclaim the right of the city and/or for the development of public politics and urban planning initiatives. The argument herein is that the democratic paradox (Chantal Mouffe) brought about through the festa transforms the city into a spatiality of a war, although not a war that serves to reproduce the exercise of power of the state, but rather one that contaminates and produces diversity.*

K E Y W O R D S : *urban planning; festa; democracy; politics; carnival; war.*

DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n3p485>

¹ Este trabalho faz parte da pesquisa “Urbanismo de Guerra: Narrativas de 2013”, financiado pelo CNPq, por meio do edital MCTI/CNPq/Universal 14/2014. O autor gostaria de agradecer a Juliana Rocha Franco, Paola Ferrari, Marion Kato, Luiza Barbosa e Aline Maracahipe, com quem venho desenvolvendo este trabalho.

PREÂMBULO

No contexto brasileiro, desde 1970, o carnaval é visto e vivido como um evento popular aprazível e propagandeado através de imagens reproduzidas pela mídia durante os dias da festa carnavalesca. Reduzido a blocos e desfiles de escola de samba nas ruas, salões e espaços reservados, o carnaval foi desvinculado de seu potencial histórico de abertura e imaginação de novos modos de vida, haja vista sua dimensão festiva, contraventora e espacial. No entanto, nas duas primeiras décadas dos anos 2000, em Belo Horizonte e cidades como São Paulo e Brasília, o carnaval retomou sua dimensão política, chegando inclusive a contaminar o próprio Estado com tal alegria carnavalesca. A partir da formulação de políticas públicas que incorporam a dimensão fantasiosa da festa e de ações de planejamento urbano que trazem para dentro das prefeituras iniciativas advindas desse evento popular, pequenos espaços democráticos vão se formando de dentro para fora, e vice-versa.

O presente trabalho parte de uma pesquisa denominada “Urbanismo de Guerra”, cujo objetivo é pensar os modos como a população se organiza socioespacialmente para entrar em embate contra o Estado, associado ao capital privado, a fim de reivindicar e inventar/multiplicar novas formas de fazer política, inclusive contaminando-os. Neste artigo, o objetivo é abordar uma estratégia específica de guerra no espaço urbano: o carnaval. Inicialmente, será discutido tal evento como festa, abordando sua dimensão política e democrática. Num segundo momento, será abordado o carnaval como uma festa espetacularmente brasileira; depois, haverá uma contextualização do chamado renascimento do Carnaval de Belo Horizonte em 2009. O intuito é pensar e discutir o carnaval, por meio de seus desdobramentos sensíveis e afetivos, como uma ontologia, fundamentado no conceito de guerra proveniente das sociedades ameríndias, uma guerra que se baseia num movimento socioespacial que se apoia não na dominação de um sobre outro, mas na multiplicação de outros.

DA FESTA AO CARNAVAL

Na Modernidade, o embate entre diversos modos de pensar e produzir a vida se dá segundo uma configuração que se pauta em três elementos: primeiramente, na cidade – espaço que, conforme o filósofo francês Henri Lefebvre (2000), ganha centralidade na vida das pessoas na Modernidade, especialmente a partir da revolução industrial no século XIX²; depois, nas formas de organização e gestão da vida vivida em função do binômio Estado Nacional e Mercado, tendo em vista que o Estado monárquico dá lugar a uma configuração imposta de origem nacionalista, soberana e democrática, na qual diferenças afloram e são governamentalizadas, de acordo com Michel Foucault em sua trilogia a respeito dos modos de exercício do poder³; e, por último, em uma tendência econômico-política de exercício de poder que precariza e normaliza a vida baseando-se numa lógica capitalizadora de corpos e afetos. Nesse contexto, o festejar, o dançar e o celebrar se apresentam como oportunidades políticas em que tal modo de vida citadino, fundado numa produtividade chancelada pelo Estado e na lucratividade, dada sua associação com o capitalismo, é passível de superação ou transformação.

² Em *A Revolução Urbana*, Henri Lefebvre (2000, p. 9-17), de maneira simplificada, mas nem por isso menos complexa, aponta a cidade industrial que emerge no século XIX como um reflexo e propulsor da mudança de centralidade da vida coletiva do campo para a cidade.

³ A trilogia, composta de cursos apresentados no *College de France*, é a seguinte: *Em Defesa da Sociedade* (2005), *Segurança, Território e População* (2008a) e *O Nascimento da Biopolítica* (2008b).

De estudos antropológicos e históricos a teorias filosóficas, a festa na Modernidade não é apenas uma reprodução do *status quo*, mas também uma imagem ou amostragem do que outros mundos podem vir a ser, segundo outras epistemologias, não as calcadas num funcionalismo e produtivismo esvaziado de um sentido não mercadológico, como a condição moderna aponta. A festa, assim, aparece como uma operação propositiva e transformadora, de criação, de produção de subjetividades coletivas. Em *Dançando nas Ruas*, a ensaísta Barbara Ehrenreich (2010) faz uma discussão histórica e antropológica de como a festa, no contexto dos chamados povos primitivos e mesmo da civilização antiga grega, aponta para a produção de novas formas políticas e de sociabilidade. A partir de relatos históricos do encontro dos homens brancos com negros e indígenas e do estranhamento/familiaridade dos primeiros no que diz respeito aos rituais e festividades dos segundos, assim como de leituras sociológicas e etnográficas sobre o modo como coletividades são construídas socialmente, essa autora demonstra como a festa desses povos tem um forte componente político. A festa como evento popular e irrestrito (isto é, não restrito a um “público de iguais” como o atual carnaval de camarotes e áreas *vips*) tinha como efeito a anulação de determinadas organizações hierárquicas sociais, limitações e comportamentos grupais – todos suspensos pela dança e pela música⁴. Novas identidades e formas de experimentar a cidade eram produzidas por meio das fantasias e das brincadeiras, como os rituais de inversão⁵; novos sentimentos de pertencimento e coletividades⁶ eram inventados. Como diz a autora, tal politização da festa chegou a ser tão perigosa a ponto de, a partir do Império Romano e do nascimento e explosão do cristianismo por toda a Europa, tal maneira de festejar ter sido redirecionada como festa para reforçar identidades cristãs ou imperiais, e não para produzir novos laços coletivos pelo amor, afeto ou amizade.

O professor da Universidade de São Paulo Norberto Luiz Guarinello (2001), em *Festa, Trabalho e Cotidiano*, sustenta a necessidade de pensar a festa na contemporaneidade como parte da vida das pessoas e como uma forma de produção de identidades, cambiantes e contingentes, como evento que tem uma lógica econômico-política própria, com contornos sociais performáticos e que produzem rupturas na rotina cotidiana.

O grupo sessentista Situacionista⁷, por sua vez, tinha esse questionamento da vinculação entre festa e imaginação/experimentação política tão claro que criou uma teoria de ação festiva e remodeladora do mundo, a começar pelo homem e o espaço da cidade: a Situação. Segundo um dos principais expoentes do grupo, o francês Guy Debord, tal teoria, num contexto citadino, baseia-se na criação de situações – eventos criados e planejados para escapar de uma vida dócil, de comportamentos e gestos regradados – para, assim, construir outra vida, a partir de individuações, na qual desejos e pulsões individuais apareceriam como catalisadores de singularidades e novos modos de apropriar e reinventar a cidade, produzindo “[...] um campo de atividade temporária favorável a esses desejos” (DEBORD, 2003, p.62). A Situação era uma festa com objetivos políticos revolucionários bem específicos, a ponto de ter um programa cujos principais alvos de análise e crítica eram o urbanismo, o planejamento urbano e, em especial, a mobilidade urbana. Em *Questões Preliminares para a Construção de uma Situação*, de 1958, por exemplo, o autor francês deixa claro essa crítica ao destacar a limitação funcionalista da época e a necessidade de transformar a realidade das cidades de forma coletiva.

4 Sobre a importância da dança como resposta ao chamado de Dionísio na Grécia Antiga, a autora afirma: “Dionísio tinha um apelo especial para as mulheres das cidades-estado gregas, que em geral viviam numa condição parecida com a *purdah*, excuídas da vida comunal de qualquer tipo. [...] A forma mais notória de adoração de Dionísio era a dança do inverno, *oreibasia*, que parece aos olhos modernos uma imitação grosseira das revoltas feministas. Em relatos míticos, mulheres chamadas a participar pelo deus perdem o juízo e abandonam suas crianças para correr ao ar livre rumo às montanhas, onde vestem peles de corço e iniciam uma dança frenética” (EHRENREICH, 2010, p. 49-50).

5 “Na reencenação da caça comunal pré-histórica, seus adoradores ousavam subverter a divisão de tarefas entre os sexos que prevalecia desde os tempos históricos [...]. Durante as festas, os mestres tinham de servir seus escravos; o carnaval permitia que camponeses personificassem reis, a adoração a Dionísio dava às mulheres licença para caçar” (EHRENREICH, 2010, p. 53).

6 “Na realidade, os rituais e festividades sazonais provavelmente serviam a uma função reprodutiva, proporcionando uma possibilidade de encontrar um parceiro exterior ao círculo de parentesco de cada um [...]. Ao menos essa possibilidade é sugerida a partir de um recente estudo com homens jovens e solteiros entre os samburu, no Quênia” (EHRENREICH, 2010, p. 41).

7 Grupo de artistas que surgiu nos anos 1950, cujo objetivo era fazer uma arte que se misturasse à vida, provocando e produzindo novas modalidades de uso e ocupação do espaço a partir de derivas, construção de situações e crítica ao urbanismo modernista.

Assim, nos contextos em que a festa aparece como um evento político pela politização da vida cotidiana para sua possível transformação, pensar a dimensão política torna-se central. Tomando as asserções da cientista política belga Chantal Mouffe a respeito da democracia e da política em uma entrevista com Íñigo Errejón, observa-se que é pelo fazer político e pela política que se fundam as bases para a criação de novos povos, novas linguagens, novas formas de agir. A fala de Errejón enfatiza o momento em que oportunidades e situações estavam sendo criadas pelo povo espanhol após as perdas causadas pela crise financeira de 2008: coletivos transformaram-se em forças partidárias que puseram em xeque a institucionalidade política, por exemplo, ganhando as eleições municipais e até mesmo as nacionais com o aval de uma base popular multitudinária. Assim, como ambos os autores mostram, no político, entendido como conflito entre interessados, e na política, compreendida como negociação e representação desses mesmos atores sociais interessados (MOUFFE; ERREJON, 2015), novas situações são criadas e novas oportunidades emancipatórias tornam-se possíveis com a instauração de novas formas de viver na cidade.

Continuando com Mouffe (2000), para o exercício transformador da política e do político, é preciso sair do modelo adversarial que sempre pautou o jogo político para um modelo agonístico, no qual, segundo a autora, todos reconheceriam os lugares de fala como legítimos; além disso, é necessário partir para a construção de novas bases, inclusive epistemológicas, para discutir questões comuns (MOUFFE, 2000). Assim, não se trata de ganhar ou perder, mas de construir afetos entre os diversos adversários em torno de uma questão comum; não se trata de eleger uma possibilidade como a verdadeira, mas de construir pactos, ainda que temporários, sobre bases muito específicas.

O mais interessante é que a cientista política belga discute o caráter paradoxal da política a partir dessa proposta agonística ao percebê-lo no modelo democrático atual: a necessidade de formas de democracia e tomada de decisão mais diretas e, ao mesmo tempo, de representação, como meio de resguardo de questões que dizem respeito a grupos minoritários. Paradoxal, palavra que aponta para uma contradição que permite coexistência, e isso é a democracia: de um lado, direta, porque não se pauta em mediadores e caracteriza-se pelo agir concreto e direto no espaço, e, por outro, com poderes organizados nas mais diversas representações políticas e que se influenciam mutuamente, direcionando a tomada de decisões do Estado pelo agir em campo, cada qual com seu poder de barganha e influência. É para tais questões que a festa na Modernidade aponta como paradoxo: uma ação direta no espaço, produzida pelo desejo de visibilizar, criar, produzir e performatizar novas formas de representação de grupos minoritários ou até mesmo daqueles que escapam de qualquer nomeação pelo seu caráter nu: o povo.

Aqui se pensa a noção de povo da perspectiva agambeniana, que, por sua vez, advém de leituras de Walter Benjamin⁸ e Michel Foucault⁹, tendo em vista tal nomeação conceitual como uma determinação, inclusive jurídica, que fala de um tipo específico de vida. Para o filósofo italiano, a nomeação povo é sustentada como uma nomeação exemplar que oferece um valor peculiar aos homens, conclusão a que chega usando, em seu caso de análise, a situação judia na Alemanha nazista como etnia que deveria não existir:

8 Giorgio Agamben é tradutor das obras de Walter Benjamin para o italiano.

9 É sabida a dívida que Agamben tem com Michel Foucault, tendo em vista que sua obra política fundamental, *Homo Sacer*, cujo objeto são as relações entre linguagem, política e direito na produção de um contexto biopolítico, tem como uma de suas bases conceituais a obra do filósofo francês.

[...] poderíamos dizer que a biopolítica moderna é sustentada pelo princípio segundo o qual “onde há vida nua, o povo deverá ser”; sob a condição porém de acrescentar imediatamente que tal princípio vale também para a formulação inversa, que quer que “onde há um povo, ali haverá vida nua” [...]. E de modo diferente mas análogo, hoje o projeto democrático-capitalista de eliminar, através do desenvolvimento, as classes pobres não só reproduz no seu interior o povo dos excluídos, mas transforma em vida nua [...] (AGAMBEN, 2015a, p. 39-40).

A vida nua, aquela não reconhecida pelo Estado e, portanto, sem direito, a não ser apenas de existência, que não está à margem mas sim fora de qualquer possibilidade, inclusive limiar, é aí que o povo se instala, e é para ele que a festa também existe – não para nomeá-lo, mas para permitir sua performatização em identidades múltiplas, contingentes e frágeis. Uma festa para, num gesto hospitaleiro radical, trazê-los à existência e criar novas formas comunitárias de resistência contra a anulação de sua própria vida como humana.

A festa, como política paradoxal – produto da associação de ação direta e da produção de representações – é uma potente imagem não para ser estetizada e, por conseguinte, controlada. É dispositivo que politiza o mundo e suas imagens, se compreendida a partir da questão da relação entre imagem e estética exposta por Walter Benjamin (1985) em *Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica*, quando o autor analisa os afetos entre imagem, politização e estetização no contexto da guerra. Considerando a guerra não como um evento excepcional, mas como uma palavra que caracteriza o embate pelas e nas ruas da cidade hoje, com suas políticas de eugenia e suas origens fascistas de limpeza da diferença, a politização das imagens festivas é uma direção para um projeto que pensa a si mesmo como democrático. Se for tomada a disputa pelo espaço entre a reprodução de relações de produção socioespaciais capitalistas, tal como é feito em Lefebvre (1976), e as novas e renovadas formas de produção da vida como uma guerra silenciosa ocorrendo na cidade, a festa se coloca como momento fulcral do embate. Se o comum é sempre estetizar a festa a partir da reprodução de imagens fáceis, produzidas e replicadas em contextos vários, quando usada como arma para mudança, ela politiza tudo, inclusive a vida. Fazendo um paralelo com Benjamin (1985, p. 195), pode-se dizer que se “[t]odos os esforços para estetizar a política convergem para um ponto. Esse ponto é a guerra. A guerra, e somente a guerra, permite dar um objetivo aos grandes movimentos de massa, preservando as relações de produção existentes”. Entretanto, inversamente, usar as imagens da festa como instrumentos de transformação significa, em resposta ao facismo estetizador, politizar a vida (BENJAMIN, 1985, p. 196).

No contexto brasileiro, uma das materializações dessa festa é o carnaval. Este não é apenas uma festa que celebra a si mesma durante cinco dias, resumindo-se em música, dança e corpos à mostra, como propagandeado pela televisão, que estetiza seus elementos ao apresentá-los como discurso unificador e unificado. Se o carnaval for considerado em sua dimensão política e em sua relação com o espaço, com o Estado e com o consequente controle biopolítico populacional, percebe-se que ele atravessa a ordem hegemônica, sendo uma política que produz uma imagem de superação, quando não de transformação: uma imagem politizada que provoca ações e representações.

A Modernidade, apresentada como promessa de progresso, trouxe para a vida

cotidiana uma repetição infindável de conflitos. Dado tal recorte, é imprescindível pensar o carnaval como um jogo democrático em que o que está posto é uma relação agonística entre carnavalescos, poderes público, privado e suas respectivas associações. Um jogo entre estetização do cotidiano e politização da vida dentro de uma democracia que é paradoxal por princípio. E o carnaval em Belo Horizonte é uma repetição desses embates, mas com idiossincrasias, sendo sintoma de um contexto no qual as ideias de ordem e homogeneização se impõem a uma diversidade plural e desejosa. Mais ainda, ele aparece como um evento tático que se coloca como oposição, contaminando a vida com outras possibilidades de ordem, como será visto adiante.

O carnaval de Belo Horizonte se apresenta, pois, como um processo festivo, intensificado na relação entre cidade, Estado e lógica de capitalização, que produz e reproduz um embate nas ruas entre polícia, carnavalescos, blocos de rua, empresas, Poder Público e afetos, a partir de uma perspectiva centrada no corpo individual e coletivo e na capacidade democrática paradoxal: agir diretamente sobre o espaço e criar representações para minorias e para o povo. Tal emaranhado complexo de disputa pelos sentidos e formas de carnaval será discutido, neste artigo, usando o conceito de microscópio, no sentido explorado por Haesbaert (2014, p.162) em sua releitura do termo advindo de Deleuze e Foucault:

[...] micro, de microfísica, afirma Deleuze, deve ser visto como [...] um outro domínio, um novo tipo de relações, uma dimensão de pensamento irreduzível ao saber, ligações móveis e não localizáveis. Dito de outra forma, acrescenta o próprio Foucault, “a análise dos micropoderes (ou dos procedimentos de governamentalidade) não é uma questão de escala, não é uma questão de setor, é questão de ponto de vista, uma razão de método.

MÍDIAS E MEDIAÇÕES

O espetáculo, segundo Guy Debord (1997), em *Sociedade do espetáculo*, é relacionado comumente ao teatro ou, ainda, a imagens produzidas pela mídia. Mas o mais radical e potente sentido da palavra – e criado pelo autor francês – é, necessariamente, aquele que remete ao contexto biopolítico – isto é, biológico, físico, social e somático – em que ela age e perpetua-se como verdade que revela a si mesma como vazio de significação.

O carnaval está longe de ser o evento construído pela mídia como festa popular tipicamente brasileira, desdobrando-se, assim, no espetáculo debordiano. Fantasias de milhares de reais (ROUVENAT, 2016), corpos sarados e barrigas talhadas nas academias para desfilar na passarela do samba (MOLIARI, 2016); pessoas brancas, pulando e festejando com cerveja nas mãos ao som de cantores como Cláudia Leite e Ivete Sangalo, sem qualquer intervenção militar; centros da cidade bem pavimentados e devidamente cuidados como palco central da festa: essas são as imagens que televisões, jornais e redes sociais reproduzem *ad infinitum*. O teatro montado, em que os atores – os foliões, os repórteres e as pessoas – estão sempre felizes num palco – a cidade – onde tudo ocorre, sem que haja qualquer tipo de ocorrência que coloque em questão tal imagem pacificadora, é a imagem resumo. Nessas sintéticas paisagens imagéticas, há uma estetização do mundo que se repete nas relações, mediadas pelo espetáculo num nível microscópico. Como expõe o sociólogo Jessé de Souza (2015)

em seu brilhante *A tolice da inteligência brasileira*, tal paisagem midiaticizada reforça a ideia e a imagem de uma identidade brasileira e do que é o Brasil, ambas sustentadas em pensadores brasileiros que a produziram sem uma pesquisa qualitativa rigorosa, na verdade, baseada em um precário conhecimento empírico personalista. Seguindo uma extensa análise da produção desses autores, de Sergio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre a Raymundo Faoro, para Souza (2015), o Brasil é produzido, na academia e reproduzido discursivamente pelo senso comum das ruas, como um país da cordialidade (confundida com aceitação), da passividade, da festa, portanto, do não trabalho, das cores e da diversidade étnica, dos corpos sexualizados, aspecto que remete, por sua vez, a uma falta de inteligência mental, tal qual os norte-americanos – exemplo de nação a ser seguida no imaginário brasileiro.

Essa imagem de Brasil, esmiuçada por Jessé de Souza por meio de uma arqueologia da maneira pela qual a inteligência brasileira a construiu, expondo correntes de pensamento próximas e métodos de pesquisa, é vendida a europeus e norte-americanos como um imaginário do exótico, da não racionalidade, do gosto pelo ócio despretensioso; vendida, principalmente, ao próprio país como seu reflexo, que deve ser cotidiana e continuamente reproduzido num nível micro. Não importa se estudos mostrem o contrário – ou seja, o Brasil como lugar de uma inteligência e racionalidade particulares, em pé de igualdade com países do norte global ou mesmo trabalhador, como demonstra a antropóloga Elisete Zanlorenzi, que dissocia a imagem preconceituosa que atrela baianos à preguiça, demonstrando, em conclusão, que o baiano é justamente o contrário –, a imagem substitui a realidade.

E é nessa disputa de saberes e discursos que a mídia acaba por mediar relações internas à própria sociedade, ou, nas palavras de Guy Debord (1997, p. 16), é nela que “[o] espetáculo [deixa de ser] um conjunto de imagens, [e se torna] relações sociais mediadas por imagens”. A biopolítica, compreendida por Foucault (2005, p. 3) como um “[...] conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas [torna-se] uma política, uma estratégia política, uma estratégia geral de exercício de poder”, é o que surge ou dá apoio a tal espetáculo, associando-se como política veiculada não a um disciplinamento da população, mas sim ao controle dela por meios e subterfúgios menos invasivos e mais interessados no asseguramento – etimologicamente, palavra que vem de segurança – de um estado de coisas. O carnaval, midiaticizado e televisionado, acaba por reforçar – somar esforços, vindos do Estado e entrelaçados com o mercado – uma paralisia do desejo, transformando-o em mercadoria de consumo despolitizado.

No espaço socialmente vivido e (re)produzido nas cidades através da introjeção de gestos e organização dos corpos pelo Estado e pelo mercado, os quais são replicados pela população, a disposição do modo como o carnaval acontece territorialmente não é aleatória. O que cada vez mais se pretende é reproduzir um estado contínuo de segregação e periferização da cidade, como se pode ver, por exemplo, na lógica da camarotização em voga em muitos dos carnavais do Nordeste e Sudeste do país (MENDES, 2016). O espaço próximo dos trios elétricos (carros de som a partir dos quais as músicas de carnaval são tocadas) e outros lugares dotados de melhor infraestrutura, normalmente subsidiados por acordos e parcerias entre empresas e Poder Público, são destinados àqueles que podem pagar. Ou seja, a questão não é apenas uma segregação socioeconômica, mas também racial: nesses espaços, negros não podem entrar, ainda que tenham condições financeiras para isso. O destino de muitos, numa sociedade

mediatizada pela televisão e aparelhos celulares que produzem imagens em tempo real, é ver tais eventos ou de muito longe ou pelas telas cotidianas, fechando um círculo de desestetização-reestetização da festa apenas pelo olhar, pela visualidade, pela imagem construída e televisionada.

Mas a camarotização é apenas o início do processo ou uma metáfora de um processo de produtivização da festa como possibilidade de sair do cotidiano para uma festa repetida, paulatinamente, todos os anos. Escolas de samba tornaram-se negócios multimilionários subsidiados ou por práticas ilegais como o jogo do bicho, ou por diversas marcas corporativas das mais diferentes naturezas, ou pelas próprias redes de televisão que pagam para que possam veicular os desfiles patrocinados. Rainhas da bateria e passistas são postos vendidos no mercado de celebridades como moeda de troca de aparições na mídia, a fim de tornar o desfile o centro de uma passarela, um espetáculo (CONHEÇA, s.d.).

O Poder Público adere a tal prática não apenas separando e construindo um espaço para os desfiles das escolas de samba, mas também reorganizando a circulação da cidade em prol da produtividade econômica, política e social do carnaval. Organiza: o transporte público para funcionamento durante o feriado, tendo a preocupação de estabelecer rotas específicas para assegurar que a periferia fique no carnaval a eles destinados na mesma periferia; o fechamento de algumas ruas; os banheiros públicos; as áreas para propaganda das mais diversas marcas, para que ela mesmo, como empresa, lucre com a festa dita popular. Ao requisitar, antecipadamente, os nomes dos blocos aos foliões, os itinerários deles para produzir uma estimativa de público, a fim de que os riscos possam ser controlados, e ao disponibilizar informações em um *site* para que os próprios foliões possam se organizar, montando sua programação, o Poder Público toma frente e coopta a festa popular, transformando-a em uma festa promovida e criada por ele. É notório o embate entre prefeitura de Belo Horizonte e blocos de carnaval sobre tal cooptação¹⁰, na medida em que a burocratização intercede no carnaval, transformando-o em festa permitida, e a ingerência do Poder Público, como uma tentativa de reproduzir, pela cooptação, o espetáculo infinitamente, como coloca Castro (2015).

¹⁰ Para conferir tal embate, ver: Blocos (2015) e Pacelli (2015).

CARNAVAL E CARNAVAIS

Ainda que o carnaval acima descrito seja midiaticamente muito presente, nos anos 2000, em uma série de cidades, como Belo Horizonte, São Paulo e Brasília, ativistas sociais interessados na luta pelo direito à cidade reuniram-se e organizaram blocos de carnaval que, ao longo dos anos, ganharam uma dimensão maior e visível nas ruas, tornando-se movimentos sociais efêmeros – um paradoxo. Nesse contexto, desde 2009, muito se fala a respeito de um renascimento dos blocos populares de carnaval de Belo Horizonte, nascidos com o objetivo de contraporem-se a uma política de privatização do espaço público pela administração municipal (DIAS, 2015). Embora se coloque em discussão esse chamado renascimento, bem como quem seria(m) o(s) responsável(is) por ele – um embate entre Poder Público e empresas, de um lado, e coletivos, foliões tradicionais e blocos novos, de outro –, visto que o carnaval da cidade nunca deixou de existir, mas sim foi diminuindo e desaparecendo das mí-

dias e mesmo do espaço público por total falta de espaço e promoção institucional e também pela própria falta de uma comunicação mais efetiva, fornecida e apropriada taticamente via redes sociais a partir de 2009, a questão a ser discutida, de fato, é o contexto em que se dá o ressurgimento do carnaval em Belo Horizonte.

O reaparecimento do carnaval belo-horizontino em 2009 relaciona-se a uma rede de afetos, abarcando desde questões geopolíticas macro até as da realidade cotidiana das ruas, entre as quais podem ser elencadas: crise de 2008, iniciada nos Estados Unidos, mas que se alastrou por toda a Europa ao longo de 2009, movimentando o imaginário da sociedade civil para se organizar em prol da democratização da vida e reocupação da cidade como um bem público, inaugurando um levante em torno do termo lefebvriano “direito à cidade”; fortalecimento das redes sociais, em razão de sua capilaridade e facilidade de intermediação na criação de novas coletividades e proliferação de informação; políticas públicas federais que promovem um intercâmbio dos estudantes brasileiros com universidades no exterior, revelando-lhes o espaço público como território a ser conquistado e ser de direito popular, algo notório em grande parte dos países europeus devido a seu histórico de lutas no espaço da cidade; visibilidade dada a uma juventude, organizada desde os primeiros movimentos anti-globalização ocorridos em Seattle e que se alastraram pelo Brasil, em torno de uma série de pautas, em especial mobilidade urbana; regime excepcional de “contenção” – termo cunhado por Haesbaert (2014) para discutir a sociedade da segurança e controle características do século XXI, a partir de concepções de Deleuze e Foucault sobre a sociedade de controle e a biopolítica, respectivamente –, caracterizado pela “[...] associação íntima entre dinâmicas de contenção (diretamente territoriais ou não) e práticas de evitação, de privação e/ou fuga, isto é, o contrário do enfrentamento efetivo, do combate, como se estivéssemos fugindo da problemática real” (HAESBERT, 2014, p. 216) – um tipo de regime reproduzido pelo prefeito de Belo Horizonte desde que foi eleito para o cargo. Ademais, a visibilidade da diversidade de carnavais e dos modos de fazer carnaval que começa a ser criada a partir desse ano na cidade de Belo Horizonte, sendo tão importante quanto os outros fatores supracitados. Ela catalisou tal carga afetiva, servindo de base para o fomento e a criação de um dos eventos históricos mais importantes do Brasil neste início de século XXI: as Jornadas de Junho de 2013.

Num contexto local e municipal, esse renascimento popular e independente do carnaval ocorrido em 2009 e prolongado até hoje tem como seu contraponto a administração municipal da cidade Belo Horizonte, representada na figura do então prefeito Marcio Lacerda, que vem buscando capitalizar e controlar a manifestação carnavalesca. E durante as Jornadas de Junho de 2013, as manifestações populares apontaram para a possibilidade de o carnaval ser não apenas uma festa passível de ser controlada pela prefeitura, mas também uma semente que, uma vez germinada, põe em xeque todo um modo de viver pela ocupação das ruas. Em junho de 2013, nas ruas e pelas ocupações das ruas, foi apresentada uma nova e expandida coleção de pautas que normalmente não se associam ao carnaval – transporte, meio ambiente, cultura, entre outros –, assim como um modo renovado de fazer política, no qual a população se sente corresponsável pelo planejamento e gerenciamento da cidade, a ponto de querer sair de uma posição consultiva para uma mais deliberativa e decisória, tal como sugere o professor de ciência política Leonardo Avritzer (2016), em seu recente livro *Impasses da Democracia no Brasil*, cujo tema é a relação entre participação, políticas públicas e o evento Jornadas de Junho de 2013, entendido como

clímax da emergência da nova atitude da sociedade civil organizada. Especificamente em 2013, o modo de ocupar as ruas com danças, músicas e fantasias muito se assemelhou a dispositivos e ações comumente usados durante o período de carnaval. Foi um carnaval: inversões de papéis foram feitas, com a multidão nas ruas assumindo o protagonismo, sem uma figura de liderança; identidades e coletividades produzidas, sem uniformes ou outras imagens de cooptação (RICCI; ARLEY, 2014); novos lugares de fala foram inaugurados pelo uso de redes sociais e produção de canais de comunicação via *Facebook* e outras mídias sociais (SILVA, 2014).

A prefeitura vem tentando se aproximar do carnaval para controlar e gerenciar riscos e contingências: ela delimita áreas onde ele pode ou não ocorrer, a fim de impedir que as grandes avenidas sejam ocupadas; dá suporte para que o carnaval ocorra (vide a disponibilização de contingente policial e secretarias para fornecimento de infraestrutura e segurança para os blocos); permite/vende o carnaval como produto feito por ela mesma para companhias multinacionais, que estampam suas marcas e vendem seus produtos exclusivos. Essa última medida vai contra: o desejo dos blocos populares responsáveis pelo renascimento do carnaval de Belo Horizonte em 2009 (MACHADO, 2015); “[...] os tipos preconceituosos e sexistas de mensagens que tal patrocínio pode trazer como ocorreu com a campanha ‘Deixei o não em casa’” (LAFLOUFA, 2015); pautas públicas como a do coletivo Tarifa Zero nascido em 2013, que argumenta que a criação de uma linha de ônibus específica para o evento, composta de 14 ônibus para circular entre os blocos nos dias de festa, é mais uma ação que visa a sublinhar a mobilidade como questão privada e não pública, além de desmobilizar e despolitizar a ação feita nos dois anos anteriores, a partir da qual o coletivo contrata e disponibiliza à cidade durante o carnaval ônibus gratuito, o Buzona (SILVA, 2016). Ao pedir que os blocos populares se inscrevam antecipadamente no *site* da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (BH, 2013), no intuito de fazer uma cartografia dos blocos, produz-se uma informação que permite um maior controle do que ocorre, quando ocorre, racionalizando custos e tornando funcional a própria festa, que deveria ser espontânea, popular e disfuncional, uma celebração da cidade como lugar a ser ocupado por todos, sem a necessidade de pedir permissão.

O intento da prefeitura, ao vender o carnaval como produto, é transformar os carnavais em um carnaval que celebre a mineiridade, marca estadual que não permite novos significados para o que significa ser mineiro. Nisso se observa a identidade nacionalista como camisa de força do que virá, como dizem muitos dos estudiosos culturais sobre a relação entre essa e outras políticas públicas de controle e fomento – gerenciado – da cultura.

Entretanto, o carnaval se notabiliza como festa única não pela unicidade do nome, mas pela pluralidade e diversidade de manifestações, observadas nas roupas, nas músicas, na bateria, na participação aberta, no modo de ocupar a rua e no conteúdo político. A cada tentativa de apropriação do carnaval pelos agentes do Poder Público e do poder privado, novos carnavais são inventados. A cada ano, mais blocos são criados, os quais ocupam seus lugares no espaço da cidade, pouco importando se grandes ou pequenos, a ponto de a própria prefeitura se pronunciar, abordando negativamente o fato de os blocos populares de carnaval não pararem de crescer, a despeito das tentativas de controle e previsão.

Em Belo Horizonte, o carnaval do desfile de escola de samba ou patrocinado pela prefeitura como imagem unificadora do que significa a festa carnavalesca é subs-

tituído pela multiplicação dos carnavais, pois a quantidade de blocos e os modos de fazer carnavais só se multiplicam. Enquanto em 2009 eram apenas quatro blocos esparsos pela cidade (Bloco Tico Tico Serra Copo, Então Brilha, Baiana Ozadas e Trema na língua), em 2015, numa carta de repúdio à privatização do carnaval, ficou claro o aumento exponencial de blocos independentes do Estado e populares: Alcova Libertina, Alo Prado, Approach, Angola Janga, Baianas Ozadas, Baião de Rua, Baque de Mina, Bloco aki cê dança, Bloco da Bicicletinha, Bloco da Praia, Blocomum, Bloco Coco da Gente, Bloco do seu Pai e filhos de Gaby, Bloco Duro, Bombos de Iroko, Beijo do Wando, Bloco da Calixto, Bloco do Cuei, Bloco Fúnebre, Bigode Cheiroso, Bom Bloqui, Corte Devassa, Cuequinha do Papai, Delírio Coletivo, Do seu Bento à Dona Lúcia, Então Brilha, Fera Neném, Filhos de Tcha Tcha, Filhos de Olorum, Golobloco, Juventude Bronzeada, João Careca, Língua do São Salvador, Mama na Vaca, Manjerição, Maria Baderna, Moreré, Me assume ou me esquece, Me beija que eu sou pagodeiro, O pior bloco do mundo, Ordináááários, Padecendo no paraíso, Pena de Pavão de Krishna, Peixoto, Pisa na Fulô, Pula Catraca, Queixinho, Tico Tico Serra Copo, Tchanzinho da Zona Norte, Tetê, a Santa, Toca Raul, Agremiação Psicodélica, Unidos da Estrela da Morte, Unidos do Queima largada, Vai tomar no Cooler, Vira o Santo. Acrescente-se que a multiplicação de blocos formados por proximidades territoriais – como o Tchanzinho da Zona Norte, por ideologias, como o Blocomum e Bloco da Bicicletinha, por causas, como as ocupações urbanas na cidade, representadas pelos Filhos de Tcha Tcha, entre outros – só expõe os modos como a festa carnavalesca é diversa, não porque os nomes deles são diferentes, mas porque expressam maneiras diferentes de produzir a própria festa: um em derivas pela cidade em bicicletas, outro, por caminhadas nas zonas periféricas do município, e assim por diante.

Multiplicidade paradoxal, pois, por exemplo, componentes do Bloco Tico Tico Serra Copo são os mesmos que participam do Bloco Filhos de Tcha Tcha. Isso mostra como as coletividades e suas identidades são fugidias e performáticas, na medida em que são sempre as mesmas pessoas organizando-se de variadas formas para reconstruir outras formas de ocupar os espaços, cada qual de uma maneira. Enquanto o primeiro bloco leva seus foliões a espaços recônditos da cidade de Belo Horizonte para mostrar áreas desconhecidas aos próprios habitantes da cidade, como aconteceu em 2015, quando foi feito o percurso do bairro São Geraldo até chegar a uma cachoeira no limite do município, ou em 2016, quando a trajetória do bloco conduziu a uma praia às margens do rio do Onça, na região do bairro Ribeiro de Abreu; o segundo leva a derivas pelas ocupações urbanas da cidade para ver e incorporar ao carnaval regiões segregadas e consideradas ilegais pelo Poder Público. Enquanto o primeiro bloco se interessa pelos caminhos das águas da cidade, o segundo se atenta para as lutas urbanas. Em ambos, a bateria aberta é o componente que une: um grupo de músicos que aceita qualquer pessoa, sem nenhuma educação musical anterior, como membro para tocar marchinhas de carnaval ou *funks* enquanto se caminha e festeja.

Os foliões vestem-se não de identidades estereotipadas como super-heróis ou índios, em vez disso, fazem uma bricolagem de roupas, cujo resultado final nada é senão uma colagem que não se parece com nada. Pintando o rosto de azul, como fazem no bloco Pena de Pavão de Krishna, vestindo folhas de bananeira, no bloco Tico Tico Serra Copo, e assim por diante, eles jogam e criam a si mesmos. O vestir-se é jogar com as identidades, performatizar o corpo, criar imagens únicas de si. Criar tais

personas num contexto de produção de coletividades, novos espaços e modos de usar a cidade significa abrir o imaginário para o que pode vir a ser possível

DO CARNAVAL À CARNAVALIZAÇÃO

O carnaval de Belo Horizonte é sinônimo, como os próprios integrantes dos blocos de carnaval de rua autoproclamam-se, de carnaval de luta. Carnaval de luta, nome de uma comunidade existente no *Facebook* (CARNAVAL DE RUA, 2009), não é apenas de luta porque enfrenta e se opõe à prefeitura de Belo Horizonte e suas tentativas de capitalização do evento festivo, mas também porque é contra a normalização da vida. Nesse *site*, compreendido como plataforma ou território que torna visível movimentos, grupos e espaços de luta que normalmente não têm representação dentro do Poder Público e Estado, constitui-se um espaço de dissenso. Mais ainda, um espaço de visibilidade minoritária que o Estado e a grande mídia insistem em tornar invisível.

Tampouco um espaço de luta para derrotar o Estado. Ao contrário, é uma luta que implica a manutenção do outro como adversário, numa prática agonística que não quer a destruição, mas sim aliança para a construção de novos territórios de discussão entre Estado e movimentos sociais – estes entendidos não apenas como entidades ou institucionalidades, mas também como movimentações sociais. As políticas públicas que reconheciam esses outros espaços de produção discursivos resumiam-se, até início dos anos 2000, a organismos protetores dos direitos humanos, sendo o termo “direitos humanos” tudo aquilo que não é reconhecido por políticas que não dão conta de sua nomeação. Assim, mesmo mantendo secretarias ou gerências de “direitos humanos” como espaços para o povo – aquele inominável e exemplar, último bastião de proteção da vida nua que, segundo Agamben (2015a), quer fazer desaparecer paradoxalmente –, é perceptível que as políticas municipais têm se direcionado ao reconhecimento de públicos específicos: comunidades tradicionais, moradores de favelas, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgênero (LGBT), entre outros. Públicos que, muitas vezes, apareciam apenas como fantasias de carnaval de morador de rua, travesti e índio, por exemplo, tornam-se objetos de políticas públicas – a fantasia se torna objeto de discussão, pois aponta para algo real. A prefeitura, a partir de políticas públicas e ações de planejamento urbano, vai sendo carnavalizada através da luta, incorporando demandas e abrindo-se a práticas políticas socioespaciais menores por meio da invenção de políticas públicas interessadas na discussão e no reconhecimento da diversidade. Assim, a luta pela visibilidade é tanto para se opor a um Estado que a desconsidera, bem como para construir uma força política que a torne questão de Estado, sem o substituir. Uma aliança carnavalizadora, não indiferença.

Conforme dito anteriormente, a democracia e a política só podem ocorrer em dois registros que parecem paradoxais ao ocuparem uma mesma estrutura: o da ação direta e o da representação política. Grupos vinculados à causa LGBT, por exemplo, lutam pelo direito à diferença e pelo reconhecimento dela por organismos representativos dentro do Estado¹¹, além de lutarem nas ruas em manifestações contra a morte de travestis (MANIFESTAÇÃO, 2013) e em ações como a Gaymada (PIMENTEL, 2015), jogo de queimada organizado nas redes sociais por grupos LGBT, principalmente. Um evento aberto, com fantasias, músicas, com presença da bateria percorssi-

11 Ainda que não tenham direitos e políticas públicas específicas, é inegável que o desenvolvimento da visibilidade da questão LGBT tenha alcançado avanços. Um deles é o fato de haver na página da prefeitura uma chamada para a 18ª edição da Parada do Orgulho LGBT.

va tocada por pessoas e por meios eletrônicos (*laptops*), que se resumiu ao desenho de uma quadra e a um jogo de queimada – as edições ocorreram na Praça da Liberdade e no Parque Municipal num domingo. No entanto, durante o jogo, palavras de ordem, gritadas ao microfone, pedindo reconhecimento, menos preconceito e direito à cidade, usavam como temas de base perguntas proferidas em alto som, como: “Voce, aí, tem um amigo transexual?”, “Voce sabia que Belo Horizonte é a cidade que mais violenta pessoas LGBT?”.

Como resultado, a prefeitura da cidade de Belo Horizonte vem paulatinamente tornando visível a discussão LGBT, por meio de uma série de ações advindas da luta exposta no carnaval. O Estado se carnavaliza ao abrir-se a frentes de discussão da multiplicidade, nesse caso, sexual. Dando representatividade à questão através da organização de fóruns de discussão sobre diversidade sexual, identidade de gênero, homofobia, lesbofobia e transfobia e políticas públicas nas regionais da cidade desde 2015 – tudo isso dentro do Programa BH sem Homofobia –, a cidade se abre ao que antes só podia ser objeto de brincadeira durante os cinco dias de carnaval: a experimentação e produção de identidades. Na 2ª Conferência Municipal de Direitos Humanos e Cidadania LGBT, ocorrida entre 18 e 19 de setembro de 2015, organizada pela prefeitura de Belo Horizonte, já se antevia a necessidade de criar uma Coordenadoria Municipal LGBT, um Conselho Municipal LGBT, bem como a demanda pela garantia jurídica do uso do nome social por travestis e transexuais nos serviços públicos municipais¹².

Um outro exemplo é a premência que a questão da mobilidade adquire durante os cinco dias de carnaval e como ela é abordada pelo Estado como política pública no restante do ano, a partir de pressões populares. A mobilidade é uma questão central porque, para participar do carnaval distribuído pela cidade, é necessário um meio de transporte que leve os foliões de uma parte a outra, de um bloco a outro. O movimento Tarifa Zero criou o Buzona para fazer tal trajeto gratuitamente durante os dias de carnaval, no entanto, em 2016, a prefeitura de Belo Horizonte vendeu a ideia, como se fosse dela, a uma fábrica de bebidas. Mesmo após o carnaval, o imaginário de uma linha de ônibus gratuita se instalou como possibilidade de construção de um novo modo de viver na cidade, e o vereador Adriano Ventura propôs o polêmico projeto de lei 1.966/2016, cujo objetivo é tornar gratuita as viagens de ônibus aos sábados, domingos e feriados (LOBATO, 2016b). Ainda que a aprovação seja difícil, pois ela tem como barreiras o *lobby* das empresas viárias, muito fortes politicamente e vinculadas à prefeitura municipal, a proposta só aponta para o modo pelo qual o planejamento da cidade é carnavalizado por práticas e demandas que surgem no carnaval.

A estratégia do carnaval é replicada por outros eventos de cunho carnavalesco que ocorrem durante o ano, fazendo do ato carnaval uma festa ou feriado de cinco dias no mês de fevereiro, assim como estratégia e exercício de uma democracia paradoxal. O carnaval de luta acontece o ano inteiro na rua, porque esse é o espaço público comum a todos, sendo não apenas um espaço para ocupar, mas também para tornar visíveis outras modalidades de uso; é na rua porque é popular e aberto a qualquer um que se sinta afetado pelas demandas e pela luta em processo; e o carnaval só pode ocorrer pela luta, uma vez que seu conteúdo político só pode se expressar como exercício de cidadania no momento em que questões individuais tornam-se questões de cunho público¹³.

¹² Para mais detalhes dos resultados da 2ª Conferência Municipal de Direitos Humanos e Cidadania LGBT, ver: Prefeitura de Belo Horizonte (2015).

¹³ É interessante a maneira como Giorgio Agamben (2015b, p. 12-13) pensa a questão da cidadania a partir do caso da Grécia Antiga, onde esse título não é dado pelo Estado ou pelos políticos, só existe como exercício de politização cotidiana na relação entre *polis* (cidade/público) e *oikos* (casa/privado). Ser cidadão não é ser reconhecido juridicamente como pertencente a esta ou àquela nação ou povo, como um dado imanente, mas sim um momento contingente em que o indivíduo luta por questões de interesse público, a despeito de uma pertença anterior.

MAIS CARNAVAIS

Para implementar a carnavalização da política e do Estado internamente, a partir do planejamento urbano e suas políticas públicas, a construção de novas representações, de novos nomes, novos povos e de novos modos de viver precisa ser continuamente garantida pela luta nas ruas (asfaltadas ou virtuais). Novas subjetividades precisam ser criadas, aliadas à capacidade de construir um novo imaginário de cidade efetivamente possível. Novos carnavais, inclusive dentro dos muitos carnavais já expostos acima, estão em gestação. Carnavais que vêm para diferir de outros, para criar novos campos de atuação e novas subjetividades e olhares sobre a cidade.

Quando em dezembro de 2013 foram iniciados os “rolezinhos”, “[...] agrupamento[s] de jovens que se reúnem em *shoppings*, parques e lugares de fácil acesso ao público a fim de se divertirem, fazer novas amizades, e interagir em um ambiente social totalmente diferente da realidade social em que eles vivem” (SILVA, 2016), uma nova possibilidade de lazer foi imaginada. Não que a ida a *shoppings centers* pelos moradores da periferia já não acontecesse, o surpreendente da ação foi seu volume e onde aconteceu: mais de mil pessoas ocupando um espaço de *shopping center* num mesmo momento, como um *flash mob*; as vestimentas dos jovens não eram as mesmas dos ocupantes habituais dos *shoppings*; o lugar do encontro eram os *shoppings* das zonas mais abastadas da cidade e não os periféricos, que os isolava do excedente da cidade, localizado no centro – o centro econômico, político e cultural materializado em centros culturais, museus, espaços públicos de qualidade, fácil acesso por meio de uma rede de transporte público. Nesse último caso, é interessante lembrar que, analogamente, durante as ocupações das escolas de São Paulo em 2015, movimento feito contra a reorganização escolar proposta pelo governador Geraldo Alckmin, uma das questões que provocaram a ação por parte dos alunos foi o fato de que estudar numa escola no centro da cidade abria os horizontes dos alunos que habitavam a periferia. O movimento pendular de suas áreas de moradia, precárias e sem infraestrutura, para o centro, onde uma série de estruturas culturais existiam, possibilitava-lhes o acesso a informações e a um contexto cultural que não alcançariam se ficassem isolados em seus bairros. A luta era pela cidade.

Assim, o “rolezinho” como estratégia de errância urbana – quebrando caminhos já definidos e segregações espaciais e expondo uma mobilidade que não quer ser pensada apenas de maneira funcional, mas também como forma de acesso a equipamentos, inclusive de consumo, sendo o próprio consumo sinônimo de cidadania, como atestam os estudos do culturalista Néstor García Canclini (2007; 2008) e de Homi K. Bhabha (2008) – aponta para uma subjetividade em que a questão política e democrática é vivida, ainda que não seja formulada de maneira consciente e articulada.

A compra por parte dos moradores da periferia de bens de consumo domésticos durante os governos progressistas do Partido dos Trabalhadores (PT) – de 2003 a 2016, nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, respectivamente – produziu, a reboque, uma bolha democrática, como demonstra Gomes (2014). Se o desejo pelo consumo foi saciado, a mesma afirmação não pode ser feita, segundo Costa (2014), para o caso do desejo por reconhecimento via bens coletivos e públicos como praças, parques e opções de lazer. A bolha democrática é justamente o desejo de reconhecimento como cidadão, que passa pelo atendimento a direitos coletivos e

públicos, e não somente a direitos individuais. O desejo de inserção social e o radical reconhecimento de si como cidadão por meio da identidade de consumidor gerou uma expectativa que produziu uma nova luta por espaços, encontrando no caso dos *shoppings centers* seu epicentro: um equipamento de consumo (individual) e também de lazer (coletivo) em que práticas sociais distintas conflagram uma guerra territorial mediada pela polícia, porque a política ali inexistente. Tal como o carnaval, que ocupa o espaço de circulação de mercadorias, no caso, a rua, o “rolezinho” faz a mesma coisa.

No carnaval de Belo Horizonte em 2016, um “rolezinho” aconteceu e outro foi impedido. No primeiro caso, na praça ABC, no centro da região da Savassi, localizada na regional Centro-Sul, um dos principais pontos do carnaval de rua para as classes médias e altas, a mudança no perfil dos foliões e no tipo de festa carnavalesca provocou um conflito, segundo a polícia, pela alteração do tipo de música (do samba para o *rap*), dos carros (dos importados para os modelos mais velhos, modificados para serem algo similar a um trio elétrico, com um potente sistema de som interno), das pessoas (de uma maioria branca para uma maioria negra) (LOBATO, 2016a). Por sua vez, na estação do metrô Primeiro de Maio, o “rolezinho” carnavalesco da zona norte foi impedido de continuar porque a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) decidiu fechar suas portas mais cedo, não permitindo que o movimento do bloco carnavalesco fosse em direção às áreas não acordadas ou informadas previamente (FOLIA, 2016). Esses dois “rolezinhos”, mais do que deslocamentos em direção a regiões sempre destinadas a uma elite, configuraram-se, objetivamente, como criações subjetivas da bolha democrática, na qual o espaço para poucos seria ocupado pelo povo que desejava visibilidade, reconhecimento, aceitação e acesso a bens de consumo simbólicos e materiais que os distinguiam dessa região da cidade. Os “rolezinhos” são uma criação de Situações festivas – uma politização da vida contra a estetização da cidade. São um sintoma de que os blocos de carnaval existentes são uma invenção que não consegue satisfazer a todos, pois todos são muitos. Por essa razão, mais blocos devem ser inventados pelo deslocamento de identidades já dadas. Ou as identidades devem ser continuamente inventadas a partir da inoperacionalização das anteriores.

De acordo com Agamben (2011), a inoperosidade é uma estratégia própria da linguagem poética, a partir da qual se tornam inoperantes ou se põem fora de ação determinados códigos linguísticos, anulando a capacidade biopolítica da língua de dominar e normalizar gestos e simbolismos ao considerá-la território de disputa para a criação de novos coletivos, novos aglomerados, novos bandos em forma de alianças, novos agenciamentos e novas representações, inclusive do que ainda não é passível de ser nomeado pela sua consequente nudez. Profanando os lugares de exercício de poder e seus dispositivos, inoperacionalizando lugares estáveis e exigindo deles, pela luta, novas configurações territoriais inclusivas, o objetivo é permitir a criação de novas festas, novos modos de viver. O “rolezinho” é um sintoma das limitações dos blocos de carnavais populares e espaços carnavalescos, na medida em que eles não conseguem agregar a todos. Quando o Tchanzinho da Zona Norte não pôde “dar um rolê” para além de seus lugares cotidianos, isto é, a própria zona norte de Belo Horizonte, sua força como bloco criativo desapareceu, porque um novo lugar não pôde ser inventado. Ele teve de se contentar em continuar sendo um bloco estático e preso à zona norte, em detrimento das derivas realizadas nos anos anteriores pela cidade. O “rolezinho” da periferia até a praça ABC tornou momentaneamente inoperante

o carnaval da prefeitura e da zona sul, para transformá-lo em outro, com seu *funk* e carros sonoros, ao menos até o momento que a polícia não havia soltado suas bombas de gás lacrimogêneo. A alteridade é tudo o que o Estado não deseja, e o “rolezinho” é uma prática que aponta sempre para uma multiplicação de carnavais, de alteridades, negando tanto o Estado como as identidades carnavalescas capturadas, seja pelos foliões, seja pela prefeitura, seja por empresas.

Assim, *sites* de foliões ou jornalistas independentes como o Mapa da Folia¹⁴, cujo objetivo é revelar não apenas a localização dos blocos como também produzir ensaios de escrita a partir do que ocorre dentro deles, dando uma cartografia, em tempo real, das subjetividades e dos afetos em movimento, de perto e de dentro, apresentam, a partir de um olhar singular e participante, implicado politicamente nesse ritual festivo, vivências que se transformam em experiências produtoras de novas e outras subjetividades. Mais ainda, discursam sobre experiências de deslocamento, de encontro, de estranhamento e maravilhamento com o diferente, algo que se configura como sinônimo de festa:

Ter experienciado aquela chuva entre as ocupações fez pensar – mais uma vez, e para sempre – em privilégios, desigualdades, lugares de fala, lugares de vida. Em condições de sobrevivência e resistência, mas, acima de tudo, na força do coletivo. Nas casas enquanto células que juntas se fazem vivas. Nos moradores como guerreiros que sabem o quanto se precisam, e o quanto se fazem maiores por isso. Em cada pessoa que fez feijão tropeiro, embalou chup chup, colocou cerveja para gelar, soprou trompete, deu tchau pela janela, tocou surdo e caixa e repique, pintou criança, ajudou a descer sem cair, escorregou sem perder a áurea, apitou pulmões afora, sentiu peito adentro; e na experiência mais potente e humana de carnaval que elas – juntas, sempre, e não haveria outro jeito de ser – criaram na vida de muita gente (BRAGA, 2015, n.p).

DO CARNAVAL À GUERRA

A deflagração do carnaval como evento vivido e absorvido pelo planejamento urbano fora de época traz outra discussão: a contaminação subjetiva carnavalesca que o evento é capaz de produzir por meio do contágio das várias formas de viver em sociedade pela modalidade democrática – portanto, formas de política que o carnaval absorve e produz de maneira renovada. Um contágio que é a produção de um novo modo de operar na cidade, diferente daquela que deseja ser reflexo do espetáculo; um contágio em que o “rolezinho” é a principal estratégia,

Michel Foucault faz, no século XX, uma releitura da relação entre guerra e política feita pelo general Carl Von Clausewitz em sua análise da natureza desse tipo de conflito armado no século XIX. Enquanto o estrategista alemão escrevia sobre a guerra como um evento excepcional que tem lógica e racionalidades próprias e que, uma vez terminada, teria continuidade como política, Foucault (2005) pensa e compreende a política como uma continuidade da guerra pela absorção de conflitos para dentro do aparelho de Estado, como pode ser visto *Em Defesa da Sociedade*. Isso significa que, para o filósofo francês, as estratégias de planejamento estatal perpetradas desde sempre na Modernidade vêm não para prover maior justiça social e diminuir

¹⁴ Disponível em: <www.mapadafolia.com.br>. Acesso em: 4 maio 2016.

desigualdades, mas para manter conflitos provocados de maneira tensionada e silenciosa, sempre visando a conservar uma desigualdade de condições. Portanto, o conflito próprio da democracia não existe na acepção de guerra foucaultiana, pois a política advinda da guerra pelo filósofo vem para suprimir conflitos visíveis e históricos e, calculadamente, para controlar os riscos da emergência da biopolítica como meio de controle das pulsões coletivas e populacionais. Na política advinda da guerra não há democracia, apenas autoritarismo disciplinador.

O antropólogo francês Pierre Clastres (2011), na mesma época que Foucault escreve sobre a guerra, produz um texto interessante sobre a mesma questão, qual seja, *Arqueologia da Violência: A Guerra nas Sociedades Primitivas*. Nesse texto, ele explora as diversas formas de pensar e agir a partir da ideia de conflito gerenciado pelo Estado. Se a guerra na Modernidade, pela leitura de Foucault, aparece como um conflito silenciado dentro do Estado, para Clastres, no contexto das sociedades ameríndias estudadas por ele, isso não ocorre, porque, primeiramente, a sociedade indígena é contra o Estado. Em *A Sociedade contra o Estado*, do livro homônimo, Clastres (2013) demonstra como a própria sociedade indígena é estruturada, em sua base econômica e política, como uma sociedade que não consegue pensar e construir-se a si mesma a partir de uma estrutura exógena, a saber, o Estado. Com uma economia de subsistência que não produz excedente, logo não objetiva o lucro, e com uma estrutura de poder que privilegia não a hierarquia e a verticalidade, mas a individuação, a horizontalidade e o lugar de poder como lugar vazio, porque submetido à vontade de todos, Clastres, a partir de suas experiências antropológicas com povos ameríndios, comprova a existência de outros modos de viver em que o Estado pode não existir. Uma forma de vida na qual o Estado é uma estrutura a ser combatida cotidianamente.

Em segundo lugar, a guerra não é conflito adversarial, segundo mostra Clastres a partir de uma perspectiva calcada nas sociedades ameríndias. A guerra, nas sociedades ameríndias, não é traço histórico, como Foucault atesta em suas pesquisas, mas traço natural que define o ser índio. Nas palavras do antropólogo, o índio é **ser-para-a-guerra**, o que implica que a guerra não é continuidade de nada senão uma ontologia indígena. Tal guerra não é afirmação de si, mas de uma diferença. Não à toa, ele apresenta o paradoxo da guerra ameríndia: afirmação de uma unidade e totalidade em que existe diferença.

Portanto, a lógica da sociedade primitiva é uma lógica do centrífugo, uma lógica do múltiplo. Os selvagens querem a multiplicação do múltiplo. E qual é o efeito principal exercido pelo desenvolvimento da força centrífuga? Ela opõe uma barreira intransponível, o mais poderoso obstáculo sociológico à força inversa, à força centrípeta, à lógica da unificação, à lógica do Um. Por ser sociedade do múltiplo, a sociedade primitiva não pode ser sociedade do Um: quanto mais houver dispersão, menos haverá unificação.

[...]

A dispersão dos grupos locais, traço mais imediatamente perceptível da sociedade primitiva, não é portanto a causa da guerra, mas seu efeito, sua finalidade específica. Qual a função da guerra primitiva? Assegurar a permanência da dispersão, da fragmentação, da atomização dos grupos. A guerra primitiva é o trabalho de uma lógica centrífuga, de uma lógica da separação, que se exprime de quando em quando no conflito armado. A guerra serve para manter cada comunidade em sua independência política. Enquanto houver guerra, há autonomia: é por isso que ela não pode, não deve cessar, é por isso que ela é per-

manente. A guerra é o modo de existência privilegiado da sociedade primitiva enquanto esta se distribui em unidades sociopolíticas iguais, livres e independentes: se não houvesse inimigos, seria preciso inventá-los (CLASTRES, 2011, p. 247-248).

As manifestações carnavalescas, tanto de blocos, como a do Bloco da Bicicletinha e do Tico Tico Serra Copo, quanto os “rolezinhos” da periferia, são movimentos que vêm para afirmar um devir fragmentário, porque, desde 2009, tais blocos e “rolezinhos” só se multiplicam, ao mesmo tempo, elas também afirmam uma autonomia própria. Em guerra contra o Estado e também contra o estatismo de ser “si mesmo”, tais blocos criam e asseguram que muitos são diversos, tendendo a um devir infinito.

No território chamado Brasil, ou presente na ideia de povo mineiro ou de brasilidade, as imagens nacionalistas e unificadoras advindas desses ideais sempre existem para acabar com o que desvia e “dá um rolê”. Belo Horizonte é sempre definida como uma cidade símbolo da mineiridade, do progresso, como foi seu objetivo desde que construída no meio do nada, em fins do século XIX. No entanto, se se toma o carnaval como paradigma para narrar Belo Horizonte, sobretudo a partir de 2009, a cidade existe não como bloco estático, mas como um horizonte sempre fugidio. Belo Horizonte sempre está em guerra, porque, a despeito de suas imagens colonizadas pelo espetáculo biopolítico, ela existe para a guerra.

À GUIA DE CONCLUSÃO: BELO HORIZONTE-PARA-A-GUERRA

Ainda que a prefeitura de Belo Horizonte e o Estado pareçam agir para unificar, homogeneizar e absorver tudo o que lhe é diverso, é preciso lembrar, como bem diz Souza (2002), que o Estado não é um bloco liso e impenetrável, mas cheio de reentrâncias e buracos, e, por isso, permissivo a outras formas de exercer política, inclusive algumas interessadas em formas mais autônomas de exercício de cidadania. E o carnaval como festa tem objetivos democráticos claros no contexto aqui discutido: produzir não formas de resistência, mas formas de vivência pela ação direta no espaço ou pela representação do povo. Assim, o Estado e sua forma institucional pública, a prefeitura, podem absorver essas novas formas ou carnavalizá-las pela pressão exercida por movimentos sociais e sociedade civil.

Os blocos de carnavais em Belo Horizonte perceberam tal abertura pela luta e pressão popular, assim como pelo imaginário introduzido por táticas carnavalescas. Os blocos vão transmutando-se e produzindo novas formas de ação em diferença. Movimentos e coletivos, como o Tarifa Zero, o BH em Ciclo, o Muitxs – Pela Cidade que Queremos, o Espaço Comum Luiz Estrela, entre outras entidades políticas, nada mais são do que desdobramentos e devires advindos, respectivamente, dos blocos carnavalescos Tico Tico Serra Copo, Bloco da Bicicletinha, Filhos de Tcha Tcha, Blocomum. Esses devires compreendem que a dimensão alegre do carnaval é mais do que identidade visual, é uma forma de produzir um imaginário daquilo que pode vir a ser uma nova forma de viver e de se apropriar da cidade. São coletividades que não apenas resistem ao Estado, mas também acabam por carnavalizá-lo: a pressão por mais espaços para os ciclistas no centro da cidade através de manifestações (OLIVEIRA; KIFER, 2014) e também de invenções, tais como: as bicicletadas noturnas, que

comprovam o uso do espaço e forçam o Poder Público a perceber que esse espaço é usado e precisa ser ampliado e discutido como política pública (PIMENTEL, 2016), como acabou sendo feito, ainda que timidamente, nos últimos anos; a cessão, por parte da prefeitura, de um casarão antigo abandonado para ser autogerido, como é o caso do Espaço Comum Luiz Estrela (CRUZ *et al.*, 2013), em resposta à sua ocupação durante as Jornadas de 2013; os movimentos municipalistas que propõem formas mais abertas e participativas de fazer políticas partidárias e de planejamento e gestão da cidade (MIRANDA, 2016); entre outros.

Adensar o movimento de carnaval e carnavalizar o planejamento urbano significa produzir misturas, provocar alianças, criar bandos, construindo espaços diferenciais e inventando novos territórios a partir da contaminação dos diversos saberes produzidos pelas roupas, pelas músicas, pelos modos e costumes dentro e fora do Estado. Belo Horizonte-para-a-guerra é a ontologia de cada cidade pelo seu tecido social, sendo sua tendência. Ela é única e total, mas sempre se multiplica, porque é seu devir intrínseco.

Se tal resistência carnavalesca é da ordem do afeto – e somente se constrói por aí –, de que modo pensar um Estado que caminhe nessa direção e que se baseie nisso como uma epistemologia é uma questão central. Um Estado que tenha como projeto o carnaval como agenciamento social de produção do espaço. Um afeto não romantizado e que possibilite uma política do conflito em que a democracia não seja um paradigma, mas uma prática a ser construída pelo embate e pelo encontro com o diverso.

Frederico Canuto é graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas); mestre em Arquitetura pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); doutor em Poéticas da Modernidade pela UFMG; professor adjunto na Escola de Arquitetura da UFMG. E-mail: fredcanuto@gmail.com

Artigo recebido em 8 de maio de 2016 e aprovado para publicação em 21 de setembro de 2016.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *O Reino e a Glória*. Uma genealogia teológica da economia e do governo. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Meios sem Fim*. Notas sobre a potência. Belo Horizonte: Autêntica, 2015a.
- _____. *Stasis*. Civil war as a political paradigm. London: Edinburgh University Press, 2015b.
- AVRITZER, L. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BAHBA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: _____. *Magia e técnica. Arte e política*. Obras Escolhidas. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BH abre inscrição de blocos de rua para Carnaval em 2014. *Portal EBC*, 22 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cultura/2013/12/bh-abre-inscricao-de-blocos-de-rua-para-carnaval-em-2014>>. Acesso em: 4 maio 2016.
- BLOCOS de rua publicam manifesto contra apropriação comercial da folia. *Santa Tereza tem*, 27 fev. 2015. Disponível em: <<http://santaterezatem.com.br/index.php/2015/02/27/blocos-de-rua-publicam-manifesto-contr-a-apropriacao-comercial-da-folia/>>. Acesso em: 5 maio 2016.
- BRAGA, C. B. Nuvem carregada de gente desaguando em terra. *Mapa da Folia*, 20 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.mapadafolia.com.br/2015/02/20/nuvem-carregada-de-gente-desaguando-em-terra/>>. Acesso em: 4 maio 2016.
- CANCLINI, N. G. *Consumidores e Cidadãos*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.
- _____. *Diferentes, Desiguais e Desconectados*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.
- CARNAVAL DE RUA BH. *Página Facebook Carnaval de Rua*, 2009. Disponível em: <https://www.facebook.com/carnavalderuaBH/info/?entry_point=page_nav_about_item&tab=page_info>. Acesso em: 4 maio 2016.
- CASTRO, P. Foliões e prefeitura disputam carnaval em Belo Horizonte. *Carta Capital*, 27

- fev. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/folios-e-prefeitura-disputam-pelo-carnaval-em-belo-horizonte-7733.html>>. Acesso em: 5 maio 2016.
- CLASTRES, P. Guerra nas sociedades ameríndias. In: _____. *Arqueologia da violência*. São Paulo: Cosac Naify, 2011. p. 215-250.
- _____. *Sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- CONHEÇA as rainhas e madrinhas de bateria famosas do Carnaval do Rio de Janeiro. *Abril.com*, São Paulo, n.d. Disponível em: <<http://www.abril.com.br/entretenimento/fotos/conheca-rainhas-madrinhas-bateria-famosas-carnaval-rio-janeiro-abril-525388.shtml>>. Acesso em: 6 maio 2016.
- CRUZ, L *et al.* Imóvel é cedido a integrantes da ocupação Luiz Estrela. *Estado de Minas*, 18 dez. 2013. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/12/18/interna_gerais,480552/imovel-e-cedido-a-integrantes-da-ocupacao-espaco-luiz-estrela.shtml>. Acesso em: 6 ago. 2016.
- DEBORD, G. *Sociedade do espetáculo*. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- _____. Questões sobre a construção de situações. In: JACQUES, P. B. *Apologia da Deriva*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 62-64.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs*. Capitalismo e esquizofrenia. Lisboa: Assírio Alvim, 2002.
- DIAS, P. L. C. The appropriation of streets in Belo Horizonte by contemporary carnival blocks. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 17, n. 3, p. 86-103, set./dez. 2015. <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2015v17n3p86>
- EHRENREICH, B. *Dançando nas ruas*. Uma história do êxtase coletivo. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- FOLIA do bloco “Tchanzinho Zona Norte” também termina em tumulto com a PM. *Portal R7*, 6 fev. 2016. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/minas-gerais/folia-do-bloco-tchanzinho-zona-norte-tambem-termina-em-tumulto-com-a-pm-06022016>>. Acesso em: 2 maio 2016.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- _____. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins fontes, 2008b.
- GOMES, R. Os rolezinhos e a bolha democrática. *Blog Das Lutas*, 21 jan. 2014. Disponível em: <<https://daslutas.wordpress.com/2014/01/21/os-rolezinhos-e-a-bolha-democratica/>>. Acesso em: 4 maio 2016.
- GUARINELLO, N. L. *Festa, Trabalho e Cotidiano*. In: JANCSÓ, I.; KANTOR, I. (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2001. s/p
- GUIMARAES, S. P. Com mais mortes que Iraque, Brasil está em guerra e não sabe. *Exame*, 18 jul. 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/nem-iraque-nem-sudao-brasil-esta-em-guerra-e-nao-sabe>>. Acesso em: 4 maio 2016.
- HAESBERT, R. *Viver no Limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- LAFLOUFA, J. Skol volta atrás e troca peças de campanha de Carnaval por opções que incentivam o respeito. *Portal B9*, 13 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.b9.com.br/55260/advertising/skol-volta-atras-e-troca-pecas-de-campanha-de-carnaval-por-opcoes-que-incentivam-o-respeito/>>. Acesso em: 4 maio 2016.
- LEFEBVRE, H. *The Survival of Capitalism*. New York: St Martin Press, 1976.
- _____. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- _____. *Critique of everyday life*. Foundations for a Sociology of the Everyday. v. 2. London: Verso, 2008.

- LOBATO, P. H. Praça ABC vira palco de Guerra. *Estado de Minas*, 9 fev. 2016a. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/02/09/interna_gerais,732704/praca-abc-vira-campo-de-guerra-policia-diz-que-confusao-comecou-depoi.shtml>. Acesso em: 2 maio 2016.
- _____. BH poderá ter ônibus gratuitos aos domingos e feriados. *Estado de Minas*, 24 jul. 2016b. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/07/24/interna_gerais,786915/bh-podera-ter-onibus-gratuitos-aos-domingos-e-feriados.shtml>. Acesso em: 2 ago. 2016.
- MACHADO, F. Blocos de rua de BH divulgam manifesto de repúdio contra a Skol. *Estado de Minas*, 16 fev. 2015. Disponível em: <http://divirta-se.uai.com.br/app/noticia/especiais/carnaval/2015/02/24/noticia_carnaval,165002/blocos-de-rua-de-bh-divulgam-manifesto-de-repudio-contr-a-skol.shtml>. Acesso em: 4 maio 2016.
- MANIFESTAÇÃO LGBT em BH. *Estado de Minas*, 1 mar. 2013. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/galeria-de-fotos/2013/03/01/interna_galeriafotos,3376/manifestacao-lgbt-em-bh.shtml>. Acesso em: 4 maio 2016.
- MENDES, H. De ‘escolta VIP’ a cinema, camarotes ofertam mordomias no Carnaval 2016. *Portal Globo G1*, 15 jan. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/carnaval/2016/noticia/2016/01/de-escolta-vip-cinema-camarotes-ofertam-mordomias-no-carnaval-2016.html>>. Acesso em: 5 maio 2016.
- MIRANDA, B. Coletivo Muitxs quer entrar para a política formal em BH. *O Tempo*, 16 maio 2016. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/coletivo-muitxs-quer-entrar-para-a-pol%C3%ADtica-formal-em-bh-1.1300292>>. Acesso em: 6 ago. 2016.
- MOLIARI, C. Anota reforça a malhação para desfilar. ‘Medo da perna balançar’. *Portal Pure People*, 4 jan. 2016. Disponível em: <http://www.purepeople.com.br/noticia/carnaval-2016-anitta-reforca-malhacao-para-desfilar-medo-da-perna-balançar_a93561/1>. Acesso em: 5 maio 2016.
- MOUFFE, C. *The Democratic Paradox*. New York: Verso, 2000.
- _____.; ERREJON, I. *Construir Pueblos*, Madrid: Icaria, 2015.
- OLIVEIRA, N.; KIFER, C. Sexta-feira tem protesto de ciclistas nas ruas de Belo Horizonte. *O Tempo*, 31 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/sexta-feira-tem-protesto-de-ciclistas-nas-ruas-de-belo-horizonte-1.782271>>. Acesso em: 6 ago. 2016.
- PACELLI, S. Blocos de carnaval divulgam nota de repúdio à “camarotização” e à PBH. *Estado de Minas*, 24 nov. 2015. Disponível em: <http://divirta-se.uai.com.br/app/noticia/musica/2015/11/24/noticia_musica,174456/blocos-de-carnaval-divulgam-nota-de-repudio-a-camarotizacao-e-a-pbh.shtml>. Acesso em: 5 maio. 2016.
- PIMENTEL, T. Praça de BH sedia 1º Campeonato Interdrag de ‘Gaymada’ da capital. *Portal Globo G1*, 13 jun. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/06/praca-de-bh-sedia-1-campeonato-interdrag-de-gaymada-da-capital.html>>. Acesso em: 4 maio 2016.
- _____. Ciclistas de BH tiram a roupa para pedir mais segurança no trânsito. *Portal Globo G1*. 6 mar. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2016/03/ciclistas-de-bh-tiram-roupa-para-pedir-mais-seguranca-no-transito.html>>. Acesso em: 6 ago. 2016.
- PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Panorama de ações do Município de Belo Horizonte voltadas à população de LGBT*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/sites/gestaocompar>

- tilhada.pbh.gov.br/files/biblioteca/arquivos/relatorio_lgbt_no_municipio_de_belo_horizonte_-_2015.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2016.
- PREFEITURA lança programa BH sem Homofobia e avança no combate à discriminação. *Portal Prefeitura de Belo Horizonte*, 29 jan. 2015. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=187585&pIdPlc=&app=salanoticias>>. Acesso em: 2 ago. 2016.
- RICCI, R.; ARLEY, P. *Nas Ruas*. A outra política que emergiu em Junho de 2013. Belo Horizonte: Letramento, 2014.
- ROUVENAT, F. Saiba quanto custa e como comprar fantasias para o desfile do Rio. *Portal Globo G1*, 26 jan. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/carnaval/2016/noticia/2016/01/saiba-quanto-custa-e-como-comprar-fantasias-para-o-desfile-do-rio.html>>. Acesso em: 2 maio 2016.
- SILVA, C. Tarifa Zero critica ônibus patrocinado no carnaval de BH. *Estado de Minas*, 22 jan. 2016. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/01/22/interna_gerais,727520/tarifa-zero-critica-onibus-gratuito-patrocinado-no-carnaval-de-bh.shtml>. Acesso em: 4 maio 2016.
- SILVA, E. O. O Movimento rolezinho. *Portal JusBrasil*, 2014[?]. Disponível em: <<http://evanderoliveira.jusbrasil.com.br/artigos/152053538/o-movimento-rolezinho>>. Acesso em: 2 maio 2016.
- SILVA, R. H. A. *Ruas e Redes: dinâmicas dos Protestos BR*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- SOUZA, J. *A tolice da inteligência brasileira*. São Paulo: LeYa, 2015.
- SOUZA, M. L. *Mudar a Cidade: introdução a um planejamento e gestão críticos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. *A Prisão e a Agora*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006
- _____. *Dos espaços de controle aos territórios dissidentes: escritos de divulgação científica e análise política*. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.
- _____; RODRIGUES, G. B. *Planejamento urbano e ativismos sociais*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

URBANIZAÇÃO PLANETÁRIA OU REVOLUÇÃO URBANA?

DE VOLTA À HIPÓTESE DA URBANIZAÇÃO COMPLETA DA SOCIEDADE

PLANETARY URBANIZATION OR URBAN REVOLUTION?

BACK TO THE HYPOTHESIS OF THE COMPLETE URBANIZATION OF SOCIETY

RODRIGO CASTRIOTA

Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Belo Horizonte, MG, Brasil

R E S U M O : Os trabalhos contemporâneos de Neil Brenner e Christian Schmid permitiram que a urbanização planetária (re)emergisse como uma das grandes narrativas no campo dos estudos urbanos. Neste trabalho, apresentamos a crítica desses autores ao “citadismo” metodológico nos estudos urbanos e ao discurso da era urbana, bem como suas teses em urbanização, que pretendem caminhar rumo a uma nova epistemologia do urbano. Finalmente, tomando como referência as elaborações de Roberto Monte-Mór acerca do urbano e da urbanização extensiva – também fundadas na hipótese lefebvriana de urbanização completa da sociedade –, expomos pontos de diálogo e de tensão entre essas teorizações, culminando na crítica da concepção contemporânea da urbanização planetária.

P A L A V R A S - C H A V E : urbanização extensiva; urbanização planetária; Henri Lefebvre; implosão; explosão; Economia Política da Urbanização.

A B S T R A C T : *Neil Brenner and Christian Schmid's recent work has caused planetary urbanization to (re)emerge as one of the striking narratives in the field of urban studies. This paper presents the authors' critique regarding methodological cityism and urban age discourse, together with their theses on urbanization, which intend to move towards a new epistemology of the urban. Finally, drawing upon Roberto Monte-Mór's formulations of the urban and the extended urbanization process – also grounded on Lefebvre's hypothesis that society has been completely urbanized – we expose points of dialogue and tension between these theorizations, which culminate in a critique of the contemporary conception of planetary urbanization.*

K E Y W O R D S : *extended urbanization; planetary urbanization; Henri Lefebvre; implosion; explosion; Urban Political Economy.*

¹ Professor de Teoria Urbana na *Graduate School of Design* de Harvard e diretor do *Urban Theory Lab*.

² Professor de Sociologia na *Department of Architecture* na *EHT-Zurich* e pesquisador na *EHT Studio Basel* e no *Contemporary City Institute*.

³ Esses trabalhos não serão apresentados em sua totalidade. Para outros detalhes, ver: Friedmann (2014); McGee (2014); Merrifield (2014); Arboleda (2015); Wilson e Bayón (2015).

⁴ Edward Soja (2000) já havia descrito o cenário intelectual dos estudos urbanos: o melhor e o pior dos tempos. Por um lado, um campo de estudo cada vez mais diversificado em termos metodológicos e (inter) disciplinares; por outro, um campo repleto de desentendimentos, discordâncias e discrepâncias entre teorias e práticas urbanas.

⁵ Argumento que nos leva de volta a Lefebvre (1999 [1970], p. 59) e sua reivindicação de uma universidade devotada ao estudo do fenômeno urbano que seja capaz de reunir todas as disciplinas existentes em torno da problemática urbana.

⁶ Para uma revisão crítica da história do planejamento e do urbanismo, além de Brenner (2011), ver também: Monte-Mór (2006b), Costa (2015) e Limonad (2015).

⁷ O artigo de Taylor e Lang (2004) – intitulado “The Shock of the New: 100 concepts describing recent urban change” – apresenta essa erupção de conceitos e denuncia uma certa pretensão de provocar uma “revolução” nos estudos urbanos ou uma mudança de paradigmas.

INTRODUÇÃO

A **urbanização planetária** (re)emergiu como uma das grandes narrativas no campo dos estudos urbanos, intensificando o resgate de Henri Lefebvre na contemporaneidade. Sob essa perspectiva, foram produzidos diversos trabalhos como tentativas de teorização e críticas a esses estudos preliminares. Neil Brenner¹ e Christian Schmid² – responsáveis pelo reflorescimento dessa agenda de pesquisa – publicaram vários trabalhos cujo objetivo era, simultaneamente, desconstruir algumas ideias (re) e (con)correntes nos estudos urbanos e mobilizar e consolidar uma rede heterogênea de pesquisadores³. Os autores atestaram⁴ uma aparente ausência de harmonia nos estudos urbanos e apontaram os problemas subsequentes: muitos *frameworks* epistemológicos, muitas hipóteses ontológicas, baixa capacidade de atuação coletiva. Tudo isso se traduziria nas recorrentes falhas da teoria (urbana) crítica em oferecer alternativas às ideologias hegemônicas do capitalismo contemporâneo. Seria necessária uma unidade entre os estudiosos da teoria urbana capaz de desvendar e denunciar as instrumentalizações e ideologias. Entretanto, essas elaborações recentes têm uma conexão limitada com alguns dos trabalhos desenvolvidos nos últimos 40 anos – sobretudo a teoria da **urbanização extensiva**, concebida por Roberto Monte-Mór – e até mesmo com algumas das concepções lefebvrianas do **urbano** e da urbanização.

Partimos, neste artigo, da crítica de Brenner e Schmid ao “citadismo” metodológico presente nos estudos urbanos e ao discurso da era urbana. Prosseguimos com suas teses sobre urbanização, que desejam caminhar rumo a uma nova epistemologia do urbano. Finalmente, tomando como referência o trabalho de autores clássicos, expomos pontos de diálogo e de tensão entre essas teorizações, culminando na crítica à concepção contemporânea de urbanização planetária.

ESTUDOS URBANOS, CIDADE E IDEOLOGIA

O trabalho de Neil Brenner (2009) marca o início de um projeto que reivindica a integração das questões urbanas à teoria social crítica, de modo que elas não mais se restrinjam a um campo de estudos⁵. À teoria crítica, caberia enfatizar e desvendar a disjunção entre o real e o possível, assim como garantir a reflexividade epistemológica – ou seja, uma teoria orientada a condições históricas específicas. Diante desse conjunto de proposições, o autor evoca o trabalho de Henri Lefebvre (1999 [1970]), que conjuga a universalidade do fenômeno urbano com a construção de um **urbano** possível. O propósito de Brenner é (re)posicionar a urbanização capitalista não apenas como indutor do crescimento das grandes cidades, mas também como processo de extensão do tecido urbano, em toda a multiplicidade que o termo carrega, para além do planejamento e do urbanismo⁶ *mainstream* e de seus indicadores de tamanho e densidade populacional. Para Brenner (2011), até a Segunda Guerra, todas as tentativas de definir esse objeto se basearam, em alguma medida, nas ideias de Louis Wirth, isto é, do urbano como um tipo de assentamento. A partir daí, foram cristalizadas (e fetichizadas) algumas tipologias com as quais se trabalham até hoje – cidade/urbano, subúrbio, campo/rural –, de modo que os estudos urbanos nunca tiveram sucesso ao definir um objeto de pesquisa. No pós-guerra, essas tipologias wirthianas foram questionadas, e seu sentido como objeto começou a desvanecer, culminando em uma explosão de termos⁷.

Para Brenner e Schmid (2011), o aparato teórico wirthiano se ajusta mais ao século XX (do urbano demarcado como o oposto do rural) do que à atualidade. Os autores identificam, nos últimos 30 anos, uma intensificação particular do processo de reestruturação urbana com alguns elementos principais. Primeiramente, a criação de novas escalas de urbanização, geradas por uma **urbanização extensiva** a partir de regiões metropolitanas polinucleadas, resultando em um espraiamento de “galáxias urbanas”. Além disso, houve um ofuscamento e uma rearticulação de territórios urbanos, identificáveis apenas na dispersão de suas funções centrais para subúrbios e *hinterlands*: consumo (*shopping centers* e sedes de empresas), instituições (centros de pesquisa e ensino e sedes de órgãos públicos), cultura (teatros, cinemas e casas de shows) etc. As próprias *hinterlands* se desintegraram a partir de reconfigurações funcionais que facilitaram a expansão da industrialização, associando novos espaços às redes urbanas planetárias, nisso incluídos os espaços “selvagens” (ou territórios extremos⁸) frente às consequências socioecológicas das transformações (extensões) urbanas. Mudanças nos padrões regulatórios (ainda mais) direcionadas para o desenvolvimento industrial em escala global acompanharam esse processo, que foi também marcado pelos regimes neoliberais nas múltiplas esferas institucionais (BRENNER; SCHMID, 2015a).

A “cidade”, assim como outras unidades, se tornou uma ferramenta analítica obsoleta, de modo que não se pode mais fazer diferenciações entre as grandes aglomerações urbanas e as zonas menos densas através das categorias convencionais. Basta tomar a ideia de subúrbio: o suburbano é também urbano? Como ele pode ser **diferenciado** depois do processo de descentralização econômica? Em outras palavras, por que sempre assumir que existe um “não urbano”, um “exterior constituinte”? Esse é o argumento central de Brenner (2014b): por uma **teoria urbana sem um “lado de fora”**.

Nesse sentido, Brenner e Schmid (2015a) recuperam a crítica da **unidade**, de Manuel Castells (1983 [1972]). Para esse autor, “a não-delimitação teórica do espaço tratado [...] faz com que o relacionemos a uma divisão culturalmente prescrita (e, portanto, ideológica)” (CASTELLS, 1983 [1972], p. 334). Brenner e Schmid (2015a) sugerem uma associação entre a crise epistemológica dos anos 1960 e 1970 nos estudos urbanos e a obsessão contemporânea pelas cidades como objeto de análise. Angelo e Wachsmuth (2014) utilizam o termo “citadismo”¹⁰ metodológico para descrever a naturalização e o privilégio dado à “cidade” nas teorias (e práticas) urbanas, principalmente no campo da ecologia política urbana, no qual a não cidade seria, em muitos dos casos, um objeto mais significativo. Para Matthew Gandy (2014, p. 86, tradução nossa), as “cidades são apenas uma forma particular de urbanização”. Ou, nas palavras de David Harvey (2014 [1996], p. 61, tradução nossa), “a ‘coisa’ que chamamos de ‘cidade’ é o resultado de um ‘processo’ chamado ‘urbanização’”.

Se se incorpora essa crítica ao “citadismo” metodológico, imediatamente há um questionamento da própria existência de um campo de estudos destinado à pura investigação da “cidade”. A esse objeto, resta a existência como ideologia ou categoria histórica:

O conceito de cidade não corresponde mais a um objeto social. Portanto, sociologicamente trata-se de um pseudo-conceito. Não obstante, a cidade tem uma existência histórica que não se pode desconsiderar. Ainda há e por muito tempo haverá cidades pequenas e médias. Uma imagem ou representação da cidade pode se prolongar, sobreviver às suas

⁸ Esse projeto do Urban Theory Lab, coordenado por Brenner, busca pôr à prova a factualidade absoluta do termo **urbanização planetária** através da investigação da extensão do tecido urbano aos chamados (de maneira euroamericana) territórios extremos: Sibéria, Ártico, Himalaia, África Sahariana, Amazônia, Oceano Pacífico, Deserto de Gobi e até mesmo a atmosfera terrestre.

⁹ Tradução do título original: *Urban Theory Without an Outside*.

¹⁰ Tradução nossa do original “cityism”.

11 O nível G é o **global**, do Estado como “vontade e representação” (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 77). Esse nível projeta um nível intermediário M, da **mediação**, nível “especificamente urbano” (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 78), no qual está introjetada a dinâmica do nível P, **privado**, da experiência quotidiana **vivida**, que opera como “reservatório da subjetividade utópica” (GOONEWARDENA, 2005, p. 65).

12 Mediar, para Goonewardena (2005, p. 51), é trazer à tona (por um agente), é o resultado de um processo ativo. É o oposto de uma imediação, de uma relação sem intermediários, de um processo sem resultados. Mediar uma ideologia é, portanto, “quebrar seu feitiço”, torná-la visível.

condições, inspirar uma ideologia e projetos urbanísticos. Dito de outro modo, o “objeto” sociológico “real”, neste caso, é a imagem e, sobretudo, a ideologia! (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 61)

A partir da crítica de Henri Lefebvre, David Wachsmuth (2014) tenta desvendar a **cidade como ideologia** na contemporaneidade, discutindo a possibilidade de reconciliação da explosão da cidade e da tenacidade de seu conceito. Tomada como categoria de representação de uma prática social emergente (em vez de categoria fixada analiticamente), é mais nítida, então, a identificação da cidade como ideologia. Isso implica que o **mecanismo** que possibilita o obscurecimento das relações de poder e de dominação em uma realidade distorcida seja mais claramente identificado.

Nesse ponto, é fundamental a formulação de Kanishka Goonewardena (2005) sobre o **sensório urbano**. A partir dos níveis e dimensões de análise identificados por Lefebvre¹¹ e da intensificação da estetização da política na pós-modernidade, o autor discute como o espaço urbano é capaz de **mediar**¹² ideologias e produzir hegemonias. Para que seja **efetiva**, uma ideologia não pode se resumir apenas ao campo das ideias, ela também precisa ser **afetiva**, dialogando com os sentimentos e afeições, com as percepções e sensações (contrárias ao domínio único dos conceitos e pensamentos), ou seja, com a própria estética. Assim, existe uma relação entre a estetização da política e a mediação de ideologias através do espaço (urbano). E, ainda, se é verdade que existe uma relação de mediação entre a produção do espaço e a produção de ideologia, é preciso compreender como o espaço urbano a realiza.

Se uma ideologia é uma “representação da relação imaginária dos indivíduos com suas reais condições de existência” (ALTHUSSER, 1971, p. 162 *apud* GOONEWARDENA, 2005, p. 49, tradução nossa), precisamos, então, atentar-nos para o espaço urbano – simultaneamente, determinante de nossa vida sensível e produto do nível global – como agente e arena desse desvendamento. Mas não é possível apreender esse espaço urbano em sua totalidade; temos um hiato entre ele e a nossa própria experiência. Diante disso, questiona Goonewardena (2005, p. 55): qual é o papel desempenhado pela estética e pela política do espaço – o **sensório urbano** – na produção e na reprodução da disjunção perene entre a consciência da vida quotidiana urbana e a estrutura global de relações sociais, ela própria responsável pela produção de espaços da nossa experiência vivida? Se a realidade (assim como a sociedade) fosse transparente, acessível à consciência humana através da experiência, não precisaríamos de representações (tampouco de ideologias). Ou seja, o próprio sensório urbano – o ambiente sensorial (percebido) – obscurece a estrutura do espaço urbano e das relações sociais nele inscritas e projetadas. Analogamente, o hiato entre o espaço urbano e a consciência quotidiana que dele alcançamos encontra um paralelo com o hiato entre as estruturas globais do capitalismo e a experiência vivida. Existe uma relação entre esses dois hiatos associada ao sensório urbano, a qual obscurece não apenas a estrutura do espaço urbano, como também o próprio funcionamento do capitalismo: a experiência urbana estrutura nossa compreensão (e representação) do capitalismo e, simultaneamente, nossa percepção (seletiva) do capitalismo estrutura nossa compreensão do espaço urbano.

Nesse contexto, torna-se necessário avaliar a quem servem tais representações e quais estruturas e ordens sociais elas legitimam. É o que Brenner e Schmid (2014; 2015a) pretendem fazer: realizar uma apresentação crítica das **ideologias urbanas**,

partindo de um exemplo caricatural em destaque no século XXI – o **discurso da era urbana**. Segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), publicado em 2007, a humanidade atingiria um limiar sem precedentes: pela primeira vez na história, mais da metade da população mundial estaria vivendo nas cidades a partir de 2008 (UN-HABITAT, 2007). Essa declaração invadiu o debate político, institucional (ONU, OMS, Banco Mundial), acadêmico¹³ e jornalístico, cristalizando uma noção ordinária e superficial acerca da “era urbana” e do que seria a “problemática urbana” (ambas diametralmente opostas aos significados lefebvrianos).

Brenner e Schmid (2014) apresentam algumas das falhas do discurso da era urbana, chamando a atenção para os riscos e inconveniências de sua ampla difusão – exemplificada com vários trabalhos que se valem do limiar de 50% para destacar a centralidade (bastante conveniente) das pesquisas teóricas e práticas nas **cidades**. Os autores revelam algumas informações sobre a amostra utilizada pela ONU. A própria metodologia de cálculo dessa transição para a era urbana é frágil. Além da ausência de uma definição padronizada para localidade urbana, os institutos nacionais de cada país determinaram seus próprios critérios do que seria uma unidade urbana e informaram apenas um percentual de suas delimitações urbanas e rurais.

Para Brenner e Schmid (2014, p. 748, tradução nossa), tais compreensões hegemônicas fazem a mediação dos “discursos, representações, imaginação e prática” tanto populares quanto acadêmicas, com desdobramentos sobre relações econômicas e políticas. Ademais, o discurso da era urbana (e de outras ideologias citadistas) gera uma visão defasada da condição urbana mundial. Por isso, é necessário rastrear a trajetória e a abrangência do discurso e da noção popular acerca da era urbana, bem como suas influências nas ações de atores, instituições e políticas públicas. David Satterthwaite (2010) esclarece as limitações e insuficiências dos dados disponíveis sobre níveis de urbanização e as distorções das políticas urbanas que utilizam esses dados como referência. Além da falta de critérios empíricos nas pesquisas populacionais, não se questiona sua comparabilidade, cujo impacto mais grave e imediato é a transposição acrítica de políticas do Norte para o Sul¹⁴ global – sobretudo nas áreas de saúde pública, pobreza e emissão de gases, dramaticamente diferentes no Sul –, mesmo diante da inconsistência de muitas das bases de dados em urbanização no Norte (como é o caso da Europa). David Wachsmuth (2014) também critica esse tipo de transposição, que pressupõe uma comparabilidade e replicabilidade das cidades e das práticas urbanas contemporâneas, embasadas nas ideias de **competitividade urbana** e de **benchmarking urbano**.

A partir dessas e de outras (re)afirmações citadistas, foram produzidas metanarrativas que se popularizaram no meio acadêmico. Para Brenner e Schmid (2015a), trata-se de abordagens universalistas, totalizantes, “cidade-cêntricas”. Todas elas têm em comum a ideia de um certo triunfalismo das cidades, seja pela atribuição de seu privilégio absoluto como *locus* da inovação e da democracia, seja pela ideologia tecnocientífica (das *smart cities* à “nova” ciência das cidades¹⁵), seja pela promessa da sustentabilidade.

Nesse contexto, Brenner (2014b) propõe uma mudança de paradigma dentro do campo dos estudos urbanos: deixar a compreensão do urbano como condição socioespacial delimitada, nodal ou relativamente fechada para, finalmente, atingir conceitualizações processuais mais diferenciadas (territorialmente), variadas (morfológicamente) e multiescalares. Se a tese fundamental de Lefebvre em 1970 foi anun-

¹³ Ver, por exemplo, as pesquisas e seminários desenvolvidos no centro Cities da London School of Economics em torno da chamada **era urbana**. Disponível em: <<https://lsecities.net/>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

¹⁴ Jeniffer Robinson (2002) já havia feito a crítica dessa geografia dos estudos urbanos. De um lado, as cidades do “primeiro mundo”, referenciadas como modelos a serem seguidos; nelas e através delas são produzidas e exportadas as teorias e as políticas urbanas. Do outro lado, estão as cidades do “terceiro mundo” como problemas a serem resolvidos; seu diagnóstico e seu prognóstico são baseados nas condições e práticas urbanas das cidades de primeiro mundo.

¹⁵ Ver, por exemplo, Michael Batty (2013) e sua abordagem de sistemas de cidades dentro da ciência da complexidade, que o autor chamou de *A Nova Ciência das Cidades* (o exato título da obra).

ciada, mas não incorporada ou sistematicamente aplicada nos estudos urbanos, faz-se necessária, então, uma reformulação na direção de novas estratégias de pesquisa e análise que sejam capazes de incorporar os parâmetros e objetos apropriados, superando os pressupostos do *mainstream* das ciências sociais e das disciplinas de planejamento e arquitetura.

TESES EM URBANIZAÇÃO: RUMO A UMA NOVA EPISTEMOLOGIA DO URBANO¹⁶

Brenner e Schmid (2015a, p. 163, tradução nossa) introduzem suas **teses em urbanização** com o objetivo de “demarcar alguns parâmetros epistemológicos relativamente amplos, dentro dos quais uma multiplicidade de abordagens reflexivas para a teoria urbana crítica possa ser alcançada”. As primeiras teses em urbanização foram apresentadas por Brenner (2011), e diferem tanto das teses encontradas em Brenner (2014c) quanto da última formulação em Brenner e Schmid (2015a).

TESE 1: O URBANO E A URBANIZAÇÃO SÃO CATEGORIAS TEÓRICAS, NÃO OBJETOS EMPÍRICOS

Essa primeira tese é reflexo da problemática da categorização. O urbano, para os autores, não é um objeto apreendido empiricamente e, certamente, não corresponde à cidade. O argumento de Brenner e Schmid (2015a, p. 163, tradução nossa) é de que o urbano e a urbanização “devem ser compreendidos como abstrações teóricas”. Para que sejam demarcados dentro da “zona do pensamento, da representação, imaginação ou ação”, é necessário o processo de abstração teórica. A distinção do urbano em relação ao “não urbano” significa que a própria evolução do campo dos estudos urbanos segue os debates acerca da “interpretação e do mapeamento do urbano”. O problema dessas abordagens estaria na pretensão de universalidade, como se fosse possível definir o urbano como um conceito aplicável independentemente das especificidades contextuais. Por isso, qualquer exercício dentro dos estudos urbanos passaria, direta ou indiretamente, por esse esforço epistemológico, mas seria sempre **provincial**¹⁷, uma vez que essas tentativas são sempre mediadas por experiências e condições histórico-geográficas específicas.

Por outro lado, Brenner e Schmid (2015a) criticam a ênfase nas especificidades contextuais, uma vez que, dialeticamente, a noção de especificidade só existe contra a ideia de generalidade. Em um capitalismo formado por autoridade, acumulação de capital, reestruturação regulatória nacional, exploração, destruição socioambiental e despossessão, essas especificidades contextuais emergem dentro de um contexto mais amplo de desenvolvimento desigual, a saber, o **contexto do contexto**¹⁸, cada vez mais planetário, no qual e através do qual se desenvolve a urbanização capitalista neoliberal.

¹⁶ Aqui, faço referência aos títulos dos artigos de Brenner (2014c), “Theses on Urbanization”, e de Brenner e Schmid (2015a), “Towards a new epistemology of the urban?”.

¹⁷ Ver: Chakrabarty (2009), para a ideia de provincializar a Europa e descentralizar a experiência europeia do imaginário e das formas quotidianas de pensamento. Para uma crítica pós-colonialista no debate contemporâneo, ver: Roy (2009; 2016); Robinson (2002).

¹⁸ Ver: Brenner, Peck e Theodore (2010).

**TESE 2: O URBANO É UM PROCESSO, NÃO UMA FORMA UNIVERSAL,
TIPO DE ASSENTAMENTO OU UNIDADE DELIMITADA**

Brenner e Schmid (2015a, p. 165, tradução nossa) argumentam que não se pode compreender o urbano como **forma**, uma vez que não há uma morfologia única de um processo. Para esses autores, existem “processos de transformação urbana que se cristalizam” de formas diversas e em múltiplas escalas, com efeitos amplos e imprevisíveis sobre os “arranjos socioespaciais preexistentes”. O urbano também não pode ser compreendido como um **tipo** de assentamento. As tipologias tradicionais teriam sobrevivido por mais tempo do que a adequação à realidade lhes permite. Além do urbano-rural convencional, também seria preciso ter cuidado com as novas terminologias, seu baixo dinamismo e suas respectivas capacidades de explicação da realidade. Os autores propõem que as configurações urbanas sejam compreendidas como “campos de força de reestruturação socioespacial”, capazes de envolver tanto as configurações preexistentes quanto as rodadas de reestruturação (passadas e futuras) através das quais o espaço é produzido. Por fim, se nem mesmo os limites da cidade podem ser claramente desenhados¹⁹, o urbano não pode ser compreendido como uma **unidade delimitada** – retomando a crítica ao “cidadismo” metodológico e à definição do urbano contra um “exterior não urbano” (BRENNER, 2014b).

19 Ver: Gandy (2014).

**TESE 3: A URBANIZAÇÃO ENVOLVE TRÊS MOMENTOS MUTUAMENTE
CONSTITUTIVOS – URBANIZAÇÃO CONCENTRADA, URBANIZAÇÃO
EXTENSIVA E URBANIZAÇÃO DIFERENCIAL**

Brenner e Schmid (2015a, p. 166, tradução nossa) sugerem uma conceitualização multifacetada da urbanização, constituída por três momentos distintos. O primeiro deles é o da **urbanização concentrada**, descrita como um momento “familiar”, advindo de “abordagens herdadas da geografia econômica urbana que visam a iluminar o processo de aglomeração” – relacionadas às teorias locacionais, aos componentes que se concentram no espaço nas diversas fases do desenvolvimento capitalista e aos elementos que Lefebvre (1999 [1970]) associou ao processo de **implosão**. Esse primeiro momento, entretanto, é insuficiente. Seria preciso negar a hipótese convencional dos estudos urbanos de que as aglomerações são um terreno privilegiado de estudo, ir além das aglomerações e estudar as áreas transformadas pela urbanização **em suporte** para as aglomerações.

Brenner e Schmid (2015a, p. 167, tradução nossa) definem um segundo momento: a **urbanização extensiva** é, antes de tudo, a ativação e a “operacionalização de lugares” distantes dos grandes centros urbanos para dar suporte às “atividades quotidianas e dinâmicas socioeconômicas da vida urbana”. A produção dessas **paisagens operacionais de urbanização extensiva** é resultado, segundo eles, “dos imperativos sociometabólicos mais básicos associados ao crescimento urbano”: produção e circulação de água, alimentos, energia e materiais de construção; exportação de externalidades negativas vinculadas à problemática ambiental; mobilização de mão de obra para essas atividades. Nesse processo, reorganiza-se a base material das áreas não metropolitanas, levando a um espessamento do tecido urbano sobre todo o planeta. Por fim, a urbanização extensiva envolve o cercamento de terras destinadas à apropriação privada – por vezes, a partir da despossessão de seus **usuários** anteriores.

20 Termo cunhado a partir do conceito marxista de **acumulação primitiva**.

Alvaro Sevilla-Buitrago (2014, p. 236-7, tradução nossa) discute a **urbanização extensiva primitiva**²⁰, utilizando os cercamentos ingleses como “lente” de interpretação da urbanização extensiva como “característica particular da urbanização capitalista”. Esse processo teria criado uma nova racionalidade espacial, redimensionado o tecido social das áreas rurais, aumentando a submissão do campo à cidade e reprimindo a autonomia do modo de vida campesino. A vida quotidiana, antes orientada pelo valor de uso e pelas trocas em sentido amplo, é suplantada pelos modos de (re) organização totalizantes do capitalismo através da alienação das relações de propriedade e de uma nova e mais aprofundada divisão (espacial) do trabalho. As formas de reprodução tornam-se subalternas ao Estado, que passa a mediar (e legalizar) a execução violenta e opressiva do que teria sido o primeiro processo de urbanização extensiva. Nesse “estágio inaugural de um novo regime emergente da urbanização capitalista”, desenvolve-se uma dinâmica persistente e contínua, na qual as regiões “não urbanas” vão sendo “implacavelmente incorporadas e reentrelaçadas nessas paisagens operacionais” (SEVILLA-BUITRAGO, 2014, p. 240).

Essa **destruição criativa** das configurações socioespaciais preexistentes caracteriza o que Brenner e Schmid (2015a, p. 168, tradução nossa) chamam de **urbanização diferencial**²¹, um “momento diferencial da urbanização baseado no percurso perpétuo de reestruturar a organização socioespacial no capitalismo contemporâneo”:

21 Segundo os autores, o conceito de urbanização diferencial tem como referência a ideia de **espaço diferencial** de Henri Lefebvre (1974). Por outro lado, justificam a não utilização da **implosão-explosão** lefebvriana como equivalente aos conceitos propostos de urbanização concentrada e extensiva devido à existência da urbanização diferencial.

Consistente com a conceitualização processual do urbano apresentada na Tese 2, o momento diferencial da urbanização coloca em alívio o intenso e perpétuo dinamismo das formas capitalistas de urbanização, nas quais as configurações socioespaciais são estabelecidas tendencialmente, **apenas para serem tornadas obsoletas** e, eventualmente, suplantadas através do movimento implacável do processo de acumulação e do desenvolvimento industrial (Harvey, 1985; Storper e Walker, 1989). Tão crucial quanto, como sugerimos abaixo (Tese 7), a urbanização diferencial é também o resultado de várias formas de luta urbana e expressa os poderosos potenciais para transformações sociais e políticas radicais que são desencadeadas, mas muitas vezes suprimidas, através do desenvolvimento industrial capitalista (BRENNER; SCHMID, 2015a, p. 168, grifos nossos, tradução nossa).

TESE 4: O TECIDO DA URBANIZAÇÃO É MULTIDIMENSIONAL

Essa tese propõe uma compreensão multidimensional do processo de urbanização frente à abordagem monodimensional cidade-cêntrica, o que, para Brenner e Schmid (2015a, p. 169), significa o abandono de definições “sociológicas, demográficas, econômicas e culturais”. Em outras palavras, seria necessário desconstruir a ideia de que o processo de urbanização tem **origem** nas unidades tradicionais e **resulta** em assentamentos idênticos ou hipoteticamente similares, tanto em termos de infraestrutura quanto de formas culturais.

A partir dos três **momentos** constituintes do processo de urbanização e das três **dimensões** identificadas pelos autores a partir de Lefebvre (1974) – práticas espaciais, regulações territoriais e vida quotidiana –, Brenner e Schmid (2015a) apresentam uma interpretação do processo de produção do tecido urbano na contemporaneidade, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1: Momentos e dimensões da urbanização

		DIMENSÕES		
		PRÁTICAS ESPACIAIS	REGULAÇÕES TERRITORIAIS	VIDA QUOTIDIANA
MOMENTOS	URBANIZAÇÃO CONCENTRADA	Produção de ambientes construídos e de configurações socioespaciais para aproveitar o poder da aglomeração.	Regimes de regras e sistemas de planejamento governando as condições socioeconômicas e ambientais associadas ao poder da aglomeração.	Produção de rotinas e hábitos sociais, práticas quotidianas e formas de vida associadas ao poder da aglomeração.
	URBANIZAÇÃO EXTENSIVA	“Ativação” dos lugares em relação às aglomerações. Espessamento do tecido urbano, conectando as aglomerações aos diversos sítios de transformação socioeconômica e sociometabólica dos quais elas dependem.	Sistemas de governança orientados para os processos sociometabólicos e socioeconômicos que apoiam grandes centros urbanos e facilitam o espessamento e o alongamento do tecido urbano através do território.	Rotina e hábitos sociais, práticas quotidianas e formas de vida que emergem como: i) lugares e territórios diversos são operacionalizados em relação às aglomerações; ii) um tecido urbano mais amplo é engrossado e alongado através dos territórios e escalas.
	URBANIZAÇÃO DIFERENCIAL	Pressões recorrentes para destruir criativamente geografias herdadas da aglomeração e paisagens operacionais associadas.	Mobilização das instituições do Estado e de outros instrumentos regulatórios para promover, gerenciar, acelerar ou, de outro modo, influenciar as reorganizações de aglomerações urbanas em andamento e o tecido mais amplo da urbanização extensiva.	Reorganização de rotinas e hábitos sociais, práticas quotidianas e formas de vida em conjunção com a destruição criativa de ambientes construídos e com o tecido urbano em qualquer escala espacial.

Fonte: Brenner e Schmid (2015a, p. 171, tradução nossa).

TESE 5: A URBANIZAÇÃO SE TORNOU PLANETÁRIA

Essa tese afirma a hipótese lefebvriana de urbanização completa da sociedade, não mais virtual, mas imediata. Para os autores, o processo de urbanização planetária teve início a partir de 1980 com a desconstrução dos regimes nacional-desenvolvimentistas fordistas-keynesianos, seguindo a consolidação do processo global de neoliberalização. Os novos incentivos à expansão da infraestrutura urbano-industrial criaram novos padrões e trajetórias de reestruturação socioespacial que se cristalizaram, rapidamente, por todo o planeta. Constatar tal caráter planetário da urbanização permite, segundo Brenner e Schmid (2015a, p. 173, tradução nossa), a construção de um aparato teórico capaz de compreender a produção das paisagens operacionais “mediadas pelo Império, pelo colonialismo, pelo neocolonialismo e pelas várias formas de cercamento e acumulação por posse”²².

²² O caso da crise agrária urbana na Índia é um dos exemplos da produção de paisagens operacionais, do agravamento da neoliberalização e das consequências sociais catastróficas, como o caso da maior onda de suicídios da história. Ver: Sainath (2009; 2015); Goonewardena (2014).

**TESE 6: A URBANIZAÇÃO SE DESDOBRA ATRAVÉS DE TRAJETÓRIAS
E PADRÕES VARIEGADOS DE DESENVOLVIMENTO ESPACIAL DESIGUAL**

Possivelmente, essa é a mais simples e menos controversa das teses em urbanização. Se a urbanização capitalista é de fato capaz de gerar inovações constantes na produção de formas e processos socioespaciais, então, a abordagem teórica acerca do desenvolvimento espacial desigual requer novas diferenciações. Para os autores, as conceitualizações rígidas das **formas** de urbanização constituiriam, em si, uma “armadilha intelectual”.

**TESE 7: O URBANO É UM PROJETO COLETIVO NO QUAL OS POTENCIAIS
GERADOS ATRAVÉS DA URBANIZAÇÃO SÃO APROPRIADOS E CONTESTADOS**

Essa última tese – muito brevemente apresentada pelos autores – pretende destacar o caráter político das considerações epistemológicas propostas, sobretudo através do que se chamou de urbanização diferencial, ainda que esse conceito não tenha sido suficientemente desenvolvido por eles. Brenner e Schmid (2015a, p. 177) afirmam que a “definição do urbano [...] não é exclusivamente uma questão teórica”, a despeito do argumento desenvolvido na primeira tese. Se o urbano é coproduzido pela apropriação e pelo uso dos indivíduos na criação de outras experiências e usos coletivos, então, ele não pode ser completamente “subsumido às lógicas abstratas da industrialização capitalista”. Para os autores, os conceitos e perspectivas em torno do urbano e da urbanização planetária oferecem uma “orientação epistemológica” para decifrar movimentos sociais e revoltas urbanas, apesar das raríssimas menções a essa referida prática urbana ou mesmo às lutas urbanas e aos movimentos sociais.

23 Foge ao escopo deste artigo apresentar todas as críticas e discussões subsequentes. Ver, principalmente, a crítica avassaladora e instantânea de Richard Walker (2015), a tréplica de Brenner e Schmid (2015b) e o manifesto de Sheppard, Leitner e Maringantib (2013).

24 Faço referência ao prefácio de Neil Brenner (2014a, p. 6), no qual se cristaliza a agenda de pesquisa em urbanização planetária: “Essa coleção inclui vários textos clássicos de pensadores pioneiros como Henri Lefebvre, David Harvey, Edward Soja, Terry McGee, Roberto Luis Monte-Mór e Marcel Meili”.

25 Para escapar ao vício historicista e assegurar a inseparabilidade do social, do histórico e do espacial, Soja (2000) utiliza o termo **geo-história**, afirmando o poder interpretativo da geografia.

**CRÍTICA DA URBANIZAÇÃO PLANETÁRIA:
REVISITANDO FORMULAÇÕES CLÁSSICAS**

A ideia de um processo planetário de urbanização – ainda que anunciado há mais de 45 anos – recebeu uma série de críticas²³, que, em parte, se devem a uma falta de familiaridade com algumas das formulações clássicas²⁴ sobre o tema, desenvolvidas a partir da obra de Henri Lefebvre. Nesta última seção, apresentamos algumas reflexões críticas com base na teorização do processo de **urbanização extensiva**, desenvolvida por Roberto Monte-Mór (1988; 1989; 1994; 2004; 2015). O autor escreveu amplamente sobre esse processo a partir de uma interpretação lefebvriana da geohistória²⁵ do Brasil e sua interação particular com a Fronteira Amazônica.

Monte-Mór (1994) destacou o problema da dualidade urbano-rural diante das novas formas de ocupação do espaço e das lógicas híbridas de povoamento que emergiam no espaço brasileiro. De acordo com ele, essa reestruturação do espaço nacional pode ser melhor compreendida através da

[...] urbanização extensiva – esta urbanização que se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais – [que] representa, assim, a forma socioespacial dominante que marca a sociedade capitalista de Estado contemporânea em suas diversas manifestações, desde o

centro dinâmico do sistema capitalista até – e cada vez mais – às diversas periferias que se articulam dialeticamente em direção aos centros e subcentros e subsubcentros [...] (MONTE-MÓR, 1994, p. 171).

As categorias que compõem o eixo temporal lefebvriano ganham vida e materialidade no Brasil no trabalho de Monte-Mór (2004): do controle ideológico e militar na **cidade política** comandada pelas oligarquias rurais brasileiras aos efeitos da **cidade industrial** que nasce no governo Vargas e aprofunda-se no governo juscelinista do pós-guerra, com os subsequentes planos de desenvolvimento. A partir da segunda metade do século XX, acentua-se o processo de produção do espaço com o investimento estatal em rodovias e a própria criação de Brasília, numa tentativa de integração socioeconômica do território. Sob o regime tecnocrata dos militares, o projeto de modernização é ainda mais acelerado: “enriquecer” regiões “pobres” e “ocupar” áreas “desocupadas”. O estímulo ao crescimento em um espaço nacional desarticulado agrava a concentração nas regiões metropolitanas e desencadeia um processo de implosão-explosão:

O fenômeno de “implosão-explosão” da cidade industrial descrito por Lefebvre (1968) encontra seu paralelo no Brasil, nesse crescimento metropolitano pós-guerra. Por um lado, o valor das terras e a concentração histórica de atividades e investimentos em áreas centrais levaram à “implosão” dos núcleos urbanos, onde a renda diferencial da terra produziu preços de imóveis extremamente altos e densidades urbanas; por outro, a integração espacial e a extensão do tecido urbano para além dos limites da cidade para perímetros urbanos constantemente redefinidos ao longo de estradas e avenidas externas marcou a “explosão” da cidade industrial para abrigar o tecido urbano-industrial, um tecido socioespacial privado de sua tríade de atributos básicos: excedente econômico coletivo, poder sociopolítico e a “festa” cultural (MONTE-MÓR, 2004, p. 290).

A extensão do tecido **urbano-industrial** foi tomando a circunvizinhança das principais cidades brasileiras, em seguida as cidades pequenas em suas imediações e, pouco a pouco, a própria Fronteira Amazônica. Essas áreas periféricas pré-capitalistas foram sendo transformadas “de acordo com as necessidades que emana[va]m dos centros urbano-industriais” (MONTE-MÓR, 2004, p. 291). A superação da velha contradição cidade-campo resultante do processo de urbanização extensiva dá lugar, na Fronteira Amazônica, à articulação tecido urbano-floresta, na qual as relações de produção (e reprodução) vão sendo reconstruídas nas bases da vida cotidiana.

Se, por um lado, a lógica hegemônica do urbano-industrial metropolitano se coloca (de São Paulo a Nova York) até mesmo sobre regiões agrárias afastadas das grandes aglomerações (e sobre a vida cotidiana daqueles que as habitam), por outro, algumas alternativas e possibilidades que caminham na direção de um **espaço diferencial** também se apresentam. A extensão das relações capitalistas urbano-industriais implica a produção de combinações espaço-tempo-sociedade diversas, que não são apenas manifestações de formas e processos hegemônicos, mas também, e de maneira mais intensa, de (re)criação de práticas tradicionais advindas de necessidades imediatas derivadas dessas heterogeneidades multitemporais: encontros particulares no espaço (tecido urbano—selva), no tempo (processos globais hegemônicos—culturas pré-colombianas) e diferentes **tempos espaciais**²⁶ (MONTE-MÓR, 2004).

26 Ver: Milton Santos (1978).

Nesse hibridismo de formas e processos espaço-temporais, está implícito um processo de **(re)politização do território**: enquanto o espaço social é “equipado com as condições urbano-industriais” (MONTE-MÓR, 2006a, p. 76), ele é acrescido “das questões sociopolíticas e culturais intrínsecas à *polis* e à *civitas*” (MONTE-MÓR, 2006b, p. 10). O resultado é uma espécie de “cidadania extensiva através do espaço social (urbano) como um todo”, que empodera “múltiplos setores da sociedade civil e promove a emergência de novos atores sociais, portanto produzindo novos projetos pós-modernos de emancipação” (MONTE-MÓR, 2004, p. 341). Esse processo se intensifica e ilumina novos horizontes, enquanto as misturas e trocas da cultura local com a cultura regional e nacional encontram uma base material urbano-industrial. Grupos antes condenados a viver sob a égide do capitalismo industrial encontram novas possibilidades de resistência quando de sua conexão com a *práxis* urbana, via urbanização extensiva:

Ao final dos anos 1980 e início dos anos 1990, índios, seringueiros, garimpeiros, trabalhadores rurais e extrativistas, camponeses sem terra, os afetados por barragens, ambientalistas, mulheres, negros, homossexuais, entre muitos outros grupos sociais se organizaram por todo o país, não apenas em cidades e vilas. Na verdade, os Movimentos Sociais Urbanos (MSU) haviam perdido seu adjetivo de “urbano” e se tornaram apenas Movimentos Sociais (MS), uma vez que eles estavam por toda parte no espaço social. A urbanização extensiva havia trazido, junto com o tecido urbano, o germe da *polis*, da *civitas*. Política e cidadania eram agora um problema nacional, da classe média metropolitana às tribos indígenas da Amazônia (MONTE-MÓR, 2004, p. 304-305).

Em cada um desses interstícios se encontra o **urbano** de Henri Lefebvre, o qual Monte-Mór (2015) chamou de **urbano-utopia** – concreto e experimental – por encontrar materialidade nos dias de hoje na participação, na politização do espaço de vida, na construção de uma cidadania e de uma democracia radicais. “Não há como negar o crescimento das populações antes excluídas e hoje transformadas em atores com vozes por vezes expressivas no cenário contemporâneo” (MONTE-MÓR, 2015, p. 61).

Dessa perspectiva, admitir o urbano-extensivo e o urbano-totalidade significa aceitar a realização eminente da **sociedade urbana**, importante do ponto de vista teórico (rumo a uma visão mais holística dos processos e das relações socioespaciais) e prático (leia-se, **revolução urbana**). Ademais, se tratarmos a urbanização completa da sociedade nos termos de Henri Lefebvre, a **problemática urbana torna-se o contexto do contexto**; o **urbano** se apresenta como lente interpretativa da realidade e também como **nível** da totalidade social, como **mediação das mediações**. Além disso, parece claro que o tão procurado objeto dos estudos urbanos é a própria **problemática urbana**.

Nesse ponto, é importante avaliar como a pesquisa contemporânea dialoga com a obra lefebvriana. Lefebvre (1968 [1966], p. 21-2) aborda a ideia de *práxis* de Marx, “prática da sociedade baseada na indústria que permite tomar consciência da prática humana em geral”, oposta “à filosofia e à atitude especulativa do filósofo”:

As várias formas de conhecimento encontram seu alcance e seu sentido na conexão com a atividade prática. O problema especulativo do conhecimento deve ser rejeitado como

um falso problema. A coerência abstrata, a demonstração teórica desligada da atividade social e da verificação prática, não tem nenhum valor. A essência do ser humano é social e a essência da sociedade é praxis: ato, ação, interação. Separando-se a praxis, a teoria se perde em problemas mal postos e insolúveis, em mistérios e misticismo (LEFEBVRE, 1968 [1966], p. 23).

Nesse caso, a noção que nos interessa é a de uma *praxis* revolucionária, aberta ao possível, capaz de reestabelecer equivalências entre representações e realidade:

A *praxis* no seu mais alto grau (criador, revolucionário) inclui a teoria que ela vivifica e verifica. Ela compreende a decisão teórica como a decisão de ação. Supõe tática e estratégia. Não existe atividade sem projeto; ato sem programa, *praxis* política sem exploração do possível e do futuro (LEFEBVRE, 1968 [1966], p. 38-9).

Buscamos, sem sucesso, essa perspectiva lefebvriana da *praxis* radical nessas formulações contemporâneas. Encontramos uma conceitualização de urbanização diferencial que tenta nos remeter a um espaço diferencial, mas ela não encontra sustentação teórica, tampouco prática. Nessa primeira etapa de um projeto que busca uma nova epistemologia do urbano, o urbano(-utopia) lefebvriano parece ter sido subsumido na operacionalização das paisagens, no processo de neoliberalização, na colonização e na implosão-explosão do capitalismo. Clarifiquemos, desde já: a crítica das formulações contemporâneas da urbanização planetária é uma crítica **u-tópica**, “aquela que tenta abrir a via do possível, explorar e balizar um terreno que não seja simplesmente aquele do ‘real’, do realizado, ocupado pelas forças econômicas, sociais e políticas existentes” (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 20). Não se trata de colocá-las em descrédito. Também não se trata apenas de demandar uma positividade teórica, de desejar um final feliz para o filme de terror. Trata-se de compreender: Henri Lefebvre é raiz, mas é também nuvem no céu – concreta, real, possível.

Aonde mais buscaremos alternativas emancipatórias senão nas raízes locais e suas interações com a **ordem distante**? Os **territórios extremos de urbanização extensiva** – além de colocarem à prova o caráter planetário da urbanização – não podem ser **alternativas extremas de emancipação**? Voltemos ao trabalho de Monte-Mór (2004): o autor reconstrói a geohistória da ocupação da Fronteira Amazônica em torno da **problemática urbana** emergente, atém-se às especificidades contextuais, fornece uma descrição extremamente detalhada do tecido urbano com base nas especificidades locais e na **vida quotidiana** do Nortão do Mato Grosso, do Sul do Pará, do Tocantins e de Rondônia. Ou seja, o autor foi capaz de associar processos locais-regionais, mostrar o caráter de **mediação** do espaço urbano, associando processos mais amplos (relativos às estratégias do Estado brasileiro e aos processos do capitalismo fordista) à vida quotidiana, tomando a Amazônia como uma “janela paradigmática” através da qual é possível ver o desenvolvimento urbano-regional que se dá no território incompletamente organizado²⁷ do Brasil.

Com isso, argumentamos que Neil Brenner está correto em reafirmar a crítica da unidade; contudo, é preciso compreender que a reconstrução da geohistória do processo de urbanização (concentrada e extensiva) passa, sem dúvida, por especificidades contextuais e pelas unidades-centralidades de maior expressão em cada região. Além disso, faz-se necessária uma mudança no tom dessa reafirmação para que não

27 O conceito de **espaço incompletamente organizado** é de Milton Santos (1978).

se abandone a centralidade em função da crítica ao “citadismo” – essa obsessão teórico-metodológica com as cidades. Essa defesa não deve apenas mencionar o papel das economias de aglomeração, como fizeram Brenner e Schmid (2015a). Ela deve também enfatizar o papel fundamental da centralidade, sem a qual não existe realidade urbana, tampouco teoria urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou apresentar a agenda de pesquisa contemporânea em urbanização planetária, que retoma a hipótese de urbanização completa da sociedade anunciada por Lefebvre. Foge ao escopo de um trabalho dessa natureza uma abordagem completa que articule outros temas centrais no debate contemporâneo, tais como: a discussão das origens da cidade e do urbano; as concepções de outras epistemologias (e ontologias) do urbano e da urbanização; a exposição completa das críticas e discussões subsequentes às proposições de Neil Brenner e Christian Schmid; a crítica dos estudos pós-coloniais e as perspectivas de autores do Sul global acerca das possibilidades emancipatórias associadas à explosão da cidade e à urbanização completa da sociedade. É preciso ressaltar que essa agenda de pesquisa contemporânea ainda não dialoga de forma substantiva com os trabalhos clássicos sobre o tema em vários aspectos destacados, sobretudo naqueles que se referem ao **possível**, ao **urbano-utopia**, ao **espaço diferencial**.

A partir da retomada da urbanização planetária em contraponto às formulações clássicas, queremos dizer que: a revolução urbana se sobrepõe à realidade urbano-industrial; a questão da reprodução se sobrepõe à da produção e a dimensão ambiental prevalece sobre a lógica produtivista da indústria; os sonhos diurnos, a simultaneidade e o encontro são fundamentais diante dos mecanismos de alienação, de ordenamento da vida quotidiana e da produção de ideologias e racionalidades hegemônicas. Queremos dizer que, além da colonização e da dominação das aglomerações urbanas sobre as paisagens operacionais, existem novas formas de integração econômica e social que emergem em meio ao hibridismo sociocultural produzido. Queremos dizer que o processo de **explosão** implica extensão do tecido urbano e modernização estrutural; significa, igualmente, **cidadania extensiva**, politização urbano-utópica. E, ainda, a **implosão** não se traduz apenas em adensamento, tamanho, competição e fortalecimento da lógica industrial; ela quer dizer também *praxis* da centralidade urbana, quer dizer disputa pelo **poder**, pelo **excedente** e pelo fortalecimento da **festa** como forma de (re)ativação dos símbolos e sonhos coletivos contra a ameaça da lógica industrial.

Rodrigo Castriota é graduado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade de Minas Gerais (PUC-Minas); mestre e doutorando em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
E-mail: castriota@gmail.com

Artigo recebido em 30 de abril de 2016 e aprovado para publicação em 21 de setembro de 2016.

REFERÊNCIAS

- ANGELO, H.; WACHSMUTH, D. urbanizing urban political ecology: a critique of methodological cityism. In: BRENNER, N. (Ed.). *Implosions/Explosions: towards a study of planetary urbanization*. Berlim: Jovis, 2014. p. 372-385.
- ARBOLEDA, M. Spaces of extraction, metropolitan explosions: planetary urbanization and the commodity boom in Latin America. *International Journal of Urban and Regional*

- Research*, v. 40, n. 1, p. 96-112, nov. 2015. <http://dx.doi.org/10.1111/1468-2427.12290>
- BATTY, M. *The New Science of Cities*. Cambridge: MIT Press, 2013.
- BRENNER, N. What is critical urban theory? *City*, v. 13, n. 2-3, p.198-207, jun./set. 2009. <http://dx.doi.org/10.1080/13604810902996466>
- _____. *The Urbanization Question or the field formerly known as urban studies*. 2011. Aula inaugural ministrada na Harvard Graduate School of Design. Disponível em: <<http://www.urbantheorylab.net/videos/the-urbanization-question-or-the-field-formerly-known-as-urban-studies/>>. Acesso em: 5 ago. 2015.
- _____. (Ed.). *Implosions/Explosions: towards a study of planetary urbanization*. Berlim: Jovis, 2014a.
- _____. Urban theory without an outside. In: _____. (Ed.). *Implosions/Explosions: towards a study of planetary urbanization*. Berlim: Jovis, 2014b. p. 14-30.
- _____. Theses on urbanization. In: _____. (Ed.). *Implosions/Explosions: towards a study of planetary urbanization*. Berlim: Jovis, 2014c. p. 181-202.
- BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. Variegated Neoliberalization: Geographies, Modalities, Pathways. *Global Networks*, v. 10, n. 2, p. 182-222, 2010. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1471-0374.2009.00277.x>
- BRENNER, N.; SCHMID, C. Planetary Urbanization. In: GANDY, M. (Ed.). *Urban Constellations*. Berlim: Jovis, 2011. p. 10-13.
- _____; _____. The 'urban age' in question. *International Journal of Urban and Regional Research*, [s.l.], v. 38, n. 3, p. 731-755, maio 2014. <http://dx.doi.org/10.1111/1468-2427.12115>
- _____; _____. Towards a new epistemology of the urban? *City*, v. 19, n. 2-3, p. 151-182, abr. 2015a. <http://dx.doi.org/10.1080/13604813.2015.1014712>
- _____; _____. *Combat, Caricature & Critique in the Study of Planetary Urbanization*. Urban Theory Lab, Graduate School of Design, Harvard University, 2015b. Disponível em: <http://www.soziolegie.arch.ethz.ch/_DATA/90/BrennerSchmid2.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CHAKRABARTY, D. *Provincializing Europe: Postcolonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press, 2009.
- COSTA, G. Construções teóricas da problemática urbana brasileira: rupturas, permanências, transcendências e convergências. In: _____.; COSTA, H.; MONTE-MÓR, R. (Org.). *Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: Com Arte, 2015. p. 19-40.
- FRIEDMANN, J. Becoming urban: On Whose Terms? In: BRENNER, N. (Ed.). *Implosions/Explosions: towards a study of planetary urbanization*. Berlim: Jovis, 2014. p. 551-560.
- GANDY, M. Where does the city end? In: BRENNER, N. (Ed.). *Implosions/Explosions: towards a study of planetary urbanization*. Berlin: Jovis, 2014. p. 86-89.
- GOONEWARDENA, K. The Urban Sensorium: Space, Ideology and the Aestheticization of Politics. *Antipode*, v. 37, n. 1, p. 46-71, jan. 2005. <http://dx.doi.org/10.1111/j.0066-4812.2005.00473.x>
- _____. The country and the city in the urban revolution In: BRENNER, N. (Ed.). *Implosions/Explosions: towards a study of planetary urbanization*. Berlin: Jovis, 2014. p. 218-231.
- HARVEY, D. Cities or urbanization In: BRENNER, N. (Ed.). *Implosions/Explosions: towards a study of planetary urbanization*. Berlin: Jovis, 2014. p. 52-66.
- LEFEBVRE, H. *A Sociologia de Marx*. Rio de Janeiro: Forense, 1968 [1966].
- _____. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.
- _____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999 [1970].

- LIMONAD, E. Muito além do jardim: planejamento urbano ou urbanismo, do que estamos falando? In: COSTA, G.; COSTA, H.; MONTE-MÓR, R. (Org.). *Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: Com Arte, 2015. p. 71-102.
- MCGEE, T. The Emergence of Desakota Regions in Asia: expanding a hypothesis. In: BRENNER, N. (Ed.). *Implosion/Explosion: towards a study of planetary urbanization*. Berlim: Jovis, 2014. p. 121-139.
- MONTE-MÓR, R. Urbanization, Colonization and the Production of Regional Space in the Brazilian Amazon. In: ENCUESTRO DE LA SOCIEDAD INTERAMERICANA DE PLANIFICACIÓN, 16., 1988, San José. *Anales...* San José: SIAP, 1988.
- _____. Extended Urbanization in the industrializing periphery: notes on Brazil. In: AAG ANNUAL MEETING, 1989, Baltimore. *Annals...* Baltimore: AAG, 1989.
- _____. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, Anpur, 1994. p. 169-181.
- _____. *Modernities in the Jungle: extended urbanization in the Brazilian Amazonia*. 2004. 360 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano) – University Of California, Los Angeles, 2004.
- _____. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, C.; CROCCO, M. (Org.). *Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: UFMG, 2006a. p. 61-85.
- _____. *O que é o urbano no mundo contemporâneo*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2006b (Texto para Discussão, 281). Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20281.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.
- _____. Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção urbano. In: COSTA, G.; COSTA, H.; MONTE-MÓR, R. (Org.). *Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: Com Arte Editora, 2015. p. 55-70.
- MERRIFIELD, A. The urban question under planetary urbanization. In: BRENNER, N. (Ed.). *Implosion/Explosion: towards a study of planetary urbanization*. Berlim: Jovis, 2014. p. 164-180.
- ROBINSON, J. Global and world cities: a view from off the map. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 26, n. 3, p. 531-554, set. 2002. <http://dx.doi.org/10.1111/1468-2427.00397>
- ROY, A. The 21st-Century Metropolis: New Geographies of Theory. *Regional Studies*, v. 43, n. 6, p. 819-830, jul. 2009. <http://dx.doi.org/10.1080/00343400701809665>
- _____. Who is afraid of postcolonial theory? *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 40, n. 1, p. 200-209, jan. 2016. <http://dx.doi.org/10.1111/1468-2427.12274>
- SAINATH, P. Neoliberal Terrorism in India: The Largest Wave of Suicides in History. *Counterpunch*, 12 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.counterpunch.org/2009/02/12/the-largest-wave-of-suicides-in-history-2/>>. Acesso em: 20 mar. 2015.
- _____. The slaughter of suicide data. *Blog de Palagummi Sainath*, 5 ago. 2015. Disponível em: <<http://psainath.org/the-slaughter-of-suicide-data/>>. Acesso em: 22 nov. 2015.
- SANTOS, M. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SATTERTHWAITE, D. *Urban myths and the mis-use of data that underpin them*. Helsinki: United Nations University, United Nations University World Institute for Development Economics Research, mar. 2010 (Working Paper, 2010/28). Disponível em: <<https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/wp2010-28.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- SEVILLA-BUITRAGO, A. Historical enclosures and the extended urbanization of the countryside. In: BRENNER, N. (Ed.). *Implosion/Explosion: towards a study of plane-*

- tary urbanization. Berlim: Jovis, 2014. p. 236-259.
- SHEPPARD, E.; LEITNER, H.; MARINGANTIB, A. Provincializing Global Urbanism: A Manifesto. *Urban Geography*, v. 34, n. 7, p. 893-900, jul. 2013. <http://dx.doi.org/10.1080/02723638.2013.807977>
- SOJA, E. *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Oxford: Backwell, 2000.
- TAYLOR, P.; LANG, R. The shock of the new: 100 concepts describing recent urban change. *Environment and Planning A*, v. 36, p. 951-958, 2004. <http://dx.doi.org/10.1068/a375>
- UN-HABITAT. *The State of the World's Cities Report 2006/2007*. Londres: Earthscan, 2007. Disponível em: <<http://unhabitat.org/books/state-of-the-worlds-cities-20062007/>>. Acesso em: 10 set. 2016.
- WACHSMUTH, D. City as ideology. In: BRENNER, N. (Ed.). *Implosion/Explosion: towards a study of planetary Urbanization*. Berlim: Jovis, 2014. p. 353-371.
- WALKER, R. Building a better theory of the urban: A response to 'Towards a new epistemology of the urban?' *City*, v. 19, n. 2-3, p. 183-191, 2015. <http://dx.doi.org/10.1080/13604813.2015.1024073>
- WILSON, J.; BAYÓN, M. Concrete Jungle: The Planetary Urbanization of the Ecuadorian Amazon. *Human Geography*, v. 8, n. 3, p. 1-23, 2015.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

- 1) São publicados apenas textos inéditos e dentro do escopo da Revista.
- 2) Os textos não devem estar em avaliação em outros Periódicos.
- 3) Os artigos não devem conter quaisquer informações sobre os/as autores/as, nem mesmo nas referências bibliográficas, que devem evitar menções a trabalhos próprios.
- 4) Os dados dos/as autores/as devem ser encaminhados em arquivo separado.
- 5) Todos os artigos devem ser enviados por meio do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER).
- 6) São aceitos textos em português, espanhol e inglês.
- 7) Todos os artigos recebidos são submetidos à avaliação não identificada de dois pareceristas com domínio sobre o conteúdo específico do trabalho (avaliação cega e por pares).
- 8) Em caso de discordância entre os dois pareceristas o artigo será encaminhado a um/a terceiro/a avaliador/a, também reconhecido na área específica do trabalho, para que a decisão editorial seja tomada.
- 9) Após avaliação, os artigos podem ser ACEITOS, INDICADOS A UMA NOVA SUBMISSÃO ou REJEITADOS.

NORMAS DE FORMATAÇÃO

- 1) Os textos encaminhados à seção “Artigos” devem ter de 16 (dezesseis) a 20 (vinte) páginas ou de 6.000 (seis mil) a 8.000 (oito mil) palavras, incluindo tabelas, gráficos, figuras e referências bibliográficas.
- 2) Os textos encaminhados à seção “Resenhas” devem ter, no máximo, 05 (cinco) páginas ou 2.500 (duas mil e quinhentas) palavras, incluindo referências bibliográficas quando necessário.
- 3) Os textos devem ser enviados em Word (.doc) com fonte Arial tamanho 11; espaçamento de 1,5 cm; e margens laterais, superior e inferior de 2,5 cm.
- 4) Além de inseridos no corpo do texto, as tabelas e gráficos devem ser enviados em *Excel* (.xml), em arquivo separado.
- 5) O título e os subtítulos devem ser numerados e ordenados da seguinte maneira:
Título: Arial, tamanho 14, normal, negrito;
Subtítulo 1: Arial, tamanho 12, normal, negrito;
Subtítulo 2: Arial, tamanho 11, itálico, negrito;
Subtítulo 3: Arial, tamanho 11, sublinhado.
- 6) Todas as figuras devem ser enviadas em grayscale (escala de cinza), em formato EPS ou TIF, com resolução de 300 dpi. Figuras coloridas devem ser readequadas a esse padrão.
- 7) As notas de rodapé devem ser utilizadas apenas para informações complementares e de natureza substantiva, sem ultrapassar 3 linhas, em fonte Arial tamanho 9, espaçamento simples.
- 8) As referências bibliográficas devem seguir as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e colocadas no final do texto, em ordem alfabética, de acordo com os exemplos abaixo:
* **Livro:** SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- * **Artigo de periódico:** PIQUET, R. P. S.; RIBEIRO, A. C. T. Tempos, ideias e lugares: o ensino do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 10, n. 1, p. 49-59, mai. 2008.
- * **Capítulo de livro:** LAFER, C. O Planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: LAFER, B. M. *Planejamento no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 29-50.
- * **Trabalho publicado em Anais:** VAINER, C. B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9, 2001, Rio de Janeiro. *Anais do IX Encontro Nacional da Anpur*. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. p. 140-151.
- * Se houver **até três autores**, todos devem ser citados; **se mais de três**, devem ser citados os coordenadores, organizadores ou editores da obra (por exemplo: LEME, M. C. (Coord.). *O urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999); ou utilizada a expressão “et al.” (por exemplo, LEME, M. C. et al. *O urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999).
- 9) As citações no decorrer do texto devem seguir a forma (Autor, data) ou (Autor, data, página), como nos exemplos: (LEME, 1999) e (SANTOS, 1996, p. 217). Se houver mais de um título do mesmo autor publicado no mesmo ano, eles devem ser diferenciados por uma letra após a data: (SANTOS, 1996a); (SANTOS, 1996b), etc.
- 10) Quando não houver informações sobre as referências, utilizar “s.n.”, “s.l.” e “s.d.” para, respectivamente, *sine nomine* (sem editora), *sine loco* (sem o local de edição) e *sine data* (sem referência de data).

ENVIO DO TEXTO

Primeiramente, faça seu cadastro no sistema ou acesse caso já seja cadastrado. Em seguida, siga rigorosamente os passos da submissão:

Passo 1. Iniciar submissão

* **Seção:** escolha uma seção da RBEUR, como “Artigos”, “Resenhas”, etc.

* **Condições de Submissão:** leia e marque todas as condições de publicação da RBEUR.

* **Declaração de Direito Autoral:** leia e concorde com os termos da Declaração de Direito Autoral da RBEUR.

Passo 2. Transferência do manuscrito

* **Transferir arquivo:** acesse os campos “Escolher Arquivo” → “Transferir”.

Passo 3. Metadados da submissão (Indexação)

* **Autores:** insira os dados dos/as autores/as, como nome, e-mail, instituição e biografia.

* **Título e resumo:** informe título e resumo do trabalho.

* **Indexação:** insira informações sobre campo de conhecimento, palavras-chave e idioma.

* **Agências de fomento:** informe as entidades financiadoras do trabalho.

* **Referências:** insira a lista de referências bibliográficas utilizadas no texto, de acordo com as normas da RBEUR.

Passo 4. Transferência de documentos suplementares

* **Transferir documentos suplementares:** passo opcional no processo de submissão, para transferência de documentos suplementares, como imagens, tabelas e outros arquivos pertinentes.

* **Nesse passo, a Comissão Editorial solicita a inserção de arquivo Word (.doc), constando das seguintes informações:**

- título do trabalho;

- nome dos/as autores/as, formação e titulação acadêmica, atividade profissional, instituição em que atua, e-mail, telefone e endereço para correspondência;

- resumo em português e abstract em inglês, contendo entre 100 (cem) e 150 (cento e cinquenta) palavras, com indicação de 5 (cinco) a 7 (sete) palavras-chave e keywords.

Passo 5. Confirmação da submissão

* **Concluir submissão:** após concluídos e verificados os passos anteriores, confirme o envio do seu trabalho à Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Um e-mail de confirmação será encaminhado em seguida. Acompanhe a situação da submissão, dentro do processo editorial da Revista, acessando o sistema como autor/a.

Esta obra foi impressa em processo digital,
na Oficina de Livros para a Letra Capital Editora.
Utilizou-se o papel offset 90g/m². Rio de Janeiro, 2016.